



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS/MS: UM OLHAR SOBRE
A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS

SÃO CARLOS
2018



Universidade Federal de São Carlos

PAULO GERSON RODRIGUES STEFANELLO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA TERRA INDÍGENA DE DOURADOS/MS: UM
OLHAR SOBRE A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS

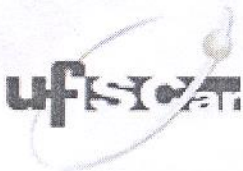
PAULO GERSON RODRIGUES STEFANELLO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Sílvia Cintra Martins

São Carlos - São Paulo - Brasil

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Paulo Gerson Rodrigues Stefanello, realizada em 13/03/2018:

Profa. Dra. Maria Sílvia Cintra Martins
UFSCar

Profa. Dra. Sandra Regina Buttros Gattolin de Paula
UFSCar

Prof. Dr. Nelson Viana
UFSCar

Prof. Dr. Wilmar da Rocha D'Angelis
UNICAMP

Profa. Dra. Natália Freire Bellentani
USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com toda a sinceridade:

Aos meus pais, Helena e Paulo (em memória), por toda a dedicação e o amor que sempre me deram, e pelo incentivo para o estudo. Certamente são meu espelho e minha inspiração. É lastimável não poderem presenciar a finalização desta jornada.

À Camila, minha esposa e companheira de vida, pelo carinho, apoio e pelo tempo que abdicou da minha presença incontáveis vezes, compreensivamente, em favor do meu progresso acadêmico ao longo dos anos na pós-graduação.

Ao Gregório, que nasceu há poucos meses e já é o responsável pela minha renovação.

À Professora Doutora Maria Sílvia Cintra Martins, minha orientadora, que soube conduzir com maestria, firmeza e empenho a evolução desta tese. Sua sabedoria encanta.

Aos Professores Doutores Wilmar da Rocha D'Angelis e Sandra R. B. Gattolin de Paula, que compuseram a banca de qualificação do meu trabalho, enriquecendo-o com suas valiosas contribuições.

Aos Professores do PPGL/UFSCar, com quem eu amadureci academicamente durante as aulas, os intervalos e as conversas aleatórias.

À Vanessa e à Jessica, da Secretaria do PPGL/UFSCar, que sempre me atenderam prontamente, esclarecendo os questionamentos de ordem administrativa.

Aos integrantes da AJI, que me deixaram informado das atividades na aldeia.

Aos colegas e amigos que fiz em São Carlos, por amenizarem a saudade de casa com a sua companhia.

Aos meus *pets* Sophia, que acompanhou de perto minha escrita, carinhosamente compartilhando comigo a mesa de estudos, e Jimmy, que nunca me deixou esquecer o significado da alegria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACD ou ADC** – Análise Crítica de Discurso ou Análise de Discurso Crítica
- APEEID** – Associação de Profissionais da Educação Escolar Indígena de Dourados
- AILA** – Associação Internacional de Linguística Aplicada
- AJI** – Ação de Jovens Indígenas
- ALAB** – Associação de Linguística Aplicada do Brasil
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ETM** – Escola de Tártu-Moscou
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA** – Fundação Nacional da Saúde
- FNDC** – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- LA** – Linguística Aplicada
- LAC** – Linguística Aplicada Crítica
- LAEL** – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
- MEC** – Ministério da Educação
- NAM** – Núcleo de Atividades Múltiplas
- NTICs** – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
- ONG** – Organização não governamental
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PUC** – Pontifícia Universidade Católica
- RID** – Reserva Indígena de Dourados
- SAS** – Secretaria de Atenção à Saúde
- SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena
- SPI** – Serviço de Proteção aos Índios

TAR – Teoria Ator-Rede

TI – Terra Indígena

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Projeção do processo migratório para o estado de Mato Grosso do Sul no contexto do povoamento não indígena.

Figura 2. Projeção da área da RID no município de Dourados.

Figura 3. Visão pluri/multi/interdisciplinar (integração).

Figura 4. Visão transdisciplinar de uma situação de pesquisa.

Figura 5. Processo da mimese (FLICK, 2004, p. 88).

Figura 6. O Modelo tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 105).

Figura 7. Momentos da prática social, em Resende e Ramalho (2016).

Figura 8. Página inicial do sítio virtual da AJI, com destaque para a aba Comunicação.

Figura 9. Realização da oficina Conhecendo os problemas dos jovens (I).

Fonte: AJI.

Figura 10. Realização da oficina Conhecendo os problemas dos jovens (II).

Figura 11. Realização da oficina Vídeos relacionados a drogas.

Figura 12. Alunos apresentando trabalho relacionado às questões de drogas e violência nas aldeias.

Figura 13. Alunos apresentando trabalho relacionado às questões de drogas e violência nas aldeias (II).

Figura 14. Oficina de Educação sexual.

Figura 15. Oficina de Educação sexual.

Figura 16. Alunos apresentando trabalho para a oficina de Educação sexual (I).

Figura 17. Alunos elaborando trabalho para ser apresentado na oficina de Educação sexual.

Figura 18. Alunos apresentando trabalho para a oficina de Educação sexual (II).

Figura 19. Parte da página que dispõe da galeria de vídeos.

Figura 20. Capa da edição nº 26 do AJIndo.

Figura 21. Capa da edição nº 24 do AJIndo.

Figura 22. Capa da edição nº 18 do AJIndo.

Figura 23. Capa da edição nº 16 do AJIndo.

Figura 24. Viga de madeira danificada utilizada na sustentação do telhado de uma das casas construídas em 2009, de acordo com o Jornal AJIndo, 16ª edição.

Figura 25. Capa da 21ª edição do jornal AJIndo.

Figura 26. Capa do número 29 do jornal AJIndo, tematizando a violência.

Figura 27. Morador que teve a casa invadida para roubo e que sofreu dois golpes de faca (trecho 2m 57s).

Figura 28. Professor relatando um caso de violência no pátio da escola onde atua (4m 57s).

Figura 29. Momento de relato.

Figura 30. Momento de relato.

Figura 31. Momento de relato.

Figura 32. O menino e seu pai saindo da loja, acompanhadas pelo vendedor da bicicleta (trecho 1m 11s).

Figura 33. O menino, no centro da imagem, recuperando sua bicicleta e fugindo em seguida, bem próximo ao ladrão, à esquerda (trecho 7m 55s).

Figura 34. Primeira parte do referido texto multimodal.

Figura 35. Ilustração relacionada ao *bullying*.

Figura 36. Capa da edição de número 13 do AJIndo.

Figura 37. Momento de vacinação na área indígena (trecho 0m. 37s.).

Figura 38. Relato sobre a violência constante da edição 16 do jornal AJIndo.

Figura 39. Relato de estudante sobre um caso de violência em ambiente escolar, publicado na 18ª edição do AJIndo.

Figura 40. Texto constante da edição 26 do AJIndo.

Figura 41. Sala de aula após um dia de chuva.

Figura 42. Vista externa de um bloco de uma escola municipal indígena.

Figura 43. Texto constante da edição 22 do AJIndo.

Figura 44. Texto constante da edição 30 do AJIndo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias de análise no modelo tridimensional.

RESUMO

A apropriação da língua escrita como tecnologia de comunicação, sobretudo quando se refere ao diálogo intercultural que envolve povos indígenas, é um fenômeno que se consolidou ao longo dos processos sociais e históricos da realidade brasileira. Para fins de preservação e manutenção cultural, a escrita mostrou-se essencial para inúmeros povos tradicionais que se viram política, geográfica e culturalmente inseridos na sociedade envolvente, mas que passaram a ser socialmente menosprezados. Nesse contexto, situo a presente tese no contexto da Terra Indígena Francisco Horta Barbosa, em Dourados/MS, no centro-oeste brasileiro, onde funciona a organização não governamental Ação de Jovens Indígenas (AJI), a qual entendo como uma agência de letramento (STREET, 1984, 2006; HEATH, 1983; KLEIMAN, 1995; KLEIMAN e ASSIS, 2016) e de tradução (LOTMAN, 1996, 1998) que promove uma série de práticas sociais junto a jovens das etnias Guarani e Terena da comunidade local. Para além do domínio da escrita, esse grupo precisou dominar conhecimentos afins à tecnologia necessários para a construção e manutenção de um sítio eletrônico que, entre outras funções, serve de ponte ao contato com outras sociedades através da *internet*, possibilitando externalizar seu modo de vida e os fatos a ele vinculados. O ambiente virtual em questão é, neste trabalho, pensado como um artefato cultural (BARTLETT, 2007) composto de diversas materialidades textuais que podem, com os pressupostos da Análise Crítica de Discurso (FAIRCLOUGH, 2016) e, em paralelo com o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), auxiliar na compreensão do funcionamento do sistema semiótico do diálogo cultural, admitindo, para isso, a teoria da semiosfera (LOTMAN, 1996, 1998; MACHADO, 2003, 2007) e seu caráter tradutório. Assim, a análise de alguns materiais produzidos pela AJI e disponibilizados em seu sítio eletrônico denota o objetivo central desta pesquisa, que é compreender sua circulação a partir de suas práticas discursivas e sociais, adotando um percurso teórico-metodológico interdisciplinar, guiado com inscrição no campo da Linguística Aplicada.

Palavras-chave: AJI, letramentos, prática social, semiosfera, tradução.

ABSTRACT

The appropriation of written language as a communication technology, especially when referring to intercultural dialogue involving indigenous people, is a phenomenon that has consolidated throughout the social and historical processes in Brazilian reality. For the purposes of cultural preservation and maintenance, the writing ability showed to be essential for many traditional people who found themselves politically, geographically and culturally inserted in the surrounding society, but who became socially underrepresented. In this context, I situate this thesis in the context of the Indigenous Reserve Francisco Horta Barbosa, in Dourados/MS, in the Brazilian Midwest region, where the non-governmental organization Ação de Jovens Indígenas (AJI) takes place, and which I understand as an agency of literacy (STREET, 1984, 2006; HEATH, 1983; KLEIMAN, 1995; KLEIMAN and ASSIS, 2016) and of translation (LOTMAN, 1996, 1998), that promotes a series of social practices among young people of the local ethnic groups Guarani and Terena. In addition to mastering written language, this group had to master the technology-related knowledge required for the construction and maintenance of a website that, among other functions, serves as a bridge to contact with other societies through the internet, making it possible to outsource their way of life and the facts linked to it. The virtual environment in question is taken in this work as a cultural artifact (BARTLETT, 2007) composed of several texts which can, through the postulates of the Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2016) and, in parallel with the indicial paradigm (GINZBURG, 1989), help to understand how the semiotic system of the cultural dialogue is, by admitting, considering, the semiosphere theory (LOTMAN, 1996, 1998, MACHADO, 2003, 2007) and its translational character. Thus, the analysis of some materials produced by the AJI and made available in its website denotes the central aim of this research, which is to understand its circulation from the discursive and social practices, adopting an interdisciplinary theoretical-methodological course, guided with inscription in the Applied Linguistics.

Keywords: AJI, literacies, semiosphere, social practice, translation.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	15
1.1. Considerações iniciais	15
1.2. Aspectos característicos da pesquisa	21
1.3. Um contexto histórico-geográfico dos processos de colonização e aldeamento	39
Capítulo 2 – Pressupostos teóricos	53
2.1. A Linguística Aplicada	54
2.2. Os Estudos do Letramento e suas implicações	63
2.2.1. Os artefatos culturais como tradutores	74
2.3. Cultura e semiótica: a teoria da semiosfera	81
2.4. Acerca da tradução	97
Capítulo 3 – Enfoque metodológico e organização dos dados de pesquisa	108
3.1. Os métodos de pesquisa adotados	110
3.1.1. A abordagem qualitativa da pesquisa	111
3.1.2. Análise Crítica do Discurso e o método tridimensional proposto por Norman Fairclough	116
3.1.3. O paradigma indiciário	129
3.2. Breve apresentação do sítio eletrônico da AJI	135
Capítulo 4 – Dados de pesquisa e análise	148
4.1. Descrevendo os dados da pesquisa	149
4.1.1. Sobre a violência	150
4.1.1.1. Jornal AJIndo	150
4.1.1.2. Galeria de vídeos	158
4.1.1.3. Publicações	165
4.1.2. A problemática da educação formal	167
4.1.2.1. Jornal AJIndo	168
4.1.2.2. Galeria de vídeos	175
4.1.2.3. Publicações	175
4.1.3. A questão da saúde	176

4.1.3.1. Jornal AJIndo	176
4.1.3.2. Galeria de vídeos	179
4.1.3.3. Publicações	180
4.2. Análises a partir da triangulação teórico-metodológica	181
4.2.1. Uma leitura da dimensão textual	182
4.2.2. Uma leitura das dimensões discursiva e social	197
4.2.3. Considerações gerais a partir das análises	201
Considerações finais	207
Referências	215

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1. Considerações iniciais

Ao longo dos parágrafos seguintes, apresentarei breve e descritivamente algumas considerações que refletem meu interesse pela temática indígena, não apenas como pesquisador, mas como sujeito social, de modo a destacar que os caminhos por mim percorridos influenciaram no modo como leio esse mundo tão particular e distinto do meu próprio. Para esse fim, abordarei sobre minhas motivações para estudar a questão indígena através da linguagem, meu entusiasmo por fatos de um grupo social minoritário em específico e meu percurso acadêmico, que tornou possível a realização deste trabalho.

Saído do estado de São Paulo rumado para o de Mato Grosso do Sul ainda criança, em meados da década de 1990, junto com meus pais, tive a oportunidade de, desde muito cedo, conviver com a cultura do outro. Apesar da pouca idade, além de São Paulo, residira por alguns anos no estado do Rio de Janeiro, onde minha família materna vive ainda hoje, e no estado do Rio Grande do Sul, onde reside grande parte de minha família paterna. As diferenças culturais de cada região me eram muito perceptíveis, ainda que não as pensasse criticamente, como procuro fazer hoje em dia.

Contudo, o maior dos elementos culturais a que tive acesso foi a presença do indígena na cidade de Dourados, assim que me percebi ali estabelecido, fixado. É claro que, apenas por uma questão de localidades de minhas residências nos outros estados, tal presença não me era tão evidente e constante como ocorreu em Mato Grosso do Sul.

Meus pais e eu residimos em dois endereços em Dourados, distantes um do outro e ambos distantes da Terra Indígena (TI) local. Diariamente, indígenas batiam palmas diante de nossa casa, ora pela manhã, ora ao final da tarde. Quando nos aproximávamos do portão, crianças quase sempre descalças pediam algum mantimento, habitualmente pão velho, observadas por adultos que estacionavam suas carroças sob a sombra de alguma árvore próxima, enquanto seus cavalos, alguns judiados, outros bem cuidados, descansavam.

Aquelas crianças batiam de casa em casa na rua onde eu morava. Quando eram recebidas pelos moradores, o “não” que frequentemente recebiam era muito rápido. Antes mesmo que completassem suas perguntas, muitas vezes já eram respondidos.

Mas, não só pediam. Também tentavam vender alguns legumes, principalmente milho e mandioca, dois itens muito comuns no prato do sul-mato-grossense, sobretudo o último, que serve como acompanhamento no churrasco de um estado tão agropecuário. Raramente comprávamos esses legumes. Jamais gostei nem de um nem outro, e meus pais relutavam em prepará-los para nossos almoços. Em vez da compra, meus pais contribuía com mantimentos ou pratos de comida. E ofereciam água aos cavalos.

Fui crescendo, e a repetição constante daquela cena me chamava cada vez mais à atenção. Algumas crianças que costumava ver num passado recente, também as via crescendo. O tamanho de seus corpos mudava, mas seu contexto não. Parecia que passariam o resto de suas vidas pedindo pão velho e vendendo milho e mandioca para continuarem vivendo.

Também reviravam as lixeiras em busca de algo que pudesse ser aproveitado na alimentação.

Muitos ambulantes não indígenas também passavam de casa em casa vendendo alimentos. Era algo comum, como é até hoje, na cidade. O que mais contrastava a diferença entre indígena e não indígena no caminho de seu comércio ambulante era a recepção. Os vendedores não indígenas conseguiam terminar suas frases. Recebiam, muitas vezes, um agradecimento, mesmo que a compra não fosse concretizada. O indígena não recebia um “obrigado”. Parecia que os moradores os enxergavam como obrigados a passar de casa em casa batendo palmas e receber respostas de negação pela oferta e pelo pedido.

Durante o período escolar, passei por quatro instituições de ensino, ao todo. A primeira, uma escola privada, localizava-se próximo à minha casa, num bairro majoritariamente residencial. As duas seguintes, escolas públicas, onde concluí o ensino fundamental e o médio, localizadas na área central de Dourados. A quarta, outra escola privada, de linha religiosa, franciscana, localizada num bairro nobre da cidade, onde passei um ano fazendo cursinho pré-vestibular, concomitantemente ao terceiro ano do ensino médio. Ao longo desses anos, praticamente não via indígenas nas escolas que frequentei. Sabia que existiam escolas indígenas nas aldeias, mas também ouvia dizer que muitos indígenas estudavam nas escolas centrais. Ora, eu estava nas escolas centrais e tinha amigos que estudavam em outras escolas centrais, e quando perguntava a eles sobre a presença de

indígenas em suas escolas, as respostas eram muito semelhantes à minha própria. Havia indígenas estudando no centro, mas a quantidade beirava zero, e zerava, se considerássemos sua invisibilidade naquele meio.

Por um tempo, entre o fim do ensino médio e o início da graduação, aquela situação me era compreensível. As escolas da cidade não ofereciam atendimento especializado aos indígenas. Sua língua não era ensinada. As rotinas eram distintas. Ainda não conhecia a Terra Indígena de Dourados, mas, sabendo que existiam escolas ali, acreditei que o atendimento era localizado e especializado.

Ao fim do ensino médio, fui aprovado para cursar Análise de Sistemas na Universidade Federal da Grande Dourados. No fim do primeiro ano de curso, prestei novo vestibular, então para Letras, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, cuja sede fica em Dourados, e prossegui nos dois cursos ao mesmo tempo, um era diurno e o outro noturno. Solicitei trancamento de minha matrícula no curso de Análise de Sistemas quando estava em seu terceiro ano e passei a me dedicar, exclusivamente, às Letras.

Meu trabalho de conclusão da graduação foi uma monografia na área da sociolinguística, quando realizei pela primeira vez uma pesquisa de campo, entrevistando pessoas de diferentes regiões da cidade, a fim de verificar variações no uso da língua portuguesa. Uma de minhas entrevistas ocorreu em Terra Indígena. Foi aquela a minha primeira visita ao local pelo qual já havia passado em frente algumas vezes, mas nunca adentrado. O lugar do outro, para mim, nunca ficara tão evidente. Estava ali para realizar uma entrevista, com questões de temáticas variadas, mas não podia não reparar no todo, nos barracos, no estilo de vida, na convivência dentro da comunidade, no modo como a pessoa entrevistada conversava comigo, nos olhares, nos tons de voz, na escolha do que dizer e do que não dizer. Enfim, era outra cultura, distinta da minha e distinta daquela que eu construía imaginariamente a partir dos indígenas que circulavam pela cidade.

Pouco tempo depois, durante o curso de mestrado em Letras, na Universidade Federal da Grande Dourados, já mais maduro em relação a uma série de questões sociais, políticas, linguísticas, culturais, filosóficas, entre outras, tive a oportunidade de me aprofundar na temática indígena, enquanto desenvolvia minha dissertação (STEFANELLO, 2014), que já tratava da Ação de Jovens Indígenas (AJI), uma ONG indígena que funciona na TI de Dourados, especificamente de alguns artigos constantes do jornal por ela mantido, intitulado AJIndo, que propus analisar a partir da teoria semiótica greimasiana, a fim de verificar como os sentidos eram construídos sob uma perspectiva estruturalista. Meu contato

com alguns indígenas locais cresceu, e pude estabelecer comparações entre as discussões que se davam nas aulas e a realidade dos povos que lá viviam.

No doutorado em Linguística, na Universidade Federal de São Carlos, incursionei nesta pesquisa que se vincula à Linguística Aplicada, e tem contribuído para que o meu modo de ler a cultura do outro fique mais polido e realista, ao ponto de provocar transformações fundamentais, ora por meio das discussões em aula, ora com as conversas durante as orientações acadêmicas, ora sozinho, lendo, estudando e escrevendo.

Para a tese, a proposta inicial consistia em acompanhar de perto as atividades de letramento mediadas pela AJI, participar das oficinas, da preparação dos textos que seriam publicados, e elaborar, ao final, um relato etnográfico com base na minha presença mais intensa nesse outro espaço cultural e na contribuição dos próprios indígenas ao meu texto, pois tratava-se de uma pesquisa participante (BRANDÃO, 2006) e os relatos de pesquisador e sujeitos de pesquisa seriam mesclados. Essa metodologia de pesquisa possibilitaria

ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem [esta modalidade de pesquisa] pretende ser um instrumento a mais na reconquista popular (BRANDÃO, 2006, p. 11).

Foi impossível.

Em junho de 2016, mês em que minha participação nos projetos desenvolvidos na aldeia teria início foi, justamente, o mês em que eclodiram os conflitos entre indígenas e produtores rurais na cidade de Caarapó, localizada a aproximadamente 50 quilômetros de distância de Dourados. Área de retomada, a região passou por mais um dos tantos combates que marcam a história dos Guarani e dos Terena em Mato Grosso do Sul, em luta constante contra grandes proprietários de terra. Com esse fato, parte dos integrantes da AJI que me acompanhariam durante as atividades de letramento e durante a escrita do relato etnográfico voltaram suas preocupações para aquela situação, haja vista que eram da mesma etnia. Outros, não poderiam colaborar com a proposta de pesquisa em virtude do rumo que tomava a vida de cada um, que se iniciava em uma carreira profissional ou cuja rotina de trabalho vinha sendo intensa e a dedicação à AJI se fazia comprometida, conseqüentemente. Alguns membros não mais colaboravam com a ONG desde que seu orçamento sofrera cortes de financiamento e, compreensivelmente, cada um deles precisou encontrar outra fonte de renda. Meu contato com eles reduziu-se drasticamente.

Diante desse cenário e sem me olvidar dos prazos a serem cumpridos em meu programa de pós-graduação, a decisão tomada foi a de não investir na pesquisa participante e não ser uma interferência externa num momento delicado para aqueles jovens.

A quantidade de material produzido por eles até então se mostrava como ampla fonte de dados que comporiam o *corpus* deste estudo, e a perspectiva da tradução cultural sobre essa materialidade é uma abordagem inovadora, que possibilitaria análises sob o escopo teórico com o qual estivera em processo de familiarização nos anos anteriores.

Com a retirada do estágio de participação e da conseqüente escrita de um relato etnográfico, tratamos, eu e minha orientadora, de assumir uma investigação sobre as produções da AJI, às quais a Semiótica da Cultura, com um desenvolvimento tão amplo no que respeita aos contatos culturais, certamente traria um relevante aporte teórico na caracterização do uso da escrita como mecanismo de tradução das práticas de letramento que se desenvolveram ao longo dos anos de atuação desse grupo de jovens indígenas, e da identificação de elementos que constituem sua identidade.

A AJI é uma ONG que se utiliza de um espaço virtual para difundir informações locais da TI, em forma de notícia ou de instrução, apresentar questões específicas que fazem parte da vida de outros povos indígenas do país e do exterior, mostrar sua participação na luta pela visibilidade, pelo cumprimento do que determinam os direitos humanos e pela melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Esse espaço virtual é composto, basicamente, por três elementos: um sítio online e um *blog* (que parecem funcionar de maneira semelhante e compartilhando alguns conteúdos um do outro), e uma rede social. Era o primeiro, o sítio online, que me atraía mais a atenção devido à variedade de conteúdo ali disposto e à possibilidade de acompanhar os relatos e fotos das oficinas que a AJI mediava para os indígenas locais, instruindo-os e levando até eles novos conhecimentos que, de alguma forma, contribuem para a leitura que fazem do mundo e para a validação de suas práticas sociais, isto é, para a forma como escrevem no mundo.

Após essa apresentação inicial, demonstro a seguir como o trabalho está organizado.

Este Capítulo 1 – *Introdução* abrange as considerações iniciais que resultaram em meu particular interesse por questões envolvendo povos indígenas, especificamente os Guarani-Kaiowá, Guarani-Nhandeva e Terena residentes na Terra Indígena de Dourados. É também nesse capítulo que apresento as características maiores do trabalho de pesquisa, bem

como delinear um contexto histórico-geográfico do processo de colonização e aldeamento locais, caracterizando o panorama que antecede os contatos contemporâneos.

No Capítulo 2 – *Pressupostos teóricos*, apresentarei o contorno das teorias que embasam toda a argumentação desenvolvida. Circunscrevendo-me na Linguística Aplicada e, especificamente, nos Estudos do Letramento, procurarei trazer à compreensão uma perspectiva do que consiste o conceito de tradução, tendo em vista que os dados que propus analisar estão veiculados em um sítio eletrônico¹ que entendo como um artefato cultural. Tangente a isso, a Semiótica da Cultura (LOTMAN, 1996) dispõe de um aparato teórico de muita pertinência para pensar a cultura contemporânea, e concentra na tradução parte considerável dos processos dinâmicos que ocorrem na semiosfera e entre semiosferas.

O Capítulo 3 – *Enfoque metodológico e organização dos dados de pesquisa* caracterizará a abordagem de teor qualitativo e interpretativista desta tese, explorando a Análise Crítica de Discurso como proposta teórica e metodológica proposta por Norman Fairclough, com a qual poderei migrar por entre as noções de texto, práticas discursivas e práticas sociais, que, em comunhão com o paradigma indiciário de Ginzburg, permitirão uma análise reflexiva a propósito da circulação dos discursos mediados e intermediados pela AJI. Recorro, ainda, a uma apresentação sucinta do sítio eletrônico da AJI, meu *locus* virtual de pesquisa, antes de expor os dados dali extraídos.

Por fim, o Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise* compreenderá a tessitura do recorte dos dados de que me utilizo, realizado com base nos indícios textuais que me permitiram enxergar as três maiores problemáticas, as quais trato como sistemas, que configuram os discursos da AJI. Esse processo estará composto pela descrição de todos os textos atinentes aos sistemas identificados, para, então, analisar reflexivamente o modo como os discursos sobre as questões da violência, da educação e da saúde circulam e reverberam traços ideológicos nas práticas de letramento - discursivas e sociais - mediadas pela AJI.

Assim, ao longo dos próximos itens, apresentarei as características da pesquisa ora empreendida, bem como contextualizarei a presença dos indígenas na atual cidade de Dourados, além de detalhar os interesses e práticas da AJI como organização não governamental e o modo como atua em caráter de letramento, envolvendo não só os jovens indígenas, mas toda a comunidade.

¹ A página eletrônica da AJI pode ser acessada através do *link*: <http://www.jovensindigenas.org.br>.

1.2. Aspectos característicos da pesquisa

É importante caracterizar a proposta desta pesquisa, bem como os objetivos que almeja e informações que justifiquem sua relevância no cenário contemporâneo, intercultural e tecnológico do qual fazemos parte.

A diversidade cultural é riqueza para as relações humanas. Mantém, ela, relação intrínseca com a identidade cultural. Os modos de pensar, agir, sentir e se relacionar com as pessoas decorrem de características essencialmente culturais e se manifestam nas práticas discursivas de cada indivíduo ou grupo. O ser humano é um sujeito discursivo, constitui-se socialmente por meio da linguagem e da significação de tudo o que lhe envolve. Nesse viés, é válido admitir a existência de uma relação de interdependência entre as práticas discursivas e as práticas sociais, uma vez que a cultura se desenvolve e mantém em um meio social que exerce certa influência sobre os nossos discursos, que, por sua vez, influenciam novas práticas sociais.

Nossos dizeres são constituídos de discursos próprios e de alteridades. O *outro* é tão imprescindível quanto o *eu* para minha condição de sujeito social, uma vez que exerce sua influência no dizer próprio (BAKHTIN, 2014 [1929]). A lógica bakhtiniana aponta para a alteração do sujeito a partir da interação, no momento em que ele próprio é constituído. Para o autor, o suporte do sujeito apoia-se em *nós* (2014, p. 192, grifo meu), pois é impossível que coincida consigo próprio; ele existe para os outros, jamais para si. É a partir da convivência com o outro, que o ser humano assim se constitui. É a partir da dialogia e da intersubjetividade que a subjetividade se manifesta, isto é, o pensamento próprio nasce no pensamento do outro (BAKHTIN, 2011[1979]).

Dentre os diversos conceitos desenvolvidos por Bakhtin, alguns, que inclusive alicerçam todo o seu pensamento, serão constantemente revisitados e relacionados com outras teorias neste trabalho, vislumbrando compreender e explicar de que modo a veiculação e a circulação dos discursos associam-se aos fatos e problemas concretos em uma dada comunidade e em que medida eles atuam como mecanismos de transformação da realidade.

Um desses postulados, que, por sinal, permeia integralmente este texto é o de que o pensamento é radicalmente histórico. Isto significa que todas as formas de compreensão humana acerca dos fatos, das práticas, das manifestações diversas não se desvinculam de um sistema de valores e de fatores sócio históricos (BAKHTIN, 2014[1929]; 2011[1979]).

Para Bakhtin (2014[1929]), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. *Sem signos não existe ideologia*” (p. 31, grifos do autor). Algo físico não. Um objeto, por exemplo, tem valor próprio e, por isso, não é ideológico, mas “todo corpo físico pode ser percebido como símbolo” (BAKHTIN, 2014[1929], p. 31). A imagem, produção artístico-simbólica originada por/de um dado corpo físico, trilhando pelo mesmo pensamento, é um produto ideológico que se converte, assim, em signo, passando a adquirir valor duplo: um físico, presente na realidade material, e um sócnico, por meio do qual outra realidade qualquer passa a ser refletida e refratada. Os signos que caminham junto com a realidade podem distorcê-la ou confirmar sua veridicção. “O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali, onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (p. 32-33, grifos do autor).

Na esteira bakhtiniana, a linguagem é o processo de interação social repleta de troca de signos entre as consciências individuais, resultante da relação entre *eu* e *outro*, de modo que a consciência dos envolvidos caracterize-se sócio ideologicamente.

Um segundo postulado bastante caro à pesquisa é, exatamente, o do caráter dialógico da linguagem, que perfaz a existência humana. Bakhtin define as relações dialógicas como encontros de enunciados que fazem com que os valores sociais se movimentem, garantindo que a lógica do dialogismo não seja a natureza estritamente linguística dos enunciados, mas o embate das axiologias.

Uma vez axiológico, o pensamento, que congrega a história do indivíduo para a compreensão da atividade humana, evidencia a necessidade do outro para a construção do eu, a necessidade da convivência como garantia da existência, o reconhecimento de que o homem utiliza-se do olhar do eu com o outro para olhar o seu próprio interior (BAKHTIN, 2011[1979]). A importância que se dá aos fatos não reside no interior, mas na fronteira entre a consciência do eu e a do outro, pois o interior encontra-se completamente voltado para o exterior, “cada vivência interior está na fronteira, encontra-se com outra, e nesse encontro tenso está toda a sua essência” (BAKHTIN, 2014[1929], p. 341).

Em regularidade a essa compreensão, e atentando para o processo de interação pela linguagem, mesmo que para além de um sistema linguístico estruturado, não dominado por um ser humano recém-nascido, por exemplo, que, mesmo assim, não deixa de se comunicar, o filósofo português Miguel Pereira (2003, p. 3) infere que “o berço iniciou a abertura do mundo dos homens”, vinculando a necessidade de interação ao fenômeno da globalização,

amplamente compreendida, dessa forma, como a questão de ser-no-mundo-com-outros, opondo-se à visão nascida da tecnicidade. Ainda para o pensador (PEREIRA, 2003, p. 34), o dialogismo é essencial à globalização, num sentido humanizado do termo, reiterando a necessidade da interação de modo dialógico, pois “só aprofundando o que somos, podemos dar ao outro o melhor de nós, sem imposição nem submissão”. Não fosse assim, com a insistência em uma globalização de imposição de modelos de civilização, o resultado seria a perda de costumes desconhecidos ou não compreendidos.

Esse aspecto modaliza meu olhar como pesquisador, olhar que lanço sobre o outro e que interpreta o olhar do outro sobre o meu próprio, resultando, dessa maneira, em um processo dialógico e intercultural.

A situação de estudo em questão localiza-se na cidade de Dourados, em Mato Grosso Sul, estado da região centro-oeste brasileira, onde se estabeleceu a Terra Indígena Francisco Horta Barbosa (doravante TI de Dourados ou RID²), que apresenta a maior densidade demográfica do país (CIMI, 2013). Duas grandes aldeias compõem a área: a Jaguapiru, onde vivem os Guarani-Nhandeva, Guarani-Kaiowá e parte dos Terena, e a aldeia Bororó, com acentuada predominância dos Terena. No total, vivem na TI de Dourados aproximadamente quinze mil indígenas em uma área com pouco mais de três mil e quinhentos hectares de terra, destinados tanto para moradia como para produção agrícola familiar visando o sustento, para a realização de cultos religiosos, para a manutenção de práticas culturais, e para a extração de recursos naturais.

Através do uso da língua, jovens das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Nhandeva e Terena, as três que compõem a TI de Dourados, almejam alcançar duas metas que saltam aos olhos do leitor de suas produções: (a) denunciar à sociedade, de dentro para fora, as realidades existentes nas aldeias, os crimes, os fatos político-administrativos que prejudicam a qualidade de vida da comunidade, as dificuldades enfrentadas com a educação, que influencia e sofre influência direta do contato com o não indígena; e (b) apresentar, de igual modo, à sociedade, as práticas desenvolvidas em oficinas culturais e educativas, campanhas diversas, projetos, enfim, responsáveis pela veiculação de informação que, sob seu ponto de vista, é necessária para a instrumentalização da comunidade em um cenário de

² RID consiste na sigla de Reserva Indígena de Dourados, nome pelo qual a TI é conhecida e referida pelos indígenas locais e pela AJI em seus textos. Será dada a preferência pelo uso da expressão Terra Indígena ao longo do trabalho, mantendo a expressão Reserva Indígena quando da incorporação de um texto original que a utilize.

desigualdades, além de, claramente, para a tentativa de manter elementos próprios de sua cultura, que vêm sendo perdidos ou transformados ao longo da história.

A atual situação econômica da TI de Dourados é de extrema pobreza. Muitas moradias são improvisadas e cobertas por lonas. As ruas de terra das aldeias não recebem manutenção constante, dificultando a mobilidade dos moradores, sobretudo em dias chuvosos, quando é impossível o acesso de ônibus escolares, por exemplo. A iluminação é precária e a segurança, muitas vezes, é informalmente administrada pelos líderes indígenas. A localização, às margens da rodovia MS-267, facilita o acesso à área mais urbanizada da cidade, mas também representa algum perigo, uma vez que se misturam o intenso tráfego de veículos em viagem e a presença não menos intensa de moradores, em especial jovens em idade escolar, e de animais domésticos. Os altos índices do alcoolismo que acomete os indígenas também colaboram para a ocorrência de acidentes no local envolvendo motoristas e pedestres.

Aliadas a isso, outras questões, como o sanitarismo, a educação escolar e o próprio contato cultural entre os povos indígenas locais, trazem como decorrência uma série de obstáculos a uma vida com qualidade e globalizada, dificultando a manutenção adequada de um contexto multicultural no sentido de as culturas ali existentes prosseguirem com seus costumes e tradições.

Também, de acordo com o Relatório da Missão ao Mato Grosso do Sul, publicado pela ONG Plataforma de Direitos Humanos (PLATAFORMA DHESCA, 2014), são diversas as violações aos direitos dos povos indígenas detectadas em Mato Grosso do Sul, e ressalta, no referido documento, violações dos direitos ao território, à alimentação adequada, ao acesso à educação específica, à saúde, à dignidade da pessoa humana, entre outros que configuram um quadro preocupantemente negativo.

É de elevada importância atentar para o fato de que os problemas enfrentados pelos povos indígenas, os quais se evidenciarão com algum detalhamento no decorrer deste texto, ocorrem em um contexto cuja dimensão se mostra, sobretudo, em seu contato e relação com a terra indígena ancestral, propriamente dita, que consiste em área de retomada dos territórios tradicionais.

Não obstante a Constituição Federal de 1988 haver ratificado o direito à terra, ela segue sendo a maior reivindicação por qual lutam os povos tradicionais não só na cidade de Dourados, mas em diversos estados brasileiros, uma vez que é por meio dela que se revelam as condições de sobrevivência cultural e, conseqüentemente, física de um povo. A própria

expressão *Tekohá* transparece essa característica simbolizando um outro jeito de ser em um espaço onde reside sua ancestralidade.

A demarcação e a homologação de territórios tradicionais constituem uma situação bastante delicada e causadora de tensões, sobretudo entre indígenas e não indígenas, não somente devido à demora com que ocorrem, mas pelos processos de desintrusão das terras em estudo ou regulamentação.

Assim, no reconhecimento da amplitude das questões que fazem parte de um cenário social, cultural e economicamente complexo, e da necessidade de estudos que se ocupam da investigação dessas questões nas mais distintas áreas do conhecimento, minha pretensão com este trabalho está na possibilidade de contribuir, ainda que discretamente, com a evidenciação, análise e discussão de temáticas específicas que ilustram esse amplo contexto.

Entre diversas abordagens temáticas, é essa a conjuntura que o sítio eletrônico mantido pela AJI veicula, com reportagens de caráter nacional e local, afinadas com a situação de sua comunidade e de outros povos indígenas, posicionando-se frente aos seus direitos como cidadãos, e demonstrando as ações ali desenvolvidas no âmbito de informar e difundir conhecimentos para os jovens locais.

A escolha de concentrar o estudo em questão nessa TI, em particular, se deu em virtude de meu tempo de residência na cidade de Dourados e do (re)conhecimento superficial acerca do contexto de violência, intolerância e elementos que tornam complexa a relação entre indígenas e não indígenas, atualmente tão presente e perturbadora a um olhar mais sensível, incapaz de aceitar com naturalidade a existência de conflitos étnicos motivados pela suposição de uma relação de superioridade *versus* inferioridade, que existe em toda a sociedade e que leva à necessidade de grupos minoritários encontrarem caminhos alternativos para a igualdade.

Embora o contexto social do local onde a pesquisa foi desenvolvida revele uma carga de preconceitos e injustiças que se tornou ainda mais evidente ao logo do período que empreendi para realizar o trabalho, importa o realce de que ele se desenvolve sob a abordagem da Linguística Aplicada. Por isso mesmo, conforme mencionei anteriormente, é inevitável a incursão no campo social, uma vez que direciono o foco das minhas preocupações acadêmicas para a questão da veiculação e circulação dos discursos compreendidos como práticas sociais, particularmente em área indígena, onde o viés de conflito e combate social se torna mais evidente.

Diversos elementos desse contexto são abordados pelos indígenas que vivem na TI de Dourados em textos produzidos ou compartilhados pelos jovens da AJI, utilizando-se de mecanismos midiáticos e atividades culturais e educativas que envolvem a comunidade.

Sob essa perspectiva, o presente estudo visa à composição de uma análise das práticas de letramento que configuram a esfera discursiva das práticas sociais da ONG Ação de Jovens Indígenas. Para efeito, são de particular interesse os discursos que mobilizam essas práticas e que podem ser acessados a partir de seu sítio eletrônico, em textos verbais e visuais, especificamente os vídeos ali disponíveis, produzidos pelos próprios membros da AJI.

Um dos pilares que suportam esta pesquisa é a questão da circulação da informação, e, nesse sentido, entre todos os materiais postos em circulação pela AJI em seu sítio eletrônico, ou seja, diversas fotos e vídeos, notícias próprias em seção específica, compartilhamento de notícias originárias de outros portais jornalísticos, e um jornal próprio, o AJIindo, é significativo realçar que este último apresenta uma característica a mais do que o restante, que é o fato de não se haver restringido ao espaço virtual, pois as primeiras edições tinham versão exclusivamente impressa e eram distribuídas nas aldeias, antes de se converterem para a versão eletrônica disponível *online*.

A esse respeito, penso ser oportuno guardar maior detalhamento para o item 3.2. *Breve apresentação do sítio eletrônico da AJI*, mais adiante. De todo modo, esse sítio eletrônico será meu ambiente de estudo.

Entendendo-o como um artefato cultural (BARTLETT, 2007), ideia que se ampliará posteriormente, esse mundo virtual particular da AJI é o resultado de uma ação humana com vistas, entre outras, à manutenção cultural. Com a concentração de diversos materiais, podem-se observar quais temáticas são mais recorrentemente tratadas, aquelas que merecem maior atenção, que, normalmente, clamam por soluções urgentes ou reverberam discursos de conscientização que abrangem uma grande população, composta não somente pelos jovens indígenas que participam diretamente das ações da AJI, mas também por aqueles que participam indiretamente, como suas famílias e aqueles com quem se relacionam cotidianamente, e, claro, pela sociedade envolvente.

A maioria dos povos tradicionais, e inclui nessa relação os povos Guarani e Terena, advém de culturas ágrafas, em que a oralidade era o instrumento de comunicação único, e que, ao longo do tempo, os processos histórico-políticos exigiram a apropriação da língua

escrita por essas populações a fim de que se adaptassem ao modo de vida e às políticas desenvolvidas pelo homem branco.

Ademais, as tecnologias envolvidas na apropriação da língua escrita também chamam a atenção e serão discutidas em momento oportuno, de modo que homem e máquina comunguem para a criação de um ambiente em que ambos desempenham papéis primordiais.

Tendo isso em mente, fica evidenciado o uso social da língua e de linguagens de que esses jovens indígenas se utilizam. Os textos, as fotos e os vídeos que compõem o sítio virtual não tratam, unicamente, de informar o que acontece nas aldeias, mas de estabelecer um diálogo intercultural entre as três etnias ali residentes e a sociedade envolvente. Entendo essa ação como um ímpeto de mobilização por parte da comunidade, que almeja uma visibilidade que não tem em um mundo cuja globalização é cada vez mais visível e exponencialmente excludente.

Ao processo de escrita é importantíssimo associar a existência de sistemas semióticos variados, que integram sua essência e se refletem nas atividades culturais mediadas pela AJI. A comunicação que se manifesta advém de outros sistemas que também processam o ato comunicacional. Nesse sentido, o viés social que cabe à produção desses sujeitos toma proporções que vão além daquilo que se depreende a partir da leitura do escrito, pois os sentidos que fazem significar atrelam-se à leitura do todo, do conjunto, das especificidades de cada sistema que compõe um sistema maior.

Esses elementos que tanto fascínio despertam e tanta atenção merecem, entre outros que se evidenciarão ao longo do desenvolvimento deste trabalho, conservam indícios textuais que permitem alcançar traços ideológicos e de identidade através dos discursos colocados em circulação.

A perspectiva admitida para este trabalho é a de que a AJI funciona como uma agência de letramentos (KLEIMAN, 1995, KLEIMAN e ASSIS, 2016) e de tradução (LOTMAN, 1996, 1998). Ao longo do texto essa perspectiva será defendida e os conceitos de letramento e tradução serão discutidos, de forma a alicerçar uma análise dos artefatos culturais em que se consolida a produção material da AJI e dos paradigmas que servem como base para essa produção, que emerge de práticas situadas de letramento (BARTON, 1993).

É pertinente realçar, no entanto, que a análise aqui proposta representa uma leitura, uma possibilidade de compreensão do jovem indígena e de sua comunidade de inserção na

atual cidade de Dourados. O objeto da pesquisa é a produção material da AJI, que abrange tipos textuais variados, resultantes de práticas de letramento, e que oferece, em primeira instância, tendo em vista os indícios de atuação dessa cultura, o olhar dos jovens indígenas sobre sua comunidade. O olhar do pesquisador existe em segunda instância, de modo que engendra um fenômeno de tradução (LOTMAN, 1990; LATOUR, 2005; AUBERT, 1993) duplamente articulado: a tradução do jovem da AJI sobre os fatos que motivam e justificam suas produções, e a tradução do pesquisador sobre a tradução do jovem acerca desses fatos.

A esse respeito, uma vez que o trabalho inscreve-se em viés qualitativo de pesquisa (DENZIN e LINCOLN, 2006; DUARTE, 2009), a lógica indutiva sobrepõe-se ao positivismo *contemano*, isto é, embora admita e proponha a objetividade da pesquisa, é impossível dissociar sujeito pesquisador e objeto/sujeitos pesquisados. Nesse sentido, nada é puramente neutro, ainda que haja considerável distanciamento em relação aos problemas de pesquisa, conforme proponho para este trabalho.

No espaço dialógico em que ocorrem práticas sociais, situam-se práticas discursivas que formam um conjunto de semioses por meio do qual se constitui toda e qualquer forma de construção de significado (FAIRCLOUGH, 2016).

É a partir do reconhecimento dessas práticas sociais e discursivas que os Estudos do Letramento se firmam como matriz teórica deste trabalho, viabilizando a análise dos processos de tradução cultural presentes num esquema dialógico de identidades e etnicidades, pois “as práticas de letramento são constitutivas da identidade” e as maneiras como se lê e se escreve, entendidas aqui as práticas de leitura e escrita como formas de ser e estar no mundo, “são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar” (STREET, 2006, p. 466). Isso se deve ao caráter discursivo disposto nessas práticas, que permite à linguagem atravessar fronteiras de significação. Os discursos que emergem de práticas sociais constituem-se em formações sociais de linguagem com elementos semióticos que hierarquizam e dinamizam toda uma rede de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Exposto isso, caracteriza-se por objetivo central deste estudo a análise de alguns materiais produzidos pela AJI e disponibilizados em seu sítio virtual, de modo que seja possível contextualizar social e culturalmente as práticas de letramento na esfera de Terra Indígena e a influência da língua e da comunicação intercultural nos processos de letramento, buscando evidenciar o papel que exerce o grupo de jovens na construção e na manutenção da identidade desta comunidade.

Com o desenvolvimento intenso das novas tecnologias de informação e comunicação (doravante NTICs) e, em especial, a difusão de conteúdos na *internet*, um grande conjunto de conhecimentos torna-se indispensável aos usuários a fim de que o acesso a elas seja garantido. Esses conhecimentos perpassam diversos elementos do ambiente tecnológico e informacional, que vão desde o uso adequado de *hardware* até a assimilação do funcionamento de *softwares* e de redes eletrônicas *online*.

A temática da inclusão digital vem ganhando repercussão, nos últimos anos, em virtude do rápido avanço tecnológico que ocorre na sociedade moderna. Costumeiramente, essa perspectiva inclusiva diz respeito à expansão tecnológica em um contexto de mercado que visa o fomento de inovações para a sociedade que atendam às necessidades de consumo.

À medida que a inclusão digital passa a ser uma política necessária à cidadania, duas formas de exclusão, que antecedem e originam essa política, ficam em evidência: uma, social, a ver com a impossibilidade ou a dificuldade de acesso, e outra, cultural, que se refere à falta de conhecimentos específicos, ou de letramentos digitais/informacionais que provejam o acesso eficiente à informação.

Castells (1999, p. 354) expõe que a “cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e serão ainda mais com o passar do tempo”, em razão de vivermos em uma era de revolução tecnológica e informacional.

Ademais da disponibilidade técnica de equipamentos tecnológicos, importa também, para o desenvolvimento sociocultural das pessoas, a capacidade informacional que cidadãos e organizações devem incorporar e adaptar à vida cotidiana.

Para Piere Lévy (1999), tecnologias virtuais, como o ciberespaço, não causam, por si próprias, fenômenos de exclusão social. Contudo, pondera o autor, que a velocidade e a quantidade de informação que as tecnologias são capazes de processar podem ocasionar, de fato, marginalização.

O acesso amplo a certos artefatos tecnológicos deve, entretanto, compor uma sociedade da informação ou da comunicação não sob a luz da inclusão digital pura e simplesmente, mas desenvolvendo mecanismos com vistas a uma inclusão social por meio da tecnologia. No que se refere à apropriação social das NTICs, o objetivo deve ser que se firme um processo de comunicação democrática, no qual haja participação efetiva e consciente por parte dos usuários, de maneira que o foco não esteja apenas na assimilação

das funções e das possíveis aplicações de programas computacionais, mas que abranja dimensões de âmbito social.

Lévy (1999) defende o acesso informacional a todos os indivíduos, como forma de garantir sua cidadania, uma vez que o virtual constitui um território de expressão.

Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no “virtual”, nem a que um deles “limite” o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro (LÉVY, 1999, p. 196).

O virtual como esfera de expressão e como facilitador da cidadania assume, cada vez mais intensamente, um papel fundamental nas práticas sociais e no contato (inter)cultural a partir de relações tecno-sociais. O alcance global da *internet*, nesse caso, é indiscutível. Informações antes localmente restritas a um dado contexto, uma vez disponibilizadas *online* tornam-se acessíveis em outros contextos quaisquer, caracterizando, assim, o processo de informação.

O que chama a atenção para as reflexões alinhavadas até aqui é a percepção de que a tecnologia, especialmente a *internet*, passou a mediar uma série de práticas de leitura e escrita, possibilitando formas diversificadas de interação direta e dinâmica com os mais distintos gêneros textuais.

Mais especificamente, práticas de leitura e escrita em comunidades indígenas através da *internet* vêm se tornando mais corriqueiras e atuando importantemente no que se refere à cidadania e aos contatos culturais. O entusiasmo ao tratar sobre essa característica advém da presença da escrita em ambientes que privilegiavam a oralidade, como no caso da maioria dos povos indígenas viventes no Brasil.

Trabalhos já tradicionais que discutem processos comunicacionais, como o de Lévi-Strauss (2002[1962]), Godoy e Watt (2006[1963]) e Haverlock (1996[1976]), descrevem as implicações do uso da escrita em comunidades que tradicionalmente se utilizavam apenas da oralidade.

Neves (2009) mostra que trabalhos como esses originaram uma dicotomia entre escrita e oralidade, uma vez que a primeira era colocada, à época, como mais importante do que a segunda e isso implicava negativamente para comunidades ágrafas, por exemplo, ou de tradição oral.

A superestima à escrita, de acordo com a mesma autora, fundamentou-se, principalmente, nas relações de poder exercidas pela Igreja e pelo Estado, que viam nesse sistema uma forma de dominação ideológica. Nesse viés, descrevem Grizi e Silva (1981, p. 17) sobre a escola, instituição primária quando se pensa em aquisição da escrita, em contexto indígena:

A escola, instituição estranha às sociedades baseadas na oralidade, é um aparelho ideológico da etnia e das classes dominantes. A instalação de escolas em áreas não funciona apenas como veículo direto da dominação das populações tribais; serve também para convencer índios e brancos de que índio não aprende, e para legitimar perante a sociedade nacional uma “assistência” aquelas populações confirmando e reforçando a superestrutura.

Prosseguindo, as mesmas autoras, ao conceberem o processo de ideologização que se manifestava e se cristalizava em sala de aula, afirmam:

A ideologização da “escola” (alfabetização da língua nacional) é, como frisamos, resultado da relação dialética entre o que o índio pensa a respeito da sociedade nacional e o que o “civilizado” pensa do índio. O índio pode ver a “escola” como solução mágica para os problemas que enfrenta, como um lugar para as crianças; pode querê-la como meio de deixar de ser índio e ser como branco, procurar status através da alfabetização. O “civilizado” pode ver a escola como fator de progresso nacional e do índio, da erradicação da “selvageria”, de “salvação” moral, espiritual e material, ou seja, vê-la como “aspirina”, uma panaceia para todos os males: os do índio e de sua própria consciência (GRIZZI e SILVA, 1981, p. 19).

Sob essa ótica, o indígena é descaracterizado, entendido como pertencente a uma sociedade distinta da do branco, dela dependente e igualmente dependente do branco com sua “cultura superior” que civiliza.

Em texto publicado em seu *blog online*, Munduruku (2008, s.p.) discute o uso da escrita por povos indígenas:

A escrita é uma conquista recente para a maioria dos 230 povos indígenas que habitam nosso país desde tempos imemoriais. Detentores que são de um conhecimento ancestral aprendido pelos sons das palavras dos avôs e avós antigos estes povos sempre priorizaram a fala, a palavra, a oralidade como instrumento de transmissão da tradição obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas.

A memória é, pois, ao mesmo tempo passado e presente que se encontram para atualizar os repertórios e encontrar novos sentidos que se perpetuam em novos rituais que abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo de sua história.

A escrita, então, é vista como ferramenta tecnológica indispensável na manutenção da cultura dos povos indígenas que fazem parte de uma sociedade que, historicamente, os

segregou, apagando suas histórias de vida original, suas crenças e costumes, de maneira bélica. Mais adiante em seu texto, Munduruku (2008, s.p.) se posiciona quanto a isso:

A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro.

É bem verdade que o advento da *internet* muito contribuiu para a evolução desse panorama e para o aprimoramento e manutenção das relações e das práticas sociais. Através dela – a internet – se incrementaram as possibilidades de comunicação e expressão a partir do uso de ferramentas mediadas pelo computador. A intensificação e internacionalização na interação com outros atores é, certamente, a característica mais evidente de uma sociedade globalizada e globalizante.

À medida que os avanços tecnológicos se consolidam, os avanços nas possibilidades de sociabilização também o fazem. Uma busca rápida por *blogs*, jornais online, sítios virtuais em geral nos retorna uma quantidade gigantesca de resultados, cujos textos seriam impossíveis de serem lidos na íntegra em tempo inferior à expectativa de vida humana.

A interação com os conteúdos disponibilizados na *internet* não é automática, entretanto. Embora haja imensa quantidade de textos disponibilizados online, não temos acesso a todos eles e não interagimos com todos aqueles que acessamos. Fazemos um recorte aparentemente automático daquilo que nos interessa mais ou menos. O que acessamos é produzido por outros atores ideologicamente marcados, inseridos nos mais variados contextos educacionais, políticos, sociais e culturais, que, por meio do uso da escrita, passaram a existir para o mundo através da *internet*.

O baixo custo de manter uma página virtual disponível para ser acessada favorece grandemente para que a escrita esteja cada vez mais difundida entre culturas distintas e possibilite o desenvolvimento do conhecimento e do senso crítico. É totalmente possível na atualidade termos acesso a um texto de um russo que escreve na internet em português discutindo o contexto econômico espanhol. Não só falantes de língua portuguesa poderiam ler esse escrito, uma vez que os mecanismos de tradução também se fazem mais e mais presentes, podendo ser configurados para traduzirem automaticamente uma página virtual qualquer para a língua de preferência.

A Teoria Ator-Rede, proposta por Latour (2005) e facilitada pela compreensão de Buzato (2009), que retomarei pouco mais adiante, é uma lente interessante pela qual dadas

práticas de letramento podem ser compreendidas. Ademais da noção de letramento como prática social, ela também integra uma vertente na qual é entendido como uma tecnologia, tal como a escrita o é.

Uma das concepções desenvolvidas pela teoria advoga para a necessidade de apreender competências específicas que fazem parte de um conjunto de *subjeficadores* que acumulamos ao longo do tempo, com as experiências que vivemos. Nesse conjunto, atores-rede humanos e não humanos possuem tarefas distintas. Os humanos são capazes de interferir na vida coletiva através de não humanos. Estes últimos, por sua vez, exercem influência nas singularidades, nos indivíduos que se mobilizam para serem ou sentirem-se letrados.

Esse prisma nos serve para exemplificar as ações desenvolvidas pela AJI, que necessita de uma série de aparatos tecnológicos e cujo trabalho, ao menos uma parte substancial deste, é disponibilizado em um sítio *online*.

Esse, contudo, não é um caso isolado no Brasil. Diversos povos indígenas desenvolvem trabalhos de cunho social, em sua maioria, que demandam níveis diversos de letramento digital, e disponibilizam parte de seus projetos na *internet*, em sítios próprios. Indígenas da aldeia Nhamandú Mirim, localizada na Terra Indígena Piaçaguera, em Peruibe/SP, mantiveram, até 2013 um *blog*³ onde compartilhavam notícias e divulgavam fotos e vídeos que envolviam, de alguma maneira, sua comunidade ou a etnia Tupi-Guarani. Na aldeia Renascer Ywyty Guaçu, na cidade de Ubatuba/SP, indígenas mantêm um *blog*⁴ voltado para divulgar eventos locais, convidando a comunidade, e apresentar fotos e trabalhos culturais realizados naquela aldeia. A aldeia Fulni-ô, localizada no município de Águas Belas/PE, também alimenta, com periodicidade bastante regular, um *blog*⁵ voltado para o povo Fulni-ô, com propósito semelhante aos demais. O sítio⁶ dos Ashaninka da aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, em Marechal Thaumaturgo/AC conta com divulgação de notícias, fotos, vídeos, além de disponibilizar links em que o visitante pode, inclusive, fazer encomendas de seus artesanatos. Em Rio Negro/AM, os Baniwa que vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, no Alto Rio Negro mantêm um

³ Conferir pelo endereço <http://aldeianhamandumirim.blogspot.com.br>.

⁴ Conferir pelo endereço <http://aldeiarenascer.blogspot.com.br>.

⁵ Conferir pelo endereço <http://amazonirfulnio.blogspot.com.br>.

⁶ Conferir pelo endereço <http://apiwtxa.blogspot.com.br>.

sítio virtual⁷ onde postam algumas notícias e fotos da comunidade, tanto pessoais, como de eventos que ali ocorrem. Outros tantos povos indígenas no Brasil fariam parte dessa lista, mas citei apenas alguns, como exemplo.

O papel desempenhado pela escrita, que denota competências adquiridas por práticas de letramento (também digital), possibilita, efetivamente, as relações interculturais. Merece atenção que, assim como acontece no caso da AJI, a maioria dos sítios *online* que visitei para observar quais práticas letradas compunha as relações propostas por cada povo indígena foi construída e se utiliza majormente de informação em língua portuguesa. As notícias compartilhadas nesses espaços virtuais são oriundas de outros sítios, em português. As notícias escritas pelos próprios integrantes das etnias, que administram esses sítios, estão, também, em português. No caso das fotografias divulgadas, quando acontece de haver legendas ou frases que explicam as imagens, percebi que este conteúdo também encontra-se em língua portuguesa.

Nesse pano de fundo, é possível, também, citar trabalhos importantes que têm sido desenvolvidos nos últimos anos que apontam, justamente, para a questão das ferramentas tecnológicas, a incluir o uso da *internet*, e das práticas de letramento inscritas na esfera social, sobretudo com a utilização da língua escrita.

O grupo de pesquisa LEETRA, liderado pela Prof.^a Dr.^a Maria Sílvia Cintra Martins, vinculado ao Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), desenvolve um trabalho intenso acerca da temática dos letramentos nas linguagens materna e matemática, do qual destaco aqui as publicações da revista LEETRA Indígena (2012-), preocupada em garantir visibilidade, entre outras questões, à literatura indígena produzida em território brasileiro, valorizando, assim, os processos de escrita.

Os eventos Caxiri na Cuia, promovidos pelo mesmo grupo LEETRA, com três edições realizadas entre os anos de 2012 e 2014, sendo que a terceira edição ocorreu em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), focalizaram, com uma programação interativa composta de rodas de conversa, saraus, mesas de discussão, mostras de filmes e exposição de livros, a literatura indígena sob a perspectiva do indígena e do homem branco.

Em tempo, importa destacar autores de literatura indígena que vêm ganhando reconhecimento artístico e intelectual e contribuindo para a ampliação do leque de discussões acerca do uso da escrita. Daniel Munduruku, por exemplo, produz uma literatura infanto-juvenil em que a voz do indígena prevalece sobre a sociedade dita civilizada,

⁷ Conferir pelo endereço <https://rbaniwa.wordpress.com/>.

enquanto narra ficções em que o conhecimento das sociedades indígenas sobre a vida e a natureza, e suas características de organização servem de ponte para as relações interculturais. Destaco as obras *Histórias de índio*, publicado em 1997, *O banquete dos deuses*, com publicação datada do ano 2000, *O menino e o pardal*, de 2007 e *Todas as coisas são pequenas*, publicado em 2008. Além de escritor, premiado nacional e internacionalmente, Munduruku é participante ativo de eventos afins à temática, com vistas à preservação da cultura de seu povo. Outro escritor de literatura nativa é Olívio Jekupé. Ele é autor de obras relevantes no cenário literário brasileiro, como *Iarandu, o cão falante*, publicado no ano 2000, *Xerekó Arandu, a morte de Kretã*, publicado em 2002, *Verá - O contador de histórias*, publicado em 2006, *A mulher que virou Urutau*, em parceria com Maria Paulina Kerexu, publicado em 2011, e outros textos cuja característica primeira é utilizar-se da escrita para transcrever histórias orais contadas por seu povo. Também, Eliane Potiguara, escritora, professora e ativista indígena, é responsável pela autoria de obras baseadas em lendas e contos, que remetem a fatos históricos ocultados ou negados pela sociedade envolvente, como *A terra é mãe do índio*, de 1989, obra premiada, traduzida para o inglês, que se insere na temática do ecofeminismo. O livro *Metade cara, metade máscara*, também de sua autoria e publicado em 2004, traz questões que abrangem as relações humanas, histórias de vida, ancestralidade e amor, numa perspectiva de exclusão social. Outras obras, ainda, completam a bibliografia da autora, algumas delas disponíveis em versão digital *e-book*.

Em culturas de forte tradição oral, o uso da escrita como tecnologia recente tornou-se um mecanismo eficiente para a necessária preservação cultural na contemporaneidade. Munduruku afirma, ainda, que “pensar a Literatura Indígena é pensar no movimento que a memória faz para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam” (2008, s.p.).

Em trabalho que analisa como a construção do *ethos* perpassando pela retórica aristotélica e a sua contemporânea teorização de autores como Maingueneau e Amossy, que se dedicam, com maior afinco, aos discursos publicitário e político, Martins (2007) apresenta como o *ethos* pode ser construído também em gêneros do discurso infantil e em práticas discursivas de adultos., associando-o à construção das identidades social e virtual.

Nesse estudo, a autora chama a atenção para quando Maingueneau (2005, p. 72 apud MARTINS, 2007, p. 30) afirma a existência de uma vocalidade específica que se apresenta

em qualquer discurso escrito por meio de um tom, que permite indicar o “corpo do enunciador”, que não necessariamente é o autor do discurso.

Com base em indícios textuais, o leitor constrói a figura do *fiador* que se investe de um caráter e de uma corporalidade. Estes, por sua vez, apoiam-se em estereótipo sociais, ou seja, em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas. Neste caso, o *ethos* não pré-existe à enunciação, uma vez que é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer.

Essa noção nos faz atentar não apenas para a relação que se instaura entre *ethos* e discurso na enunciação, mas para a existência de indícios que guiam a interpretação e tornam possível analisar um discurso criticamente e compreender, através de elementos de textualidade, fatores de identidade.

Neste momento é razoável considerar que a presente pesquisa se valerá, em hora boa, da Análise Crítica de Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que, entre outros méritos, torna-se, também, adequada para a descrição da identidade que se presentifica nos discursos, e do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) no estágio analítico dos artefatos culturais (BARTLETT, 2007) mobilizados pela AJI para a concretização de suas práticas de letramento.

Temáticas de pesquisa que englobam a questão indígena no país em seus mais variados desdobramentos passam por um processo de consolidação e de renovação ao mesmo tempo. Os estudos que recaem sobre grupos sociais historicamente marginalizados vêm adquirindo proporções aumentadas com a luta pela igualdade de direitos, o empoderamento, e com outras discussões que num passado recente de opressão acentuada não ocorriam.

Diversos trabalhos igualmente voltam suas preocupações para a Terra Indígena de Dourados, em todos os campos do saber, e as questões afins ao estudo da identidade também fazem parte do quadro de investigações realizadas na comunidade, como em Troquez (2006), Limberti (2009) e Tavares e Santos (2012), por exemplo. No entanto, a relevância desta pesquisa concentra-se na análise crítica das práticas de letramento através dos artefatos culturais mobilizados pela AJI, através de um escopo teórico interdisciplinar, vislumbrando propor uma visão abrangente, situada e menos excludente dos fatos locais. Todo o conteúdo da esfera das aldeias locais influencia na identidade da comunidade, do grupo de jovens e de todos aqueles que estão envolvidos com essas práticas de letramento.

O modelo ideológico de letramento (STREET, 1984) e as práticas vernaculares do letramento (HAMILTON, 2002), ou seja, aquelas que se manifestam sem a necessidade de

um vínculo com o contexto da educação escolar formal, excluindo uma possível confusão com o processo de alfabetização, são duas perspectivas pouco trabalhadas nessa comunidade. Essa característica é devida, possivelmente, às transformações pelas quais a própria noção de letramento vem passando nos últimos anos, não mais sendo legitimado exclusivamente pela escrita, mas por uma série de sistemas semióticos que integram o ato comunicacional e as práticas sociais em geral.

Street (1984), Kleiman (1995), Barton (1994), Hamilton, Barton e Ivanic (2000), compreendem a escrita como prática social, isto é, os usos da escrita estão sempre atrelados a contextos sociais, históricos e ideológicos determinados, situados, levando à constituição do sujeito a partir do outro (BAKHTIN, 2011[1979]), da interação social por meio da língua. Ainda trilhando pelo viés bakhtiniano, é congruente adotar Bartlett (2007, p. 54) quando afirma que “tornou-se claro que a interação social constitui um contexto chave para o desenvolvimento de práticas de letramento”⁸.

A AJI, aqui entendida como uma agência de letramentos e de tradução, realiza importante função na e para a TI, tanto por meio da escrita, como, também, por meio de outros sistemas de significação atuantes em suas práticas. De igual modo, seu sítio virtual, caracterizado como ambiente e suporte para a comunicação externalizada de práticas letradas, discursivas e sociais, representa um artefato cultural a partir do momento em que, por meio dele, tais processos sociais se confirmam e seus indícios são reveladores de discursividade, socialidade e identidade.

Dessa forma, de maneira introdutória, é marcante reafirmar que este estudo volta sua atenção para a análise crítica de alguns materiais produzidos pela AJI e disponibilizados em seu sítio eletrônico, de forma a compreender a maneira como são veiculados e como circulam os discursos nas práticas de letramento mediadas pela AJI, o que se define como objetivo da pesquisa. Para isso, as visitas ao *website*, a partir de onde se constituiu o corpus desta pesquisa, ocorreram entre agosto de 2015 e julho de 2016, ainda que tenha havido outros acessos em momentos posteriores, na busca por novos materiais que pudessem, de alguma maneira, complementar ou dialogar com aqueles coletados. Nesse âmbito, alguns objetivos específicos podem ser apontados, também:

⁸ No original: “it has become clear that social interaction constitutes a key context for the development of literacy practices”.

- a) conhecer, com mais propriedade, o perfil da AJI como ONG, a partir das atividades que promove em sua comunidade e da forma como elas migram da comunidade física para o sítio eletrônico;
- b) alcançar, por meio da problematização em torno dos contatos culturais, a importância do uso da escrita para os jovens Guarani e Terena que vivem na Terra Indígena de Dourados, tendo em vista os processos de relação intercultural que os contextualizam;
- c) concebendo a AJI como uma agência de tradução, compreender de que modo o aspecto tradutório se faz inerente às práticas discursivas e sociais por ela desempenhadas.

Dedico-me, então, a três espaços, ou abas, que integram o sítio eletrônico da AJI: *Galeria de vídeos, Jornal AJIndo e Publicações.*

As atividades da AJI disponibilizadas em seu sítio eletrônico, a saber, notícias compartilhadas de outras fontes, galerias de fotos e vídeos e edições do jornal AJIndo passaram por uma análise de duplo viés. O primeiro, no sentido de identificar quais temáticas são mais recorrentes, ou seja, para onde mais apontam os discursos da ONG. O segundo consistiu em propor uma reflexão a propósito dos indícios mais significativos. Posto que seu sítio eletrônico é lido e explorado como um artefato cultural, entendo que a) a partir dele podem ser acessados indícios também de identidades e de práticas discursivas e sociais, uma vez que atua na movimentação por entre semiosferas; e b) através dele, constroem-se identidades, uma vez que a AJI exerce algum poder, como grupo letrado mediador, sobre os demais membros da comunidade, e seu espaço virtual é um meio benéfico de validação desse poder para os usuários que o acessam.

Para tanto, relaciono a seguir as características do enfoque e do percurso teórico-metodológicos adotados:

- a) inscrito na Linguística Aplicada, amparo-me teoricamente nos Estudos do Letramento (STREET, 1984, 2003; HEATH, 1983; BARTON, 1993; KLEIMAN, 1995) e na Semiótica da Cultura, majoritariamente postulada por Lotman (1996, 1998, 2000), a partir dos quais torna-se coerente discutir noções afinadas com os objetivos, tais como tradução, fronteira e práticas sociais;

- b) caracterizada como pesquisa de viés qualitativo, a pesquisa adota o método de análise tridimensional, proposta por Fairclough (2001) para a Análise Crítica do Discurso, convergindo para a informação nas esferas do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais;
- c) para caracterizar o recorte temático mais significativo para a análise dos dados, utilizo-me do paradigma indiciário, de que trata Ginzburg (1989), que auxilia nessa identificação com base em indícios presentes nos textos.

Ao considerar que as populações indígenas locais são oriundas de classes sociais economicamente desfavorecidas, observa-se, por parte da ONG Ação de Jovens Indígenas uma disposição por mobilidade social e pela necessidade de inserção num mundo cada vez mais globalizado, em que os processos identitários modernos, plurais e fragmentados (HALL, 2003) estejam suscetíveis a revisões transformadoras.

Para alcançar os objetivos elencados, faz-se necessário, primeiramente, situar a ONG, a Terra Indígena de Dourados e o contexto social a que pertencem, de modo que, no decorrer das reflexões e análises aqui propostas, seja possível reconhecer que a inserção em mundos de letramentos situados (BARTON, 1993) e o decorrente papel que desempenha cada integrante no meio em que vive são determinantes para a afirmação de sua identidade social.

A partir da concepção de letramento ideológico (SRTEET, 1988, 2003), serão propostas reflexões no âmbito das noções de cultura e etnicidades, a fim de que elucidem um posicionamento de viés crítico que condiga com o caminhar das discussões contemporâneas que contemplam a questão indígena no Brasil e, em particular, na porção sul de Mato Grosso do Sul, a partir do olhar da AJI. Não menos importante, destaca-se o fato de que, para tal propósito, é necessário compreender como se vinculam as culturas Guarani e Terena, e essas e à cultura não indígena.

1.3. Um contexto histórico-geográfico dos processos de colonização e aldeamento

Neste terceiro item de introdução, apresentarei a contextualização dos processos de colonização e de aldeamento no atual município de Dourados. Considero relevante esse esclarecimento contextual em virtude dos lugares de vida, dos fatos e das interferências

interculturais que se confirmaram no tempo de povoamento e urbanização nessa região, sobretudo porque os reflexos desses processos são bastante visíveis nos dias atuais.

Espera-se que o acesso aos fatos históricos geográficos e políticos que registram a colonização e o aldeamento regionais seja considerável para uma reflexão sobre o uso da língua, especialmente em ambiente virtual.

Dourados é hoje uma cidade em constante crescimento social e demográfico, justificado por fatores como a privilegiada posição geográfica, muito visada pelo setor da indústria, por exemplo, uma vez que viabiliza o rápido acesso à capital do estado e às fronteiras com outros estados brasileiros, e o fortalecimento das instituições de ensino superior na região, que contam atualmente com duas universidades públicas e dois centros universitários privados que, juntos, oferecem uma grande variedade de cursos de nível superior e que, em decorrência dessa característica de cidade universitária, atraem estudantes de várias regiões do país.

De acordo com o censo demográfico realizado em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade supera os 212 mil habitantes e sua área física é de pouco mais que quatro milhões de quilômetros quadrados. É a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul, menor apenas do que a capital Campo Grande.

Quando da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis, no século XVI, o povo Guarani ocupava territórios compreendidos nos atuais estados de São Paulo e Rio Grande do Sul até as bacias dos rios Paraguai, Uruguai e Paraná. Esse total de terras somava, aproximadamente, 350 mil km². Nessa extensão, os Guarani se apresentavam em três diferentes grupos: os mbiá, os nhandeva e os kaiowá.

As missões jesuíticas foram implementadas ainda no século XVII à extensão desses territórios e, em especial concentração, nas áreas hoje pertencentes ao Paraguai e parte do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo maior de cristianizar os povos indígenas e protegê-los da chamada *encomienda*⁹ de Asunción. No entanto, foram as encomendas espanholas as responsáveis, de fato, pela escravização de grande parte da população indígena. Devido aos ataques espanhóis, tanto os Guarani quanto os missionários que ali atuavam se viram na obrigação de fugir, e foram se refugiar na atual parte sul de Mato Grosso do Sul (AYLWIN, 2009).

⁹ A porção espanhola dos colonizadores manteve, a partir de 1556, uma instituição denominada *encomienda*, com a finalidade de escravizar os índios. A partir de um comando do encomendeiro, dava-se início a incursões de captura de índios livres que seriam, então, submetidos à economia colonial como agricultores, ervateiros ou escravos domésticos (CHAMORRO, 1999, p. 10).

Conforme relatos nos estudos de Correa (1999), por volta de 1830, fazendas começaram a se estabelecer para criação de gado no sul da então província de Mato Grosso. Em busca de campos propícios para a ampliação das áreas de criação de gado e para a agricultura, pioneiros se deslocavam do norte de Mato Grosso, de Minas Gerais e de São Paulo, em direção ao extremo sul mato-grossense e à região de fronteira com o Paraguai.

Monteiro (2003) mostra que a partir de 1845 tiveram início expedições organizadas pelo Barão de Antonina, objetivando estabelecer uma rota comercial que ligasse diretamente os estados de Mato Grosso e Paraná. Somente em 1847 essas expedições alcançaram os rios mato-grossenses, e em 23 de setembro daquele ano, o sertanista João Henrique Elliot, integrante das expedições, escreve o seguinte relato:

[...] a oito léguas abaixo da barra do Vaccaria com o Ivinheima, encontrámos muitos vestígios de índios na margem direita: n'este mesmo dia, dobrando uma volta, os avistámos de repente lavando-se no Rio: Seriam cincoenta, e correram para o mato da barranca, ficando alguns mais corajosos por verem sómente uma canôa com quatro pessôas dentro. Confiados na fortuna que nos têm seguido passo a passo em todas estas explorações, nos approximámos à praia, e saltando em terra os abraçámos, e os brindámos com mantimentos, muitos anzôes, facas, e alguma roupa que trazíamos de resto. Eram Caiuás da mesma família d'aquelles que encontrámos nas margens do Rio Ivahy em 1845, tinham o labio inferior furado, e traziam dentro do orificio um batoque de rezina, que à primeira vista alambre, cobriam as partes que o pudor manda esconder com panno de algodão grosso; os cabellos eram compridos e amarrados para traz. [...] Estes índios pareciam de boa índole, fáceis de reduzir, e podem ser muito úteis aos navegantes: resta que o governo dê boas providencias a respeito, para que os não hostilizem, matando uns, captivando outros, e affugentando o resto (ELLIOT, 1847, *apud* MONTEIRO, 2003, p. 23).

Diversas áreas encontradas eram habitadas pelos Guarani, e havia ciência dessa questão pelos administradores da época, conforme pode ser verificado no seguinte excerto constante no Relatório do Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, datado de 1848:

Pouco conhecimento temos desta Nação que habita as imediações do Rio Iguatimy; consta com tudo que he bastante numeroza de indole pacífica, dada a vida sedentaria e agricola, dotada de constância, qualidade rarissima entre os Indigenas. Continuando a irem se povoando os nossos terrenos do Sul de Miranda hão de tomar incremento as nossas relações com os Cayvás e he de esperar que a sua cathequeze seja tão fácil como vantajosa (RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DE ÍNDIOS, 1848, *apud* MONTEIRO, 2003, p. 24-25).

Não convém desatentar para o espectro de um sentimento de superioridade por parte das equipes de expedição e dos agentes administradores, com uma visão de que detinham a cultura padrão a ser seguida, isto é, a língua, os hábitos, as crenças religiosas, sem

reconhecer a cultura do outro, como expõe o seguinte excerto de relatório publicado pelo presidente da província de Mato Grosso no final da década de 1870:

Alguns há que por estimativa computão em 24.000 os selvagens que habitão o território inculto da Província, entretanto, creio que não haverá exageração em elevar esse número de 50.000, porque só as numerosas tribus dos 29 Caiuguás, Coroados e Guaranys, é provavel que excedão aquella computação. No estado, porém, em que vivem, são completamente inúteis e prejudiciaes à sociedade pelas suas frequentes correrias, trazendo continuamente em sobressalto os lavradores do interior da Província. Creio que o único meio de chama-los à civilização será o da persuasão, procurando se modificar os seus habitos por intermedio de Missionários que possuidos da verdadeira fé christã, se internem nos sertões com o fim de aldear e catechisar esses infelizes (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, 1879, p. 33, *apud* MONTTEIRO, 2003, p. 26-27).

Com base nesses registros, verifica-se que essa foi a época em que as primeiras aldeias foram limitadas, ainda que não oficialmente, com base nos resultados das batalhas travadas contra os indígenas.

Dados reunidos por Campestrini e Guimarães (1991) mostram que o processo de povoamento não indígena nas terras do atual Mato Grosso do Sul se deu, sobretudo, pelas áreas campestres de Miranda, pela Serra de Maracaju, e também com a entrada dos colonos pelos rios Paranaíba, Sucuriçu e Taquarussu em 1835, por onde puderam alcançar os campos dos rios Brilhante e Vacaria em 1839. Teve início, assim, o ciclo da criação de gado na região.

Gressler e Swensson (1988) garantem, no entanto, que “apesar do surto colonizador do ciclo do gado, o Estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase despovoado” até o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, tornando-se mais intenso o processo a partir da década de 1880 (BRAND, 2004, p. 139), quando se acentuou a migração de ex-combatentes de guerra, de paulistas e de gaúchos que vinham normalmente em situação de fugitivos das consequências da revolução federalista que ocorrera no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895.

O contínuo processo de povoamento da região se deu, em especial, devido ao desenvolvimento da cultura pastoril, à vinda de paulistas que passaram a sentir-se atraídos pela região após a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entre 1904 e 1914 e, ainda, ao trabalho exercido pela Companhia Matte Larangeira S/A, que monopolizou a exploração de ervas na região entre 1882 e 1924 e foi o marco do processo colonizador no atual MS.

Na Figura 1, que segue, pode-se melhor visualizar o processo de migração para o estado de Mato Grosso do Sul.



Figura 1. Projeção do processo migratório para o estado de Mato Grosso do Sul no contexto do povoamento não indígena.

Não obstante, a Companhia não forçava a desocupação de áreas habitadas por povos indígenas, nem questionava posse de terra das famílias (núcleos populacionais) que passaram a viver mais próximos a ela, seduzidos pela possibilidade de extração de novos recursos naturais (BRAND, 2004, p. 139). Porém, se por um lado a Companhia auxiliou na postergação do processo colonizador, no que diz respeito a batalhas por terras, e também na preservação do habitat florestal dos indígenas, por outro mostrou certa insatisfação com as atividades pastoris que vinham sendo praticadas. A Matte Larangeira “não via com bons olhos essa atividade econômica em terras de seu domínio, impedindo inclusive, por muito tempo, a legalização das terras ocupadas pela pecuária” (FIGUEIREDO apud GRESSLER e SWENSON, 1988, p. 28), e esse cenário culminou no deslocamento de inúmeras famílias indígenas (BRAND, 2004).

Figueiredo comenta a insatisfação por parte da Companhia com a elevada emigração de gaúchos na primeira metade do século XX:

Fixavam-se, assim, próximo de Ponta Porã ou Dourados ou seguiam adiante, até Miranda, Aquidauana, Campo Grande, encontrando, em território mato-grossense, clima e paisagem semelhante às do Rio Grande. Passaram a apossar-se das terras devolutas, ambientando-se ao relevo suave, ornado de campos limpos e matas ciliares a acompanhar os numerosos cursos d'água, e que, apesar de mais elevado, recordava bem as cochilha dos “pagos” do Rio Grande (FIGUEIREDO *apud* GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 25).

Tampouco havia batalhas por terra envolvendo os novos criadores de gado que se instalaram na região das atuais cidades de Amambai, Bela Vista e Ponta Porã, pois ali não viviam indígenas, uma vez que os núcleos populacionais indígenas procuravam se organizar em região de mata, onde dispunham de recursos abrangentes (BRAND, 2004).

No entretanto do fim do século XIX e início do século XX, conforme esperavam os colonizadores, as terras começam a ganhar valor monetário e

surgen expedientes de toda orden, donde no faltarán documentación falsificada, ciudadanos fantasmas, desprecio por limites legales, especulación de valores, desmandos, impunidades y otras modalidades de licitud dudosa, de tal modo que reglas y normas de procedimiento se erigieron, se impusieron y se incorporaron a la tradición regional llevando el estado de Mato Grosso²⁰ a una condición sub judice y a ser objeto de intervención federal por dos veces en los últimos cien años, justamente para evaluar las trampas construidas y regularizar tierras (ALMEIDA e MURA, 2004 p. 60).

Em 1915 o Estado decide criar as políticas de reservas indígenas, podendo então transferir aos colonos que chegavam a toda a área não delimitada às reservas.

Oito TIs foram demarcadas para o povo Guarani naquele início do século XX, cada uma compreendendo, aproximadamente, 2300 hectares.

As demarcações foram feitas sem que se tivesse maiores conhecimentos sobre a população indígena e tinha o objetivo de liberar espaço para a colonização. Muitas famílias foram obrigadas a migrar para as minúsculas reservas, quase sempre sob muita pressão, ameaças e uso de violência, e também com promessas da parte de duas missões religiosas¹⁰ (GRÜNBERG, 2002, p. 3-4).

As atividades de desmatamento se intensificaram sobremaneira nas décadas de 1970 e 1980 na região, com destaque para o comércio de madeira, principal atividade econômica ali à época, juntamente com o cultivo de milho e soja e criação de gado, esta última tomando proporções cada vez maiores e figurando no rol das atividades mais lucrativas no estado de Mato Grosso do Sul até os dias atuais.

Interessa observar que, para o avanço da criação de gado, uma certa erva daninha costumava ser semeada nas áreas desmatadas, tratava-se dos “capins africanos do gênero *brachiária* para pasto, que é extremamente agressivo e se espalha facilmente sobre cada

¹⁰ Missão Kaiowá e Missão Indígena Pioneira Alemã

pedacinho livre de terra, e que se espalhou, também, sobre a superfície de cultivo dos guarani” (GRÜNBERG, 2002, p. 4). Sobre esse tipo de capim, Grünberg explica que é uma erva impossível de ser controlada sem o auxílio de maquinários agrícolas, como tratores, e herbicidas. A cada ano, o capim ia tomando cada pequeno espaço de terra, destruindo a flora nativa.

Quando ficam muito secos, depois do inverno – estação das secas –, acabam pegando fogo, muitas vezes propositadamente provocado, ou iniciado sem querer, com um simples toco de cigarro aceso jogado no chão. O fogo acaba se espalhando descontroladamente por quilômetros, e queimando os arbustos e os capins da vegetação nativa que ainda restam. Depois, com as chuvas, o capim africano se prolifera num verde ‘exuberante’ sobre o solo vermelho de laterito (2002, p. 4).

Com esse percurso, a identidade indígena passou a sofrer graves modificações resultantes da falta de espaço e de condições suficientes para que os indígenas vivessem segundo seu modo de ser tradicional. Ademais, com o crescimento da Companhia e com a instalação dos colonos, os recursos naturais foram se escasseando, comprometendo diretamente a produção e as alternativas de subsistência do povo Guarani (caça, pesca e agricultura foram reduzidos exclusivamente à agricultura) e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, o que impôs aos homens indígenas a transformarem-se em mão-de-obra assalariada, exercendo, em geral, atividades destinadas à produção de erva mate.

Tempos depois, em 1920, foi criada a Agência de Correios e Telégrafos, impulsionando o crescimento da região. Aos vinte dias de dezembro de 1935, pelo decreto de número 30, a região foi elevada ao *status* de município de Dourados, desmembrando-se de Ponta Porã após pouco mais de um mês. Nessa época, a população estimada do município era de 20 mil habitantes e limitava-se apenas com Ponta Porã, Maracaju e a atual cidade de Rio Brillhante, além de fazer fronteira com o estado do Paraná.

Oliveira (2013) discute sobre o projeto colonizador posto em prática pelo Governo Federal, que resultou, entre outros desdobramentos, na criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943. Nesse projeto de assentamento, foram distribuídos, segundo a autora, 8800 lotes de terra com 30 hectares cada às famílias consideradas pobres e que se interessavam pela atividade agrícola. Normalmente o critério de contemplação com os lotes baseava-se na quantidade de filhos dependentes e a exigência era a de que essas famílias residissem nesses lotes. Muitos imigrantes, especialmente japoneses, que trabalharam em larga escala no cultivo do café, se sentiram ainda mais atraídos em viver na região. Com a ocupação desses lotes, a desapropriação das terras já

ocupadas pelos Guarani e Kaiowá, que ocorria cada vez mais intensamente devido aos trabalhos da Companhia Matte Larangeira, ganhou novo fôlego e incrementou sua transferência para outros espaços, assim intensificando os processos de delimitação de áreas de reservas.

Entre 1915 e 1928 foram demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) oito áreas dentro dos limites do atual Mato Grosso do Sul. A TI de Dourados foi a segunda a ser criada, em 1917. No entanto, a homologação definitiva da delimitação de área ocorreu apenas em 1965, quarenta e oito anos mais tarde (WENCESLAU, 1990).

O Relatório Anual de 1927 do SPI demonstra que em fevereiro desse mesmo ano nove lotes de terra foram medidos para serem entregues aos indígenas. Destes, três já haviam sido doados aos índios Hilário do Brilhante, José Antonio e João Antonio, para que construíssem residências para suas famílias. Em março respectivo, houve um trabalho com vistas ao aldeamento dos kaiowá. Para isso, providenciariam seu transporte à nova área, abririam picadas, fariam os destocamentos e dividiriam os lotes em iguais proporções para que cada família passasse a viver em seus próprios lotes (SPI, 1927).

Brand (2011, p. 42) sustenta que a demarcação desses lotes pelo governo estava mais para alcançar o objetivo de liberar terras para serem colonizadas, demonstrando já uma preocupação com a ocupação das fronteiras secas, e menos para a garantia de terras aos Guarani e Kaiowá. Acrescenta o autor que o processo de demarcação constituía uma estratégia para a desorganização econômica e organizacional dos indígenas, o que viria por facilitar sua submissão diante dos projetos não indígenas de ocupação e exploração dos recursos naturais.

Muitos indígenas da região do atual MS continuaram vivendo fora das aldeias, em zonas de mata em que já haviam vivido anteriormente e que, agora, pertenciam a fazendeiros, para quem tiveram que trabalhar em troca de sustento.

Em meados da década de 1930, os missionários da Missão Caiuá já utilizavam os espaços existentes na sede do Posto Francisco Horta Barbosa (Posto do SPI) para ministrar aulas e realizar cultos, normalmente aos domingos. De modo geral, as missões, trouxeram impactos com vieses negativos e positivos à cultura dos povos indígenas.

Grünberg (2002, p. 25) salienta a importância das distintas missões que atuavam na Terra Indígena na história recente desses povos, em especial garantindo-lhes força econômica. Conforme o autor, os indígenas renunciavam “ao consumo de tabaco, de chicha e de bebidas alcoólicas, assim como às suas festas e rezas em troca da ajuda econômica e

dos serviços de saúde prestados pela missão”. Grünberg explica, ainda, que essas missões tiveram características distintas daquelas que ocorriam em outras regiões envolvendo outras etnias, mormente no que tange à educação, pois não impunham total exclusão de características culturais nem da visão de mundo, como ocorria em trabalhos missionários outros, sobre os quais descreve Ferreira:

o ensino do português era imposto em detrimento do uso das línguas nativas. Crianças eram separadas das famílias e, fundamentalmente, investia-se na capacitação profissional dos índios, como forma de produzir mão de obra barata para a população não índia circunvizinha (FERREIRA, 2001, p.73).

O que torna complexa a compreensão da situação dos povos indígenas na atualidade como sendo *o outro*, não natural de sua cultura e sem participação direta nos fatos de conflito que se desdobram por décadas na região, são os conceitos e as referências, ou os significantes e os significados, lembrando de Saussure (2006[1916]), acerca de situações de catástrofes e destruição. É habitual, como atesta Grünberg (2002), que na cultura externa à indígena, imageticamente relacionamos situações de morte em larga escala com “confrontações militares, seguidas por uma fase de sofrimento, geralmente terrível, e depois por uma de reconstrução” (p. 5).

Para os Guarani, contudo, o processo colonizador não representou exatamente esse imaginário. Os indivíduos dessa etnia

não chegaram a ter sua existência física ameaçada da maneira como ocorre freqüentemente numa guerra. Embora o uso da força e os assassinatos, utilizados como recursos para expulsá-los de suas terras, tenham se constituído, do ponto de vista deles, como uma situação de guerra. A maioria das mortes foram provocadas por epidemias¹¹, especialmente a de tuberculose, cujo tratamento até hoje continua sendo insuficiente para eles (GRÜNBERG, 2002, p. 5).

Esses povos passaram (e, sob a ótica a seguir, permanecem nessa situação) por “um tipo de destruição que atingiu, primeiramente, seu mundo exterior, seu espaço vital e, conseqüentemente, uma grande parte de suas fontes de subsistência física e espiritual, seguida da perda de quase todo seu território” (GRÜNBERG, 2002, p. 5).

Com a limitação a espaços pequenos em relação ao território que ocupavam antes do estabelecimento do processo colonizador, os Guarani não desapareceram, como ocorrera com tantos povos indígenas no Brasil durante processos colonizadores localizados. Suas

¹¹ Doenças como sarampo, coqueluche, infecções gripais eram desconhecidas pelos Guarani até os primeiros contatos e estes ainda não tinham anticorpos contra elas.

taxas de natalidade aumentam após um período de estabilização e, com isso, a população cresceu novamente.

O *Tekohá*¹² dos Guarani e Kaiowá representa toda a parte física do território, não somente a terra, mas também os animais que vivem nela, a água e as plantas, e é onde os indivíduos manifestam seu modo de ser. É nesse espaço que plantam a roça da família ou do grupo, onde suas moradias são construídas e onde constroem lugares específicos para a prática de atividades religiosas.

Limberty (2009, p. 171) atesta que a terra para esses povos constitui-se no “sustentáculo de sua identificação étnica, constituindo um elemento básico para sua vida” e caracteriza-se como “o centro de suas necessidades”.

Assim sendo, as políticas de aldeamento dos povos indígenas foram estipuladas pelo Governo Federal com vistas ao povoamento não indígena e ao desenvolvimento agrícola e industrial. Ratificando o mencionado anteriormente, o ato de *reservar* carrega consigo uma série de sentidos que podem ser atribuídos a contextos de uso distintos, mas vale destacar a questão do isolamento indígena. Segundo Paladim Junior (2010, p. 33), “o termo reserva pode nos levar a pensar que os sujeitos estão ali instalados para preservar os outros do convívio com eles e ao mesmo tempo conservá-los enquanto um museu ao ar livre”, ou seja, faz-se referência, com o termo mencionado, ao isolamento, à separação do restante, seja como forma de proteção ou como de exclusão, característica que coaduna com a localização das reservas, normalmente afastadas, distantes de onde vivem os outros moradores de uma cidade, ficando, literalmente, à margem da sociedade. Acrescento que é compartilhando esse conhecimento e estando afinado com as discussões mais recentes em torno do uso do termo mais apropriado para as antigas reservas, que optei por utilizar a expressão Terra Indígena, como já manifestei anteriormente.

Questões de autonomia e liberdade dos povos indígenas passaram por consideráveis mudanças, afetando diretamente a organização política das etnias, como reconhece Brand (2004, p. 141):

Hoje, aldeados, esses núcleos antes autônomos se encontram sobrepostos e geograficamente confinados e "misturados" e sem condições de manter sua

¹² De acordo com Oliveira e Pereira (2009, p. 188), *tekohá* é uma categoria nativa para as etnias Guarani e Kaiowá, por meio da qual os indígenas são capazes de expressar sua percepção temporal e sócio espacial. As principais definições que encontramos para *teko* nos dicionários estão associadas a sistema, modo de ser, modo de estar, costume e hábito, então se pode concluir que o *tekohá* é a abrangência do local onde os Guarani realizam seu modo de ser.

organização, assentada em unidades familiares autônomas, com seus líderes que zelavam pela harmonia interna.

O autor afirma, ainda, que muitos teóricos entendem o processo histórico de aldeamento dos povos indígenas no atual Mato Grosso do Sul como o principal responsável pelos graves problemas existentes hoje na Terra Indígena de Dourados, como segue:

O processo histórico de redução territorial e confinamento no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos Kaiowá e Guarani gerou inúmeras mudanças no seu cotidiano, em especial, criou desafios novos para a sua organização social e é apontado por pesquisadores e representantes indígenas como causa de inúmeros problemas hoje por eles vivenciados, em especial o problema da violência e do acirramento da prática do suicídio (BRAND, 2011, p. 42).

Nessa mesma linha, Grünberg sustenta que a piora na situação de vida desses povos indígenas nas últimas décadas e ressalta a necessidade de reivindicar a legalização de áreas de terra.

Apesar da sua situação ser difícil, os guarani muitas vezes não conseguem fazer com que os outros compreendam seus problemas e não fazem prevalecer o apoio ao qual tem direito nas leis nacionais vigentes, principalmente no que concerne ao tema da legalização de terras indígenas (GRÜNBERG, 2002, p. 1).

Pereira (2011, p. 44) aponta que a reserva só se tornou viável, de alguma forma, devido à presença de agentes externos (funcionários públicos ou missionários) que tinham arbítrio para lidar com conflitos internos entre as parentelas. Alguns desses agentes se utilizavam de imparcialidade no gerenciamento de tais embates. No entanto, a maioria dotava-se de autoritarismo e preconceito em relação à estrutura de organização dos indígenas. Tinham ao seu lado a força policial, e por meio dela, silenciavam os conflitos.

A passada da autonomia que tinha o líder indígena – o capitão – para resolver problemas na aldeia, para agências indigenistas, vai contra o sistema de organização dos povos Guarani e Kaiowá. A figura do capitão segue existindo na atualidade, mas seu poder foi ignorado.

Até algumas décadas o “capitão” indígena era nomeado pelo Chefe de posto do SPI/FUNAI, e atuava como personagem central, imprescindível para a funcionalidade do sistema de reserva. Tal figura foi formalmente destituída por portaria do presidente da FUNAI em 2008. Mesmo assim, ele segue existindo na maioria das reservas kaiowá e guarani, mas não dispõe de nada que corresponda a um aparelho burocrático-administrativo, nem mesmo de leis definidas ou de um corpo legislativo ao qual possa recorrer (PEREIRA, 2011, p. 46).

Na aldeia Jaguapiru vive parte dos Terena, dos Guarani-Nhandeva e dos Guarani-Kaiowá, enquanto na Bororó a maior parte da população é composta pelos Terena. As

aldeias, que totalizam uma área de 3539 hectares, estão localizadas às margens da rodovia MS-267, que liga as cidades de Dourados e Itaporã, a cerca de cinco quilômetros do centro de Dourados. Algumas moradias ali existentes são de alvenaria, mas a maioria das famílias vive em pequenos barracos improvisados com o uso de madeiras leves e/ou lona.

Com o desenvolvimento da área urbana da cidade e a expansão de seus limites, ocorreu uma aproximação entre as populações indígena e a não indígena, fazendo com que o contato intercultural ganhasse dimensão.

É costumeiro que os indígenas se desloquem até os bairros para vender os alimentos produzidos nas aldeias e artigos de artesanato, pedir auxílios, e, é claro, para adquirir e consumir produtos que não são oferecidos em sua aldeia. Ademais, nos setores do comércio e da indústria, este último continua sendo o que mais emprega indígenas na cidade¹³.

Com a presença de quatro instituições de ensino superior atuando na cidade, vem tornando-se cada vez mais comum o interesse de estudantes indígenas por cursos de graduação e pós-graduação. No que tange à educação formal, apesar de haver escolas indígenas regulares dentro da TI, há alunos que frequentam escolas não indígenas, que também atendem a essa população.

Para situar o leitor geograficamente, a Figura 2, a seguir, apresenta uma projeção da posição da área de Terra Indígena em Dourados.



Figura 2. Projeção da área da RID no município de Dourados.

Fonte: Malha Digital Municipal, IBGE, 2005. Escala 1:500.000.

¹³ É estimado que nas doze usinas instaladas em todo o estado de Mato Grosso do Sul, trabalhem mais de oito mil indígenas.

Note a proximidade que pode ser acessada no mapa da Figura 2 entre as duas aldeias que compõem a Terra Indígena de Dourados, indicadas em amarelo e cinza, e a área urbana da cidade, indicada em vermelho.

Grünberg (2002) estima que a superfície total de bosques originais do território do atual estado de MS corresponde a apenas 2% do que compreendia no passado. Nesse percentual, o confinamento indígena se dá em uma porção de terras bastante pequena para uma crescente população. Como vimos anteriormente, a atividade agrícola tradicional em pequena escala é a principal fonte de renda dos Guarani e dos Terena, e esse quadro não aparenta uma nova perspectiva futura de melhora visto que, numa situação de extrema pobreza, os produtores não têm condições de comprar os insumos agrícolas, tão presentes na agricultura moderna que recebe uma série de incentivos dos órgãos públicos desse setor. O mesmo autor aponta, ainda, o fato de que muitos indígenas arrendam suas terras a não indígenas para o plantio de soja em troca de baixíssima remuneração.

Conforme mencionei anteriormente, há um grande número de indígenas, principalmente homens, que trabalham em diversos setores, em especial nas usinas de cana-de-açúcar. As condições de trabalho, contudo, são díspares ao habitual da formalidade assalariada. As jornadas de trabalho superam, muitas vezes, as dez horas diárias, os contratos firmados com os trabalhadores indígenas implicam situação de emprego temporário, considerando entre quarenta e cinco e sessenta dias de serviço braçal (corte de cana-de-açúcar em grande quantidade) em condições degradantes, que podem prejudicar em muito a saúde dos trabalhadores.

Verifica-se, também, que muitas mulheres aldeadas trabalham fora das aldeias. Apesar da pouca oferta de empregos com exigência de baixa formação escolar, as mulheres (em especial as Terena) encontraram no trabalho doméstico uma opção de complementação da renda familiar (ALCÂNTARA, 2007).

A propósito dessa afirmação, não se pode deixar de realçar, ainda que hipoteticamente, uma vez que não faço aqui referência a estudos que afirmem essa condição, que o preconceito que permeia a relação do não indígena com o indígena será determinante para sua contratação ou não para desempenhar serviços gerais em residências localizadas fora das aldeias. Tendo em vista a relação mais direta que se compreende entre empregador e empregado doméstico, o conhecimento ou o desconhecimento sobre a cultura do outro será um fato determinante na criação de pré-conceitos e juízos de valor. Em Dourados, a sociedade envolvente parece desconhecer os povos indígenas. Mesmo em se tratando de

serviços gerais residenciais, o que consiste na primeira opção de complementação de renda, principalmente para as mulheres indígenas, a quantidade de trabalhadoras nessa profissão é ínfima.

Reconhecendo não haver uma política de cotas no serviço privado ou no público, ao menos não de maneira institucionalizada, os postos de trabalho formais nos mais variados ramos de atuação na área urbana da cidade de Dourados, onde não funciona o setor industrial, são raramente ocupados por indígenas, caracterizando um quadro labiríntico de empregabilidade.

Nesse panorama até aqui construído com a finalidade de contextualizar o espaço, o tempo, os sujeitos e as práticas que fazem parte deste trabalho, terá início a seguir o Capítulo 2 – *Pressupostos teóricos*, cujo desenvolvimento estabelecerá os caminhos escolhidos para pensar sobre conceitos bastante caros, tais como práticas de letramento, semiosfera, cultura e tradução, por exemplo, que atendem à perspectiva aqui adotada a partir da Linguística Aplicada.

CAPÍTULO 2

Pressupostos teóricos

Com este segundo capítulo do trabalho, objetivo apresentar os enfoques teóricos que compreendem o fenômeno linguístico não de modo restrito à língua em si, mas, sobretudo, como um fenômeno social. Para isso, o viés da pesquisa inscreve-se na área dos Estudos do Letramento, amparado no campo de pesquisa da Linguística Aplicada, que admite, entre outras teorias contemporâneas, a influência dos contextos das experiências vivenciadas pelo indivíduo como parte de sua formação de sujeito letrado.

Nos itens 2.1 *A Linguística Aplicada* e 2.2 *Os Estudos do Letramento e suas implicações*, a seguir, serão realizadas considerações de formação e formalização desses campos no Brasil, e terão, portanto, a responsabilidade de situar as posições teóricas, metodológicas e ideológicas aqui assumidas.

Com o propósito de compreender e descrever a maneira como se dão as práticas de letramento a partir da AJI, utilizo-me da perspectiva cultural de significação proposta pela semiótica da linha russa, conhecida como Semiótica da Cultura, que harmoniosamente teoriza com questões de interesse dos Estudos do Letramento, viabilizando, assim, uma metodologia condizente com a visão interpretativista de análise dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa.

A teoria semiótica terá papel fundamental neste trabalho, pois instrumentalizará a leitura que faremos acerca do uso da escrita pela AJI em ambiente virtual, e de suas decorrências, assim como fomentará a compreensão da leitura que os indígenas fazem sobre os fatos que lhes parecem relevantes e que são carregados em seu sítio virtual. Tal instrumentalização nos levará a outro conceito central do trabalho: a noção de tradução.

Buscarei traçar um entendimento sobre a ideia de tradução, mais adiante, que não seja exclusiva ao âmbito interlinguístico. A proposta será a de pensar a tradução como prática automática que se dá na existência de um contexto intercultural e que exercerá influência sobre as práticas sociais. Assim, os subitens 2.3, intitulado *Cultura e semiótica: a teoria da semiosfera*, e 2.4, *Acerca da tradução*, se farão indispensáveis para a compreensão

da importância da teoria semiótica para este trabalho, bem como em sua convergência para o conceito de tradução, que se realiza a todo momento em que se dão os contatos culturais.

2.1. A Linguística Aplicada

Segundo Almeida Filho (2007), a Linguística Aplicada (frequentemente referida como LA) teve início nos anos de 1940, com o propósito de acompanhar os avanços no ensino de línguas durante a 2ª Guerra Mundial nos Estados Unidos. Especificamente em 1946, a LA passou a integrar o currículo dos níveis de graduação e pós-graduação na Universidade de Michigan (GIMENEZ, 2007).

No Brasil, contudo, devido a um nacionalismo que dificultava o uso de línguas estrangeiras, grande parte dos estudos em LA ocorreu no campo da Linguística, visto que “como se tratava de ensino-aprendizagem de línguas, pareceu correto e natural a princípio utilizar os resultados da pesquisa científica e prestigiosa da Linguística Geral nos anos 50 e 60” (GIMENEZ, 2007, p. 13), fazendo-a ser tomada como uma vertente de aplicação das teorizações próprias da Linguística (CAVALCANTI, 1986). Ademais, é interessante apontar o caráter praticamente uno dos trabalhos em LA da época, que tratavam quase exclusivamente das questões relacionadas às línguas estrangeiras (KAPLAN, 1985), mais precisamente relacionadas à sua tradução.

Durante a década de 1970, estudiosos desse campo de investigação aplicada perceberam que as teorizações da Linguística não mais eram suficientes para dar conta de todos os problemas enfrentados em sala de aula e que, para que isso fosse solucionado, era imprescindível considerar não apenas o aspecto linguístico, mas também o social, de modo geral. Afirma Moita Lopes (2006, p. 18):

A compreensão de que a LA não é aplicação da Linguística é agora um truísmo para aqueles que atuam no campo [...]. Tendo começado sob a visão de que seu objetivo seria aplicar teorias Linguísticas [...], a LA já fez a crítica a essa formulação reducionista e unidirecional de que as teorias Linguísticas forneceriam a solução para os problemas relativos à linguagem com que se defrontam professores e alunos em sala de aula. O simplismo aqui é claro. Como é possível pensar que teorias Linguísticas, independentemente das convicções dos teóricos, poderiam apresentar respostas para a problemática do ensinar e do aprender em sala de aula? Uma teoria Linguística pode fornecer uma descrição mais acurada de um aspecto linguístico do que outra, mas ser completamente ineficiente do ponto de vista do ensinar e do aprender línguas.

Ao caráter inicialmente misto entre os dois campos de atuação científica, um como vertente teórica, outro como vertente de aplicação das teorias já propostas, Moita Lopes (2006) dá o nome de *equivoco aplicacionista*, em virtude do fascínio exercido pela Linguística em seu surgimento no início do século XX.

Com essa primeira virada no que toca à definição dos interesses de cada uma das áreas, decidiu-se, então, separá-las, não desconsiderando toda a contribuição que a Linguística já havia prestado, mas, pelo contrário, utilizando-se dela e estabelecendo um panorama sólido com o contexto educacional de currículo escolar.

No entanto, para consolidar a LA como campo independente, era necessário que se tomassem emprestadas algumas das abstrações teóricas que já tinham certo prestígio na Linguística, de modo que a partir delas fosse possível propor soluções a problemas recorrentes (RODRIGUES e CERUTTI-RIZZATTI, 2011).

Percebe-se, com esse desenvolvimento acadêmico da LA, que ela passa a romper com a paridade teoria-prática, e organiza-se na sequência prática-teoria-prática.

Rajagopalan (2006) relembra que a Linguística ergueu-se alicerçada no positivismo, e motivada por buscar a neutralidade científica. Ignorava, por exemplo, a opinião dos participantes de uma pesquisa, que poderia ser valiosa para o trabalho do linguista mesmo após a geração ou coleta de dados.

A respeito disso, já parte de um contexto mais desenvolvido e amadurecido da Linguística Aplicada, Moita Lopes (2006, p. 31) postula que “é inadequado construir teorias sem considerar as vozes daqueles que vivem as práticas sociais que queremos estudar; mesmo porque, no mundo de contingências e de mudanças velozes em que vivemos, a prática está adiante da teoria”, e prossegue reconhecendo a necessidade de que, para a obtenção de resultados exitosos e soluções de problemas de dimensão ampla, a LA deve se aliar a áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Etnografia, entre outras áreas do conhecimento.

Essa articulação com abordagens distintas de outros campos do saber auxiliaria na interpretação dos dados que se tinham em mãos, permitindo a identificação de fatores que exerciam sobre eles influência direta, de modo que ignorá-los resultaria em certa incoerência. No início da década de 1990, a LA como disciplina passava a compor uma área multi/pluri/interdisciplinar (CELANI, 2007[1995]).

Vale mencionar uma proposta de reformulação que o texto de Celani (2007[1995], p. 116) traz em relação à sua escrita de alguns anos antes (CELANI, 1992), quando utilizava as

metáforas *uma ponte com tráfego nos dois sentidos* e *uma encruzilhada* para ilustrar a constituição da LA. Atualmente, “a dupla mão de direção no tráfego se aplica, frequentemente, a várias pontes e não só a uma; a encruzilhada, frequentemente, oferece mais de quatro opções”. Dessa maneira, a postura multi/pluri/interdisciplinar passaria a dar lugar a uma postura transdisciplinar.

A multi/pluri/interdisciplinaridade assume que distintas disciplinas podem colaborar no estudo de um objeto ou campo, integrando-se. Já em uma proposta transdisciplinar, não há busca pelas contribuições das outras áreas, mas, de fato, que as pesquisas e os pesquisadores dessas áreas engajem-se na problematização que o objeto de estudo provoca em cada uma (SERRANI, 1990 apud CELANI, 2007[1995]). A perspectiva transdisciplinar se constituiria, então, transversalmente, atravessando seu objeto e dando margem para a metáfora utilizada por Faure (1992 apud CELANI, 2007[1995], p. 118), de que o pesquisador transdisciplinar é “um nômade, um rei sem reino”¹⁴.

Para aclarar a percepção da diferença de uma proposição multi/pluri/interdisciplinar e outra transdisciplinar, importo de Celani 2007[1995] as duas figuras a seguir:

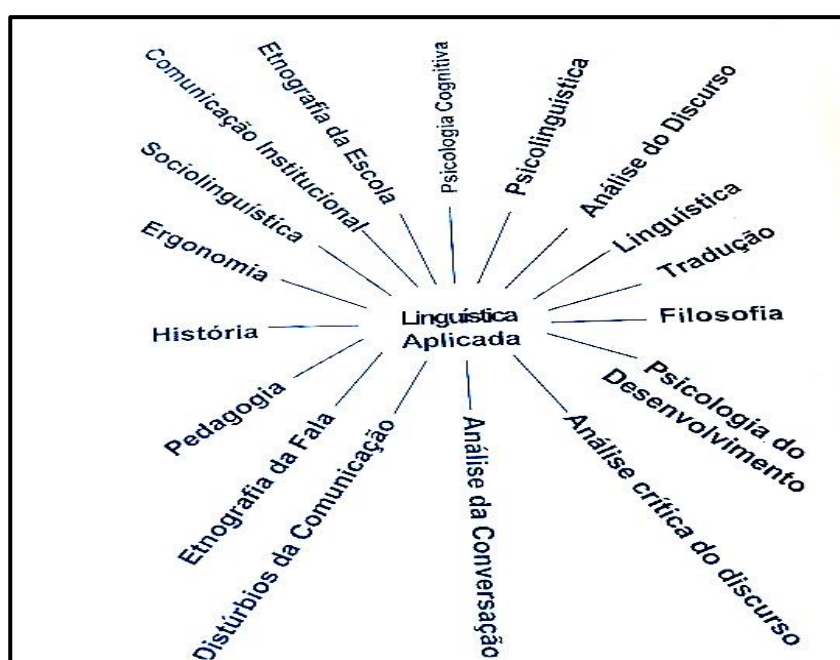


Figura 3. Visão pluri/multi/interdisciplinar (integração).

Fonte: Celani (2007[1995], p. 118).

¹⁴ A propósito da metáfora utilizada por Faure, Celani, no fim de seu texto que retoma características essenciais da Linguística Aplicada e de seu caráter transdisciplinar, **traz** uma provocação que, mesmo sem ser categórica, promove a reflexão: “Quanto a ser nômade, sim, se isto significa liberdade, amplitude de ação, mas nunca se significa falta de direção. A direção da Linguística Aplicada está bem marcada como a de mediadora de mudanças na sua comunicação com a coletividade e com a participação desta. Quanto a ser um rei sem reino, pergunto-me: há lugar para reinos no domínio do saber?” (2007[1995], p. 126).

Notemos que na imagem (Figura 3) fica evidente o diálogo entre diferentes áreas de estudo e a LA. Porém, um movimento de ações e participações sobre a problemática de um dado objeto não pode ser verificado, ou seja, percebemos muitas possibilidades de contribuição sem um atravessamento de cada área no mesmo objeto.

Vejam, na sequência, a Figura 4.

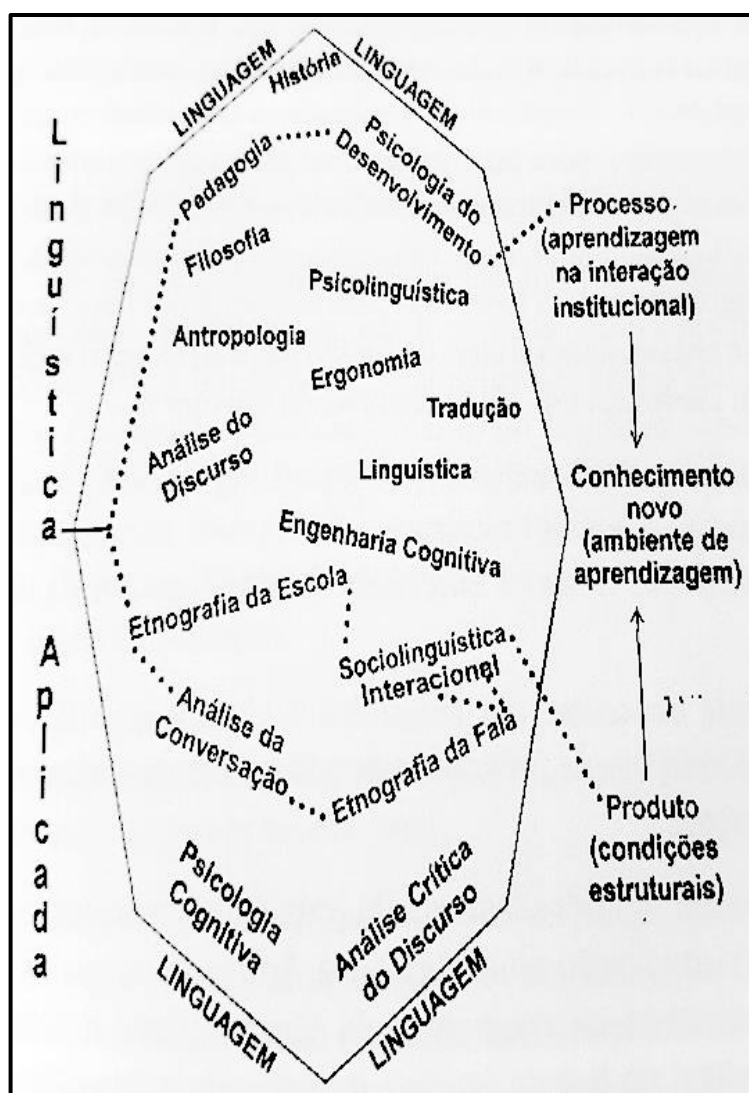


Figura 4. Visão transdisciplinar de uma situação de pesquisa.
Fonte: Celani (2007[1995], p. 119).

O esquema elaborado na Figura 4 nos permite contemplar as preocupações e efetivas contribuições que cada área exerce sobre um mesmo objeto ou campo de estudos, de maneira que a compreensão a ser alcançada sobre o fenômeno analisado seja abrangente e, conseqüentemente, a resolução de problemas associados a ele se dê com maior eficácia.

Foi relevante para essa transformação de perspectiva, entre outros fatores, a criação de alguns programas de pós-graduação *stricto sensu* na área da LA no Brasil, ainda na

década de 1970, entre os quais podemos citar o programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), o primeiro no país, criado no ano de 1970. No ano seguinte, em 1971, seu programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL-PUC) foi reconhecido como centro de excelência pelo CNPq. Esse contexto favoreceu a consolidação dessa área de pesquisa, tanto pelo aspecto de haver, pois, espaços específicos para que ocorressem discussões relativas à área de pesquisa, quanto pelo de formação de estudiosos e profissionais de diversas regiões brasileiras atraídos para o eixo central do país, onde se concentravam os programas (MOITA LOPES, 1999). O autor ainda destaca a criação do

[...] Projeto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental (PEII), coordenado por Maria Antonieta Alba Celani da PUC-SP, tendo como participantes-alvo professores universitários de inglês. A criação do projeto acompanha desenvolvimentos teóricos e metodológicos, na área de ensino das línguas em geral (não só em LEs), que apontam que as pessoas aprendem línguas com propósitos variados e que, portanto, a eficiência de um programa de ensino pode ser aumentada se focaliza, diretamente, os objetivos específicos dos aprendizes. (MOITA LOPES, 1999, p. 427.).

O Projeto também foi preponderante na organização político-educacional da LA a partir do aumento no aprofundamento das discussões teóricas e nos resultados de pesquisas que vinham ocorrendo. Essa organização era imprescindível para que agências de fomento pudessem reconhecer o valor dos trabalhos em andamento.

Pouco depois, na década de 80, de acordo com Cavalcanti (2004), houve um *boom* da LA no Brasil, em especial devido ao aumento na quantidade de linguistas aplicados no país, que voltavam de seus doutoramentos no exterior. Nessa década, além do andamento das pesquisas na PUC, surgiu o segundo programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Posteriormente, com o andamento de pesquisas em nível de pós-graduação, iniciaram-se as revistas especializadas na área, a citar a *Trabalhos em Linguística Aplicada*, em 1983 e a *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A.)*, em 1985.

No ano de 1990, enfim, era criada a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), filiada à Associação Internacional de Linguística Aplicada¹⁵ (AILA).

Uma segunda virada se deu quando “a noção de que a língua deve ser estudada em relação a um contexto tomou conta do pensamento dos linguistas aplicados” (KAPLAN, 1985, p.4) e seu escopo foi ampliado para além da pesquisa em contexto de

¹⁵ Fundada em 1964, em Nancy, na França.

ensino/aprendizagem de língua estrangeira. Passou-se a admitir investigações que tomavam a linguagem como objeto social, diretamente influenciado por questões como cultura, identidade, política, entre outras.

Está claro para os que hoje militam na LA no Brasil que, embora a linguagem esteja no centro da LA, esta não é necessariamente dominada pela Linguística. Em uma representação gráfica da relação da LA com outras disciplinas com as quais ela se relaciona, a LA não apareceria na ponta de uma seta partindo da Linguística. Estaria provavelmente no centro do gráfico, com setas bidirecionais dela partindo para um número aberto de disciplinas relacionadas com a linguagem, entre as quais estaria a Linguística, em pé de igualdade, conforme a situação, com a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia ou a Tradução (CELANI, 1992, p. 21).

Em linha semelhante de pensamento, Gimenez (2007, p. 103) entende que, contemporaneamente, a postura da LA “parece estar mais sintonizada com aportes teóricos que levam em conta os contextos de uso da língua e as relações com aspectos sociais mais amplos”, contribuindo para que essa área se apresente em um campo que passou tanto tempo marcado por embates que levariam ou a uma linguística teórica ou a uma aplicada “com melhores credenciais do que a linguística para fazer o diálogo com a população em geral, e, assim, convencê-la da relevância de seus achados”.

De acordo com a mesma autora, essa condição pôde ser alcançada porque a LA teve êxito ao se relacionar com o uso da língua, utilizando-se de seu caráter acolhedor às demandas sociais contemporâneas relativas à formação da cidadania, juntamente com outras áreas das humanidades, como destaquei.

A partir dessas considerações é possível compreender, então, que a Linguística Aplicada contemporânea percorre um caminho cada vez mais extenso, por onde o foco não mais recai, unicamente, sobre o contexto de ensino/aprendizagem de língua (materna ou estrangeira), nem tampouco sobre outras ocorrências de contexto exclusivamente escolar, mas sobre práticas sociais.

Moita Lopes (2006) comenta que pesquisadores de distintos campos de estudo já perceberam a inexistência de neutralidade no discurso científico, uma vez que todo discurso é permeado por questões político-ideológicas. Com isso, o autor entende ser favorável considerar que, em uma pesquisa, os indivíduos estão sempre envolvidos em práticas sociais, justamente na tentativa de compreender a vida social do ponto de vista estudado, quase sempre marginal.

A interdisciplinaridade seria, portanto, um elemento evidente na natureza da LA, uma vez que o escopo teórico de que dispõe um pesquisador desse campo de estudos

dependerá sempre do problema cujo trabalho pretende analisar. Contudo, não é condizente com essa compreensão a inviabilidade de formulações teóricas próprias a essa disciplina simplesmente por se ater às formulações de outros campos.

A minha afiliação à Linguística Aplicada justifica-se pelo enfoque que dou às questões em seu aspecto linguístico e discursivo, almejando, como confirma Moita Lopes (2006), problematizá-las ou criar inteligibilidade sobre elas, de maneira que se possam vislumbrar alternativas para dados contextos. O mesmo autor, ao discorrer sobre a expectativa dos métodos em Linguística Aplicada, relembra que “havia nessa perspectiva uma simplificação da área, então entendida como lugar de encontrar soluções para problemas relativos ao uso da linguagem, apagando a complexidade e efemeridade das situações de uso estudadas” (p. 20), as quais não se replicam todas da mesma maneira, de modo que a busca pela solução de problemas poderia levar à impossibilidade de pensar soluções.

O caráter contemporâneo e transdisciplinar da LA nos leva a uma união indissolúvel com a ideia de LA *indisciplinar* proposta por Moita Lopes (2006) ao realçar as características de hibridação ou mestiçagem dessa área de estudos. Sob essa luz, o papel da Linguística Aplicada passa de mediador para integrador, movimentando-se entre diferentes áreas do conhecimento concernentes à linguagem, de modo que se torne possível e totalmente viável abordar dada questão a partir de diferentes ângulos.

A indisciplina, noção que possibilita a adjetivação por Moita Lopes, pode acarretar desentendimento por parte dos menos avisados e recém-inseridos no universo de estudos da LA, por conta de uma leitura que pode, eventualmente, voltar-se para certa falta de autonomia que impossibilitaria sua constituição como disciplina formal e independente, o que não é tomado como verdade, mas funciona como mecanismo de evidenciação do processo de maturação dessa área e do reconhecimento de problemas a serem investigados na sociedade, que, por muito tempo, sequer eram pensados como problemas, de fato.

Destacando essa mesma necessidade de evolução nas preocupações e na integração da Linguística aos problemas práticos da sociedade, Rajagopalan (2006) entende que o papel da LA, na atualidade é o de

[...] intervir de forma consequente nos problemas linguísticos constatados, não procurando possíveis soluções numa Linguística que nunca se preocupou com os problemas mundanos (e nem sequer tem intenção de fazê-lo), mas teorizando a linguagem e formas mais adequadas àqueles problemas. [...] Dito de outra forma: a LA precisa repensar o próprio lugar da teoria e não esperar que seu colega

“teórico” lhe forneça algo pronto e acabado para ser “aplicado” (p. 165, grifos do autor).

Não significa, com isso, que o viés estruturalista dos estudos linguísticos tenha perdido totalmente seu valor. Essa linha de estudos permanece importante mesmo que não se atenha com a mesma intensidade que o faz a LA moderna aos problemas sociais. O que muda, em todo caso, são os objetivos que cada disciplina se propõe a alcançar frente a especificidades distintas.

Concernente a essa mudança de estágio da LA, e na mesma linha de Moita Lopes e Rajagopalan, Gimenez (2007, p. 102) utiliza-se da denominação Linguística Aplicada Crítica (doravante LAC), amplamente difundida por Pennycook (2006), para realçar o aspecto que ultrapassa as relações entre “contextos linguísticos da linguagem e contextos sociais”, uma vez esse campo de estudos vislumbra “estabelecer conexões políticas, sociais e culturais muito mais amplas”, levando à necessidade de se relacionar com os “conceitos de sociedade, ideologia, capitalismo global, colonialismo, educação, sexualidade, classe e os textos que são objetos de análise”.

Embora se refira terminologicamente à LA e não à LAC, o posicionamento de Moita Lopes encontra-se muito afim à visão crítica dessa segunda corrente com que trabalha Pennycook, quando confirma que a LA deve trazer “para o centro de atenção vidas marginalizadas do ponto de vista dos atravessamentos identitários de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade” (MOITA LOPES, 2006, p. 25). Tais entendimentos se mesclam entre si sem qualquer perturbação, uma vez que ambos requerem uma postura mais política da Linguística Aplicada.

Com base nessas reflexões últimas que retomam a já antiga batalha pela diferenciação e estabelecimento da LA em relação à Linguística, que associam a LA a um caráter indisciplinar e que configuram a LAC, Pennycook (2006) realça que nós, pesquisadores, precisamos de uma linguística aplicada crítica posicionada, que contribua para uma interação mais direta entre a língua e as relações sociais. Em seu escopo, a LAC não se preocuparia com a língua exclusivamente como elemento da realidade, mas como instrumento de ação e de mudança. Na tentativa de estabelecer diálogo com Fairclough (2016), que propõe analisar os discursos como práticas sociais por meio das quais se concatenam ideologia e hegemonia, Pennycook (2006) nos guia ao entendimento de que, uma vez produtora de discursos, a língua deve ser também o meio pelo qual se luta para subvertê-los.

Afinados com essa reflexão, os estudiosos que dão fundamento a esta pesquisa, de modo geral, tomam a língua como artefato social, e a LA e a LAC como propostas de analisar problemas linguísticos que emergem em contextos sociais reais. Utilizar a língua, o que pode significar gerar novos problemas linguísticos intermitentemente, estaria, portanto, para a assunção da voz do outro, numa relação essencialmente dialógica e, conseqüentemente, social.

Determinado o contexto maior desta pesquisa, o interesse está em trabalhar com os Estudos de Letramento, uma das áreas pela qual a Linguística Aplicada passou a demonstrar entusiasmo após a segunda virada que se deu durante o percurso de sua consolidação teórico-epistemológica. Considerando que esta tese lida diretamente com textos em que se leva em consideração o fato de que refletem realidades sociais, faz-se imprescindível tentar compreender como esses materiais se configuram, o que nos leva a percorrer uma via com dupla perspectiva, no vai e vem entre o discurso do cotidiano e os discursos institucionais, i.e., os discursos viabilizados no site da ONG AJI.

Nesse sentido, são aqui considerados alguns princípios da Semiótica da Cultura, da Antropologia, dos Estudos Culturais, da História e da Sociologia, a fim de promover uma interface que permite desenvolver a análise proposta e responder às perguntas que norteiam este trabalho, crendo na influência dos contextos histórico, social e cultural sobre o processo de significação do caráter social dos textos e, conseqüentemente, da manutenção das características de identidade atreladas a esse processo.

Para isso, cabe perceber o texto como enunciado semiótico caracterizado por dois aspectos centrais, a saber: a) o seu projeto discursivo (à medida que se o entenda como o autor e o seu querer dizer), e b) a realização do projeto textual (o enunciado produzido em relação às condições de interação e com os outros enunciados que já circulam no contexto em questão) (BAKHTIN, 2011[1979]). Esse caminho pelo social, com sistemas simbólicos com relativa mobilidade é aquele por qual pretendo seguir nos próximos itens, mais especificamente em 2.2. *Os Estudos do Letramento e suas implicações*, logo à frente, que visa a apresentar e discutir os conceitos e o escopo dos Estudos do Letramento, e em 2.3. *Cultura e Semiótica: a teoria da semiosfera*, principalmente, quando mais oportunamente abordarei alguns aspectos semióticos mais relevantes para esta tese.

2.2. Os Estudos do Letramento¹⁶ e suas implicações

A partir do final da década de 1970, os altos índices de repetência escolar ganharam repercussão face às preocupações da Linguística Aplicada, e as possíveis causas para a situação de analfabetismo no país começaram a ser pesquisadas a fim de desenvolver soluções que diminuíssem as estatísticas desse estado de não instrução (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999[1979]).

À medida que esse cenário se revertia, tornava-se necessário adotar uma terminologia que se adequasse ao estado de não analfabetismo. Logicamente, o prefixo *a-* designa negação, portanto seria suficiente que fosse retirado, e automaticamente passaria a fazer referência à nova condição instrucional contrária ao analfabetismo, ou seja, à condição de quem está alfabetizado, de quem não apenas domina as habilidades de leitura e de escrita, mas que as incorpora em seu cotidiano, recebendo, assim, caráter social.

O termo *alfabetismo* começou a ser utilizado na literatura especializada, como equivalência a *literacy*, palavra que já era utilizada no inglês.

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo de *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2011, p. 29, grifos da autora).

No entanto, a própria autora (SOARES, 2011) assegura que, com o passar do tempo e os avanços das pesquisas e de sua abrangência, foi-se dando preferência por utilizar o termo letramento em substituição a alfabetismo, embora esse último ainda apareça esporadicamente. Tal processo de substituição se deu, principalmente, devido à tradução da palavra *literacy*, que tem origem latina, e refere-se à condição de ser letrado, o que também pareceu dúbio em um primeiro momento pois, no Brasil, comumente se refere a uma pessoa letrada como aquela que possui erudição, e não que seja simplesmente hábil na leitura e escrita. Em inglês, contudo, *literacy* surge a partir do termo *literate*, e se põe menos distanciado do sentido utilizado pelo campo dos Estudos de Letramento, uma vez que determina letrada a pessoa educada, capaz de ler e escrever.

¹⁶ A expressão *New Literacy Studies* se deu em oposição às teorias clássicas do campo de Estudos do Letramento, fundamentado pelo chamado *modelo autônomo* de letramento (STREET, 1984) que, em suma, designava os níveis cognitivos como determinantes para a aquisição de conhecimentos e, em consequência, para um *status* de sucesso, sem considerar que características sociais e culturais pudessem influenciar nesse resultado. Por vezes, ao longo do texto, nos referiremos aos Estudos do Letramento como EL.

No contexto brasileiro, começou-se a fazer uso do termo letramento nas áreas da Educação e da Linguística a partir da década de 1980, com especial atenção das pesquisadoras Ângela Kleiman (1995) e Magda Soares (2010 [1998]), embasando-se nos trabalhos seminais de Brian Street (1984; 1988), David Barton (1993; 1994) e Mary Hamilton em trabalhos com Barton e Ivanic (1993, 2003) “[...] numa tentativa de separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita’ dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita” (KLEIMAN, 1995, p. 15).

Na década de 1980, Kato (1986) se utiliza inicialmente do termo ao afirmar que a língua culta falada é uma consequência do letramento. Na mesma década, Tfouni (1988) apresenta distinções relevantes acerca das nomenclaturas letramento e alfabetização, posicionando-se contra o uso equivocado que confundia esses dois conceitos.

Magda Soares assevera que as discussões acerca do conceito de letramento emergiram simultaneamente em vários países durante a década de 1980, partindo da “necessidade comum de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita” (SOARES, 2003, p. 2).

Kleiman (1995) e Soares (2010[1998]) prosseguem com os Estudos do Letramento: Soares apontando para a necessidade de que o sujeito deveria ser primeiramente alfabetizado para ser, posteriormente, letrado, dada a necessidade de codificação e descodificação da língua, adquirida sobretudo após tal processo; Kleiman, por sua vez, desenvolvendo novos pontos de vista sobre a conceituação e a aplicação metodológica, entendendo o fenômeno do letramento como um conjunto de práticas sociais que utilizam a língua para fins específicos em contexto também específicos, trazendo Street (1984) e o *modelo ideológico* de letramento para o cenário atual de discussões, admitindo que “todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura mas também das estruturas de poder numa sociedade” (KLEIMAN, 1995, p. 38) e, portanto, aceitando que as práticas de letramento se instauram de acordo com os aspectos sociais e culturais de dado contexto.

Gee (2009, p. 2) se posiciona quanto aos Estudos do Letramento da seguinte forma:

Os Estudos do Letramento se opuseram a uma abordagem psicológica do letramento. Tal abordagem considerava letramento como um “fenômeno cognitivo” e o definia em termos de estados mentais e processamento mental. A “habilidade de leitura” e a “habilidade de escrita” eram tratadas como coisas que as pessoas faziam em suas mentes. Os Estudos do Letramento passaram a enxergar o letramento como algo que as pessoas faziam não em suas mentes mas na sociedade. Argumentou-se que o letramento não era, antes de tudo, um fenômeno

mental, mas, ao invés disso, um fenômeno social. O letramento era um avanço social e cultural – tratava dos modos de participação em grupos sociais e culturais – não apenas um avanço mental. Nesse sentido, o letramento precisava ser entendido e estudado em toda sua abrangência de contextos – não apenas no cognitivo – mas também nos contextos social, cultural, histórico e institucional (tradução minha)¹⁷.

A expressão *New Literacy Studies* foi trazida por Gee (1991 apud STREET, 2003), num período de estudos em que o viés social do letramento merecia mais atenção e esforços do que seu viés cognitivo, tal como refletiam os trabalhos realizados a partir de alguns anos que antecediam a década de 1980 na América do Sul, sobretudo no Brasil, na América do Norte, com trabalhos estadunidenses, e na Europa, especificamente no Reino Unido. Essa nova fase foi chamada por Gee (2000) de *virada social* e consistiu numa grande mudança de paradigma, uma vez que práticas de leitura e escrita passaram a ser observadas a partir das práticas socioculturais em geral.

De acordo com Street (2003, p. 77), os EL representam uma visão do letramento que ao invés de focalizar a aquisição de habilidades, como se faz sob abordagens tradicionais, reconhece o letramento como prática social, o que faz admitir múltiplos letramentos passíveis de variação no tempo e no espaço de acordo com as relações de poder que configuram essas práticas. Dessa forma, o autor infere que os Estudos do Letramento não tornam definitivas as relações existentes entre os letramentos e as práticas sociais a eles relacionadas, preferindo assumir a posição de definir o que seja letramento a partir de um tempo e espaço específico, preocupando-se mais diretamente com quais letramentos seriam dominantes e quais marginalizados.

Nessa mesma direção, Oliveira (2008, p.114), propõe que olhar para o fenômeno do letramento

[...] como uma prática social implica compreender que as ações de linguagem são produzidas e interpretadas por um sujeito cognoscitivo, mas também clivado pelas interferências do mundo vivido a partir do qual ele constrói representações, crenças, sentimentos, formas de regulação social e a si mesmo. Não há, assim, letramento deslocado do sujeito que o produz e do contexto que o circunda.

¹⁷ No original: “*The NLS opposed a traditional psychological approach to literacy. Such an approach viewed literacy as a “cognitive phenomenon” and defined it in terms of mental states and mental processing. The “ability to read” and “the ability to write” were treated as things people did inside their heads. The NLS saw literacy as something people did not inside their heads but inside society. It argued that literacy was not primarily a mental phenomenon, but, rather, a sociocultural one. Literacy was a social and cultural achievement—it was about ways of participating in social and cultural groups — not just a mental achievement. Thus, literacy needed to be understood and studied in its full range of contexts — not just cognitive — but social, cultural, historical, and institutional, as well*”.

Essa perspectiva traz a esta pesquisa dois elementos basilares para a compreensão de uma vertente epistemológica: a) a dualidade *modelo autônomo* e *modelo ideológico* de letramento (STREET, 2003, 2001, 1984), e b) a manifestação dos componentes *eventos* e *práticas de letramento* (BARTON, 1994, 1993; HEATH, 1983; SOARES, 2003, 2011).

A abordagem do modelo autônomo de letramento recai sobre o indivíduo e o que ele realiza individualmente, desconsiderando o contexto de inserção, no qual ele opera. Além disso, ela assume que o letramento “por si – autonomamente – terá efeitos em outras práticas sociais e cognitivas”¹⁸, o que, em outras palavras, significa dizer que o indivíduo adquire uma habilidade letrada, normalmente em contexto educacional e a partir do uso da linguagem oral, e isso resulta no seu desenvolvimento cognitivo e aumenta suas possibilidades de ascender social e economicamente, incrementando sua qualidade de vida. No entanto, esse modelo “disfarça as suposições culturais e ideológicas que o sustentam e que podem ser apresentadas como se fossem neutras e universais”¹⁹ (STREET, 2005, p. 417). Embora o modelo autônomo considere determinado contexto em que um indivíduo adquire letramento, não considera, em contrapartida, todos os demais contextos em que esse mesmo indivíduo está inserido, e torna incoerente a característica universal que teriam os resultados desse letramento.

Trabalhos amplamente conhecidos no escopo dos Estudos do Letramento (KLEIMAN, 1995; SIGNORINI, 1995; STREET, 1984) refutaram a convenção de considerar letramento e práticas de escrita como fenômenos independentes dos contextos social e cultural e como responsáveis pelo progresso individual e acesso ao conhecimento. Usualmente, esse modelo tendia a vincular-se ao letramento escolar, que, embora seja o tipo dominante e mais presente na sociedade, é responsável por abranger uma parcela das competências de letramento aos sujeitos a ele expostos.

É possível, então,

afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola (KLEIMAN, 1995, p. 20).

¹⁸ No original: “*in itself – autonomously – will have effects on other social and cognitive practices*”.

¹⁹ No original: “*disguises the cultural and ideological assumptions that underpin it and that can then be presented as though they are neutral and universal*”.

Com isso, a dicotomia universalista letramento/escolarização dá lugar, de vez, ao entendimento de letramento como prática social, que passa a ser a concepção mais bem aceita nos Estudos do Letramento, e a atenção voltada ao modelo ideológico de letramento aumenta consideravelmente.

Antes de discutir sobre o modelo ideológico de letramento, importa ter bem caracterizados os conceitos de eventos e de práticas de letramento.

A primeira noção – eventos de letramento – foi cunhada por Heath (1983) e definida como qualquer situação que envolva um ou mais indivíduos, em que práticas de leitura e escrita, ou a produção e a compreensão da escrita desempenhem uma função, ou seja, uma dada situação em que o(s) sujeito(s) letrado(s) (com a competência da escrita) seja(m) parte tanto da natureza das interações entre os participantes como, ao mesmo tempo, ocorra o processo de interpretação dessas. Portanto, os eventos de letramento desempenham funções específicas no contexto social, tomando o texto objeto mediador da interação, seja essa face-a-face, em que, por meio dos processos de leitura e escrita, concretiza-se a interação oral, ou seja uma interação à distância, sem contato oralmente verbalizado, como escrever uma carta ou ler um anúncio em algum suporte, por exemplo, estabelecendo-se uma interação aparentemente indireta entre autor-leitor/leitor-autor.

A segunda – práticas de letramento – é tratada por Heath (1983), Street (1984) e Barton (1994) como a situação de uso que se faz dos letramentos, isto é, a maneira como letramentos provenientes de uma situação particular são utilizados em outro contexto. Barton garante que para integrar qualquer evento, o sujeito carrega consigo toda sua carga cultural e, partindo disso, é possível identificar as posições que ele assume no momento de interação com um texto, por que o faz e como o faz. Street (op. cit) aponta para as conceptualizações sociais e culturais que dão sentido às práticas de leitura ou de escrita de um determinado texto. Barton (op. cit) afirma que os valores morais vinculados à cultura e à ideologia são responsáveis por gerar atitudes e sentimentos em relação ao letramento, o que determina seu modo de uso.

Baynham (1995), em vias semelhantes às de Barton, considera que há, na perspectiva das práticas, íntima relação com o que se sabe e que atividades se pode fazer com o que se sabe, estabelecendo, com base nessas ações, o valor e a ideologia que já subjazem à própria ação.

Essa noção de práticas, central para os EL, apresenta-se como duplamente funcional, conforme mencionam Tusting, Ivanic e Wilson (2000, p. 213),

[...] para referir ao detalhe etnográfico específico do observável, coletável e/ou documentável de eventos de letramento situado, envolvendo pessoas reais, relações, propósitos, ações, lugares, tempos, circunstâncias, sentimentos, ferramentas, fontes. O termo ‘práticas’ nesse sentido geralmente contrasta com, e consequentemente complementa o termo ‘textos’, uma vez que ele se refere àqueles outros aspectos do letramento que vão além do texto em si; e para referir aos padrões de comportamento culturalmente reconhecíveis, que podem ser generalizados a partir da observação de especificidades. O termo práticas sob esse entendimento normalmente inclui ‘práticas textuais’ em padrões culturalmente identificáveis para a construção de textos (tradução minha²⁰).

Apontadas algumas características sobre eventos e práticas, defendo o modelo ideológico, reconhecendo-o como mais pertinente e condizente com a atualidade das questões afins à cultura, educação e interação, uma vez que aponta para as práticas de letramento sob uma visão culturalmente sensível, considerando que as práticas sociais variam de acordo com o contexto que as situa e se transformam conforme o momento histórico em que ocorrem (STREET, 2003; BARTON, HAMILTON e IVANIC, 2000).

A respeito dessa noção, Kleiman (1995, p. 21) salienta que o modelo ideológico não pressupõe

[...] uma relação causal entre letramento e progresso ou civilização, ou modernidade, pois, ao invés de divisor entre grupos orais e letrados, ele *pressupõe a existência, e investiga as características, de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas* (grifo meu).

Caso essas áreas de interface não fossem consideradas, seria provável a atribuição de fracasso àqueles sujeitos que não passassem por práticas escolares de letramento, isto é, haveria consistiria em condição determinante de seu insucesso.

Hamilton (2002, p. 8) trabalha no sentido de realçar o prisma do desprestígio e da desvalorização que se atribui a muitos tipos de letramentos, não considerados socialmente válidos ou institucionalizados, ignorando quaisquer experiências de letramento que não estejam descritas em documentos comprobatórios. Em sua reflexão (HAMILTON, 2002, p. 4) a autora contrapõe os letramentos dominantes, que classifica como “institucionalizados”, fomentados, por exemplo, pela escola, as igrejas, o local de trabalho, o sistema legal, o comércio, aos letramentos locais “vernaculares”, que não são, por sua vez, diretamente regulados por instituições, mas que surgem na vida cotidiana, no âmbito das culturas locais.

²⁰ No original: “to refer to observable, collectable and/or documentable specific ethnographic detail of situated literacy events, involving real people, relationships, purposes, actions, places, times, circumstances, feelings, tools, resources. The term ‘practices’ in this sense often contrasts with, and hence complements the term ‘texts’, since it refers to those other aspects of literacy which go beyond the text itself; and to refer to culturally recognizable patterns of behaviour, which can be generalised from the observation of specifics. The term practices in this sense often includes ‘textual practices’ the culturally recognisable patterns for constructing texts”.

Ser letrado, não é “simplesmente uma questão cognitiva, ela simultaneamente envolve outros modos de se engajar com o mundo” (HAMILTON, 2002, p. 183, tradução minha²¹).

Essencialmente, sob a perspectiva ideológica, é possível compreender que:

Letramento é uma prática social, não simplesmente uma competência técnica e neutra; que é sempre firmada em princípios epistemológicos socialmente construídos. Trata-se de conhecimento: as maneiras como as pessoas se utilizam da leitura e da escrita estão, a partir delas próprias, enraizadas nas concepções de conhecimento, identidade e de ser. Está sempre embutida nas práticas sociais, como aquelas de um mercado de trabalho específico ou um contexto educacional específico e os efeitos de apreender que um letramento específico será dependente daqueles contextos específicos (STREET, 2003, p. 77-78)²².

Com essa abordagem, fundamental para o entendimento do fenômeno do letramento, percebe-se que o trabalho nesse campo de estudos se mostra mais exitoso, de fato, sob o ponto de vista de proporcionar resultados mais concretos, quando reconhece práticas diversas que ocorrem de uma realidade específica, isto é, não é plausível, a meu ver, lidar com práticas de letramento abrindo mão de posições ideológicas que subjazem ao contexto de letramento. Acredito que a real constituição do sujeito e o uso que ele faz da língua se dão com base nos processos de interação por que passou, nas experiências vividas dentro e/ou fora do(s) grupo(s) de maior pertencimento e contato, na exposição a práticas letradas diversas, e não por vias do modelo autônomo de letramento, que desconsideraria suas condições discursivas. Entendo que o modelo ideológico atende mais consistentemente as questões abordadas neste estudo e, por essa razão, comporá seu embasamento teórico.

Kleiman (2005, p. 18) assevera que o fenômeno do letramento é algo complexo, que não se restringe unicamente a uma competência leitora por parte do sujeito que lê, mas que envolve, na prática, capacidades e conhecimentos que, muitas das vezes, não mantêm relação com as práticas de leitura escolar, mas com uma visão de mundo advinda de diversas outras práticas sociais que se entende como necessárias à real compreensão de uma enunciação.

Pode-se perceber, ainda hoje, que a maioria das pesquisas voltadas para práticas de letramento direciona seu foco de maneira mais acentuada às práticas escolares do que às não escolares. Isso se dá em virtude de a escola se constituir como a agência mais importante e

²¹ No original: “*simply a cognitive matter but it simultaneously involves other modes of engaging with the world*”.

²² No original: “*literacy is a social practice, not simply a technical and neutral skill; that it is always embedded in socially constructed epistemological principles. It is about knowledge: the ways in which people address reading and writing are themselves rooted in conceptions of knowledge, identity, and being. It is also always embedded in social practices, such as those of a particular job market or a particular educational context and the effects of learning that particular literacy will be dependent on those particular contexts*”.

com maior quantidade de eventos de letramentos, e por estar diretamente associada ao processo de alfabetização, muitas vezes confundido, ainda hoje, com o conceito de letramento (KLEIMAN, 2005, p. 38).

Essa confusão é justificável a partir da visão de que, teoricamente, só seria considerado letrado aquele indivíduo detentor das competências de leitura e escrita, seguindo unicamente o sistema grafocêntrico e a normatização da língua sobre ele, e tal percurso só seria adquirido com a vivência em ambiente escolar.

Em oposição a essa proposta, Kleiman defende o seguinte:

[...] uma pessoa não-alfabetizada que conhece a função do bilhete, da carta, das etiquetas e dos rótulos de produtos participa, mesmo que de forma marginal, nas práticas letradas de sua comunidade e, por isso, é considerada letrada. Até o século passado, porém, havia grupos que não conheciam essas funções, que não sabiam que a escrita serve, entre outras coisas, para a comunicação a distância, para registrar fatos, para tornar permanente um momento efêmero, e assim sucessivamente (2005, p. 14).

O modelo ideológico de letramento fez com que as práticas escolares fossem compreendidas como uma possibilidade de letramento, dentre outras inúmeras, e não como a condição única de um sujeito tornar-se letrado.

Os processos de letramento e alfabetização não devem, portanto, ser confundidos, pois são distintos, e pode o letramento não manter qualquer ligação diretamente com a alfabetização (mas o contrário não seria verdadeiro, visto que a alfabetização é tida como uma forma de letramento). Soares (2010[1998]) contundentemente esclarece que a sociedade passa por um processo de adaptação ao sistema escrito da língua. Desde a baixa idade, crianças vão concatenando diferenças existentes entre os sistemas gráficos e reconhecendo a escrita. Quando se iniciam na educação formal, devem ser orientadas quanto a esses sistemas, isto é, ser alfabetizadas. Já os processos de letramentos são tanto anteriores quanto posteriores à alfabetização; são permanentes. Essa visão vem modificando o próprio conceito do termo letramento, que, ainda conforme Soares (2010[1998], p. 39), nasceu com a finalidade de caracterizar o processo que permite ao indivíduo ser capaz de ler e escrever, que satisfaz as exigências da sociedade que requeiram tais capacidades, mas que, no entanto, a mecanicidade atrelada à leitura e à escrita não garante a interação plena com os variados tipos de textos que circulam atualmente.

Street (2003) justifica que os acontecimentos de escala global não atingem um contexto local significando da mesma forma. Eles passam naturalmente por uma hibridização de letramentos, e decorre dessa característica o fato de que o estudo com

aplicação etnográfica ser uma opção metodológica tão presente e relevante na compreensão dos usos da língua escrita como fenômenos de letramento, pois, o entendimento real do uso da escrita implica entendimento real da configuração histórica e sociocultural.

Considerando a discussão até esta parte alinhavada, seria incoerente, portanto, deixar de reconhecer outras esferas sociais além da escola, como a igreja, o convívio familiar, o convívio com outros indivíduos que compartilham modos de pensar e/ou que tenham afinidades entre si, o contato multicultural com outros grupos étnicos, o ambiente de trabalho, entre tantos outros contextos cotidianos que exercem, por meio da língua, poder direto sobre o próprio sujeito social. Compartilhamos a compreensão de Kleiman quando defende que

[...] assim como as práticas não escolares de letramento são relevantes para o ensino da escrita no contexto dos projetos de letramento, também a investigação de práticas locais, igualmente não escolares, é relevante para melhor entender a problemática de ensino da língua escrita a grandes parcelas da população brasileira. (KLEIMAN, 2010, p. 388).

Admitindo, em adição, o entendimento de Barton (1993, p. viii), os eventos de letramento, mencionados anteriormente, devem ser entendidos como atividades sociais em que leitura e escrita são imprescindíveis para sua ocorrência e apresentam regras definidas para isso. Para a participação nos eventos, sujeitos precisam dominar tais competências.

As práticas, por sua vez, são consideradas como os modos culturais específicos de uso da escrita e leitura, utilizadas nos eventos de letramento e só aprendidas nesses eventos. Barton (1994) exemplifica a associação que faz dos eventos com as atividades humanas em que a escrita está presente, utilizando-se de atividades cotidianas na vida humana. A discussão sobre uma dada reportagem de jornal em um grupo de amigos, uma aula, ou, simplesmente, a anotação e a organização das compras do mês, por exemplo, já se constituem como eventos de letramento. As práticas, por sua vez, corresponderiam às distintas formas com que as culturas lidam com cada um desses eventos.

Existe uma relação de interdependência entre eventos e práticas, em que um fenômeno só se permite ocorrer e produzir significação a partir do outro. Mais que isso, é necessário atentar para outra noção trazida por Barton e que nos é de grande valia, que trata dos mundos de letramento. Para o autor (BARTON, 1994), as práticas de letramento mantêm-se vinculadas ao contexto sociocultural em que ocorrem. Isso implica afirmar que cada grupo social participa de mundos exclusivos de letramentos, pois as experiências por que passa são naturalmente distintas e diferentemente significativas.

Sob a mesma ótica, ao conceber os letramentos como múltiplos, reconhecendo que estão o tempo todo sujeitos aos tensionamentos das relações de poder, salta aos olhos a relevância social de os indivíduos assumirem papéis distintos em suas comunidades, de modo que participem de novas práticas de letramentos constantemente.

Tal relevância é reconhecida pelo fato de que, ao assumir múltiplos papéis em uma comunidade, que apresentam especificidades no que se refere às expectativas de cada um deles, o indivíduo é levado a se envolver com certos usos da língua que contrastam a multiplicidade de seus letramentos. A essas competências, Gee (2014[1999]) chama de kits de identidade, justamente pelas particularidades identitárias exclusivas a cada função desempenhada socialmente.

Bartlett (2005) já afirma que os letramentos, bem como outros instrumentos de uso da língua, implicam identidades sociais. Quando se questiona quanto ao modo que as pessoas atingem novos letramentos e consequentes identidades sociais, Bartlett estabelece uma ponte com as sugestões de Gee, que emergiram ao longo de seu trabalho. Com relação a isso, de acordo com a autora, “Gee sugeriu que o alcance do domínio do letramento aparece por meio de *aquisição*, ou por um estilo de aprendizado informal em vez de *aprendizagem* ou instrução formal”²³ (2005, p. 2, grifos da autora). Esse entendimento veio da distinção estudada pelo teórico entre a aquisição de Discursos e a aprendizagem de Discursos²⁴, de modo que a primeira ideia – de aquisição – é o que conduz ao domínio, isto é, os Discursos são aprimorados “por enculturação (aprendizado) em práticas sociais através da interação projetada e auxiliada com outras pessoas que já dominam o Discurso”²⁵ (GEE, 1996, p. 139 apud BARTLETT, 2005, p. 2).

Com relação a isso, Bakhtin (2011[1979]) discorre sobre o conceito de esfera de atividade ou de circulação de discursos. Segundo o autor, cada uma das esferas sociais concentra diversos textos de acordo com as atividades esperadas para elas. Assim, ao passo que nos movimentamos por entre essas esferas, nos utilizamos de inúmeros gêneros discursivos que devem atender às práticas sociais, confirmando a legitimidade das relações sociais.

²³ No original: “Gee suggested that masterful literacy attainment comes through acquisition, or informal, apprentice-style learning, rather than through learning or formal instruction”.

²⁴ O termo diz respeito ao trabalho de Gee, comentado por Bartlett. O uso de caixa alta para iniciar a palavra Discurso faz perdurar a intenção de Gee, que mostra clara e explicada preferência de grafá-la com “D” maiúsculo em seus textos.

²⁵ No original: “by enculturation (apprenticeship) into social practices through scaffolded and supported interaction with people who have already mastered the Discourse”.

Ao escrever o ensaio *O problema do conteúdo, do material e da forma na obra artística vocabular*, Bakhtin (1990) estabelece o conceito de gêneros do discurso, subdivididos em gêneros primários, a saber, comunicação oral e escrita, aqueles que se constituem como enunciados comumente utilizados na vida cotidiana com espontaneidade e coloquialidade, e gêneros secundários, literatura, documento, música, filmes, entre outros que mobilizam situações comunicativas complexas, com estruturas linguísticas mais elaboradas. Essa divisão em dois grupos é necessária quando se tem em vista as inúmeras relações sociais possíveis que existem em cada comunidade, e paralelamente a elas, a inúmera variedade de gêneros.

Uma vez que reflete as condições particulares e os objetivos de cada esfera social, a atividade linguística do indivíduo se dá por meio de recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais e, sobretudo, por sua construção composicional. Esse entendimento da teoria bakhtiniana converge para um aspecto central de que os gêneros possuem três dimensões constitutivas: a) o conteúdo ou aspecto temático, que compreende objetos, sentidos e conteúdos gerados em uma esfera discursiva com suas realidades socioculturais; b) o estilo ou aspecto expressivo, que se refere a uma seleção lexical, frasal, gramatical e a formas específicas dos dizeres, cuja compreensão é determinada pelo gênero; e c) a construção composicional ou o aspecto formal do texto, que envolve procedimentos, relações, organização e participações estruturais e de acabamento textual, conforme os participantes nelas envolvidos (BAKHTIN, 2011[1979]).

O domínio do falante de moldar seu discurso em um processo comunicativo, em uma conversa cotidiana, por exemplo, nada tem a ver com a falta de vocabulário para a referida função, tampouco se trata de uma questão estilística. O acesso ou não aos mais diversos gêneros de textos é o que caracterizará, de fato, o domínio maior ou menor da linguagem, de forma a provocar os efeitos de sentidos almejados no discurso. Conforme Bakhtin, (2011[1979]), é esse domínio o que determinará, por exemplo, a agilidade ou não de iniciar o turno de fala, de expressar-se de maneira descontraída e de começar e terminar de modo mais acabado a enunciação.

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2011[1979], p. 285).

Independentemente da atividade a que se propõe, o ser humano serve-se da língua com base no interesse, na intencionalidade e na finalidade específicos de cada uma, e, portanto, se valerá dos mais variados recursos linguísticos, perpassando distintos gêneros (BAKHTIN, 2011[1979]).

A movimentação que se realiza entre gêneros está relacionada estreitamente com as práticas sociais. Isto significa afirmar que mudanças na vida social resultam em mudanças nos gêneros, automaticamente. Essa visada bakhtiniana nos leva a enxergar o gênero como produto social, e o sendo, está sujeito a mudanças.

Justamente sobre essas mudanças, possíveis de serem distinguidas conforme a adequação de gêneros específicos com finalidades específicas das práticas sociais, é que me apoio para tecer o percurso teórico da presente pesquisa.

A tarefa de conceituar o letramento, mesmo com a apresentação aqui realizada e que nos é basilar, é bastante complexa. Compreendo o fenômeno do letramento como um processo contínuo que vai além das questões de leitura e escrita.

O fato de a AJI configurar-se como uma agência de letramentos garante, inquestionavelmente, a inexistência de um grau zero de letramento explicada pela exposição contínua de seus artefatos, materiais, culturais e, claro, sociais, à comunidade envolvida.

Com essa dimensão, o letramento não compreenderia exclusivamente a linguagem escrita, mas tornaria possível o trânsito dos indivíduos por entre diversificadas práticas discursivas e pelos distintos gêneros que nelas circulariam, levando à consonância com as constantes mudanças que ocorrem na sociedade através do aprimoramento de conhecimentos que capacitem esses indivíduos a resolverem problemas emergentes e reais.

2.2.1. Os artefatos culturais como tradutores

Como posto anteriormente, o sítio eletrônico da AJI dispõe de características fundamentais para constituírem-no como um artefato cultural. Um ambiente virtual organizado por um grupo de jovens indígenas, que controla sua estrutura, a disposição multimodal dos textos verbais, das imagens e dos vídeos, a escolha dos conteúdos a serem disponibilizados e as possibilidades de interação guardam elementos substanciais no que diz respeito à ideologia de um povo e suas práticas culturais.

Com o propósito de trazer luz a essa questão, tentarei abordar com algum detalhamento aquilo que se define por um artefato cultural e sua relevância para a circulação dos discursos nas práticas letradas.

Luke (1996) compreende que um texto é artefato do trabalho do(s) sujeito(s) no estágio de produção de significado, e representa momentos de intersubjetividade entre escritores e leitores e falantes e ouvintes, sendo necessário recorrer a outro(s) texto(s) para captar as intenções do autor. Assim, pode-se afirmar que os textos se inter-relacionam e interferem entre si. Para o autor, “todos os textos são, na verdade, multidiscursivos, ou seja, eles se guiam por uma variedade de discursos, campos de conhecimento e vozes” (p. 15). É coerente assumir, portanto, na linha do pensamento de Fairclough, que todo texto se configura por meio de seu caráter discursivo e reflete/refrata determinada prática social.

Importa, ainda, a ancoragem na definição de Strobel a esse respeito. Para a autora, o conceito de artefatos “não se refere apenas a materialismos culturais, mas àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo” (2008, p. 35).

As práticas de letramento são cultura. Para Street (2006), a cultura associa-se à identidade e à subjetividade do sujeito, e não se dissocia das práticas. Os letramentos que tomamos aqui para estudo são compostos por uma gama de artefatos culturais que, por si, isoladamente, também são parte da construção identitária. Bartlett (2007) advoga que as pessoas, além de se constituírem identitariamente, participam de eventos e práticas de letramento em meio a discursos variados e a artefatos culturais que, ao seu entendimento, compreendem objetos ou símbolos, que podem ou não possuir materialidade, produzidos no contexto social e construídos culturalmente. O envolvimento com tais artefatos aliado a um trabalho crítico de identidade intra- e interpessoal determinam a ação de tornar-se letrado.

Integrando a perspectiva sociocultural dos letramentos, Bartlett (2007, p. 53) enfatiza que “letramento é aquilo que alguém ativamente faz, em conjunto com outros humanos (que podem ou não estar fisicamente presentes) e com o mundo material, social e simbólico”²⁶, e, de modo bastante geral, o *tornar-se* letrado é um processo contínuo, atemporal na vida humana, em cujas práticas são meios de interação, nos quais o indivíduo manifesta, constrói e reconstrói sua identidade continuamente.

²⁶ No original: “*literacy is something one actively does, in concert with other humans (who may or may not be physically present) and the material, social, and symbolic world*”.

A autora chama à atenção a necessidade que o indivíduo tem de parecer letrado, de modo que isso o legitime como tal num contexto essencialmente letrado. Note-se que este *parecer* letrado, por sua vez, só é legitimado, de fato, com base na interação com outros indivíduos, isto é, numa relação interpessoal. Contudo, a modalização do *parecer* admite a dupla possibilidade de *ser* ou de *não ser*, tal como põe a semiótica francesa, existe o que parece e é, e o que parece mas não é, e essa modalização mantém ténues laços com o sentir. *Sentir-se* letrado corresponde a uma relação intrapessoal com o letramento (BARTLETT, 2007).

Uma vez que para parecer e sentir-se letrado o indivíduo não trilha apenas os caminhos da leitura e da escrita, mas manipula um conjunto de elementos de criticidade, sociabilidade e cultura num processo de interação, Bartlett chama a atenção para a importância dos artefatos culturais nesse jogo.

A identidade, sendo continuamente reconstruída, está associada a um processo de improvisação constante na interação, e os artefatos culturais desempenham papel relevante nessa improvisação.

A partir da noção vygotskiana sobre mediação semiótica, os artefatos são essenciais para a capacidade que o ser humano tem de modular seus pensamentos, seu comportamento e mesmo suas emoções. Nessa mesma esteira, Holland et al. (1998 apud BARTLETT, 2007) trabalham com identidades em prática, explicando que as pessoas se utilizam da objetificação de identidades sociais, passadas ou não, para que consigam lidar com suas emoções e ações em uma escala mais ampla. Trata-se de uma espécie de mundos figurados, criados por elas próprias, dos quais fazem parte recursos como determinados desejos, personagens genéricos, elementos de narratividade, por exemplo, aos quais elas “se amarram”²⁷ (p. 56) para determinar aspectos figurados de sua identidade.

Merecem atenção as relações de poder, inerentes às interações e às identidades sociais. O reconhecimento de um indivíduo, por exemplo, a partir de uma identidade social coletiva, por conta de sua participação em determinado grupo que apresenta ideias e desempenha ações pelos indivíduos compartilhadas, varia conforme o aumento da participação desse indivíduo no grupo, que é dada com o passar do tempo, e que realça suas características individuais, levando a um aumento consequente de seu poder no grupo, que determinará, por fim, suas práticas.

²⁷ Expressão traduzida do texto original, cujo fragmento está a seguir, quando a autora comenta sobre Holland et al.: “*The authors suggest that people use cultural resources, which are themselves tied to figured worlds [...]*”.

Em relato sobre o estudo que conduziu com jovens e adultos em escolas do Rio de Janeiro e de João Pessoa, Bartlett (2007) cita os constrangimentos que os estudantes disseram ter passado por não serem capazes de ler e escrever, o que é refletido na oralidade, e os artefatos culturais, materiais ou não, que se faziam presentes naquele ambiente de letramento, e mesmo fora dele, utilizados por indivíduos em fase de letramento, mas ainda inaptos para ler ou escrever.

Trazendo essas características para o contexto local de pesquisa, grande parte das atividades socioculturais promovidas pela AJI, entre outras questões, são apresentadas à sociedade por meio das redes sociais, de sítio virtual próprio, de uma rádio e de um jornal, impresso e virtual. Uma leitura superficial nos permite enxergar esses elementos como artefatos culturais óbvios, produzidos por indivíduos letrados, seja no que se refere às competências de leitura e escrita, ou seja, por integrar um processo de letramento digital, haja vista que o uso do computador, de *softwares* específicos para edição e tratamento de imagens e vídeos e para editoração textual, equipamentos para transmissão de radiofrequências e o próprio uso da *internet* são práticas de letramento daquilo que Buzato (2009, p. 72), ao se referir a essa modalidade de letramento, busca definir como uma grande “rede heterogênea, isto é, uma rede feita de circulações e não de ‘laços’ ou ‘atributos’, na qual humanos e não-humanos negociam interesses e interpretações do que consideram ser seus problemas e os problemas dos outros”.

No entanto, duas ponderações relativas ao estudo relatado neste trabalho devem ser colocadas.

A primeira é que a AJI, uma ONG composta por indivíduos letrados, no sentido de dominarem o uso de leitura e escrita em língua portuguesa, funciona como uma agência de letramentos, uma vez que, por meio das oficinas que oferece e das demais atividades que de alguma forma integram os outros indivíduos da comunidade indígena local, responsabiliza-se por uma transmissão social da informação, também concernente ao uso da língua. A segunda, que a partir do momento em que ela seleciona determinadas informações para apresentá-las à sociedade, informações essas que se utilizam de e constituem-se como artefatos culturais materiais, passa a funcionar como uma agência de tradução, que também reporta, sob o seu ponto de vista, as práticas que desenvolve com a comunidade e as práticas das práticas, aquelas que se desenrolam com a progressão das primeiras e com a participação dessa mesma comunidade composta por indígenas que, em sua maioria, não dominam o uso do português, embora se comuniquem oralmente através dele sem grandes dificuldades.

Atuando como agência de letramento e de tradução, ela propicia que a comunidade participante de suas atividades sintam-se letrada, tendo em vista que se trata do público de origem e do público-alvo ao mesmo tempo (ou seja, as realidades desse público são determinantes para a escolha temática das atividades) e isso funciona como um mecanismo legitimador de práticas.

Para Bartlett (2005), os artefatos culturais são essenciais para o funcionamento da identidade. A autora toma a noção de Vygotsky de mediação semiótica, que assevera a importância dos artefatos na modulação do comportamento, da cognição e das emoções humanas. Perpassa, também, pela mediação semiótica como meio de discutir como as pessoas usam artefatos culturais, amarrados a mundos figurados, no controle de seus sentimentos. Bartlett referencia, ainda, o posicionamento de Holland et al., quando afirmam que “as pessoas se utilizam de artefatos para desenvolver os aspectos figurados de suas identidades e então administrar seus sentimentos, pensamentos, comportamentos e ações em larga escala” (p. 3), haja vista que em comunidades de práticas, os atores que dela participam adquirem novas identidades figuradas.

No que diz respeito ao letramento, cito a seguir um trecho de Bartlett (2005, p. 3) quando analisa o trabalho de Holland et al. (1998) Nesse sentido, quando pensam em contexto escolar, de sala de aula, os autores sugerem que

Os estudantes podem usar artefatos culturais – imagens, símbolos, discursos, etc. – para modular seu comportamento, cognição, emoção o suficiente para superar a posição social negativa e se tornar o que Bourdieu (1991) possivelmente chama de “legitimamente” letrado.²⁸

Bartlett refere-se também ao trabalho conduzido por Dyson (1997) com um grupo de alunos do ensino fundamental, que mostra a forma como as crianças se apropriam de histórias da cultura popular. Na ocasião, Dyson observou que, durante um processo de escrita dramática realizada com base em narrativas e personagens de desenhos com super-heróis, as crianças atribuíram papéis mais ou menos interessantes (para elas) a certos personagens que elas acrescentavam nas histórias, atestando sua intenção ou tentativa de construir ou reforçar relações sociais entre eles. Além disso, em atuação, as crianças incorporaram os personagens como uma tentativa de fazer emergir sentidos de personalidades poderosas, o que leva ao

²⁸ Sobre o trabalho de Bourdieu (1991), citado pelos autores, conferir a obra intitulada *Language and Symbolic Power: The Economy of Linguistic Exchanges*.

entendimento de que elas “estavam literalmente sendo autoras de personalidades e criando novos mundos culturais”²⁹ (BARTLETT, 2005, p. 5).

É digno notar, portanto, que, partindo dessa exemplificação e concepção em torno do que sejam artefatos culturais e de como eles podem figurar nas práticas sociais, os elementos que compõem as identidades não podem ser explorados como características cristalizadas. Existem diversas marcas que são caracterizadas por particularidades simbólicas e que constituem e moldam as identidades. A função dos artefatos, nessa perspectiva, seria a de confirmar ou refutar essas identidades a partir da maneira como eles são interativamente utilizados ou como figuram naturalmente no contexto sociocultural.

Presentes no processo de interação, sejam símbolos, rótulos ou materiais físicos, os artefatos culturais têm o importante papel de construir as identidades dos indivíduos que a ele se atêm, isto é, aqueles que participam dos eventos e práticas de letramento o fazem em meio a discursos e artefatos pelos dos quais, trilhando por Bakhtin (2014[1929]), as pluralidades da ideologia na enunciação são representadas.

Buzato (2009), ao investigar questões de letramento a partir da Teoria Ator-Rede (doravante TAR), proposta por Bruno Latour, aponta que a competência trabalhada nas práticas de letramento, seja ela da perspectiva do letramento como tecnologia, fundamentado nos processos cognitivos ou psicolinguísticos, ou do letramento como prática social, cultural e ideológica, pode ser proveniente de duas fontes:

ou se nasce com ela, quando se nasce “humano”, ou se é moldado nela, por força da “estrutura social”. Em lugar de recursos locais/interiores, ou institucionais/exteriores, a TAR nos faz pensar nessa competência como um conjunto de *subjetificadores, individualizadores ou personalizadores* que vamos acumulando enquanto atores-rede (p. 79, grifos do autor).

Com isso, os artefatos culturais materiais que, majoritariamente, constituem-se como tal pelo uso de máquinas, ou de actantes não humanos, nos permitem admitir algumas ideias trazidas pela TAR, que compartilham concepções que permitem dialogar com a teoria da semiosfera, que é abordada mais incipientemente na seção seguinte.

A TAR, também conhecida por Sociologia da Translação, se diferencia da abordagem tradicional da Sociologia do Social, sobretudo, pela questão da agência. Na primeira, são capazes de agência tanto atores humanos como não humanos³⁰, ao passo que a

²⁹ No original: “[...] *were literally authoring selves and creating new cultural worlds*”.

³⁰ Nota-se uma preferência por parte de estudiosos da TAR, por vezes, pela utilização da expressão “actantes” em lugar de “atores não humanos” e “atuantes”, e essa tendência será aqui seguida quando forem feitas referências à teoria.

segunda, fundamentada numa visão mais tradicional, considera capazes de agência apenas os atores humanos.

O nome da teoria é assim concebido justamente pela tentativa de propor que tanto sujeitos como objetos agem e se constituem na ação mesma, ao invés de serem pensados como elementos que entrariam em cena após o início da ação. A ação, para Latour, é um evento, não um ato, não admitindo, portanto, uma relação de causa e efeito.

Objetos, ou não humanos, não são aqui compreendidos como produções humanas porque assumem papéis de interferência na vida humana, assim conferindo-lhes poder para “autorizar, permitir, produzir, encorajar, consentir, sugerir, influenciar, bloquear, retribuir, proibir, e assim por diante” (LATOURE, 2005, p. 72)³¹, de forma que aquilo que se compreende como sociedade seja substituído pela ideia de um coletivo de humanos e não humanos associados entre si em redes em um processo maior, contínuo, que consiste de interesses negociados e transformados, do qual o poder é consequência, não causa. Não se trata de ignorar as projeções realizadas pela sociologia do social acerca da ação social humana, mas de estender a ela não a participação, mas a função de actantes não humanos que viabilizam a expressão das relações de poder. A esse processo, dá-se o nome de *translação* ou de *tradução* (LATOURE, 2005).

Quando se menciona a ação de objetos, não se o faz afirmando sua intencionalidade, como no caso da ação humana, mas salientando que são dotados de alguma subjetividade. A partir disso, Latour (2005) visualiza a rede como um conjunto de eventos de ação humana e não humana, sem que exista relação de causa e efeito sobre tal ação, e reconhece a natureza performatizada do social, em que não importa o que seja, só o é em ação, na qual não humanos não seriam, portanto, objetos agidos que conferem sentido às ações de humanos agentes, tal como entende a sociologia do social, mas seriam todos atores, que agem e resistem, que compõem uma rede de associações onde os mais distintos eventos (com ações e reações) são promovidos.

As práticas de tradução, em Latour, se opõem às práticas de purificação. À medida em que estabelecemos a definição de humanos como sociedade e de não humanos como natureza, criamos zonas de classes distintas, lidando com a pureza das disciplinas, com sua concretude. Já a existência de eventos compostos de fatos diversos caracteriza-se numa

³¹ No original: “authorize, allow, afford, encourage, permit, suggest, influence, block, render possible, forbid, and so on”.

mescla entre natureza e cultura, a que o autor chama de *híbridos*, e à qual é inerente a necessidade de práticas de tradução.

A ligação entre esses dois tipos de práticas estaria no cerne do que o autor chama de "a constituição moderna". Ser moderno é, em essência, acreditar nessa separação de propriedades, poderes e maneiras dos humanos e dos não humanos de se agruparem e de se governarem e, ao mesmo tempo, presenciar a proliferação de híbridos (BUZATO, 2009. p.71).

Importa chamar a atenção para o fato de que todos os envolvidos numa ação são translações propriamente ditas, ou traduções propriamente ditas. A esse respeito, Buzato (2014, p. 35-36) discute:

uma determinada translação se estabilizará e manter-se-á em expansão à medida que os componentes da rede estejam alinhados, portando-se como intermediários da ação e dos interesses alheios. Quando isso acontece, cada ator-rede e/ou translação dentro do ator-rede e/ou translação maior pode ser tratado, para efeito de análise, como uma unidade, tendo suas negociações internas desprezadas. Por outro lado, se um ou mais desses participantes não conseguirem manter o seu vínculo com os demais, ou se suas próprias controvérsias internas por algum motivo o desestabilizarem, o intermediário se tornará, novamente, um mediador, e a ação e/ou os significados que até ele chegarem serão desviados, corrompidos, multiplicados e dispersos de tal modo que a rede irá desintegrar-se, fazendo com que desapareça.

O alinhamento entre os atores envolvidos na ação, portanto, deverá ocorrer conforme os interesses permanecem sendo traduzidos pelos laços que constituem a rede. No entanto, Buzato também pensa como inevitável que os objetivos dos atores mudem, desviem-se durante o processo e façam com que ele próprio seja desvinculado de uma translação, o que não significa, contudo, que ele passe a habitar uma dimensão desconhecida e inabitada, mas que ele adira a outra translação, na qual traduzirá outra vez seus objetivos e será, conseqüentemente, traduzido.

2.3. Cultura e semiótica: a teoria da semiosfera

Para nos aproximarmos, ainda mais, de uma compreensão relativa à circulação dos discursos e aos contatos culturais, este item dará conta de, inicialmente, abordar algumas questões atinentes à cultura, adentrando, depois, a teoria da semiosfera.

A semiótica de vertente russa, conhecida como Semiótica da Cultura, surgiu por volta da metade do século XIX, com Baudouin e sua teoria do fonema, Viesselovski e a

poética, Marr e a teoria estadial e Littré, que trabalhou sobre a vida dos signos e a comunicação.

A proporção da Semiótica da Cultura em escala internacional deu-se com base em Iuri Lotman e Boris Uspenkij, sendo que sua inserção como disciplina formal na Universidade de Tártu contribuiu grandemente para sua disseminação. Lotman, juntamente com outros professores, participou dos movimentos formalistas e estruturalistas, demonstrando interesse pelos modos de ver o mundo e reconhecer os valores sociais a eles vinculados, de forma que, para isso, fosse necessária uma leitura interdisciplinar, que propusesse um diálogo entre a linguística e outros campos do saber, a fim de compreender o homem semiótico.

Seu surgimento justificou-se pela necessidade de compreensão das relações existentes entre comunicação e cultura e dos mecanismos existentes na cultura que funcionam como geradores de signo. Para isso, seria imprescindível entender a cultura como um conjunto de textos organicamente entrelaçados, tais como religião, literatura, artes e comportamento, por exemplo, abrangendo todos os códigos e sistemas semióticos culturais, cuja relação entre estes denomina-se modelização, que representa a signicidade dos objetos. A noção bakhtiniana de gêneros fica bastante realçada na modelização, pois o alicerce da cultura está “sobre a língua natural e sua relação com ela constitui um de seus parâmetros essenciais”, de forma que cada cultura possua códigos culturais que são os sistemas semióticos, modelizantes, subdivididos em sistemas modelizantes primários, que compreendem a língua natural, e sistemas modelizantes secundários, que compreendem o mito, a arte, a literatura, entre outros, através dos quais seria possível descrever representações para além da língua.

Machado (1998) elenca os principais conceitos sobre os quais a Semiótica da Cultura se detém para descrever a culturalização do mundo. Alguns deles são: binarismo, códigos culturais, dialogismo, estruturalidade, gênero, interação social, modelização, prosificação da cultura, recodificação, semiosfera, tipologia e tradução, dos quais muitos servirão para as análises propostas nesta pesquisa, uns mais outros menos explicitados, mas que compõem o rol de conceitos utilizado na construção do texto e no modo de compreensão dos sistemas culturais. Destes, a noção de semiosfera, que parte das teorias da biosfera e do dialogismo, mostra-se pertinente para atender aos objetivos da pesquisa, em especial porque trata fenômenos culturais como acontecimentos dependentes de um espaço fortemente semiótico,

e a cultura como organismo que não desconecta os elementos biológicos dos elementos culturais.

Numa tentativa de traçar um caminho pelo qual a ideia de cultura é constantemente renovada, é adequado apresentá-la sob as perspectivas de alguns teóricos que contribuem para com essa renovação, antes de tratá-la, especificamente, à luz da Semiótica da Cultura e de como esta reputa relações culturais, de expressão e (res)significação no espaço da semiosfera.

O termo cultura, assim como sua própria designação, passou por modificações gigantescas nas últimas décadas. Deixou-se de compreender o fenômeno cultural sob uma perspectiva delimitadora, hierarquizadora e distintiva e “passou-se a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando, assim, [...] uma mudança de paradigma” (HALL, 1997, p. 27). A área dos Estudos Culturais teve grande influência nesse processo de ressignificação, fazendo com que a compreensão concernente à cultura assumisse “uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais”, fazendo emergir o conceito de *centralidade da cultura* (HALL, 1997, p.17), referindo-se à forma como a cultura permeia tudo o que nos cerca e interpela.

A respeito da centralidade, o autor a classifica em duas dimensões: a substantiva e a epistemológica. A primeira dimensão alude ao “lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” (HALL, 1997, p.16), que se firma a partir da expansão das indústrias culturais nas sociedades e do papel da cultura em nossas identidades. A segunda, “às questões de conhecimento e conceptualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (HALL, 1997), diretamente associadas ao modo de fazer científico no campo social. Essa vertente epistemológica da centralidade da cultura nos é mais condizente com a perspectiva adotada neste trabalho, pois evidencia a linguagem e os sistemas de significação que englobam sujeitos e objetos, e nos quais se constituem por meio da linguagem.

Teóricos da cultura, Homi Bhabha e Stuart Hall se posicionam frente às discussões a respeito do hibridismo cultural e da necessidade inerente da tradução em contextos híbridos.

Bhabha (2010), fundamentando seus estudos na relação colonizador e colonizado, propõe o hibridismo como se tratando de um processo agonístico e antagonístico, que só é

determinado pelo caráter tensional da diferenciação cultural. O autor situa um discurso hegemônico sendo subvertido pelo discurso do colonizado, que faz questão que suas diferenças culturais em relação ao colonizador sejam consideradas, concretizando, assim, um discurso híbrido.

No entanto, sob seu ponto de vista, o hibridismo não deve ser encarado como um novo item, que surge ao passo que duas culturas compartilhem de um mesmo contexto espacial, por exemplo, em que ambas devessem passar por um processo de adaptação e consequente ressignificação, sem que houvesse qualquer embate.

Hall (2011, p. 88-89), por sua vez, vincula o hibridismo não aos indivíduos de uma ou mais culturas, mas ao processo de tradução cultural por que passam o tempo todo, isto é, uma negociação entre novas e antigas matrizes culturais, que limita os indivíduos a uma cultura que não os assimila, mas que, em contrapartida, esses indivíduos não perdem suas identidades por completo, de modo que precisam articular e dialogar com duas realidades, gerando um processo de embate cultural e, com ele, novas formas de significação que se opõem às suas características identitárias e motivam uma crise.

Laraia (2004) reúne em sua obra *Cultura: um conceito antropológico* concepções de cultura desenvolvidas por teóricos da Antropologia, que nos auxiliam a acompanhar como o seu processo de compreensão vem se desenvolvendo, sobretudo com o amadurecimento e consolidação das pesquisas que têm se voltado, com cada vez mais instrumentação, para o todo complexo das sociedades contemporâneas.

O autor aponta o determinismo geográfico como uma vertente que se manteve por muito tempo servindo de explicação para a variedade cultural existente nas sociedades, que viabilizava hierarquizá-las como mais ou menos desenvolvidas em relação a outras. Só a partir da década de 1920 essa abordagem passa por transformações, quando começa a reconhecer a importância do processo histórico das culturas, e a concebê-lo como processo constante de reconstrução.

O mesmo autor faz menção à dinamicidade do pensamento de Franz Boas no tocante ao particularismo histórico, inferindo que “cada cultura segue seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (LARAIA, 2004, p. 36)

Levi-Strauss também é trazido para a apresentação laraiana, demonstrando enxergar que “a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma” (LARAIA, 2004, p.54), enquanto Leslie White, ao tratar o fenômeno da cultura como exclusividade do homem, “considera que a passagem do estado animal para o

humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos” (LARAIA, 2004, p. 55).

Apesar de definições já consolidadas na Antropologia, Laraia realça a dificuldade em conceituar a cultura, uma vez que ela é dinâmica e móvel, o que lhe admite mudanças contínuas com o avanço dos tempos, e chama atenção para dois tipos convencionais dessas mudanças culturais: “uma, que é resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda, que é resultado do contato de um sistema cultural com outro” (2004, p. 98). Agregando dinamicidade, admite-se que há influências externas, portanto, de umas culturas sobre outras, o que não nos leva a compreender tal característica como algo depreciativo, mas a aceitarmos, a partir dessa gama de influências que reconstrói a cultura a todo momento, e conseqüentemente as identidades a ela vinculadas, que a etnicidade se constitui nesse processo de interferência e de reconstrução cultural.

Apropriando-me, ainda, de intercorrências advindas da área da Antropologia, já mencionando a cultura indígena, de modo geral, na esfera globalizada do mundo, destaco as postulações de Darcy Ribeiro, que assume uma vertente teórica em que a cultura é composta por traços que podem ser perdidos conforme o processo de adaptação cultural, vindo a transformar o indígena num indivíduo destribalizado. As complementações identitárias advindas de distintas culturas resultam, segundo Ribeiro (1970), numa classificação disforme, nem padecendo das características originais de uma dada cultura que influenciou o indígena, tampouco das concepções próprias de sua cultura, situação à qual ele denomina *transfiguração étnica*.

A título de contraponto, é relevante, a essa altura, referenciar o conceito de *fricção interétnica*, proposto por Cardoso de Oliveira e impulsionado pela geração subsequente à sua, que partia da ideia de que não havia perda das culturas indígenas e, ainda, que tais culturas se posicionam de maneira ativa na reconstituição de uma identidade diferenciada:

Um indivíduo ou grupo indígena afirma a sua etnia contrastando-se com uma etnia de referência, tenha ela um caráter tribal (por exemplo, Terêna, Tikúna, etc.) ou nacional (por exemplo, brasileiro, paraguaio etc.). O certo é que um membro de um grupo indígena não tem sua pertinência tribal a não ser quando posto em confronto com membros de outra etnia. Em isolamento, o grupo tribal não tem necessidade de qualquer designação específica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.36).

Ao trabalhar com culturas tão distintas entre si, como a do indígena e a do não indígena, em geral, comparando as características em meio as quais cada grupo fora criado e vivera experiências determinantes do seu modo de ser e, portanto, de sua identidade,

podemos recharacterizar o imaginário popular e retrógrado que se faz do indígena, não acompanhando o fenômeno globalizante.

Já a compreensão de Carneiro da Cunha (1986) aponta não para os traços constitutivos de um povo como forma de estabelecimento da cultura - ideia que por muito tempo fora mantida pela biologia, quando fazia uso da diferenciação de identidade étnica a partir, unicamente, dos traços físicos de cada integrante do grupo -, mas para a determinação da fronteira entre um e outro, isto é, pela atribuição da diferença pelos traços diacríticos. Significa dizer, dessa forma, que a cultura possui um aspecto dinâmico de aquisição, podendo sofrer alterações com o passar do tempo, sobretudo com a contextualização dos ambientes sociais e naturais, bem como com o contato intercultural a que se exponha.

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de muito contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários aspectos. (...) A cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados e é preciso perceber (...) a dinâmica, a produção cultural (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 99-101).

Retomando uma abordagem de Hall (2004), quando traça um panorama da relação *cultura e identidade*, o sociólogo confirma a relevância do tempo para a manutenção da identidade alicerçada pela estrutura cultural de um indivíduo ou de um grupo étnico, defendendo que ela – a identidade – é construída por meio de processos inconscientes através da comunicação com outros grupos e da assimilação de traços culturais distintos, tornando-a, por essa razão, dinâmica.

De maneira global, as correntes modernas da Antropologia, apesar das diferenças existentes no escopo de defesa da concepção de cultura, admitem que

culturas são sistemas (de padrões e comportamentos socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos [e] inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas... (LARAIA, 2014[1986], p. 59).

Os estudos apoiados nos signos e no processo de representação e significação em sistemas culturais, têm considerável relevância nos trabalhos etnográficos de Clifford Geertz, que reconheceu a necessidade de desempenhar uma *descrição densa*³² dos símbolos

³² Geertz (2013) se apropria do conceito de “descrição densa”, originário de Gilbert Ryle, que utiliza o exemplo do piscar, abordando sobre duas piscadelas distintas: uma, praticada devido a um tique nervoso, outra, praticada intencionalmente, com objetivo de se comunicar com alguém, manifestando um código já conhecido pelo(s) interlocutor(es), e que permanece secreto ao restante do grupo que desconhece aquela linguagem, ou

a partir do interior de uma cultura, levando a uma conseqüente associação entre a Antropologia e o campo de estudos da Semiótica da Cultura:

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2013[1973], p. 15).

Lotman e Uspenskij (1981) propõem que a cultura, em sua totalidade, está imersa em um espaço semiótico e descontínuo, e os temas a ela relacionados somente funcionam quando há interação com esse contexto. Os pesquisadores da Escola de Tártu-Moscou (doravante ETM) e Lotman, o mais influente entre eles, consideram a cultura, de maneira bastante ampla, como linguagem, e a pertinência dessa compreensão repousa na relação *cultura e expressão*, ora, a cultura só se constitui a partir dos fenômenos de expressão dos membros de uma comunidade num espaço reservado ao funcionamento de signos (LOTMAN e USPENSKIJ, 1981), expressão que se manifesta nas mais diversas formas: a arte, a religião, as leis que regem a própria comunidade, a arquitetura, a literatura, a ciência, as interações dentro desse contexto, enfim, tudo o que está regido por um sistema linguístico. É uma memória não-genética, a qual passa por transformações à medida que se transformam as necessidades da comunidade.

A cultura é alimentada por dados materiais que a caracterizam como um sistema capaz de armazenar informações, processá-las e transferi-las para outro. Toda materialidade cultural gera signos, promove significações necessárias de serem consideradas e interpretadas. Para a ETM, as distintas formas de expressão integram um conjunto de signos mais complexos de serem codificados do que o gráfico-visual do alfabeto verbal (MACHADO, 2003, p. 13).

O espaço de funcionamento sígnico no entendimento de cultura da ETM, em artigo homônimo datado de 1984, Lotman denomina *semiosfera*. Contudo, a complexidade desse conceito provém de outro com maior dimensão no processo de evolução do universo, a biosfera, mencionada anteriormente, conceituada pelo biogeoquímico russo-ucraniano Vladimir Ivanovich Vernadski (1929) como uma película única, existente na geosfera (o primeiro estágio de evolução do universo) com o propósito de conservar toda a matéria viva

que não a percebe. Esse exemplo é utilizado por Ryle para demonstrar a possibilidade das complexidades, e a infinidade de situações que podem estar nelas envolvidas.

a partir da conversão da energia do sol em energia química e física. Vida conservada, Vernadski teorizou, ainda, a possibilidade da existência de um terceiro estágio de evolução universal: a noosfera, a princípio, o espaço integrador do pensamento racional, das ideias humanas e, conseqüentemente, da consciência humana. Izzo (2009, p. 3) aponta a noosfera como o espaço onde se constituem as “ideias gerais acerca da vida engendrada pela coletividade e pelo indivíduo. Tais ideias são intrínsecas ao homem, que cria individualmente e coletivamente imagens, conceitos, seres imaginários, mitos e significados”. Nesse plano, institui-se a cultura, e de acordo com Henn (2010), Lotman propõe a existência da semiosfera, que confere materialidade ao ambiente conforme a cultura se manifesta em textos ou em sistemas sígnicos. É possível compreender a semiosfera, portanto, como um espaço em que texto e contexto são inseparáveis e interdependentes. A semiose, portanto, só pode ocorrer nesse espaço, tal como a vida só ocorre na biosfera.

Quanto à organização interna da semiosfera, sua estrutura divide-se em núcleo e periferia (LOTMAN, 1996), sendo que no primeiro se manifesta a essência dos sistemas semióticos. No entanto, à medida que um dado sistema atravessa os limites do núcleo de uma semiosfera *a*, saindo em direção às periferias de outra semiosfera *b*, tem-se um outro espaço em que aqueles signos que constavam em *a* não mais tenham a mesma carga de significados. Para o autor, significa que há um conjunto de pontos concomitantemente pertencentes ao interior e ao exterior da semiosfera. Essa fronteira é o espaço de maior tensionamento na semiosfera, pois é o espaço onde ocorre a tradução de um mundo para o outro (interior e exterior).

Osimo (2008) assegura que a noção de fronteira é o que constrói a necessidade da tradução. “Onde não há fronteiras, não há necessidade de tradução” (p. 29). A função da fronteira, conforme sua concepção, é a de filtrar o que acessa o espaço semiótico. Ela serve como mecanismo que garante

uma distinção entre o próprio e o alheio; um filtro das comunicações externas e sua tradução para a própria língua, assim como a transformação da não-comunicação externa em comunicação, ou seja, a semiotização do que provém de fora e sua transformação em informação. Segundo este ponto de vista, todos os mecanismos de tradução a serviço dos contatos com o exterior pertencem à estrutura da semiosfera. (OSIMO, 2008, p. 29).

Tendo o conhecimento de que a semiose só pode acontecer em um espaço específico, cria-se, automaticamente, uma oposição entre o que está dentro e o que está fora desse

sistema de significação. Toda atividade humana se consagra na diferença espacial que fazemos do próprio e do alheio e na tradução dos vínculos sociais que matemos com o próprio ao alheio (OSIMO, 2008). Nesse sentido, Lotman atribui dois traços distintivos e caros à semiosfera: o caráter delimitado e a irregularidade semiótica. O primeiro equivale “a determinada homogeneidade e individualidade semióticas” (LOTMAN, 1996, p. 24), quer dizer, há alguma coerência do que se inscreve na semiosfera, tornando-se possível, assim, relacionar o que está dentro e fora de seu espaço operativo. Não obstante, ao tomar em consideração seus limites, sua fronteira, a semiosfera pode estipular relação entre seus elementos internos, bem como entre todo texto encontrado fora dela. É na fronteira que ocorre a tradução do sistêmico (semiótico) com o extrassistêmico (extrassemiótico). É nela que há certa mediação entre a semiosfera e os textos culturais externos, e nunca exclusivamente em uma mesma semiosfera já constituída.

Fundamentados em uma concepção semiótica peirceana, Kotov e Kull (2011) descrevem quatro categorizações possíveis a partir da teoria da semiosfera, são elas: o limite, o binarismo, a assimetria e a heterogeneidade. Destas quatro, os autores conferem ao limite maior importância, uma vez que um sistema só adquire a capacidade de se engajar no processo dialógico caso sua identidade estrutural seja razoavelmente estabelecida. Essa individuação do sistema semiótico tem início com a distinção binária de interior *versus* exterior, reiterando o fato da impossibilidade de comunicação com a semiosfera com sistemas não semióticos e, portanto, não traduzíveis, nem com sistemas estrangeiros, aos quais denominam *alien systems*. Na sequência, e retomando a existência de filtros bilíngues que traduzem as mensagens de um dado sistema para outro, o limite da semiosfera contemplaria, pelo menos, dois códigos de filtros de tradução num sistema único que determinaria sua identidade e permitia, portanto, a tradução entre os dois sistemas.

Acerca do binarismo, os mesmos autores afirmam que o mecanismo de tradução está engendrado a pelo menos dois participantes semioticamente diferentes e mutuamente intraduzíveis. Quanto à assimetria, esta é mais acessível, haja vista que na maioria dos conjuntos de linguagens da semiosfera não existe correspondência semântica mútua, o que torna toda semiosfera geradora de informações (KOTOV e KULL, 2011; LOTMAN, 1990). Por fim, a respeito da heterogeneidade, talvez seja ela uma das características mais alcançáveis na semiosfera, uma vez que, postula Lotman (1990, p. 125), múltiplos sistemas semióticos “se relacionam entre si ao longo do espectro, que vai desde a traduzibilidade mútua até a mais completa intraduzibilidade”.

No que respeita ao aspecto tradutório existente na semiosfera, Lotman explica que

[...] a fronteira semiótica é a soma dos tradutores – “filtros” bilíngues passando através dos quais um texto se traduz a outra linguagem (ou linguagens) que se encontra fora da semiosfera dada. O “caráter fechado” da semiosfera se manifesta em que esta não pode estar em contato com os textos alosemióticos ou com os não-textos. Para que estes adquiram realidade para ela, é indispensável traduzi-los a uma das linguagens de seu espaço interno ou semiotizar os fatos não-semióticos. Assim pois, os pontos da fronteira podem ser equiparados aos receptores sensoriais que traduzem os estímulos externos à linguagem de nosso sistema nervoso, ou aos blocos de tradução que adaptam a uma determinada esfera semiótica o mundo exterior respectivo a ela (LOTMAN, 1996, p. 24-25)³³.

Os mecanismos de tradução não necessariamente se manifestam de maneira única no espaço entre a semiosfera e o extrassistêmico. Lotman (1996, p. 30) alerta ainda para a possibilidade de divisão em níveis do todo semiótico, ou seja, “a divisão em núcleo e periferia é uma lei da organização interna da semiosfera”³⁴, assim chegando ao que denomina subsemiosfera, termo que nos será de grande valia para a interpretação dos dados em seção mais à frente. Pode-se dizer que há tanto um diálogo como algo de distinto entre as fronteiras internas da semiosfera, mas que é o todo semiótico que responde pela existência da esfera, uma vez que se reflete em todas as subsemiosferas, conforme descreve:

[...] todos os níveis da semiosfera – desde a pessoa do homem ou do texto isolado até as unidades semióticas globais – representam semiosferas como se postas uma dentro da outra, cada uma delas é, por sua vez, tanto o participante do diálogo (uma parte da semiosfera) como o espaço do diálogo (o todo da semiosfera) (LOTMAN, 1996, p. 42)³⁵.

Entende-se, a partir dessa concepção, que todo fato não constante de descrição pertence ao mundo extrassemiótico, devendo ser traduzido para um código específico, a fim de receber sentido para além de sua individualidade. Considerando a inerência da necessidade de tradução de um dado fato, Osimo destaca, em adição, a relevância do papel do tradutor para esse processo

³³ No original: “*la frontera semiótica es la suma de los traductores – “filtros” bilingües pasando a través de los cuales un texto se traduce a otro lenguaje (o lenguajes) que se halla fuera de la semiosfera dada. El “carácter cerrado” de la semiosfera se manifiesta en que ésta no puede estar en contacto con los textos alosemióticos o con los no-textos. Para que éstos adquieran realidad para ella, le es indispensable traducirlos a uno de los lenguajes de su espacio interno o semiotizar los hechos no-semióticos. Así pues, los puntos de la frontera de la semiosfera pueden ser equiparados a los receptores sensoriales que traducen los irritantes externos al lenguaje de nuestro sistema nervioso, o a los bloques de traducción que adaptan a una determinada esfera semiótica el mundo exterior respecto a ella*”.

³⁴ No original: “*la división en núcleo y periferia es una ley de la organización interna de la semiosfera*”.

³⁵ No original: “*todos los niveles de la semiosfera – desde la persona del hombre o del texto aislado hasta las unidades semióticas globales – representan semiosferas como si puestas una dentro de la otra, cada una de ellas es, a la vez, tanto el participante del diálogo (una parte de la semiosfera) como el espacio del diálogo (el todo de la semiosfera)*”.

A diferença entre sistemas já não é o problema por excelência dos tradutores. Pelo contrário, a presença de tal diferença é necessária para a vida do mundo cultural. O resíduo tradutivo deixa de ser visto como uma carga incômoda, cuja gestão cria problemas aos tradutores. O fato de não ser possível traduzi-lo todo garante a conservação das diferenças e da vida cultural. O tradutor é, assim, o instrumento da vida na semiosfera, a traduzibilidade é um conceito relativo, mas um nível mínimo de traduzibilidade é garantido pela continuidade de muitos sistemas, ou muitas semiosferas, dentro do universo (2008, p. 29).

Nesse contexto, Lotman contribui à tradutologia quando admite que “a unidade da semiose, seu menor mecanismo de funcionamento, não é uma linguagem separada, mas todo o espaço semiótico da cultura em questão”³⁶ (LOTMAN, 1990, p. 125). Para Lotman e Uspenskij (1981, p. 39), a função da cultura é

[...] organizar estruturalmente o mundo que rodeia o homem. A cultura é um gerador de estruturalidade: cria à volta do homem uma sociosfera que, da mesma maneira que a biosfera, torna possível a vida, não orgânica, é óbvio, mas de relação.

A teoria da semiosfera, nesse sentido, em muito auxilia a discussão de componentes naturais do espaço semiótico sobre os quais propomos nos inclinar em momento devido, tais como a heterogeneidade de informação e conversão da informação em texto. A articulação desses componentes é altamente variável de acordo com o espaço semiótico em que se manifesta, não abandonando o fato de que a própria informação já é uma tradução do fato em questão. Conforme explicitado anteriormente, a originalidade de um fato é momentânea e exclusiva a ele próprio, ou seja, toda e qualquer compreensão e possíveis desdobramentos são decorrentes de um processo de apreensão e tradução, assim, híbridos.

É na noção de espaço semiótico que se fundamenta a busca pela renovação dos sistemas de signos da cultura. Esse espaço é tomado por um aspecto dinâmico, no qual a geração de texto seria, para além de um lugar de representação da potencialidade da linguagem, um lugar de tradução. “Na dinâmica da tradução é que o texto da cultura se constitui, e, ao fazê-lo, gera igualmente todo um espaço semiótico em permanente elaboração” (MACHADO, 2015, p. 15). O processo de culturalização, de geração/manutenção constante de cultura, seria precedido, necessariamente, pela informação, elemento que Lotman não toma como unicamente responsável pelo processo de transmissão de texto, mas como elemento originador da culturalização e da consequente

³⁶ No original: “*The unit of semiosis, the smallest functioning mechanism, is not the separate language but the whole semiotic space of the culture in question*”.

tradução que ela desempenha quando ocorre qualquer transformação das coisas do mundo em cultura.

Também, Lotman (1990) afirma que os signos têm fundamental importância como elementos da memória cultural porque eles têm a propriedade de condensar em si narrativas e outras formações simbólicas de um nível da memória da cultura para outro, noutro contexto. O teórico classifica tais mecanismos como unificadores, uma vez que ativam a memória de uma cultura que a impede de sofrer desintegração em camadas cronologicamente isoladas. Ainda, os códigos culturais estão organizados em narrativas em novos processos de assimilação em cada contexto, o que explica os conflitos existentes na sociedade multicultural, que dispõe de intensa troca de experiências e informações e determina oposições de base como o certo e o errado e o suficiente e o insatisfatório, por exemplo, capazes de nortear e julgar condutas, ideologias e ações humanas.

A compreensão lotmaniana a respeito do conceito de cultura, em meio a tantos existentes na contemporaneidade, dos quais alguns são trazidos a este texto, gira em torno da informação, de modo que tanto ela, isolada, como o sistema de códigos sociais que se utilizam de signos para expressá-la, servem como meios de análise do material histórico da cultura (LOTMAN, 2010, p. 32-33).

Cumprir reiterar que cultura envolve informação. A propósito do que Lotman (2010) se refere ao citar os monumentos da cultura material, como podem ser classificados os meios de produção, é preciso tomar ciência de que seus objetos atendem a uma dupla função na sociedade. Primeiramente, servem a objetos práticos; em segundo lugar, compõem um meio de conservação e de transmissão de informações.

Sobre esse entendimento, acrescenta Lotman (2010, p. 32):

Para os contemporâneos, que têm possibilidade de receber essas informações através de inúmeros outros canais, frequentemente mais diretos, a primeira função apresenta-se como primordial, mas para aqueles que vêm depois, por exemplo, para o arqueólogo ou o historiador, ela é inteiramente deslocada para a segunda. Com isto, porquanto a cultura representa uma estrutura, o pesquisador pode extrair dos instrumentos de trabalho não só informações sobre o processo de produção, mas também conhecimentos sobre a estrutura da família e de outras formas de organização social de uma coletividade humana há muito desaparecida. É claro que precisamente devido a esta sua segunda função, os instrumentos da cultura material (bem como o próprio processo de produção) pertencem à cultura.

A partir da compreensão de cultura como informação, torna-se possível e viável para o pesquisador investigar tanto etapas isoladas da cultura, isto é, um texto cultural como código único, bem como o conjunto dos fatos históricos como um texto aberto, com um

conjunto de códigos correspondentes. Esta última forma institui um conjunto de textos compreensíveis pelo código geral ou que dependem de códigos variados num dado nível, mas que, em outros níveis, são compreensíveis por meio de um sistema de signos único.

Também, é possível que dois códigos culturais distintos sejam suscetíveis a variações de um esquema invariante. Tomando o exemplo dado por Lotman (2010) sobre tal característica em texto traduzido do russo por Lucy Seki, identificamos que as normas de comportamentos ideais do cavaleiro e do monge em pinturas medievais serão distintas. Como identificamos seu significado, seus comportamentos serão ponderados, mas isso ocorrerá somente com o uso de estruturas de código especiais, de modo que no caso da aplicação de outro código, o mesmo comportamento pareceria sem sentido. A oposição que se perfaz nesse exemplo ocorre em um mesmo sistema, e não em sistemas isolados, ou seja, temos códigos variantes, isolados, que pertencem a um sistema invariante.

Na mesma linha de pensamento, Lotman e Uspenski extraíram também um exemplo de Wiener no qual, para os maniqueus³⁷, o diabo é um ser malévolos que direciona incondicional e conscientemente seu poder contra o homem, enquanto para Santo Agostinho, o diabo é entropia, é uma força cega direcionada contra homem somente por conta de sua fraqueza e ignorância (LOZANO, 1995).

Por Lozano pode-se acessar, ainda, a adaptação semiótica a partir de uma dicotomia cultura/barbárie. Trago o exemplo em suas palavras:

Os antigos gregos chamavam de bárbaros os persas e egípcios, que os superavam pela riqueza de sua tradição cultural; os romanos consideravam bárbaros os cartagineses e os gregos. As estirpes árias, que haviam conquistado a Índia, chamavam com o termo *sánsérito mleceha*, que parece conter matizes do grego *βαρβαρος*, às populações originárias do vale do rio Indo, criando assim, segundo Lotman, uma situação absolutamente falsa. Sendo eles mesmos bárbaros, acusavam de barbárie os herdeiros das civilizações precedentes. Mais tarde, acrescentariam a este elenco de “estrangeiros desprezíveis” os árabes, turcos e chineses. Do mesmo modo, os árabes, pouco depois de entrarem no mundo civil, utilizam a palavra *adjami*, que teria o mesmo significado de bárbaro, para definir aos persas, herdeiros daquela antiga e elevada cultura contra a qual tinham lutado pela influência sobre o mundo mulçumano (1995, s. p.)³⁸.

³⁷ Seguidores de Manes. Aqueles de tradição maniqueísta, que dividem o mundo em Bem, ou Deus, e Mal, ou Diabo.

³⁸ No original: “*Los antiguos griegos llamaban bárbaros a los persas y egipcios, que les superaban por la riqueza de su tradición cultural; los romanos consideraban bárbaros a los cartagineses y a los griegos. Las estirpes árias, que habían conquistado la India, llamaban con el término sánsérito mleceha, que parece tiene algunos matices del griego βαρβαρος a las poblaciones originarias del valle del río Indo, creando así, según Lotman, una situación absolutamente falsa. Siendo ellos mismos bárbaros, acusaban de barbarie a los herederos de las civilizaciones precedentes. Más tarde añadirían a este elenco de «despreciables extranjeros»*”

No que compete à historicidade, esta é trazida à tona quando ocorrem choques de informações, fazendo com que os códigos que já portavam historicidade adquiram mais valor para uma cultura, pois importam concretudes do passado para a contemporaneidade, influenciando, também, o futuro, ao sugerir o que se poderá se tornar memória, tendo em vista que, conforme Lotman,

[...] cultura é uma acumulação histórica de sistemas semióticos (linguagens). A tradução dos mesmos textos para outros sistemas semióticos, a assimilação dos distintos textos, o deslocamento dos limites entre os textos que pertencem à cultura e os que estão além dos seus limites constituem o mecanismo da apropriação cultural da realidade. A tradução de uma porção determinada da realidade para uma das linguagens da cultura, sua transformação em texto, ou seja, em informação codificada de certa maneira, a introdução de tal informação na memória coletiva: esta é a esfera da atividade cultural cotidiana (LOTMAN apud OSIMO, 2008).

A saber, para Lotman, a historicidade hierarquiza códigos. Sistemas de cultura³⁹ são construídos sobre o sistema das línguas naturais⁴⁰, tornando-se, assim, códigos. Os sistemas, todavia, são indissociáveis. É impossível, para ele, afirmar que haja língua que não esteja imersa numa organização cultural, como também que haja um sistema cultural que não esteja estruturado sobre uma língua natural para garantir sua existência. É a cultura, o fenômeno responsável pela organização das ideias do mundo, que apresenta em seu interior, um “dispositivo estereotipizador estrutural” (LOTMAN e USPENSKIJ, 1981, p. 39), que garante um alcance superficialmente traduzível dela própria. É possível confirmar que o processo comunicativo não se trata, de fato, de uma transmissão de informação, mas de uma (de)codificação da informação transmitida, que carrega consigo ou a incompreensão total da informação ou a compreensão incompleta da mesma, alcançando-se, assim, uma relação mais próxima entre a noção de cultura e o conceito de semiosfera.

É sob essa perspectiva, salienta Lotman (2010, p. 33), que “cada tipo de codificação da informação histórico-cultural está ligado às formas radicais da autoconsciência social, da organização das coletividades e da auto-organização da personalidade”. Ilustrativamente, com uma breve associação ao exemplo anteriormente referido, do monge e o cavaleiro, quaisquer que sejam os códigos hierárquicos presentes num tipo de cultura, eles permitem decifrar essa hierarquia por uma estrutura de código idêntica ou de outra de outro código.

a árabes, turcos y chinos. Del mismo modo los árabes, poco después de haber entrado en el mundo civil, utilizan la palabra adjami que tenía el mismo significado de bárbaro, para definir a los persas, herederos de aquella antigua y elevada cultura contra la cual habían luchado por la influencia sobre el mundo musulmán”.

³⁹ Sistemas modelizantes secundários.

⁴⁰ Sistemas modelizantes primários.

Ao ler um texto sagrado, o leitor atual adere à semântica que constitui o texto a partir de códigos estruturais diferentes dos do autor, o que faz com que o tipo de texto não mais seja sagrado, mas literário.

Todo código cultural, todavia, determina se ele próprio funciona como dominante ou como subordinado num texto. A atenção merecida ao estudo dos contatos culturais deve-se à unificação de duas hierarquias de estruturas de códigos compatíveis, por meio da qual se obtém um novo tipo cultural. “Se, porém, chocam-se dois códigos incompatíveis, ocorre a sua mútua destruição: a cultura perde a sua língua” (LOTMAN, 2010, p. 36).

Para essa interpretação e ao conceder importância aos traços históricos para construção e para a manutenção da cultura, Lotman considera o conceito bakhtiniano de *dialogismo* uma ferramenta que caminha junto com sua perspectiva de linguagem e de cultura. Para Bakhtin (2011[1979]), o encontro de dois sistemas (indivíduos), possibilita o (re)conhecimento do interlocutor, isto é, um percebe o outro a partir de como um entende si próprio. Enquanto “o monologismo nega ao extremo, fora de si, a existência de outra consciência isônoma e isônimo-responsiva, de outro eu (tu) [...], a vida é dialógica por natureza” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 348), o dialogismo é inerente às experiências da vida humana e fundamental à instauração cultural.

Tal conceito admite a existência do homem nas formas do *eu* e do *outro*, isto é, representa o exercício da linguagem sempre pautada nas relações sociais, tornando-a um processo de interação verbal e social por meio do qual os indivíduos são, significativamente, construídos. É, portanto, no espaço da semiosfera que se pode verificar de que forma as culturas interagem entre si (passando, então, a entender a cultura como um texto) e como a essa interação (ocorrência de diferentes semioses) assegura um campo de constante semiodiversidade que, viciosamente mantém viva a própria semiosfera.

A ideia de um saber mútuo, defendida por Sperber (apud LOZANO, 1995), estaria relacionada com a memória coletiva de que tratam Bakhtin e Lotman reiteradas vezes em seus estudos. Para o teórico, cada informação contextual necessária à interpretação de um enunciado não deve estar contemplada unicamente nos saberes do locutor e do destinatário, mas também no saber mútuo que se estabelece na interlocução.

A aproximação de Sperber com o dialogismo bakhtiniano é reiterada deliberadamente por Lotman quando se verifica que em uma relação texto e público, o segundo não é passivo ao primeiro, pois tal relação contém a natureza de um diálogo onde figuram locutor e destinatário de uma memória comum.

Reside nessa perspectiva a principal diferença entre o tradicional estruturalismo linguístico e os estudos com perspectiva semiótica. Enquanto o estruturalismo, em sua versão mais vulgarizada, pregava autonomia e estabilidade textuais, os estudos semióticos concebem-no como uma intersecção dos pontos de vista de autor e público. Lozano (1995, s. p.) comenta sobre essa característica:

Há tempo que Lotman tem insistido em ver o ato comunicativo não como uma transmissão passiva de informação, mas como uma recodificação, para usar o jargão informacionalista, ou, mais precisamente, uma tradução. Do mesmo informacionalismo já era sustentado que o receptor deve reconstruir a mensagem recebida, de maneira que a incompreensão, a compreensão incompleta, etc., não são produtos secundários da troca devidos ao ruído – irrupção da desordem, da entropia, da desorganização na esfera da estrutura da informação – no canal da comunicação, e, portanto, algo não inerente à comunicação, mas que, pelo contrário, corresponde à sua essência real.⁴¹

O discurso lotmaniano que se estende por diversos trechos de suas obras assume que a presença do outro é sempre percebida textual e semioticamente, e que a importância de sua existência reside na possibilidade de se posicionar fora de todas as funções de um sistema e de surgir naquilo que Lotman chama de *mundo habitual* para se referir a uma organização semiosférica, garantindo sua qualidade de dinamicidade e, automaticamente, redefinindo as margens e perpetuando a existência de marginais na cultura.

Com o quadro até aqui desenhado e identificando que “a tradução é o primeiro mecanismo da consciência [e que] expressar alguma coisa em outra linguagem é uma forma de compreendê-la”, de modo que se verifique que “a situação dialógica cria a linguagem comum que subjaz à tradução das mensagens” (LOTMAN, 1990, p. 143), dá-se a tomada de partida para a próxima seção, que objetiva apontar para a evolução da própria noção de tradução, incorporando a ela, também, características caras à Semiótica da Cultura, que a renovam ao ponto de não mais almejar através dela a equivalência, mas o intercâmbio de diferenças. Esse entendimento é essencial para o trabalho de pesquisa, configurando-o como ponto de partida e de chegada das práticas de letramento sobre as quais me debruçarei.

⁴¹ No original: “Desde hace tiempo Lotman ha insistido en ver el acto comunicativo no como una transmisión pasiva de información, sino como una recodificación, si se quiere utilizar la jerga informacionalista, o, más precisamente, una traducción. Desde el mismo informacionalismo ya se había sostenido que el receptor debe reconstruir el mensaje recibido, por lo que la incompreensión, la comprensión incompleta, etc., no son productos laterales del intercambio devidos al ruido — irrucción del desorden, de la entropía, de la desorganización en la esfera de la estructura de la información — en el canal de la comunicación, y, por tanto, algo no inherente a la comunicación, sino que, por el contrario, corresponden a su esencia real”.

2.4. Acerca da tradução

De modo a aludir às abordagens desenvolvidas por Lotman quando apresenta a teoria da semiosfera, questões concernentes ao hibridismo cultural e ao papel da tradução como parte integradora do processo de comunicação tornam-se fundamentais em nosso estudo. Desse modo, destaco a existência dos textos da cultura, vislumbrando a necessidade e a importância da tradução realizada na periferia das semiosferas ao interagirem com outras e hibridizarem-se.

Os mais variados gêneros textuais aos que se tem acesso hoje são originários das diferentes combinações entre os códigos linguísticos tanto da língua natural como das tantas linguagens culturais, isto é, das relações entre sistemas semióticos com uma estrutura que garante algum sentido para a cultura envolvente.

Os textos que servem como material primário para a pesquisa podem ser distinguidos de acordo com a substância dos signos que os constituem. Em particular, podem funcionar como substância o discurso escrito ou oral, sequências de representações gráficas, pictóricas ou plásticas, complexos arquitetônicos, frases vocais ou musicais, gestos, certas formas típicas de comportamento humano (por exemplo, o estado de sono, a hipnose, de êxtase, etc.) e formas de comportamento notadamente comuns (por exemplo, comer), bem como objetos de uso cotidiano incorporados na esfera do culto. Quanto à substância, um texto pode ser homogêneo (por exemplo, o texto escrito do Alcorão) ou heterogêneo, ou seja, constituído pela combinação dos elementos indicados (por exemplo, canto religioso = discurso oral + melodia; pintura mural dos templos = discurso escrito + representações pictóricas + elementos do complexo arquitetônico; o serviço religioso, que em seus exemplos mais completos reúne quase todos os elementos acima enumerados). (ZALIZNIAK, A. et al., In: SCHNAIDERMAN, 2010, p. 84).

Pode-se verificar, a partir dessa noção de texto, a maior complexidade de textos heterogêneos em relação àqueles que se utilizam estritamente da língua natural, sobretudo devido à presença de signos contínuos, que reflete numa maior flexibilidade na construção do sentido e na aproximação do texto com a fronteira. Ao passo que o texto constitui-se como um produto da interação sistêmica, as fronteiras dos sistemas que dele se desenrolam aproximam-se e entram em contato. Já quando interage com outros textos, concretiza-se como sistema e faz transparecer núcleo e fronteira, sendo, portanto, um texto que gera texto, fomentando a memória da cultura (MACHADO, 2007).

É fato que textos majoritariamente comunicativos revelam melhor estruturação em relação aos textos que têm função de gerar sentido e/ou memória. Esses que visam à comunicação com os membros da cultura devem ser arquitetados de modo que todos os membros compreendam-no, enquanto para textos geradores de sentido e/ou memória

fornece ruídos, sobre os quais a semiótica se debruça, que não interferem negativamente no sentido geral do texto ao mesmo tempo em que possibilitam novas construções de sentido por meio de novas leituras responsáveis pela manutenção da cultura. É realçado por Machado (2007, p. 149) que

[...] os textos privilegiados para o estudo semiótico são os que cumprem uma função ativa no mecanismo da cultura, não são meros transmissores de significados, senão geradores de um modelo de mundo e se organizam enquanto sistema (ARÁN, In: MACHADO, 2007, p. 149).

Remontando a vieses que antecedem o prisma mais dialógico dos Estudos da Tradução, Bakhtin (2014[1929]), delineando os percursos do pensamento filosófico-linguístico e classificando-os em dois momentos bastante distintos acerca da compreensão da estrutura dos atos comunicativos, nos é bastante didático ao costurar as características estruturalistas que compunham o olhar cientificista que debruçava-se nas ciências da linguagem.

Uma possível lógica interna do sistema de signos, claramente proveniente do pensamento cartesiano amplamente difundido a partir do século XVII e que serviu de base para os estudos da linguagem, pela primeira vez, com os trabalhos de Leibniz, é o que Bakhtin (2014[1929]) denomina *objetivismo abstrato*, a segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico, por ele esclarecida.

Os fatos da língua seriam, para essa vertente teórica, organizados pelo “sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua”, em que apenas classificações como certo e errado existiriam, ignorando as distinções ideológicas de emissor e receptor de uma mensagem, como um “arco-íris imóvel” que regula o fluxo de atos de fala, não abrindo possibilidade para que a enunciação seja reiterada, uma vez que “em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores” e que, portanto, são esses traços idênticos “que são assim normativos para todas as enunciações” (p. 79).

Essa tentativa de reunir uma série de normatizações sobre as quais se pensava serem capazes de explicar e comprovar a lógica do uso da língua, sem que houvesse qualquer interferência de outros elementos integradores de um contexto particular condescendia em generalizar positivista a ciência da linguagem, como é usual nas ciências duras, e muitas das teorizações que foram difundidas a partir da década de 1960 se filiavam a esse entendimento. Ademais, a maioria dos estudos desenvolvidos à época e que perduram até a

contemporaneidade acolhem que os mecanismos de transmissão da mensagem deveriam funcionar com uma equivalência de uma língua para outra.

Roman Jakobson, autor russo radicado em Praga, deve ser referendado como um dos precursores da ETM, liderada por Lotman, e quem mantinha contato constante com linguistas e semioticistas da antiga União Soviética.

Jakobson era adepto a uma das vertentes do funcionalismo. Elaborou uma teoria em que o sistema não bastaria para o ato tradutório, mas, junto a ele, estariam imbricadas as funções características do uso das estruturas da língua.

Seu texto *Aspectos Linguísticos da Tradução*, publicado originalmente em 1959 e posteriormente, no Brasil, constante do volume *Linguística e Comunicação*, já trazia postulações para o escopo teórico-metodológico desenvolvido por Lotman. Na ocasião desse texto, o autor definiu três diferentes categorias de interpretar os signos linguísticos: 1) a tradução intralingual, que admite que qualquer usuário de um sistema linguístico proposto a passar pelo fenômeno da tradução, possa fazê-lo, e só o possa por meio dessas três possibilidades, ou seja, vai traduzir um dado conceito por meio de elementos existentes na própria língua; 2) a tradução interlingual, possivelmente aquela que remete a um conceito mais convencional de tradução, que compreende a construção equivalente de dada expressão de uma língua para outra; 3) a tradução inter-semiótica, que pode traduzir uma linguagem verbal em outra linguagem (JAKOBSON, 2007[1959], p. 64-65).

Com base nessas características, pode-se inferir que, a partir da noção de tradução, o significado do signo para Jakobson, que em parte se baseia em Peirce, apresenta uma característica de *equivalência na diferença*, conforme o próprio autor evidencia consistir no problema cardinal da linguagem e o foco da preocupação da linguística (JAKOBSON, 2007[1959]). É um problema de como a recepção é concretizada, de como as mensagens são interpretadas. É o trabalho que deve ser feito sobre o intraduzível⁴², de modo que toda ação cognitiva possa ser traduzida em qualquer língua.

Tal trabalho, ainda que assim entendido por Jakobson, recebe um limite imposto pelo próprio autor, como mostram Tápia e Nóbrega, embasados no olhar de Haroldo de Campos, a seguir:

⁴² Proposição jakobsoniana que considera a natureza operacional da tradução e sua negatividade tática que transforma a impossibilidade da tradução em condição de possibilidade, sobretudo na poética, vertente na qual Jakobson mais se vale do termo intraduzibilidade, mas que não **seja** exclusiva a ela.

Em sua função cognitiva, a linguagem depende muito pouco de sua configuração gramatical (*gramatical pattern*), porque a definição de nossa experiência está numa definição complementar com as operações metalinguísticas; o nível cognitivo da linguagem não somente admite, mas exige a recodificação interpretativa (*recording interpretation*), isto é, a tradução (JAKOBSON apud TÁPIA e NÓBREGA, 2013, p. 88).

Ao diagnosticar o “problema” do pensamento estruturalista, mesmo embora reconheça Ferdinand de Saussure e Charles Bally como os maiores linguistas de sua época, Bakhtin, por sua vez, separa a *langue* da *parole*. A hipótese saussureana em sua versão vulgarizada seria a de que a língua se opõe à fala, tal como o social se opõe ao individual, estando a língua, dessa forma, no social, uma vez que há normas estáveis comuns ao grupo de falantes, e a fala, no individual, viabilizando possíveis usos aplicados dessas normas⁴³.

Bakhtin, no entanto, opõe o social ao natural, e não ao individual. A língua como todo é social, sendo natural, unicamente, a sua manifestação fisiológica, uma vez que, para o indivíduo, a carga significativa do uso da língua está na identidade das formas de uso, e não num esquema de significação imutável e coletivamente conhecido e entendido. O interlocutor, semelhantemente, não lida com sinais que podem ser reconhecidos na coletividade, mas com signos que funcionam com particularidade em cada ato enunciativo.

Por essa lente, pensar a tradução como um processo que oferece equivalência e univocidade, seria considerar o signo como um sinal, que indica, com seu conteúdo invariante, ao invés de significar.

A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem-determinados. O sistema linguístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor narrativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação (BAKHTIN, 2014[1929], p. 95).

O locutor se utiliza das normatividades da língua num contexto particular, a fim de que suas necessidades comunicativas sejam satisfatoriamente atendidas. O sentido de se utilizar a língua, ainda que pensada como um sistema de normas, se dá pelas formas de significação por ela alcançáveis no contexto. A “sinalidade”, isolada, não tem existência.

Para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e flexível (BAKHTIN, 2014[1929], p. 96).

⁴³ Vale notar que Martins (2014) aponta para uma leitura de teor dialético da proposta saussureana.

Fato é que elementos culturais estão presentes em todo o processo tradutório. Isto é, um ato dialógico compreende fatos de cultura de cada um dos interlocutores nele envolvidos para que o ato, de fato, se estabeleça. Do mesmo modo, a possibilidade de compreensão e de participação no diálogo depende, diretamente, da maneira como características específicas são traduzidas por cada interlocutor.

São contemporâneos os rumos pelos quais os estudos tradutórios passaram a seguir, em especial com o crescimento do campo dos estudos culturais, que passou a exercer enorme influência sobre as perspectivas de diversas áreas do conhecimento, e mesmo com a vertente pós-social assumida por Latour, mais recentemente.

Francis Aubert é, talvez, quem está no centro da transição de uma concepção logocêntrica e outra discursiva, e seu estudo sobre a fidelidade é uma contribuição significativa para os estudos de tradução. Dedicando-se à mensagem no ato comunicativo, o autor (1993) considera que uma mensagem são, na verdade, duas: a primeira, fruto da intenção do autor, isto é, a mensagem pretendida; a outra, que aparece no momento da recepção, isto é, a mensagem efetiva, caracterizada como uma possível leitura da mensagem pretendida. Essa ideia é bastante pertinente às abordagens fundamentais de minha pesquisa, e, em virtude disso, é bastante cara às as propostas de análise a serem desenvolvidas posteriormente.

O ato tradutório “toma como ponto de partida uma mensagem efetiva, isto é, [...] tal como decodificada pelo receptor-tradutor, e a transforma em nova mensagem pretendida (não idêntica à mensagem efetiva)” (AUBERT, 1993, p. 74). Vê-se, com isso, que a mensagem original e a tradução demandam características linguísticas diferentes, embora visem a fins comunicativos suficientemente semelhantes para que a tradução seja entendida como sua equivalência e origine uma nova mensagem efetiva.

Ao refletir sobre a posição de Aubert, não se pode afirmar que ele altera a noção de mensagem tradicionalmente comunicacional, mas, fica evidente que há uma ruptura com essa tradição ao admitir que uma mensagem não carrega sentido único.

A concepção do autor referido sobre o ato tradutório está baseada numa relação entre múltiplas imagens que contemplam a visão de mundo de cada um dos interlocutores de um ato comunicativo. É com esse raciocínio que Aubert questiona os axiomas da fidelidade e do apagamento na tradução.

De acordo com o estudioso, numa interação intersubjetiva qualquer uma teia dessas múltiplas imagens se estabelece no meio interlocutório, como segue:

(a) o Emissor comparece à relação com: (i) uma determinada imagem de si mesmo, (ii) uma determinada imagem do mundo (visão de mundo), (iii) uma determinada imagem da situação específica da interação, (iv) uma determinada imagem do(s) seu(s) interlocutor(es), (v) uma determinada imagem da auto-imagem de seu(s) interlocutor(es), (vi) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do Emissor, (vii) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do mundo e (viii) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) da situação específica da interação; (b) os Receptores têm, cada um por si, (ix) uma determinada imagem de si mesmo, (x) uma determinada imagem do mundo (visão de mundo), (xi) uma determinada imagem da situação específica da interação, (xii) uma determinada imagem do Emissor e, quando for o caso, dos demais interlocutores, (xiii) uma determinada imagem da auto-imagem do emissor e, sempre quando for o caso, dos demais participantes da interação, (xiv) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) dele, Receptor, (xv) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do mundo e (xvi) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) da situação específica de interação (AUBERT, 1993, p. 24).

Partindo dessa lógica, importa realçar a dupla participação direta do tradutor no processo tradutório. Considerando que os participantes desse processo sejam o receptor-tradutor, o emissor-tradutor e o receptor-intermediário, como definidos pelo próprio Aubert, o tradutor, ao desempenhar função de receptor, pode ser definido como mais um destinatário da mensagem original (e pode, de fato, tê-lo sido em determinado momento), mas, ao desempenhar função de tradutor, exercerá uma leitura distinta da do leitor convencional, que não se voltará à mensagem reconstituída, mas a “uma primeira exploração dos problemas de ordem linguística (estilo, terminologia, etc.) e factual” (AUBERT, 1993, p. 26) imposta pela própria tarefa de traduzir um texto. Já ao desempenhar a função de emissor-tradutor, se preocupará em perceber que as condições de recepção por parte dos novos receptores serão carregadas de experiências distintas daquelas por ele vivenciadas e se deterá sobre as possibilidades de recepção do novo texto que substituirá o primeiro. Por fim, o receptor-intermediário, aquele privilegiado, de acordo com Aubert, por desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

(i) a de estabelecer/negociar o valor da tradução, o resultado de tal negociação tendo consequências diretas para o grau de motivação que impulsionará o tradutor na execução do ato tradutório; e (ii) a de proporcionar ao tradutor um indicativo das intenções e motivações do usuário final da tradução (1993, p. 28).

A este ponto da discussão, qualquer desvinculação que pudesse ainda existir das noções de comunicação e tradução está, certamente, fora de questão. A partir do momento em que a função do sinal, conforme esclarecido por Bakhtin, é a de, exclusivamente, indicar, e não a de significar, como cumpre o signo, os processos de expressão e de compreensão configuram-se distintamente, de modo que a compreensão se dê, ainda que por meio de um

sistema relativamente estável de normas estruturais, a partir do ato tradutório que confere significação aos signos nela manifestados de acordo com as particularidades do contexto do ato comunicacional.

Ao passo que Jakobson, no entanto, concatena uma abordagem semiótica da comunicação, seguindo pela mesma esteira de Peirce, Lotman o faz no sentido de uma semiótica da cultura, na qual a comunicação é manifestada por variados sistemas culturais responsáveis pela produção de signos, pois é a cultura o espaço semiótico “fora do qual nem a comunicação nem a semiose são possíveis” (LOTMAN, 1996, p. 24), funcionando, então, como um conjunto de textos inscritos em diferentes linguagens.

É seguindo essa linha de pensamento que a Semiótica da Cultura concebe o texto como um todo constituído por subtextos que se inter-relacionam, tornando-se híbridos em seu sistema funcional.

Lotman (1998) apresenta três funções textuais: 1) a função comunicativa, em que a linguagem articula a transmissão da mensagem entre emissor e receptor em um espaço em que pode haver ruído, transformação de mensagem, posto que não se trata de uma linguagem artificial; 2) a função geradora de sentidos, que admite a heterogeneidade do texto que manifesta linguagens distintas, adquirindo caráter poliglota e, portanto, justifica a geração de sentidos, pois “se no primeiro caso, toda mudança de sentido no processo de transmissão é um erro e uma desfiguração, no segundo ela se converte em um mecanismo de geração de novos sentidos” (p. 88); 3) a função mnemônica, que diz respeito à memória cultural, capaz de atribuir autonomia a símbolos de um texto, permitindo-os transitar com alguma carga de significação entre distintas estruturas, como explica o autor: “o símbolo separado atua como um texto separado que se transporta livremente no campo cronológico da cultura e que cada vez mais se correlaciona de uma maneira complexa com os cortes sincrônicos da cultura, mas também na diacronia desta” (p. 89).

Lawrence Venuti, possivelmente o estudioso norteamericano de tradução mais influente a partir da década de 1970, oferece contribuições muito importantes para a corrente.

É evidente que os estudos de Venuti denotam sua preocupação com a tradução num viés mercadológico, que muitas vezes ignora a voz do tradutor de dada obra. É igualmente evidente que, uma vez reconhecido esse viés mercadológico, as teorias desenvolvidas não somente por ele, mas pela maioria dos estudiosos da tradução, tomam o texto literário como base, inclusive para analisar relações culturais e de língua. Contudo, muito dessa teorização

é aplicável também a textos não-literários e aos distintos vieses que caracterizam o processo tradutório e nos auxilia na compreensão do fenômeno da tradução, como um todo.

Para esse autor, a tradução é uma prática cultural cujas raízes encostam na manutenção ou na ruptura das relações hierárquicas existentes na língua e na cultura. Venuti (1992) critica a fundamentação humanista da tradução literária feita nos Estados Unidos, de modo que confirma a influência das crenças e ideologias predominantes. O autor também discute a questão da invisibilidade do tradutor. Em geral, a voz do tradutor literário é negada em favor (ou em detrimento) da voz dos autores ou das características de estilo existentes na cultura receptora.

O tradutor estaria, então, marginalizado. A fluidez de um texto traduzido seria a garantia de uma tradução condizente com o texto original, necessitando o tradutor, para isso ocorrer, ter acesso a uma carga universal de significados capaz de transmitir essencialmente o texto traduzido. Venuti mostra que os tradutores seriam subservientes ao autor e sua prática de atividade seria secundária, derivada da escrita original e criativa. Ademais, determinadas características linguísticas e culturais do texto estrangeiro sumiriam, ou necessitariam passar por uma adequação a fim de satisfazer a tradução dos sentidos na cultura receptora.

Gentzler (2009) confirma que o repensar a tradução em Venuti, representa uma tentativa de acessar o não-dito subjacente a muitas das traduções literárias norte-americanas. Contudo, essa proposta também admite um caráter político ao passo que o estudioso aborda questões de língua, discurso e subjetividade em relação às construções sociais, conferindo, assim, a possibilidade de definir o que tenda ao conservador e ao progressista.

A complexidade das traduções associa-se às inúmeras possibilidades de escolha nas quais um tradutor se ampara ou desconsidera na visão ideológica de um texto construído sobre distintas materialidades linguísticas. Assim, uma das ideias centrais de Venuti (1992) é a de que a tradução é um processo criativo e transformador. Não obstante, o teórico amplia sua contribuição a esse campo de estudos ao propor um modelo analítico para as traduções: a análise sintomática. Esse modelo sobrepõe-se a outros dois, a saber, a análise humanística, que se apropria de uma unidade semântica no texto sem clara preocupação com os múltiplos discursos que ali permeiam, e a análise semântica, que revela as contradições do texto traduzido a partir daquilo que não se é visto de imediato nele, mas do que se apreende a partir disso.

Existe uma posição dialógica na noção de tradução venutiana, pois, para ele, a tradução consiste numa substituição não-natural das diferenças linguístico-culturais de um texto estrangeiro por um texto inteligível para a cultura-alvo.

Assegura Venuti:

Por ser um efeito de relações e diferenças entre significantes ao longo de uma corrente potencialmente (polissêmica, intertextual, sujeita a infinitas conexões), o significado é sempre diferencial e deferido, nunca presente como uma unidade original⁴⁴. [...] Tanto textos estrangeiros como a tradução são derivativos: ambos consistem de diversos materiais linguísticos e culturais que nem o autor estrangeiro nem o tradutor origina, e ambos desestabilizam o trabalho de significação, inevitavelmente excedendo e possivelmente conflitando com suas intenções. Como resultado disso, um texto estrangeiro é o ambiente para muitas possibilidades semânticas diferentes que são fixadas apenas provisoriamente em qualquer tradução, sob a óptica das abordagens culturais variantes e escolhas interpretativas, especificamente os fatos sociais, em diferentes períodos históricos. O sentido é uma relação contingente e plural, não uma essência unificada e imutável, e portanto não pode ser julgada de acordo com conceitos de base matemática de equivalência semântica ou correspondência ponto-a-ponto⁴⁵ (VENUTI, 1995, p.18-19).

Em sua obra *The Translator's Invisibility* (VENUTI, 1995), é possível acompanhar um pouco da proposição acerca do modelo de análise sintomática. O processo de tradução de *Freud and Man's Soul* (1983)⁴⁶ é esmiuçado quando torna visível o modo como, consciente ou inconscientemente, os tradutores fazem escolhas específicas de estilo, possibilitando, dessa maneira, notar o exercício de forças culturais maiores sobre tal processo.

Para Gentzler (2009), Venuti valoriza técnicas de tradução que, de fato, marcam as diferenças linguísticas e culturais.

Ele aprecia as estratégias pós-estruturais que colocam em primeiro plano o intercâmbio de significadores, trocadilhos, neologismos, arcaísmos, dialetos, sátira, sintaxe fragmentada e formas experimentais, todos resultando em textos finais descontínuos, fragmentados e menos unificados. Tais técnicas de tradução expõem a ilusão de transparência, tornando o trabalho do tradutor visível e

⁴⁴ Faz-se aqui uma referência bastante direta à noção derridiana de *diferença*.

⁴⁵ No original: “Because meaning is an effect of relations and differences among signifiers along a potentially endless chain (polysemous, intertextual, subject to infinite linkages), and it is always differential and deferred, never present as an original unity. [...] Both foreign text and translation are derivative: both consist of diverse linguistic and cultural materials that neither the foreign writer nor the translator originates, and that destabilise the work of signification, inevitably exceeding and possibly conflicting with their intentions. As a result, a foreign text is the site of many different semantic possibilities that are fixed only provisionally in any one translation, on the basis of varying cultural assumptions and interpretive choices, in specific social situations, in different historical periods. Meaning is a contingent and plural relation, not an unchanging unified essence, and therefore a translation cannot be judged according to mathematics-based concepts of semantic equivalence or one-to-one correspondence”.

⁴⁶ Conferir Bettelheim (1983).

encorajando, assim, o repensar de seu *status* secundário (GENTZLER, 2009, p. 65).

Esse espectro serve de norte à tradução pela cultura, tal como intitulei esta subseção. O real interesse em apresentar esses vieses de concepção do processo tradutório consistiu em possibilitar o acesso ao caráter de modelização das fronteiras culturais pela qual os signos funcionam como a representação das coisas do mundo e de como o texto traduz-se em cultura.

Reitero que não se trata, portanto, de uma busca pela equivalência, pela correspondência unívoca (LOTMAN, 1996, p. 68), mas a busca pelo destaque das diferenças, da heterogeneidade. Para isso, seria indispensável abandonar a possibilidade de univocidade, admitindo que, ao fazê-lo, “preservam-se a distinção e a coexistência ambivalente de diferentes sistemas” (MACHADO, 2015, p. 18), dando vida a novos textos.

Machado (2015) explica o texto novo, emergente na esfera cultural e obviamente estranho a este universo, embora coexista com ele, possui a capacidade de configurar um modelo no qual tudo vive sob fronteiras, sendo “como modelo que o sistema semiótico da cultura se oferece enquanto texto e como modelização que a tradução realiza a tarefa de conferir estrutura para aquilo que não pertence à esfera da cultura” (p. 19).

Uma vez havendo (e há) muitos processos modelizantes, é necessário haver, proporcionalmente, modelos de espaço que adaptam seu conteúdo e seu excedente, configurando-os em modelos culturais universais gerais, cujos textos figuram num limite que parte da tradução possível e vai até o caráter de intraduzibilidade, inferindo as características mais elementares da noção de fronteira: a dinamicidade, o deslocamento, a modelização, que convergem para a mesma direção, transformando-as em uma única característica.

A noção de fronteira implica ambivalência: tanto separa quanto une. É sempre o limite de algo e em virtude disso pertence a ambos: às culturas de fronteira e as semiosferas contíguas. A fronteira é bilíngue e polilíngue. A fronteira é um mecanismo de tradução de texto de uma semiótica estrangeira para a ‘nossa’ linguagem. É o lugar onde aquilo que é externo se transforma em algo que é interno; é uma membrana que filtra e transforma textos estrangeiros de modo que eles se tornem parte da semiótica interna da semiosfera enquanto preservam suas próprias características (LOTMAN, 1990, p. 136-7)⁴⁷.

⁴⁷ No original: “*The notion of boundary is an ambivalente one: it both separates and unites. It is always the boundary of something and so belongs to both frontier cultures, to both contiguous semiospheres. The boundary is bilingual and polylingual. The boundary is a mechanism for translating texts of an alien semiotics into ‘our’ language, it is the place where what is ‘external’ is transformed into what is ‘internal’, it is a*

Conhecer os elementos que coexistem nas fronteiras é uma forma de preservar as características distintivas presentes, em luta constante, na semiosfera. Machado (2015) alerta para a dificuldade desse exercício, uma vez que numa zona de luta não se pode descrever os constituintes a partir de posicionamentos, e para a importância das relações topológicas, que fazem parte da essência da composição da semiosfera e manifesta o diálogo que permite a tradução no espaço semiótico das fronteiras. A título de exemplo, Uspenskij (1977 apud MACHADO, 2015) estudou analiticamente as molduras nas artes plásticas, indispensáveis para lidar com a semiose das representações, e notou a necessidade de demarcação de fronteiras para que fosse possível observar o mundo à forma de signo. Explorando os diferentes graus de pontos de vista pelos quais a obra de arte se traduz em possibilidades, em modos de ler o mundo, concluiu que é impossível os pontos de vista interno – o do artista – e externo – o do espectador – de uma dada representação coincidirem.

Do mesmo modo, entendo que jamais serão coincidentes os pontos de vista sobre as e constituintes das práticas de letramentos, uma vez que as significações se darão diferentemente para cada indivíduo e em relação a cada signo. A semiosfera, nesse quesito, parece fundamental para pensar as fronteiras simbólicas e abstratas no âmbito das quais a tradução e a significação garantem a efetividade dos letramentos em prática.

Assim, procederei ao Capítulo 3 – Enfoque metodológico e organização dos dados de pesquisa, que se ocupará de descrever a metodologia utilizada para o recorte dos dados e para a sua análise posterior. Também serão apresentados os dados mais gerais, que compreenderão textos de contextualização, a partir dos quais foi possível o recorte posteriormente analisado.

CAPÍTULO 3

Enfoque metodológico e organização dos dados de pesquisa

Neste capítulo serão compreendidas a apresentação e a explicação dos métodos adotados para esta pesquisa.

Atribuo grande importância a um espaço dedicado à metodologia da pesquisa acadêmico-científica, pois é com ela que as escolhas e os caminhos percorridos ao longo da investigação são analisados com vistas a uma validação e organizam o pensamento e os métodos e/ou técnicas a serem utilizados no estudo.

Uma vez determinado o cunho social da Linguística Aplicada, os métodos de pesquisa devem condizer com o contexto e os propósitos do estudo em questão. Em torno do viés empírico característico das Ciências Sociais, aqui compreendidas como área maior na qual a LA ocupa um espaço importante, muitos conflitos ocorreram no sentido da confirmação de um *status* científico para as Humanidades.

O positivismo *comteano*, no século XIX, eleva a disciplina da sociologia ao patamar de ciência social, através da qual se fazia possível conhecer o social de maneira semelhante ao que as ciências exatas traçavam como caminho para desvendar os fenômenos afins a elas. A verdade única vislumbrada pelo positivismo não admitia interferência do ponto de vista do pesquisador, devido à possibilidade de distorção dos fatos motivada pelo cultural, pelo ideológico, pelo social, enfim, do sujeito investigador sobre o fato a que se propõe entender. O método quantitativo, portanto, era o único possível de garantir a neutralidade na pesquisa.

Em horizonte distinto, a ideia de reconhecer a multiplicidade da realidade, a inseparabilidade de sujeito e objeto de observação e a intrínseca relação entre fatos e valores, o construtivismo se identifica com a lógica indutiva, que parte do particular para o geral, objetivando estudar o contexto social (DUARTE, 2009). O método qualitativo figurava como indispensável, então, nesse quadro.

Com a primeira edição publicada em 1987, a obra *Um discurso sobre as ciências*⁴⁸, de Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português, traz brilho e clareza ao enquadre que propõe sobre a natureza científica em três grandes momentos: o paradigma da modernidade,

⁴⁸ Conferir Sousa Santos (2010).

a crise do paradigma dominante e o paradigma emergente. A respeito dessa classificação, tomo a liberdade de citar Fonseca (2002), que tem sucesso ao resumi-la de maneira contundente, pois me parece importante e adequado situar o leitor antes de prosseguir:

O **paradigma da modernidade** é o dominante hoje em dia. Substancia-se nas ideias de Copérnico, Kepler, Galileu, Newton, Bacon e Descartes. Construído com base no modelo das ciências naturais, o paradigma da modernidade apresenta uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro e uma racionalidade experimental, quantitativa e neutra. De acordo com o autor, essa racionalidade é mecanicista, pois considera o homem e o universo como máquinas; é reducionista, pois reduz o todo às partes e é cartesiano, pois separa o mundo natural-empírico dos outros mundos não verificáveis, como o espiritual-simbólico. O autor apresenta outros pormenores do paradigma: a) a distinção entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, entre natureza e pessoa humana, corpo e mente, corpo e espírito; b) a certeza da experiência ordenada; c) a linguagem matemática como o modelo de representação; d) a medição dos dados coletados; e) a análise que decompõe o todo em partes; f) a busca de causas que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos; g) a expulsão da intenção; h) a ideia do mundo máquina; i) a possibilidade de descobrir as leis da sociedade.

Santos afirma, ainda, que a crise do **paradigma dominante** tem como referências as ideias de Einstein e os conceitos de relatividade e simultaneidade, que colocaram o tempo e o espaço absolutos de Newton em debate; Heisenberg e Bohr, cujos conceitos de incerteza e *continuum* abalaram o rigor da medição; Gödel, que provou a impossibilidade da completa medição e defendeu que o rigor da matemática carece ele próprio de fundamento; Ilya Prigogine, que propôs uma nova visão de matéria e natureza. O homem encontra-se num momento de revisão sobre o rigor científico pautado no rigor matemático e de construção de novos paradigmas: em vez de eternidade, a história; em vez do determinismo, a impossibilidade; em vez do mecanicismo, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.

O **paradigma emergente** deve se alicerçar nas premissas de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, todo conhecimento é local e total (o conhecimento pode ser utilizado fora do seu contexto de origem), todo conhecimento é autoconhecimento (o conhecimento analisado sob uma prisma mais contemplativo que ativo), todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (o conhecimento científico dialoga com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas).

Para Santos, a ciência encontra-se num movimento de transição de uma racionalidade ordenada, previsível, quantificável e testável, para uma outra que enquadra o acaso, a desordem, o imprevisível, o interpenetrável e o interpretável. Um novo paradigma que se aproxima do senso comum e do local, sem perder de vista o discurso científico e o global (FONSECA, 2002, p. 11-12).

Dando ênfase ao aspecto social da pesquisa e preocupado com a abordagem linguística nesse aspecto, acredito já parecer bastante evidente a inscrição deste trabalho naquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de paradigma emergente. Localizar a pesquisa qualitativa em uma comparação possível que inclui características que se distinguem da pesquisa quantitativa também é pertinente.

O caráter social da LA focaliza a compreensão de situações de “uso da linguagem enfrentadas pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem (leitores, escritores, falantes, ouvintes) dentro do meio ensino/aprendizagem e fora dele” (MOITA LOPES, 1996, p. 20) e a partir da definição das questões de pesquisa, é possível se utilizar de base interpretativista.

Os objetivos deste trabalho, que permeiam a identificação e análise de elementos identitários e culturais, e não a sua quantificação, revelam a essência qualitativa da pesquisa. A preocupação com o contexto, com a subjetividade, com questões de caráter humanístico, das experiências individuais e coletivas aparece intimamente ligada aos modelos de verdade propostos pelo estudo realizado.

Apontadas, em âmbito geral, as principais diferenças que caracterizam as duas abordagens de pesquisa e determinado o aspecto qualitativo dessa tese, a sequência do texto trará algumas questões que ajudarão a compreender tanto os objetivos quanto as expectativas da pesquisa qualitativa.

3.1. Os métodos de pesquisa adotados

Com o propósito de alcançar os objetivos definidos para esta pesquisa, apresentarei nos itens seguintes o quadro metodológico escolhido e afim aos trabalhos em Linguística Aplicada.

Resumidamente, antes de apresentar cada um dos embasamentos, convém apontar que o estudo se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, em que não há interesse em mensurações de qualquer natureza, haja vista seu caráter explicativo e interpretativo. Nesse caso, a Análise Crítica de Discurso, proposta por Norman Fairclough, reúne concepções teórico-metodológicas pertinentes a este trabalho, das quais destacarei seu método tridimensional. Em fase de análise, buscarei por indícios das práticas sociais de letramento que se fazem presentes nos textos do sítio da AJI, entendidos como conjuntos de artefatos culturais. Desse modo, Ginzburg e seu método indiciário de investigação se mostram de grande viabilidade para a condução das análises.

Mais ao final do capítulo reúno o *corpus* selecionado para o trabalho, a fim de garantir que o Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise*, o último, dê conta, exclusivamente, das análises que proponho.

3.1.1. A abordagem qualitativa da pesquisa

Denzin e Lincoln (2006) destacam que a origem da abordagem qualitativa está fundada na sociologia, cujos trabalhos pautados na identificação de características de determinados grupos humanos foram iniciados por membros da Escola de Chicago, entre as décadas de 1920 e 1930, e na antropologia, quando os estudos de campo foram adotados por pesquisadores como Malinowski e Evans-Pritchard, com vistas a compreender o outro, usualmente pertencente a um grupo cultural considerado menos “civilizado” do que aquele em que o pesquisador se inseria. Embora essas décadas representem o início da abordagem, foi apenas em meados de 1970 que a pesquisa qualitativa se firma em oposição ao método quantitativo.

À medida que os estudos em diversos campos das ciências sociais gerais foram se desenvolvendo e ganhando solidez na história, na política, na medicina, na linguística aplicada, na educação, entre tantas outras, pôde-se reconhecer e creditar ao seu caráter transdisciplinar, com consistência, sua aceitação e as dimensões de escopo que ela recobre.

Denzin e Lincoln (2006) afirmam que muitos autores convergem para o norte de que a pesquisa qualitativa não se sustenta sobre um conceito teórico e metodológico único, específico, mas que remete a análises que se embasam em múltiplas abordagens. Os mesmos autores compreendem que esse tipo de pesquisa volta seu interesse à compreensão de uma série de fenômenos sociais, propiciando a menor ruptura possível do ambiente em que ocorrem.

Não é seu propósito focalizar a quantificação de eventos ou de estudos acerca de um dado problema, mas propor um olhar daquilo que não pode ser mensurado, de forma que não depende, portanto, de análises estatísticas dos dados tomados, mesmo porque os interesses de pesquisa vão surgindo e melhor se desenvolvendo ao longo do processo e precisam ser adequados às limitações que circundam o trabalho proposto.

A busca por generalizações, tal como ocorre no âmbito do positivismo, não é o alvo da pesquisa qualitativa. Os casos analisados sob essa perspectiva são estudados localmente, justamente pela consideração que se mantém do contexto em que as produções ocorrem e pelo reconhecimento de que cada contexto é único. Isso não significa, contudo, ignorar todo o avanço científico e tecnológico já proporcionado a partir da abordagem quantitativa. Não existe espaço para competitividade, mas de abrangência da grande classificação científica

que distingue as ciências do homem e ciências da natureza, ainda que o ser humano possa ser também seu objeto de estudo. Nesse seguimento, Duarte (2009, p. 9) afirma que

[...] apesar de comumente se advogar a impossibilidade de generalização, esta existe nas duas concepções, uma generalização baseada na inferência estatística para a população versus uma generalização para outros contextos ou uma generalização teórica em que os resultados são extrapolados em relação à sua aplicação teórica.

Na visada de que a ciência não é detentora de uma única realidade, a pesquisa qualitativa pode recorrer a diversas metodologias de investigação. Também, Denzin e Lincoln (2006) advogam nesse mesmo sentido quando afirmam que não se privilegia uma ou outra técnica de pesquisa devido à dificuldade de enquadramento em um único terreno de discussões e de restringir esse tipo de pesquisa a uma única disciplina e a uma única teoria. “Há múltiplos paradigmas teóricos que alegam empregar os métodos e as estratégias da pesquisa qualitativa, desde os estudos construtivistas aos culturais, passando pelo feminismo, pelo marxismo e pelos modelos étnicos de estudo” (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 20).

Em face dessa abordagem, Duarte (2009, p. 7) descreve alguns pontos importantes a serem considerados em investigação qualitativa:

Mais do que testar teorias, procura-se descobrir novas teorias empiricamente enraizadas; a seleção⁴⁹ dos casos privilegia a sua importância para o tema em estudo ao invés da sua representatividade; a complexidade é aumentada pela inclusão do contexto, e não reduzida (pela decomposição em variáveis); as hipóteses vão sendo reformuladas e, mesmo, elaboradas ao longo do processo de investigação; a amostragem pode ser conduzida na base de critérios teóricos, que vão sendo redefinidos [...].

Na sequência, a mesma autora chama a atenção, ainda, para o fato de que o pesquisador é o principal instrumento de pesquisa, de maneira que a generalização responda sob um estatuto diferente, que se volte mais para o sentido da replicação dos resultados em outros casos parecidos com o estudado.

A identidade dos sujeitos e a de sua relação com objetos, ideologicamente construída, apresenta-se vinculada à historicidade desses sujeitos e desses objetos, isto é, as sociedades humanas existem “num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas” (DUARTE, 2009, p. 13), e esse fato engendra a proposta de uma análise sociohistórico-cultural ao olhar qualitativo.

⁴⁹ A citação é do texto original, escrito em português de Portugal. O verbete que chama ao rodapé é o único que se distingue, ainda que minimamente, do português brasileiro e não prejudica a compreensão do fragmento. Isso justifica a desnecessidade de traduzi-lo.

Com esse escopo, a fim de entender o fenômeno estudado a partir dos significados que as pessoas atribuem a ele, variadas formas de investigação atuam sob a cobertura da pesquisa qualitativa, dentre as mais comumente escolhidas estão o estudo de caso, as histórias de vida, a fenomenologia e a pesquisa-ação, por exemplo, a depender, sempre, das perguntas de pesquisa em torno do que se objetiva refletir.

De modo a destacar, portanto, uma definição cuja dimensão tenta abarcar o conceito de pesquisa qualitativa, Nelson *et al.* (1992 apud DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 21) resumem-na muito didaticamente:

A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas. A pesquisa qualitativa adota duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é atraída a concepções da experiência humana e de sua análise mais restritas à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista. Além disso, essas tensões podem ser combinadas no mesmo projeto, com a aplicação tanto das perspectivas pós-moderna e naturalista quanto das perspectivas crítica e humanista.

Para Flick (2004), a pesquisa qualitativa tem início com o trabalho sobre textos e com a interpretação que se dá sobre e com eles. O movimento da pesquisa qualitativa parte dos textos para a teoria e, na sequência, da teoria para os textos. Esse movimento é, sem dúvida, mais um elemento que justifica minha inserção, como pesquisador, na abordagem qualitativa de métodos de investigação.

A leitura do sítio virtual e a identificação de certos elementos que tematizam o cotidiano dos jovens indígenas que moram na TI de Dourados ocorreram previamente à pesquisa, sendo determinantes para o método que adotei para pensar a identidade e a cultura coletiva dos mesmos. O trabalho com contextos tão complexos e repletos de características interculturais não advém unicamente de minha interpretação a partir do sítio, mas, sim, da presença constante dos indígenas em espaços ainda muito receptivos da sociedade envolvente e que fomentam as desigualdades indiciadas no ambiente virtual que propus estudar.

A interpretação dos dados é fato central da pesquisa qualitativa, que tem por finalidade o desenvolvimento teórico que embasará a decisão sobre os dados que integrarão o corpo do estudo (FLICK, 2004). Por sua vez, haja vista que esses dados não podem ser

matematicamente mensurados, deverão ser percebidos e compreendidos na subjetividade dos sujeitos que, de alguma forma, são responsáveis por sua produção.

Flick (2004, p. 72) reitera que, na pesquisa qualitativa, “procura-se entender o ponto de vista de um sujeito ou de diferentes sujeitos, o curso de situações sociais (conversas, discursos, processos de trabalho) ou as regras culturais ou sociais relevantes para uma situação”.

O fenômeno da mimese, que se refere às transformações de mundos entre o natural e o simbólico, é praticamente inerente às pesquisas sociais, de modo geral, e pode ser identificado, por exemplo, na literatura e no teatro, que constroem e evocam um mundo simbólico do qual fazem parte teoria e prática.

No que tange a essa questão, Gebauer e Wulf (1995 apud FLICK, 2004, p. 86) entendem que a mimese é o princípio geral que permite traçar a compreensão do mundo e dos textos:

O indivíduo “assimila-se” ao mundo por meio de processos miméticos. A mimese possibilita que os indivíduos saiam de si mesmos, tracem o mundo exterior dentro de seu mundo interior e dêem expressão a sua interioridade. Estabelece uma proximidade, de outra maneira inatingível, com os objetos, sendo, assim, uma condição necessária da compreensão.

São os processos de interpretação os responsáveis pela transformação mimética textual e interligam os dois mundos envolvidos em uma prática: o mundo do texto e o mundo do leitor/ouvinte, pois “a mimese abrange a passagem da compreensão prévia através do texto até a interpretação”, de modo que “a compreensão, enquanto processo ativo de construção, envolve aquele que compreende” (FLICK, 2004, p. 87).

Um esquema do processo mimético discutido por Flick é apresentado a seguir:



Figura 5. Processo da mimese (FLICK, 2004, p. 88).
Fonte: Flick (2004).

Também nos traz Flick (2004, p. 89) o esclarecimento de que se produzem, nos processos miméticos, “versões do mundo que podem ser compreendidas e interpretadas na pesquisa social”. Assim, a mimese, por meio da qual se torna possível interpretar experiências nas práticas cotidianas textualizáveis, possibilita uma interlocução com a Análise Crítica de Discurso, um dos métodos de pesquisa aqui utilizados, e sobre o qual discutirei adiante. Nesse mesmo pensamento, cabe, mais uma vez, reconhecer a importância do viés teórico da Semiótica da Cultura e, principalmente, dos desdobramentos da noção de semiosfera anteriormente discutido, que propicia um olhar cauteloso e aprofundado no que se refere ao simbólico.

Em se tratando de uma análise interpretativista, Denzin e Lincoln (2006) nos alertam, também, para o fato de que muitas pesquisas que propõem essa perspectiva analítica acabam por reproduzir um discurso colonizador do outro. A visão de mundo e os padrões culturais do investigador, nesse caso, afetaria, de fato, na construção da análise proposta.

De fato, inexistente a possibilidade de isolar por completo os padrões culturais e o olhar do pesquisador, independentemente da abordagem de investigação adotada, e a abordagem qualitativa tende a evidenciar essa característica mais facilmente do que a abordagem quantitativa. No entanto, é bastante pertinente destacar que no âmbito das ciências humanas e sociais a motivação maior da pesquisa é a compreensão profunda do objeto de estudo e o desejo de contribuir para com a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos com o trabalho, seja no tocante à educação, à identidade, à sociabilidade, entre outros. Nesse sentido, a Análise Crítica de Discurso, o método principal de análise que utilizo neste estudo, defende, com bastante ênfase, a não neutralidade da pesquisa qualitativa.

Os próprios Denzin e Lincoln já compreendiam que frente à biografia pessoal do pesquisador e as características que o constituem identitariamente e subjetivamente a pesquisa qualitativa não mais pode ser vista com neutralidade, pois tais elementos “influenciam o processo de investigação, fazendo da pesquisa um processo multicultural” (2006, p. 32).

Encaminhando-me para o fim desta seção, penso não ser menos importante apresentar ao leitor o que compreendo pela ideia de *processo* na pesquisa qualitativa.

Ao longo do doutoramento, esse conceito foi e vem sendo parte de extrema importância, particularmente, na maturidade intelectual, na percepção do mundo, dos fatos, dos sujeitos, do meio acadêmico e das relações interpessoais com colegas estudantes e professores, do ambiente virtual que a tese propôs investigar, da tese em si, dos objetivos

que a extrapolam, tanto no quesito de pesquisa, uma vez que é impossível contemplá-los todos em uma pesquisa que se desenvolve juntamente com outras tantas atividades necessárias exigidas pelo curso de doutorado, como no quesito pessoal e no profissional. Nesse sentido, tudo é processo e está em processamento; é cíclico, sem que haja um elemento que determina sua finitude.

Especificando o estudo aqui apresentado, a AJI e os artefatos com os quais trabalha nas práticas de letramento internas às aldeias douradenses e em outras que advêm dessas e têm um alcance difícil de ser acessado e mensurado efetivamente, também são caracterizados como processo. Os fins dessas práticas estão totalmente para as finalidades e não para o término.

As temáticas que mais a frente tentarei elencar, compreendendo-as e discutindo sobre elas, constituem um recorte possível de ser considerado no espaço de uma tese e no tempo de um curso de doutorado, ainda que obstáculos tenham surgido e ora estreitado outrora alargado os caminhos da pesquisa. Conforme explica Flick (2004, p.96), os objetos de estudo “não são selecionados por constituírem uma amostra estatisticamente representativa da população geral. O objetivo não é reduzir a complexidade por meio de um processo de decomposição em variáveis, mas, em vez disso, ampliar a complexidade ao incluir o contexto”.

Por fim, antes de adentrar especificamente os recursos metodológicos investidos na pesquisa, reforço a importância do princípio que Flick (2004) e Denzin e Lincoln (2006) chamam de triangulação ou de uso de múltiplos métodos, que não se trata de uma estratégia de validação da compreensão acerca de certo fenômeno, mas de uma alternativa para sua validação. Assim, caracterizando os Estudos do Letramento e a Semiótica da Cultura como campos de pesquisa essencialmente teóricos, articulo o paradigma indiciário (como método para coleta/seleção de dados) e Análise de Discurso Crítica (como método para análise de dados) a fim de alcançar a os objetivos ora propostos.

3.1.2. A Análise Crítica de Discurso e o método tridimensional de análise proposto por Normal Fairclough

Considerando a semiose em todos os mecanismos de produção de sentidos, somos levados ao fato de que elementos semióticos são constituintes de variadas práticas sociais, as

quais podem ser entendidas como o modo de agir na sociedade a partir de uma dada posição ocupada dentro de um conjunto maior de práticas.

Para a proposição de uma análise de práticas sociais, o campo metodológico da Análise Crítica de Discurso (doravante ACD) adequa-se às concepções teóricas que compõem o percurso desta pesquisa.

Fairclough (2001) denomina a ACD como uma análise que se aplica à linguagem, desenvolvida no contexto do marxismo ocidental, em que expoentes como Gramsci, Adorno, Althusser, entre outros, lidaram, especialmente, com a dimensão cultural sob o entendimento de que as relações sociais capitalistas circulam frequentemente no seio da cultura, não sendo, portanto, exclusivas à base econômica da sociedade.

Ainda que o sistema capitalista seja um fenômeno essencial para a dimensão que as análises críticas de discurso podem alcançar, tentarei não me afastar para os extremos, a fim de não chegar às raízes dos processos de semiose nos textos a serem analisados. Compreender o desenvolvimento das práticas sociais acessíveis por meio dos discursos da AJI me parece um percurso condizente com a proposta deste trabalho, embora um enfoque mais econômico das práticas tenha seu encantamento, ou seja, não pretendo uma análise detalhada da infraestrutura social presente na comunidade Guarani-Kaiowá, algo que se pode encontrar em outros trabalhos (cf. PEREIRA, 2004; SERAGUZA, 2013, entre outros).

O método de análise discursiva proposto por Fairclough recebe o nome de *Análise do Discurso Textualmente Orientada* – ADTO – (FAIRCLOUGH, 2001), e se enquadra em um escopo teórico concebido como *Teoria Social do Discurso*. Nesse enquadramento, analisam-se as relações existentes entre elementos do discurso e outros elementos da prática social, no sentido de que, uma vez relacionados, tais elementos não se efetivam de maneira independente uns dos outros.

Cumprе admitir que o uso do termo discurso por Fairclough, ainda que proponha uma teoria social do discurso, se distancia um pouco daquele dos cientistas sociais e se aproxima, em certa medida, daquele dos linguistas. Distancia-se novamente, talvez, do uso do termo pelos linguistas quando o autor não o utiliza como uso da linguagem como atividade puramente individual, bem como se distancia também da Sociolinguística e de seu entendimento da existência de reflexos de variáveis situacionais no uso da língua.

Fairclough determina que é “o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” e que existe “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social: a

última é tanto uma condição como um efeito da primeira”, mas, que, ao mesmo tempo, o discurso se encontra moldado pela estrutura social: “pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva, e assim por diante” (2016, p. 94-95).

É cabível trazer a leitura de Gee (2014[1999], p. 33) quanto à sua compreensão do que seja discurso. A dimensão de seu conceito se assemelha à compreensão de Fairclough, de modo que justifica o próprio método de analisá-lo criticamente. Cito um trecho de seu texto:

Discursos, para mim, crucialmente envolvem (a) identidades situadas; (b) modos de realizar e reconhecer identidades e atividades características; (c) modos de coordenar e ser coordenado por outras pessoas, coisas, ferramentas, tecnologias, sistemas simbólicos, lugares, e tempos; (d) modos característicos de atuar-interagir-sentir-emocionar-valorizar-gesticular-portar-se-vestir-se-pensar-acreditar-conhecer-falar-escutar (e, em alguns Discursos, ler-e-escrever, também).
50

Por esse ângulo, Fairclough faz questão de diferenciar três características dos efeitos do discurso responsáveis por seu caráter de construção do mundo em significado. Primeiramente, existe contribuição do discurso naquilo que se chama, variavelmente, de identidades sociais e posições do sujeito. Em segundo lugar, faz parte de um caráter construtivo do discurso a instituição das relações sociais entre as pessoas. A terceira característica incide sobre a construção de sistemas de conhecimento e crença, que também depende do discurso. Assim, Fairclough é capaz de determinar três funções da linguagem bastante caras a este estudo: a) função identitária, relacionada aos modos como as identidades sociais se estabelecem discursivamente; b) função relacional, que diz respeito a como são representadas e negociadas as relações sociais entre os participantes do discurso; e c) função ideacional, a ver com os modos de significação do mundo através dos textos (FAIRCLOUGH, 2016).

A ADTO faircloughiana compreende que qualquer evento discursivo constitui-se, ao mesmo tempo, de um texto, uma prática discursiva e uma prática social, sem que um desses elementos seja superior, em termos de importância, em relação ao outro.

⁵⁰ No original: “Discourses, for me, crucially involve: a) situated identities; b) ways of performing and recognizing characteristics identities and activities; c) ways of coordinating and getting coordinated by other people, things, tools, technologies, symbol systems, places, and times; d) characteristic ways of acting-interacting-feeling-emoting-valuing-gesturing-posturing-dressing-thinking-believing-knowing-speaking-listening (and, in some Discourses, reading-and-writing, as well)”.

Para a realização da análise a ser desenvolvida sobre os artefatos culturais que caracterizam os eventos comunicativos e interacionais, justificando-a como agência de letramento e, principalmente, agência de tradução, o percurso analítico se desenrolará a partir de quatro perspectivas metodológicas previstas pela ACD e delineadas por Meurer (2005, p. 83).

1) Além de ser descritiva, a ACD é interpretativa e procurar ser explicativa, propondo-se examinar os eventos discursivos sob três dimensões de análise que se interconectam: texto, prática discursiva e prática social.

2) A análise da primeira dimensão – texto – privilegia a descrição de aspectos relevantes do léxico, das opções gramaticais, da coesão ou da estrutura do texto. Essa descrição não constitui um objeto final, mas um meio, a base textual para a interpretação e explicação, foco da segunda e da terceira dimensões de análise.

3) A segunda dimensão – prática discursiva – busca a interpretação do texto e para isso se preocupa com questões relativas à sua produção, distribuição e consumo (leitura e interpretação). Os principais focos de análise neste nível são: como se estabelece a coerência do texto, qual é a força ilocucionária e que aspectos intertextuais e interdiscursivos estão presentes no texto.

4) Finalmente, a terceira dimensão – prática social – busca a explicação para o evento discursivo, focalizando práticas sociais, i.e, o que as pessoas efetivamente fazem, e como as estruturas sociais moldam e determinam os textos e como os textos atuam sobre as estruturas sociais

O dispositivo teórico-metodológico para analisar discursos criticamente, conforme as ideias desenvolvidas por Fairclough e apresentadas anteriormente com sistematicidade, por Meurer, equivale ao *modelo tridimensional do discurso*, no qual o discurso é compreendido sob o prisma das três dimensões, ou seja, como texto, como prática discursiva e como prática social, cuja relação entre elas é dialética. Esse modelo é ilustrado pela Figura 3, a seguir.



Figura 6. O Modelo tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 105).

Os três níveis componentes da concepção tridimensional do discurso, desenvolvida por Fairclough, exigem atitudes distintas do pesquisador. “A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’” (2016, p. 105).

Na esfera do evento discursivo como texto, o estudo deve voltar-se para mecanismos internos onde se produzem os discursos, como no caso da estrutura textual, em que se inserem o vocabulário, a semântica e a coesão, por exemplo (FAIRCLOUGH, 2016; MEURER, 2005), aproximando-se dos sentidos mais superficiais e literais que são alcançados.

Esse estágio, embora relevante, não compreenderá o foco desta investigação, especialmente porque a) Fairclough salienta a necessidade de interpretação textual, ainda que o objetivo seja uma análise descritiva, haja vista que o material a ser analisado é simbólico; b) no contexto particular desta pesquisa, a relação intercultural de caráter bilíngue – guarani e português e terena e português – que origina as próprias práticas discursivas e sociais, careceria de uma abordagem puramente estruturalista, cuja superficialidade não encontraria com a aparente urgência na minimização/solução de problemas almejada pela AJI.

No que se refere às práticas discursivas, os mecanismos de articulação dos distintos discursos manifestados no texto, tais como a intertextualidade e a interdiscursividade, responsáveis pela conexão entre textos, apontam para a materialidade sócio histórica, condizendo com a possibilidade de satisfazer as questões de pesquisa no que diz respeito à produção, distribuição e consumo do texto, isto é, como esse material é recebido pelos leitores e de que maneira haverá coerência.

São duas as maneiras de constituição das práticas discursivas. Podem ser as práticas *convencionais* e contribuir, assim, para reproduzir a sociedade com suas identidades sociais e com as relações que nela se desenvolvem, bem como com os sistemas de conhecimento e crença que a integram, e podem ser *criativas*, contribuindo para os processos transformativos na sociedade.

No que compete a essas duas modalidades de práticas, Fairclough exemplifica:

[...] as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que estão no centro de um sistema de educação, dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução. Porém, elas estão abertas a transformações que podem originar-se parcialmente no

discurso: na fala da sala de aula, do parquinho, da sala dos professores, do debate educacional, e assim por diante (2016, p. 96).

O discurso pode, ainda, aliar-se a orientações de ordem econômica, política, cultural e/ou ideológica. Certos textos podem ser distribuídos como mercadorias, como ocorre em jornais e na televisão, por exemplo, e isto configura uma orientação econômica e cultural. No entanto, as orientações políticas e ideológicas do discurso, que caracterizam relações de poder na sociedade, merecem maior atenção na proposta até aqui desenvolvida.

Vejamos como Fairclough discute a questão:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exército do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior (2016, p. 98).

As características de continuidade e descontinuidade e de vinculação de eventos discursivos específicos à vida humana, reconhecendo que o discurso emerge de relações de poder e ideologia e “em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103), características estas que estão imbricadas em práticas sociais e, em tanto para uma abordagem teórica como metodológica, representam elementos caros à ACD (FAIRCLOUGH, 2001; MEURER, 2005), e que podem ser objetivamente visualizados e compreendidos a partir de indícios evidenciados, entre outras teorias, com o auxílio da semiótica lotmaniana, resultando em fecunda interdisciplinaridade.

Fairclough (2012), em texto traduzido e publicado no Brasil, ao discutir a questão das práticas sociais, afirma que existe uma espécie de rede na qual elas aparecem interconectadas, ou seja, de um modo geral, práticas sociais de caráter econômico, por exemplo, se interligam a outras de caráter cultural, político, justamente devido a toda prática incluir os seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações e identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose, sendo que esta última está parcialmente presente nos demais elementos.

A propósito da teoria de Fairclough, Martins (2007) compartilha o entendimento do autor de que a linguagem, dialeticamente, se interliga com outros elementos da vida social e, nesse âmbito, a proposta de análise crítica de discurso tenta transcender a pesquisa social,

que, por sua vez, não contempla análises textuais, e a pesquisa que se utiliza de textos, porém, que tende a ignorar questões sociais.

Essa ótica evidencia a necessidade de movimentação entre os campos linguístico e social, pois sendo o discurso entendido como prática social, como os modos de agir no mundo, ele passa a ser socialmente constitutivo, pois é através dele que se constituem as estruturas sociais, e constituído socialmente, admitindo que os discursos sofrem variação conforme os domínios sociais em que se formam e constituem identidades e relações de poder. Assim, percebe-se, a partir do desenvolvimento da ACD pelos preceitos de Fairclough (2001; 2012), que o discurso caracteriza-se em um momento da prática social, o que o faz perder, de certa maneira, seu aspecto de centralidade na análise, embora o modelo tridimensional (representado mais adiante na Figura 3) dê margem à conclusão de que a análise das práticas sociais se dá pelo texto.

Ao passo que a análise de um texto focaliza suas formas linguísticas e as distribuições entre essas formas, Martins (2007) atenta para certa cautela que deve existir para evitar a sugestão de efeitos regulares, mesmo porque tais efeitos dependem de significado e do contexto. Nessa linha de pensamento, a autora realça que textos orais ou escritos podem ser vistos como partes de eventos sociais, pois são mecanismos que compõem o processo de interação, e apresentam dois poderes que garantem forma aos textos: o primeiro, as estruturas e práticas sociais, estruturas essas que referem-se à classe social ou ao parentesco, por exemplo; o segundo, os agentes sociais que se envolvem nos eventos e têm poderes causais embora não sejam livres e estabelecem relações entre os elementos dos textos.

Uma visão crítica de analisar os discursos sociais pode partir (e esta é a visão adotada para o presente trabalho) da análise da semiose nas próprias práticas sociais. Nesse sentido, Fairclough (2012, p. 309) aponta para três maneiras de atuação da semiose: de início, a semiose “atua como parte da atividade social inserida em uma prática”; posteriormente, nas representações, e não só das práticas em que os atores sociais encontram-se, mas de outras, que podem ser capazes de recontextualizá-las e incorpora-las; também, a atuação da semiose está no desempenho de posições particulares, pois “as identidades de pessoas que operam em certas posições são apenas parcialmente determinadas pela prática em si”.

A partir da leitura de Fairclough, Martins (2007, s. p), orienta que o discurso se dá, na prática social, de três maneiras distintas:

- a) enquanto discursos (formas de representação): distinguem-se diferentes discursos que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas;
- b) enquanto estilos (formas de ser): o discurso, junto com o comportamento corporal, constitui maneiras particulares de ser, identidades particulares, pessoais ou sociais (exemplo: o estilo de um administrador, seu modo de usar a linguagem, como um recurso de auto-identificação);
- c) enquanto gêneros (formas de agir): diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente (exemplo: a entrevista).

Fairclough lida, entretanto, não com o caráter funcional do discurso, mas fala, especificamente, em três aspectos fundamentais da construção de significados nos textos: a representação, a identificação e a ação, que trazem o aspecto social para a centralidade da análise textual (MARTINS, 2007).

Os Estudos do Letramento, nos moldes da concepção de letramento ideológico, bem como a noção de tradução na perspectiva da semiosfera lotmaniana dialogam frutiferamente com a Análise de Discurso Crítica.

Alguns elementos reunidos por Fairclough (2012, p. 310) exploram os mecanismos semióticos que permeiam os textos de cultura. O primeiro, tratando a semiose como parte da atividade social, são os gêneros discursivos, que são “as maneiras diversas de agir, de produzir a vida social semioticamente”, como uma conversa cotidiana, um texto jornalístico, uma entrevista, entre outros. Na representação e na autorrepresentação das práticas sociais, a semiose constitui diferentes discursos, uma vez que “os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto”. Também, ao pensar a semiose manifestada no desempenho das posições, ela é responsável pela constituição de estilos, que devem ser entendidos como as “maneiras de ser, identidades, em seu aspecto semiótico”. Nessa mesma linha, o autor atesta que as práticas sociais inter-relacionadas constituem a ordem social, cujo aspecto semiótico pode ser chamado de ordem de discurso, “uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros”.

A fim de elucidar de que maneira uma análise crítica engendra os componentes textuais, Fairclough (2012, p. 311) afirma que a ACD

oscila entre a ênfase na estrutura – nas mudanças na estruturação da diversidade semiótica (ordens de discurso) – e a ênfase na ação – no trabalho semiótico produtivo que acontece nos textos e interações. Nas duas perspectivas, o que importa são as articulações em mudança entre gêneros, discursos e estilos, a

mudança da estruturação social entre esses elementos na estabilidade e permanência nas ordens de discurso e uma continuidade no trabalho das relações entre eles em textos e interações. O termo *interdiscursividade* está reservado para os textos e as interações: a interdiscursividade de um texto é parte de sua intertextualidade, é uma questão de quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e como, no texto, esses aspectos são trabalhados para formar articulações particulares.

Assim, é possível elaborar um quadro-esquema em que figurem alguns elementos principais de cada uma das categorias de análise na ACD.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Quadro 1. Categorias de análise no modelo tridimensional.

É merecedor de atenção o olhar sobre a dimensão de prática social no modelo de Fairclough, ainda mais quando percorro a intenção de aproximá-lo de meu objeto de estudo a fim de compreendê-lo e descrevê-lo.

Em trabalho realizado por Fairclough juntamente com Chouliaraki (1999), a perspectiva tridimensional se sustenta, embora enfatize a análise da prática social. No que toca a essa ênfase, Resende e Ramalho (2016) observam que houve “um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como *um* momento das práticas sociais” (p. 29, grifo da autora).

A leitura de Chouliaraki e Fairclough (1999) sobre a sociedade moderna prevê um fator externo às práticas sociais. Tendo em vista a grande quantidade de informações de variados gêneros veiculadas na mídia, a ação humana estaria condicionada a uma série de formas simbólicas que, como claramente propõe Thompson (1998 apud RESENDE e RAMALHO, 2016), na mesma linha de pensamento, encontrar-se-iam deslocadas de um contexto original, de modo que se tornasse necessária sua recontextualização para a efetivação do processo de significação. A problemática que emerge dessa leitura estaria na interpretação que os indivíduos fazem dessas formas simbólicas, cuja base para a reflexão seria a compreensão de si próprios e dos outros.

Nessa direção, convém retomar o duplo movimento de tradução cultural apresentado anteriormente quando da apresentação da teoria da semiosfera para uma possível associação com os efeitos midiáticos. A AJI, que reconheço e classifico como uma ONG moderna, principalmente por conta do uso da internet como mecanismo de divulgação cultural e comunicação, tem acesso a uma parte da mídia, aquela que, de alguma maneira, influenciaria a condução das práticas sociais de seus integrantes. Por outro lado, a mesma AJI é produtora midiática, e o acesso a suas produções fica garantido à parcela da sociedade que necessariamente dispõe de internet. O alcance, no entanto, isto é, quem de fato as acessa, corresponde a outra parcela, possivelmente pouco expressiva quando comparam-se veículos de comunicação populares na sociedade em geral, conhecidos pela maioria.

Tem-se, portanto, a grande mídia exercendo sua influência sobre considerável número de indivíduos e sobre suas práticas na sociedade, enquanto aquilo que possui alcance inferior, por um conjunto de motivos, não parece ter representatividade nas práticas na mesma sociedade.

A dimensão do acesso aos produtos culturais disponibilizados na internet pela AJI não figura nos interesses de pesquisa. Importa sua existência e disponibilidade.

Conhecer a gama de temas abordados nas práticas de letramento que ocorrem na Terra Indígena Francisco Horta Barbosa, por intermédio da AJI, e averiguar como essas práticas são representadas e transformam-se, para além de produtos exclusivamente culturais, em produtos midiáticos, deixam claro que a intenção e o percurso de pesquisa se voltam para o sentido que se constrói.

Ao passo que se compreende o sentido como um atributo situado, localizado, resultado de influência, resultado de práticas sociais e discursivas outras, vai distanciando-se, aos poucos, a veracidade que influencia todas as práticas. Marcuschi (2003), pensando no sentido situado e em seus efeitos, tanto na dimensão do físico como na do imaginário, entende que sua verificação é motivada pelas condições de uso de certos produtos culturais, e não pelas condições de verdade. Ainda que a veracidade fosse o objetivo maior, a complexidade do processo de compreensão e validação depreenderia um profundo estudo nas áreas de saúde, meio ambiente e educação, por exemplo, que são algumas das abordagens trabalhadas nas práticas de letramento, além, é claro, do estudo aqui empreendido acerca da linguagem e do discurso.

Com esse esclarecimento, recorro à organização em etapas, que propõem Chouliakari e Fairclough (1999), para uma análise de discurso crítica.

Em instância inicial, os teóricos propõem que a análise parta de um problema central, habitualmente associado à distribuição assimétrica de atributos materiais e/ou simbólicos em práticas determinadas, bem como à naturalização de discursos particulares tomados em universalidade.

É viável reiterar a proposição de Marcuschi apresentada anteriormente sobre as condições de verdade. Uma análise de discurso crítica não visa à validação de uma verdade. No entanto, o caráter de criticidade é construído, precisamente, sobre as condições de produção, sobre a conjuntura, com base em uma relação de práticas com outras práticas, de discursos com outros discursos, a fim de compreender como se firmam os sentidos.

Em um segundo momento, a análise de discurso crítica prevê a identificação de obstáculos para a superação do problema. Resende e Ramalho (2016, p. 36) entendem que esse estágio serve para a “identificação de elementos da prática social que sustentam o problema verificado e que constituem obstáculo para a mudança estrutural”. Para essa finalidade, analisa-se a conjuntura das práticas em que o discurso é instaurado; em seguida, analisa-se a prática, particularmente, atentando para a prática como foco no discurso e relacionando o discurso a outros momentos; por último, analisa-se o discurso, preocupando-se com a estrutura, ou seja, a “relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso analisadas” (grifos das autoras), e com a interação, entendida como a “análise linguística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social”.

Na sequência, o interesse da análise volta-se para a função exercida pelo problema na prática, fase em que se investiga se existe, de fato, ou não uma função específica por meio da descrição das relações de poder e dos conflitos nelas manifestados.

Depois de verificada a existência de uma função para o problema no discurso, dar-se-á início a busca por possibilidades de superar os obstáculos identificados. Nesse sentido, devem ser observadas as possíveis contradições que permeiam a conjuntura das práticas sociais, a fim de reconhecer os caminhos para superação dos problemas.

Por último, a pesquisa que se utiliza da ACD exige uma reflexão sobre a análise propriamente dita, tal como ocorre com toda pesquisa crítica.

Realçar o enfoque preciso sobre as práticas sociais e sobre a articulação do discurso com outros elementos de perspectiva social possibilita maior abrangência da análise, mantendo a inexistência de uma hierarquia de momentos de práticas sociais em que o

discurso estaria no topo. Não mais que um momento de prática social, o discurso aparece, na proposta ora apresentada, lado a lado com outros momentos de igual importância.

No tocante aos momentos da prática social, importa afirmar que Fairclough e teóricos de outras perspectivas da ACD, valendo-se da noção de hegemonia, determinam que a relação que se estabelece entre esses momentos configura um equilíbrio instável, isto é, que se desarticula, e se rearticula, a partir da manifestação de distintos elementos da vida social, mesmo porque “a hegemonia é um objetivo mais ou menos parcial ou temporário” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 37).

Resende e Ramalho elaboram, com base em sua leitura de Fairclough sobre o interesse da ACD pelos momentos da prática, um esquema em que se pode verificar não uma hierarquia, mas uma associação bastante clara entre diversos elementos de prática e a prática social. Essa organização pode ser conferida a seguir.

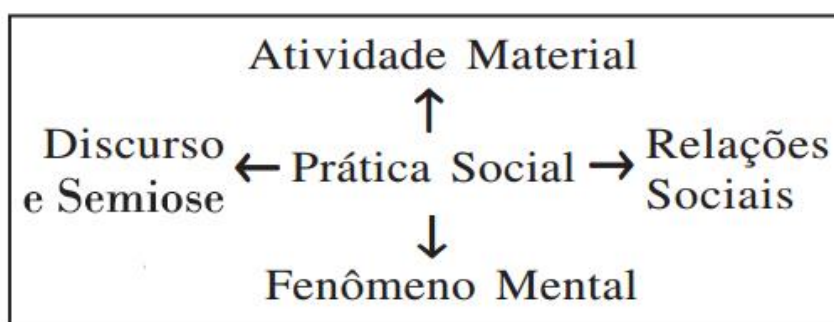


Figura 7. Momentos da prática social, em Resende e Ramalho (2016).

No âmbito dessa discussão, as mesmas autoras reconhecem que:

A vantagem de se focalizar as práticas sociais é a possibilidade de se perceber não apenas o efeito de eventos individuais, mas de séries de eventos conjuntamente relacionados na sustentação e na transformação de estruturas, uma vez que a prática social é entendida como um ponto de conexão entre estruturas e eventos. Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos. Mas a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece de fato não é simples, pois os eventos não são efeitos diretos de estruturas [...]. Assim, pode-se dizer que estruturas, práticas e eventos estão em *continuum* de abstração/concretude (RESENDE e RAMALHO, 2016, p. 41-42).

O interesse em trilhar pelos caminhos da ACD, que resultou da apreensão e incorporação da teoria semiótica para fundamentar os propósitos da pesquisa, justifica-se pela diferenciação da análise crítica, bem defendida por Meurer (2005, p. 95) em relação a “outras abordagens do discurso que enfatizam ou a descrição (como a linguística textual e algumas abordagens a gêneros) ou a explicação (como os trabalhos de Foucault)”.

A partir de um diálogo possível entre as perspectivas teóricas faircloughianas e bakhtinianas, especialmente no que se compreende por gêneros discursivos, uma aproximação entre a ACD propriamente dita e a categoria de cronotopo, uma das quais com que trabalha Bakhtin, é defendida na visão de Martins (2012), em investigação de perfil etnográfico empreendida em São Gabriel da Cachoeira (AM), na região do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico brasileiro, próximo às fronteiras com Colômbia e com Venezuela. Em relato, afirma a pesquisadora:

Fairclough prevê três dimensões para a análise: a textual, a discursiva e a das práticas sociais propriamente ditas, pressupondo sua íntima inter-relação. Em seus estudos literários, por sua vez, Bakhtin (1981) usou o termo “cronotopo” para se referir a uma matriz espaço-temporal que estaria na base de todas as narrativas. A cada cronotopo corresponderiam diferentes formas de linguagem relativamente estáveis. Podemos, aliás, pressentir a semelhança da categoria de cronotopo com aquela do círculo de atividades (Bakhtin/Volochinov, 1995), com a alusão mais clara, no primeiro caso, a certa dimensão espaço-temporal, assim como às práticas sociais e às conotações ideológicas que lhes são próprias. Entende-se que diversos cronotopos coexistem e mantêm entre si relações dialógicas (Bakhtin, 1981, p.252), pressupondo-se, ainda, a existência de um cronotopo maior [...] que abrigaria outros cronotopos, dentro de uma relação complexa contínua entre o todo e suas partes, e entre as partes entre si (MARTINS, 2012, p. 85).

Ademais, considerando que o *corpus* da pesquisa é composto pela produção textual da AJI, disponibilizada abertamente em seu sítio virtual, ou seja, sem que haja inserção, de fato, do pesquisador no campo físico de pesquisa, a análise de discurso crítica se dará a partir de indícios presentes nos textos que compõem uma estrutura ou uma conjuntura que perfaz os discursos e as práticas. No decorrer do Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise*, será possível acompanhar a descrição dos textos que compõem tematicamente o quadro de dados deste trabalho. Essa descrição será fundamental na identificação das construções discursivas através do uso do paradigma indiciário ginzburgiano, apresentado a seguir, bem como será relevante para a análise da configuração de cada um dos temas identificados a partir do modelo tridimensional de Fairclough.

Na sequência, portanto, trarei à apresentação o paradigma indiciário, que ganhou evidência com Carlo Ginzburg no fim dos anos 1980. Esse item corresponde ao terceiro e último elemento que compõe a cadeia metodológica pensada para este trabalho, e permite ampliar o campo de visão sobre o método já utilizado pela História Cultural há anos, de modo que se entenda pertinente enxergá-lo com proficuidade em outros campos no âmbito das ciências humanas e sociais.

3.1.3. O Paradigma Indiciário

Diante da pesquisa proposta, me utilizo do método *indiciário* de investigação, aprimorado por Carlo Ginzburg (1989), cujo foco aponta para o detalhe, o episódio, como garantia do rigor investigativo. O historiador chama a atenção para esse modelo epistemológico que emergiu no final do século XIX e não havia sido ainda teorizado quando da publicação de um de seus ensaios mais influentes para as ciências humanas, a obra *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*.

Vinculado ao grupo de pesquisa LEETRA, da Universidade Federal de São Carlos, Santos (2012) desenvolveu um trabalho amparando-se nos propósitos metodológicos do paradigma indiciário em que se buscava analisar o processo de apropriação do gênero seminário por estudantes recém-ingressos no ensino superior. Aproveitei em meu trabalho ramificações das discussões apresentadas por Santos em sua dissertação de mestrado, que me parecem pertinentes ao que proponho.

O viés teórico dos postulados bakhtinianos e de seu Círculo, em paralelo com os Estudos do Letramento, permitiram que Arroyo (2016) também se valesse do paradigma indiciário de Ginzburg para desenvolver uma análise qualitativo-interpretativa de práticas letradas acadêmicas em contexto digital, verificando que a relação sujeito/texto está vinculada a processos enunciativos e de interação com o *outro*, que se mostram essenciais no modo como se concebe o enunciado, não se tratando apenas de certa instrumentalização dos recursos digitais.

Não menos importantes, os trabalhos de Chacon (2014), Capristano (2010), Duarte (1998), Abaurre et al. (1995), entre outros, reforçam a pertinência e a contribuição que o uso do paradigma indiciário pode trazer às ciências humanas, de modo geral.

Meu particular interesse em fazer uso do paradigma indiciário está para um processo de reconhecimento, de identificação, que se desdobra em dois vieses. Um deles diz respeito à identificação de materialidades específicas que constam no sítio virtual da AJI, com base em indícios que as caracterizem como temáticas relevantes, recorrentes e com urgente necessidade de discussão e externalização, a fim de que tais questões não estacionem no *locus* da comunidade indígena. Outro viés corresponde ao momento posterior à caracterização temática, quando, a partir dos textos selecionados, serão buscados traços correspondentes à respectiva identidade social.

O interesse em caracterizar o modelo a que chama paradigma indiciário revela uma preocupação em definir princípios metodológicos de cunho qualitativo para o estudo dos fatos humanos, a fim de garantir um método “diferente, fundado no conhecimento científico (mas por toda uma cientificidade por se definir) do individual” (GINZBURG, 1989, p. 163).

Do mesmo modo como o médico observa e investiga os sintomas no paciente com a finalidade de produzir seu diagnóstico, outros tantos conhecimentos emergem da interpretação de sinais, pistas ou indícios, que se mostram reveladores para a compreensão de um fato dado.

Reconhecido por sua erudição, Ginzburg, embora nossa referência a ele advenha de um texto de caráter teórico-metodológico, tece uma rede de embasamentos como estratégia narrativa de relacionar acontecimentos distintos, deslocados entre si a um olhar superficial, conseguindo deixar a leitura dos fatos reais mais translúcida.

Ginzburg partiu de um conjunto de textos voltados para a pintura italiana que propunha um novo modelo que fosse capaz de identificar os verdadeiros pintores de obras de arte antigas, proposto por Giovanni Morelli. Para ter êxito nesse processo de determinação da originalidade de uma obra, não se devia basear-se nas características mais vistosas, como costumemente se fazia à época, uma vez que estas poderiam ser imitadas facilmente. Morelli dizia que era “necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). Com essa tática, Morelli pôde estipular a forma das orelhas de Botticelli e tantos outros, observando traços detalhados que constavam nos originais, e eram ausentes nas cópias, e inclusive garantiu a devolução de autoria a vários pintores cujas obras eram expostas em museus europeus.

A esse respeito, Ginzburg (1989, p. 145) faz questão de citar uma comparação feita por Castelnuevo aceca do método morelliano e o método criminal, em que afirma que os livros de Morelli estavam “salpicados de ilustrações de dedos e orelhas, cuidadosos registros das minúcias características que traem a presença de um determinado artista” e que “qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal...”, estabelecendo semelhanças ao método atribuído por Arthur Conan Doyle ao seu personagem Sherlock Holmes, naquela mesma época, ao inferir que “o conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”.

Morelli era largamente criticado por estudiosos acerca de seu método que se atentava à personalidade que se mostrava no lugar onde o esforço pessoal era menos intenso ao copiar uma obra de arte, no caso. Ginzburg, no entanto, identificava, inclusive com a ajuda dessas críticas, uma influência morelliana sobre os estudos na área da psicologia moderna. Revela o historiador sobre a técnica de Morelli: “creio que o seu método está estreitamente ligado à técnica da psicanálise médica. Esta também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou refugos de nossa observação” (1989, p. 147). Na opinião de Ginzburg, Morelli exerceu influência, pouco mais tarde, sobre os postulados de Freud, quem acessava questões do espírito humano a partir de dados marginais e triviais.

Tal relação que se estabelecia entre o método que se importava com os sintomas, no caso de Freud, com os indícios, no caso de Holmes e com signos pictóricos, no de Morelli, Ginzburg referenda a medicina hipocrática, considerando-a um óbvio exemplo semiótico vinculado a essa metodologia. Em suas palavras, “apenas observando atentamente e registrando com extrema minúcia todos os sintomas – afirmavam os hipocráticos –, é possível elaborar ‘histórias’ precisas de cada doença: a doença é em si inatingível” (p. 155). Essa mesma lógica se estendia, enfim, a diversas áreas do conhecimento.

Nessa negação da transparência da realidade, implícita legitimação encontrava um paradigma indiciário de fato operante em esferas de atividades muito diferentes. Os médicos, os historiadores, os políticos, os oleiros, os carpinteiros, os marinheiros, os caçadores, os pescadores, as mulheres: são apenas algumas entre as categorias que operavam, para os gregos, no vasto território do saber conjectural. Os confins desse território, significativamente governado por uma deusa como Méti, a primeira esposa de Júpiter, que personificava a adivinhação pela água, eram delimitados por termos como ‘conjetura’, ‘conjeturar (temor, tekmairesthai)’. Mas esse paradigma permaneceu, como se disse, implícito – esmagado pelo prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão (GINZBURG, 1989, p. 155).

Perpassando a pertinência dos traços individuais em uma produção, Ginzburg era levado à guisa da cada vez maior impossibilidade de prevalecer o conhecimento rigorosamente científico postulado pelo método galileano positivista.

Nesse ponto, abriam-se duas vias: ou sacrificar o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa, mais ou menos formulável em linguagem matemática), ou procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual (GINZBURG, 1989, p. 164).

Mesmo com a imposição do método das ciências naturais sobre a qualidade nas ciências humanas, estas últimas mantiveram seu cunho qualitativo, e merece realce o caso da

medicina, que, em meio ao embate de considerar ou não traços individuais, uma vez que os indícios pairavam sobre ela na catalogação de doenças, mas, na mesma proporção, as doenças desenvolviam-se diferentemente entre os indivíduos. “Nas discussões sobre a ‘incerteza’ da medicina, já estavam formulados os futuros nós epistemológicos das ciências humanas” (GINZBURG, 1989, p. 166).

Trabalhando sobre a tríade Freud, Morelli e Conan Doyle, Ginzburg retoma Zadig, de Voltaire, comenta a inspiração de Poe e Gaboriau, mais tarde, e conclui sobre as tentativas que existem na sociedade de se estabelecerem métodos específicos de investigação do indivíduo, nas quais se encontra inserido, também, o paradigma indiciário. Não obstante, as sociedades europeias viveram por séculos sem necessitar de meios mais realistas e práticos de investigar a identidade do indivíduo.

No curso da história, Ginzburg nos traz o método antropométrico desenvolvido por um funcionário da prefeitura parisiense, que se baseava em medições minuciosas do corpo, com o fim de criar fichas pessoais a partir de 1879. Ademais, comenta o modo de identificação por meio das impressões digitais individuais, proposto por Galton, em 1888, que reconheceu, contudo, que houvera sido precedido por outros. Dentre esses outros, Purkyne, fundador da histologia, distinguiu desde 1823 os nove tipos fundamentais das linhas papilares, pelos quais pôde afirmar que não existem dois indivíduos com as mesmas impressões digitais. Essa noção logrou importantíssima para se concluir que “em indivíduos diferentes os sintomas se apresentam de formas diferentes e, portanto, devem ser curados de modos diferentes” (GINZBURG, 1989, p. 175).

Com o caráter claramente investigativo, o método indiciário teve alcance na Ásia e, posteriormente, introduzido em todo o mundo, gradativamente.

Em vias de conclusão, o paradigma indiciário ou semiótico oferece mecanismos de acesso a zonas privilegiadas de uma materialidade ao ponto de poderem decifrá-la, e essa característica é determinante, de fato, dos moldes em que as ciências humanas foram preenchendo ao longo das décadas.

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também para outras disciplinas (GINZBURG, 1989, p. 178).

Enfim, tendo em vista essa retomada que propus ao primoroso texto de Ginzburg, que tão bem lida e exemplifica o funcionamento do paradigma indiciário, parece pertinente resumir que o historiador entende o paradigma sobre o qual discorre ao longo de sua narrativa, como “formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (1989, p. 179).

Localizando nosso contexto de pesquisa, adotar o paradigma indiciário como método investigativo parece garantir maior aproximação do pesquisador com os dados de que dispõe, e almeja, com isso, evidenciar “indícios reveladores do fenômeno que se busca compreender” (ABAURRE et al., 1995, p. 6).

A seleção temática a partir do paradigma indiciário importa, ainda, para a utilização do modelo tridimensional que Fairclough propõe. As temáticas categorizadas como centrais nos textos produzidos pela AJI e disponibilizados em seu sítio virtual serão pensadas no modelo faircloughiano, de modo que, no estágio de análise de dados, seja possível identificar como tais temáticas se configuram e se constituem como texto, como prática discursiva e como prática social.

Abaurre et al. (1995) corrobora as premissas de Ginzburg acerca de o paradigma indiciário ser um método de pesquisa que auxilia na formulação de hipóteses a respeito da história singular do sujeito com a linguagem, em uma ótica mais ampla, e com a aquisição da escrita, mais especificamente, comunicando-se, assim, com esta pesquisa.

De acordo com Duarte (1998, p. 63), a utilização do paradigma indiciário como método de investigação na pesquisa linguística é justificado por sua possibilidade de

[...] explicar, ou pelo menos, conjecturar sobre dados que por natureza são idiossincráticos e não se enquadram nos padrões de normalidade da língua. Tais dados são relevantes pela singularidade que os caracteriza, isto é, são exemplos interessantes e representativos de certos fenômenos linguísticos que permitem àqueles que os analisam descrever diferentes aspectos da linguagem.

A singularidade dos dados está para sua característica de diferença em relação a qualquer outro dado, “uma vez que, em sentido trivial do termo, qualquer dado é um dado singular” (ABAURRE et al., 1997, p. 14 apud DUARTE, 1998, p. 63). Nessa visão, pode-se atestar que o que caracteriza um dado singular é seu possível estabelecimento de reflexão de fenômenos linguísticos, no que se refere às pesquisas linguísticas, e seu aspecto revelador de algo além daquilo que se busca compreender.

Não é demais realçar, neste momento, que a harmoniosa relação estabelecida na dimensão metodológica adota para esta tese, favorecedora do diálogo entre o paradigma

indiciário de Ginzburg e a análise tridimensional da ACD, desenvolvida por Fairclough, visam à maior visibilidade das relações entre linguagem e estruturas sociais, e é nesse sentido que, de acordo com Meurer (2005, p. 90) “Fairclough enfatiza a necessidade de analisar os traços e pistas que ocorrem em diferentes gêneros textuais, buscando evidenciar como eles refletem discursos e rotinas sociais”. A pouca visibilidade dessas relações responde por informações que não são facilmente percebidas em um texto.

Meurer é capaz de explicar tal opacidade que envolve as informações de um texto, às quais classifica como *agendas ocultas*. Em suas palavras, uma das razões para essa questão,

[...] é o caráter constitutivo do discurso [...]. Outra é a chamada *naturalização* de realidades criadas discursivamente. A noção de naturalização é associada à de opacidade. Significa que as “realidades” criadas discursivamente passam a ser percebidas como algo *natural*, imutável, parte de sua própria natureza. Uma vez que determinada perspectiva se torna naturalizada, torna-se “legítima”, subliminar e de difícil desconstrução” (MEURER, 2005, p. 91, grifos da autora).

Na mesma esteira, a coerência pensada como tradução é aquela que Fairclough entende como o foco da segunda dimensão, a de prática discursiva, de seu modelo teórico-metodológico (MEURER, 2005), e que figura como fundamental para a explicação do evento discursivo e da prática social, indissociáveis e entrelaçados entre si.

É nesse âmbito que a tradução é o ponto de ligação entre os caminhos teórico-metodológicos aqui percorridos. Tal noção é primeiramente semiótica porque gera sentidos múltiplos engendrados no mecanismo da cultura. Também, é uma noção amplamente discursiva, móvel, modalizável entre contextos, subjetividades e ideologias distintas e, como consequência, pode motivar todo um conjunto de práticas sociais. Assim, têm-se as práticas e os eventos de letramento jamais neutros, por serem eminentemente discursivos e sociais.

Na visada dos estudos sobre as práticas de letramento dos sujeitos participantes engajados na AJI, esse método, ao passo que objetiva dar visibilidade aos processos de construção de sentidos da produção material, o residual, o detalhe, enaltece a relevância de focalizar a atenção sobre as minúcias do texto, caracterizando, portanto, um mecanismo de obtenção da informação nele contida.

3.2. Breve apresentação do sítio eletrônico da AJI

Este item se encarrega de apresentar o sítio eletrônico da AJI, de onde pude coletar os dados para o desenvolvimento da pesquisa.

Conjuntamente, serão trazidas algumas fotografias das oficinas promovidas pela ONG, onde é possível observar algumas de suas características, tais como a quantidade de alunos envolvidos, sua organização efetiva participação, a estrutura da sala de aula e as temáticas abordadas. É importante trazer esse recorte de fotografias dispostas em uma seção específica do sítio, ainda que não consistam no foco principal da análise, pois elas permitem visualizar a dimensão característica das próprias práticas de letramento no momento em que estavam ocorrendo, efetivamente, e muito auxiliam na caracterização da ideia de práticas de letramento sociais. Acredito que isso trará ao leitor uma noção mais consistente do trabalho empreendido pelos jovens indígenas.

As visitas ao sítio eletrônico para coleta dos dados ocorreram entre agosto de 2015 e julho de 2016, embora tenha registrado visitas constantes após esse período, na busca por novos textos que passassem a integrar o ambiente virtual e que, de alguma maneira, dialogasse com outro material já coletado.

No que se refere aos materiais produzidos pela AJI selecionados para compor o *corpus* da pesquisa, o recorte abrange textos produzidos entre maio de 2009 e agosto de 2013, que consistiu em uma época mais constante de publicações. Este intervalo de tempo não compreende todas as atividades desenvolvidas na TI Francisco Horta Barbosa pelo grupo de jovens, no entanto, trata-se de um recorte de material que parece-me já suficiente para compreender a circulação dos discursos e a consequente manipulação de elementos identitários e ideológicos que caracterizam as práticas sociais. Especificamente, da dimensão dos textos descritos, seis foram considerados os mais representativos para prosseguir à análise.

Na sequência, portanto, iniciarei essa apresentação mais generalizada, que melhor contextualizará os dados e as categorias temáticas que serão descritos no próximo Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise*, quando seremos guiados para as reflexões conclusivas do trabalho.

O sítio virtual apresenta-se em sete abas elementares: 1) *Home*, a página inicial do portal que reúne os conteúdos mais gerais ali existentes; 2) *Quem somos*, traz um texto de apresentação dos integrantes da ONG; 3) *Notícias*, a seção mais constantemente atualizada,

cuja função é reunir notícias afins aos povos indígenas, normalmente publicadas por sítios especializados em notícias e naquele espaço compartilhadas; 4) *Eventos*, com tópicos que divulgam eventos nacionais e internacionais afins ao contexto indígena; 5) *Comunicação*, a seção com maior quantidade de conteúdos locais, que subdivide-se em galeria de fotos, vídeos, publicações, programas de rádio, jornal AJIndo e depoimentos; 6) *Links*, seção que lista alguns dos principais endereços virtuais que relacionam-se de alguma maneira com a AJI; e, a última aba, 7) *Fale conosco*, em que são informados o endereço da sede da ONG, seu telefone, e disponibiliza um formulário para que o usuário entre em contato diretamente a partir daquela página.

O sítio principal possui, ainda, dois botões de redirecionamento: um para o *blog* da AJI, hospedado em um endereço distinto, que se constitui numa alternativa para o acesso aos conteúdos disponibilizados no primeiro endereço; outro, para a página da ONG na rede social *Facebook*, cuja expansão e popularização alcançada nos últimos anos concretizam a viabilidade do acesso a determinados conteúdos. Com a Figura 8, a seguir, é possível visualizar a página principal do sítio virtual da AJI.

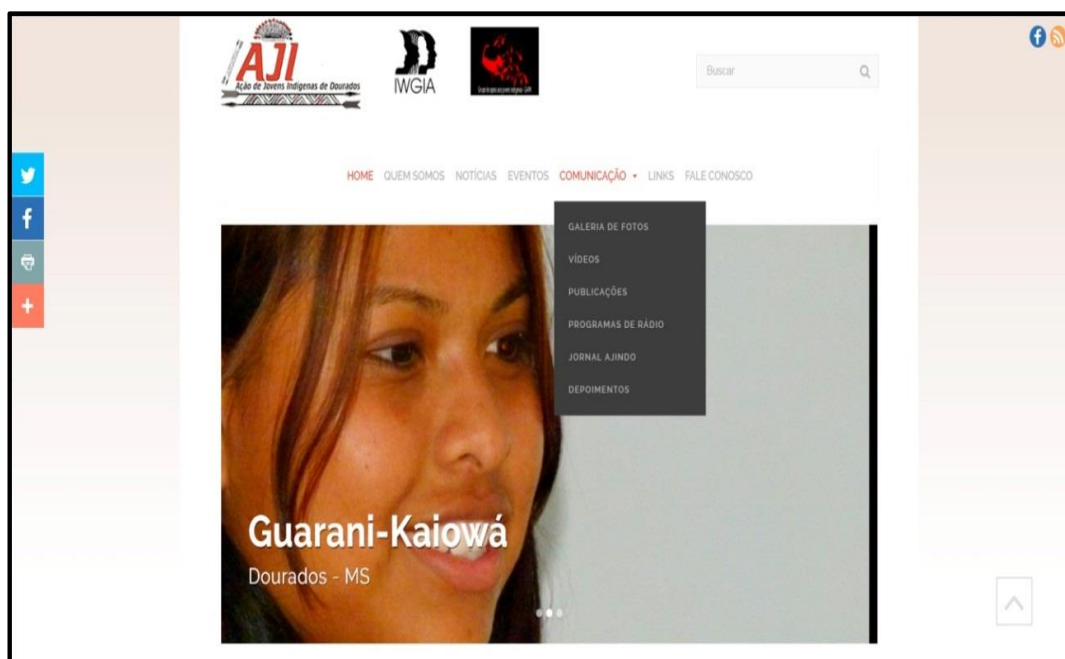


Figura 8. Página inicial do sítio virtual da AJI, com destaque para a aba Comunicação.

Em consonância com o que há pouco mencionei, o recorte para o qual o foco do trabalho aponta, localiza-se na seção Comunicação contida no sítio, cujo *menu* pode ser observado na mesma Figura 8. Chamo a atenção para o fato de que as seções Programas de

rádio e Depoimentos são espaços vazios no sítio virtual, não contendo seus respectivos conteúdos e, conseqüentemente, não sendo possível sua descrição e análise.

Embora o espaço destinado a essas fotografias no sítio virtual esteja bem organizado, não estão disponibilizadas imagens de todas as oficinas que já ocorreram desde a fundação da ONG. No entanto, aquelas que lá constam permitem visualizar características importantes sobre os momentos de aula, os espaços utilizados, a quantidade de alunos envolvidos, suas reações a partir de expressões corporais e a organização dos materiais utilizados pelos alunos, por exemplo.

Em algumas dessas imagens que trarei na sequência, será possível observar com maior facilidade o trabalho que engloba a questão da saúde, uma das temáticas a serem analisadas mais adiante.

A Galeria de Fotos consiste em uma representação de eventos e práticas de letramento, isto é, as fotos que compõem a referida galeria retratam momentos específicos de alguns dos eventos mediados pela AJI sob o formato de oficina, e nesse contexto, define-se o resultado ou a conclusão de cada uma normalmente por meio da apresentação de um trabalho. Os conteúdos trabalhados em sala de aula, no entanto, não estão disponibilizados. Esse fato não caracterizou um problema para o desenvolvimento da pesquisa, pois que o foco maior do trabalho direciona-se às atividades propostas pelos integrantes da AJI, não tendo a pretensão de dar conta de analisar todas as conseqüências de suas práticas que são levadas adiante pelos membros da comunidade indígena.

Adentrando esse espaço no sítio virtual, as oficinas fotografadas são classificadas pelos seguintes títulos: *Conhecendo os problemas dos jovens*, *Oficina de fotografia*, *Família*, *Saúde sexual*, *Higiene bucal*, *Vídeos relacionados a drogas* e *Violência*. Reitero que, com base em contato que tive em momentos distintos com membros da AJI, estas não são as únicas oficinas realizadas ao longo do tempo de funcionamento da ONG. Contudo, me deterei ao conteúdo acessível pelo sítio virtual. Cada uma das oficinas ministradas e fotografadas constitui um evento de letramento distinto e é responsável por práticas situadas de letramento.

Vejamos as Figuras 9 e 10, que mostram momentos da oficina *Conhecendo os problemas dos jovens*.



Figura 9. Realização da oficina *Conhecendo os problemas dos jovens* (I).
Fonte: AJI.



Figura 10. Realização da oficina *Conhecendo os problemas dos jovens* (II).
Fonte: AJI.

Neste evento, pode-se verificar, na Figura 9, a professora responsável por ministrar a oficina em pé, com os alunos participantes organizados em um círculo maior de cadeiras, de

forma que a garanta mobilidade durante sua explanação e acesso rápido a cada um dos presentes.

O ambiente onde ocorre a oficina é um salão, cujas características escolares se apresentam, primeiramente, pela organização dos sujeitos que ali estão, embora esta organização não seja tradicional, quando se tem um aluno anteposto ao outro de modo a compor um espaço livre à frente para que o(a) professor(a) utilize. Também, há caráter escolar na existência de quadros-negros, embora pequenos e utilizados para a fixação de papéis. Uma estante que condiciona diversos livros, uma pintura e alguns artefatos, contribui para o aspecto escolar naquele ambiente, bem como desenhos que enfeitam paredes e portas.

A Figura 10, correspondente ao mesmo evento, apresenta um segundo momento da oficina em realização. Na ocasião, a professora ministrante não aparece e a roda de cadeiras organizada pelos alunos é visivelmente menor, de modo que a interação interpessoal seja exercitada sob a forma de um debate em grupos.

A ausência, contudo, de materiais de uso individual como cadernos, lápis, canetas, por exemplo, indicia uma prática de letramento que não envolve diretamente a escrita, mas o contato mais próximo e conversacional, que permite uma compreensão pelo diálogo em si, e pelas expressões faciais e corporais.

A maioria dos alunos que aparece na Figura 9, quando a atividade já ocorria havia algum tempo, encontra-se em posição de atenção e de participação. Apesar disso, não parece haver uma atenção direcionada a um ponto específico. Com uma divisão imaginária da Figura 10 em três níveis, fundo, centro e frente, verifica-se certa interação entre os alunos ao fundo, olhares que se entrecruzam entre os alunos do centro da fotografia, e alunos posicionados como se prestando atenção na interação entre os alunos ao fundo, atravessando o centro.

Com uma metodologia distinta, as Figuras 11, 12 e 13, que seguem, mostram momentos da oficina *Vídeos relacionados a drogas*, na qual vídeos selecionados foram apresentados aos alunos para associá-los com a questão da violência existente nas aldeias.



Figura 11. Realização da oficina *Vídeos relacionados a drogas*.

Fonte: AJI.



Figura 12. Alunos apresentando trabalho relacionado às questões de drogas e violência nas aldeias.

Fonte: AJI.



Figura 13. Alunos apresentando trabalho relacionado às questões de drogas e violência nas aldeias (II).

Fonte: AJI.

Especificamente na Figura 11, a maioria dos alunos parece atentar à professora e às imagens transmitidas por ela. Nas Figuras 12 e 13, em um momento de apresentação de trabalho de dois grupos que selecionei para constar nesta seção, é válido notar a questão da individualidade na apresentação coletiva. Em ambas as imagens, uma única integrante parece segurar a folha que dá sequência à apresentação, enquanto os outros participantes aparentam distração.

A seguir, nas Figuras 14, 15 e 16, vemos momentos da oficina Educação sexual.



Figura 14. Oficina de Educação sexual.
Fonte: AJI.



Figura 15. Oficina de Educação sexual.
Fonte: AJI.



Figura 16. Alunos apresentando trabalho para a oficina de Educação sexual (I).
Fonte: AJI.



Figura 17. Alunos elaborando trabalho para ser apresentado na oficina de Educação sexual.
Fonte: AJI.



Figura 18. Alunos apresentando trabalho para a oficina de Educação sexual (II).
Fonte: AJI.

Na Figura 14, temos, mais uma vez, a professora ministrante circundada pelos alunos. Semelhantemente às características reunidas em figuras anteriores, naquele momento de explanação, a maioria dos alunos parece desatenta. Embora estejam todos sentados, as expressões faciais demonstram atenção voltada a outros elementos quaisquer, que não a professora. Talvez, tal comportamento esteja associado à temática abordada, ainda considerada um tabu no meio em que se apresenta. A Figura 15 mostra a sequência do momento de aula, em que alunas são chamadas para uma apresentação.

No entanto, o comportamento é outro quando observamos as Figuras 16, 17 e 18. Dois grupos apresentam seus trabalhos sobre a oficina, e parece haver, de fato, interação. No primeiro trabalho, ainda que pareça haver alguma dispersão, pode-se verificar que o cartaz escrito segurado por uma aluna serve de base para o que seu colega apresenta oralmente. O cartaz é essencialmente composto por um texto escrito, contendo um elemento visual. No segundo trabalho, observamos dois cartazes, um com texto verbal, já saindo de uso naquela apresentação, e outro com texto visual, então em uso.

A galeria de vídeos existente no portal estudado contempla materiais visuais e verbais produzidos pela AJI.

Esses conteúdos ganharam forma através de três tipos de atividades. Um deles refere-se à realização de entrevistas com indígenas de sua comunidade a fim de apresentar com maior proximidade casos que envolvem a situação escolar, o uso de drogas, a violência nas aldeias e seus desdobramentos, por exemplo, além de entrevistarem, ainda, alguns profissionais não indígenas que desempenham um trabalho formal e participativo nesses casos. Outra vertente da produção videográfica corresponde ao resultado das oficinas de roteiro e produção audiovisual, mediadas pela AJI, que contam com elementos cênicos para retratar questões consideradas preocupantes nas aldeias. A terceira abordagem que pode, ainda, ser acessada, diz respeito a uma seleção de vídeos externos, cuja produção não é de autoria própria da AJI, mas que é por ela indexada junto aos demais vídeos.

Essa seleção compreende vídeos de caráter informativo que visam ao esclarecimento de questões pertinentes tanto à comunidade indígena local como à sociedade envolvente.

Durante o tempo de desenvolvimento desta pesquisa, a galeria de vídeos no site da AJI totalizou catorze produções, isto é, aquelas realizadas pelos jovens douradenses da comunidade indígena, e aquelas produzidas a partir de outros projetos, e que por dialogarem com as questões locais, estão presentes no sítio virtual e considero que sejam, portanto, importantes fontes para a compreensão das propostas de letramento desenvolvidas na RID.

A seguir, copio uma ilustração (Figura 19) da seção *Vídeos*, como consta no sítio virtual da ONG.



Figura 19. Parte da página que dispõe da galeria de vídeos.
Fonte: AJI.

Concernente ao jornal AJIndo, o folhetim produzido e organizado pela AJI é uma publicação de periodicidade bimestral, originalmente, mas que encontra-se temporariamente interrompida. Suas edições consistem em um dos instrumentos mais difundidos tanto nas oficinas realizadas com os jovens das aldeias da RID, como na comunidade em geral.

As trinta e uma edições publicadas até a presente investigação contam com textos escritos, em sua maioria, por indígenas locais e em língua portuguesa. A língua guarani é empregada com baixa frequência, quase sempre se limitando a alguma manchete ou título. Cada uma das edições é guiada por uma temática central, a partir da qual emergem perspectivas diversas, de modo a garantir seu caráter informativo, cultural, social e, claro, jornalístico.

Além de textos escritos, as edições do periódico admitem desenhos feitos por alunos das escolas locais, respeitando a temática proposta para cada edição, e fotos de eventos organizados ou com participação de integrantes da AJI.

Com o objetivo de apresentar a publicação ao leitor da tese, trago, na sequência, a capa de duas edições publicadas. A edição de número vinte e seis (Figura 20), publicada na metade do ano de 2011, tematiza os problemas multiplicados pela questão do acúmulo de lixo na aldeia, sobretudo aqueles que comprometem a saúde. O problema advém da inoperância do sistema de coleta de lixo na região da aldeia, assunto que é abordado em textos da edição. Também, ilustro com a capa da edição de número vinte e quatro (Figura 21), publicada no primeiro mês de 2011, época de retorno às aulas, de compra de materiais escolares e de possíveis mudanças estruturais ou sistemáticas, importantes para a comparação das escolas em anos anteriores. No final de 2009, publica-se a edição de número 18 (Figura 22), que se dedica à fotografia, apresentando à população alguns resultados obtidos com as oficinas realizadas, as quais dois anos mais tarde, em 2011, organizadas juntamente com fotografias capturadas em oficinas subsequentes, foram reunidas para a composição do livro de fotografias *Nossos olhares sobre a cidade* (ALCÂNTARA *et al.*, 2011). A edição 16 do AJIndo (Figura 23) é a primeira disponibilizada no sítio virtual e foi publicada em maio de 2009, voltando-se, entre outras questões, para a segurança na construção de moradias populares nas aldeias.



Figura 20. Capa da edição nº 26 do AJIndo.
Fonte: AJI.



Figura 21. Capa da edição nº 24 do AJIndo.
Fonte: AJI.



Figura 22. Capa da edição nº 18 do AJIndo.
Fonte: AJI.



Figura 23. Capa da edição nº 16 do AJIndo.
Fonte: AJI.

Apresentados os dados gerais com a finalidade de delinear o contexto temático, darei início ao Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise*, no qual um recorte com seis dos textos apresentados serão analisados. Esse recorte satisfaz os objetivos da pesquisa e não a tornará cansativa, tendo em vista que a análise de todos os dados gerais traria algumas repetições e pontos de vista bastante semelhantes entre si e, em virtude disso, a opção por apresentá-los somente como mecanismo de contextualização pareceu-me a mais adequada ao trabalho.

CAPÍTULO 4

Dados de pesquisa e análise

Este último capítulo do trabalho reúne os dados de que me servi para delinear um percurso temporal do sítio eletrônico da AJI, a fim de averiguar os possíveis desdobramentos dos discursos atinentes aos três sistemas temáticos maiores – a violência, a problemática da educação e a questão da saúde – que puderam ser identificados a partir dos indícios presentes nos textos ali disponibilizados.

Sob esse aspecto, o paradigma indiciário mostrou-se fundamental para perceber quais são os elementos que mais são tensionados nos contatos culturais e, conseqüentemente, merecem atenção direta na tentativa de compreendê-los em sua profundidade, direcionando sobre eles novos olhares de distintas áreas de estudo.

Cada um dos grandes sistemas é apresentado em uma subseção própria, na seção *4.1 Apresentando os dados de pesquisa*, e cada subseção segue organizada por outras três, que darão conta de apresentar os dados do jornal AJIndo, da Galeria de vídeos e das Publicações, respectivamente.

Posteriormente, a seção *4.2 Análises a partir da triangulação teórico-metodológica* abrange o tratamento dos dados sob a ótica da ACD. Para esse estágio analítico, utilizo-me dos fundamentos teórico-metodológicos de Fairclough, chamando a atenção, na sequência, para algumas questões que devem ser observadas, no sentido de demonstrar a medida em que esses textos se fazem coerentes do ponto de vista de seus produtores (escritores) e de seus consumidores (leitores).

A coerência que menciono deve, antes de tudo, ser entendida como o próprio fenômeno da tradução, apresentado e discutido anteriormente, o qual esta pesquisa articulou com base em uma dupla perspectiva: a) a tradução realizada pelos produtores dos materiais, isto é, o modo como as temáticas se fizeram coerentes para eles, e b) a tradução realizada pelo pesquisador, ou como a coerência se institui para o leitor externo, estrangeiro, no que se refere a algumas características socioculturais específicas.

4.1. Descrevendo os dados da pesquisa

Conforme trouxe para o início do texto, a chegada da *internet* à vida em sociedade foi impactante. Tomando a especificidade do uso que a AJI faz dos meios de comunicação virtual, identificando nesses um conteúdo produzido majoritariamente pelos indígenas locais para conhecimento da população abrangente, não se pode ignorar que os objetivos principais são aqueles que viabilizam melhores condições de vida aos povos tradicionais, de modo geral, e às etnias que vivem em Dourados, especialmente.

O uso de espaços virtuais para difusão de informação e interação caracteriza aquilo que Peruzzo (2009) chama de *comunicação popular*, que surgiu entre os anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina, como um todo. Essa classificação – popular – varia conforme a leitura de alguns estudiosos e os lugares sociais, e pode receber nomes como comunicação alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, por exemplo. No entanto, o sentido político consiste na essência da prática comunicativa, isto é, “o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (p. 47).

A autora, estudiosa da área de comunicação, enxerga um avanço não só na dimensão tomada pelas organizações virtuais, mas na democratização de seu uso, que pode facilmente ser confirmada pela quantidade crescente de emissores em canais de televisão, rádio e, claro, na *internet*.

Nada mais natural do que ter havido mudanças desde o período auge da comunicação popular até hoje. Oportuno considerar que, num ambiente democrático, caracterizado por eleições diretas e mais liberdade de organização e de expressão no conjunto da sociedade, as lutas por comunicação, simbolizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), obtiveram relevantes conquistas. Alterou-se também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares, proporcionando o surgimento de formas mais plurais, avançadas e ágeis de comunicação. De uma comunicação dirigida a pequenos grupos e centrada nos aspectos combativos dos movimentos populares, passou-se – aos poucos – a ampliar seu alcance por meio da incorporação de meios massivos, principalmente de radiodifusão e internet, e, portanto, de novos conteúdos e linguagens. Tais alterações provocaram a necessidade de desenvolver as atividades de comunicação de forma mais profissional (que também tem suas implicações), além de incorporar as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) com todo seu potencial e exigências (PERUZZO, 2009, p. 50).

Nessa linha de exposição, os mesmos instrumentos e tecnologias de comunicação pelos quais a AJI se mostra como ONG, como grupo de jovens indígenas que desenvolve

eventos de letramento variados envolvendo outros jovens indígenas da mesma comunidade servem também como mecanismos de formação discursiva, ideológica, política e social quando, alinhado aos eventos de letramento, são compartilhadas notícias e vídeos externos à comunidade, mas tocantes ao contexto indígena maior.

Os conteúdos disponibilizados no espaço virtual do grupo de indígenas apresentam pontos de vista afins aos interesses e posicionamentos do mesmo grupo e da comunidade a que pertence, construindo conceitos com os quais lidam diariamente, e os quais puderam ser obtidos através do trabalho de identificação/análise alicerçado no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, que, por meio da tratativa e da identificação de indícios ou pistas presentes no objeto de estudos, permitiu afirmar a existência das três categorias temáticas centrais: violência, a problemática da educação formal e a questão da saúde na Terra Indígena de Dourados.

Com essa perspectiva, darei início, a seguir, à descrição dos dados que compõem cada uma das categorias temáticas definidas, das quais selecionarei seis textos que destacaram-se como mais significativos deste corpus para progredir à análise crítica dos discursos neles sobressalentes, que consistirá no último item deste capítulo.

4.1.1. Sobre a violência

4.1.1.1. Jornal AJIndo

A discussão acerca da violência toma forma contundente no jornal AJIndo em muitas de suas edições.

A capa da edição de número 16, que tem como chamada o dizer *Segurança é preciso*, nos permite identificar um registro bastante particular de violência. O texto que dá nome à capa da edição pode ser acessado nas páginas 6 e 7 e relata o caso de dona Laura, uma indígena mãe de seis filhos que moram com ela, aguardando a finalização das obras de sua casa. A obra era realizada na aldeia Jaguapiru pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em parceria com o governo federal pelo programa Phinis, através do qual seriam entregues cem casas residenciais com, aproximadamente, 31 metros quadrados.

No relato apresentado, um dos pedreiros que trabalhavam na obra afirmou que o material utilizado era de má qualidade, que as casas ficavam fora de esquadro e que muitos

trabalhadores não foram capacitados para o referido serviço, além de não haver fiscalização constante nas obras. Esse cenário vinha causando medo à população indígena que moraria nessas residências com risco de desabamento. A seguinte imagem apresenta o estado de uma das vigas de sustentação do telhado, confirmando certo comprometimento estrutural de uma das construções:



Figura 24. Viga de madeira danificada utilizada na sustentação do telhado de uma das casas construídas em 2009, de acordo com o Jornal AJIndo, 16ª edição.
Fonte: AJI.

A violência a que se tem acesso através desse texto parece abranger duas formas distintas de violência. A primeira consiste em uma violência simbólica evidente no que se refere à utilização de materiais de baixa qualidade na construção dos imóveis destinados a uma parcela da população indígena local. A outra compreende casos de agressão física decorrentes da própria situação de construção civil, tal como é reportada à matéria com menção a uma entrevista concedida pelo então engenheiro da Secretaria Estadual de Habitação, sobre a qual não disponho de mais detalhes, mas que compreendi como tendo sido realizada pela própria AJI, destacando haver fatores internos à aldeia que dificultam o processo de construção. De acordo com o profissional, casos de vandalismo, alcoolismo e roubo de materiais utilizados pelos pedreiros, bem como o medo desenvolvido por eles devido às ocorrências de agressão e morte, são fatores constantes e que podem influenciar no bom andamento das obras.

A respeito da casa de dona Laura, o responsável técnico e proprietário da empreiteira responsável pelas obras na RID garantiu que a equipe estava no local trabalhando sob a

supervisão de um encarregado e que havia um livro de registro de ocorrência, localizado no depósito central da construtora, na aldeia, e no qual aqueles que se sentissem lesados, de alguma maneira, poderiam oficializar uma reclamação, assim garantindo o direito a uma moradia segura.

A mesma edição traz ainda outro relato que reverbera a problemática da violência nas aldeias. A menção que se faz nesse texto à violência física enfatiza a temática que, a princípio, não parece caracterizar essa décima-sexta edição do jornal, haja vista que os demais textos compreendem eventos diversos envolvendo a participação dos jovens indígenas.

Na edição seguinte, de número 17, há também um texto que discute a questão da violência existente nas aldeias em Dourados e localiza nela a participação dos jovens e a caracterização de sua marginalidade social. O texto em questão, intitulado *Mitã Russu / Kunhata ì Guasu Violentos*, foi escrito por João Machado, da etnia Kaiowá, professor na Escola Tengatuí Marangatu, na Terra Indígena de Dourados, que questiona os possíveis motivos que levam a população indígena jovem, que representa cerca de 25% da população total da comunidade, a se envolverem com práticas violentas.

O professor João menciona que a relação existente entre jovens indígenas e violência já é antiga em assembleias com lideranças indígenas e autoridades governamentais de Dourados. Na análise do autor do texto, a área destinada à RID não possui matas ou rios, isto é, são insuficientes os atrativos naturais para prover aos jovens lazer e condições socioeducativas, além de o ensino público formal que funciona na comunidade ser impotente para oferecer formação adequada a eles. João acredita, também, que caso fossem demarcados os antigos territórios tradicionais localizados às margens das bacias dos rios do Estado de Mato Grosso do Sul, o que garantiria espaço suficiente para a sobrevivência dos povos indígenas locais, não mais seria necessária a presença da Guarda Nacional para apaziguar o dia-a-dia nas aldeias.

A violência nas escolas é o título de outra matéria que integra a edição 17. A autora Tânia Porto relembra o caso em que uma estudante indígena com 14 anos de idade agrediu outra adolescente com uma faca em frente à escola Tengatuí Marangatu, na aldeia Jaguapiru. O então coordenador dessa escola relaciona os casos de violência no ambiente escolar com conflitos familiares no contexto dos jovens estudantes. Também os pais desses alunos muitas vezes confundem a educação escolar com a familiar, e têm dificuldades para perceber que a violência começa ainda em suas casas. A equipe do jornal também conversou com sete

estudantes que não quiseram se identificar, e afirmaram que a violência vem da falta de educação dos adolescentes, que já têm discernimento para distinguir o bem do mal e, ainda assim, agem com violência.

Na terceira página da edição de número 18 do AJIndo, são registradas duas menções à violência.

A primeira se dá com o texto *Depois da agressão*, em que a equipe jornalística entrevistou mulheres indígenas que já passaram por situações de violência em suas casas ou nas ruas das aldeias. De acordo com Tibúrcio Fernandes, liderança indígena na aldeia Bororó, a maioria das mulheres que sofreram tentativas de homicídio estão inválidas, e que apenas no mês de outubro de 2009, anterior à publicação da referida edição, ocorreram 12 tentativas dessa natureza, que resultaram em duas mortes decorrentes de golpes de facão.

Na mesma matéria podemos encontrar o depoimento de Argemiro, um indígena com 52 anos, que ficou em coma durante vinte dias após ser agredido com golpes de facão e de foice pelo corpo, fazendo com que perdesse sua força nas mãos e passasse a sentir dores nos braços e na cabeça, impossibilitando-o de manter a mesma rotina de trabalho que levava até antes da agressão. Valmir, indígena kaiowá com 29 anos, também relata a agressão que sofreu de seu vizinho, que costumava consumir bebida alcoólica e ameaçá-lo. O jovem descreve que arrumava sua carroça em casa quando foi atingido primeiramente no pescoço, e logo em outras partes do corpo, também com golpes de facão, e invalidando-o, também, para o trabalho. A esse respeito, o líder Tibúrcio comenta que a Funai já realizou um serviço de patrulha que visava ao desarmamento da população que circulava pelas ruas das aldeias no período noturno, mas que isso não acontece mais, e que a maioria dos agressores são crianças e adolescentes.

A segunda menção à violência na edição 18 do jornal compreende o desabafo de um aluno, que discorre sobre a violência no ambiente escolar. Tendo em vista que este é um dos materiais que analiso, reservarei maior detalhamento para mais adiante.

A edição de número 19 também conta com duas reportagens que tocam a violência.

O primeiro texto, *Reserva exige mais segurança*, informa que ocorreu em 12 de fevereiro de 2010 a oitava reunião sobre segurança pública na TI de Dourados, da qual participaram, aproximadamente, 300 indígenas das três etnias que vivem no local, bem como representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério Público Estadual (MPE), da Polícia Federal (PF), da Polícia Militar (PM), do Conselho Tutelar, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Ordem dos Advogados do Brasil de Dourados (OAB-

Dourados) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), para fomentar uma discussão sobre o não policiamento nos limites das aldeias.

De acordo com o artigo do jornal, Vilmar Martins, liderança da aldeia Jaguapiru que assumiu o posto em 2010, juntamente com seu vice Leomar Mariano e membros da comunidade, passaram a fazer rondas periódicas na região. Medidas semelhantes a esta na tentativa de reduzir os índices de violência também foram tomadas por Cesar Isnarde, novo líder da aldeia Bororó, que passou a vistoriar os indígenas que circulavam à noite na aldeia e a aplicar punições alternativas quando fosse verificado o porte de armas. Essas ações levaram à decisão, por parte do Ministério Público Estadual, de manter um diálogo com o Governo do Estado a fim de conseguir policiamento ostensivo na RID.

O segundo artigo publicado na décima nona edição recebe o título *Uma ponta de esperança pelo fim da violência*, e ocupa as páginas 6 e 7 do folheto. Nele, a autora Jaqueline Gonçalves, integrante da AJI, chama a atenção para o fato de, ao longo dos anos de 2008 e 2009, a violência haver sido o tema mais abordado no jornal, e faz uma retomada das principais notícias que envolveram relatos de homicídios e agressões nos meses anteriores, publicadas desde a edição de número 16. São apresentados, também, breves relatos das lideranças indígenas desde que haviam começado a realizar as rondas noturnas. Assim como a comunidade indígena, os líderes das duas aldeias da TI observam com satisfação o trabalho iniciado e revelam que houve situações em que os próprios pais de jovens que saíam de casa sem consentimento os denunciavam às lideranças, autorizando-as a punir seus filhos. Além disso, conforme o conteúdo do artigo, até a data de edição desse número do jornal, o policiamento ainda não existia nas aldeias e, por essa razão, a única frente de trabalho que as lideranças indígenas não assumiam era a ronda em pontos de venda de drogas, ou seja, locais onde a força policial exerceria importante participação ostensiva.

A edição 21 do AJIndo, de maio e junho de 2010, é um volume especial cujo foco é a violência contra as mulheres. Chamo particular atenção para a capa desse volume, cuja semiótica arranja imagem e texto escrito de modo que se faça perceber a diferença de tamanho e força entre o corpo masculino, representado por uma grande bota suja de barro que pisa sobre um pequeno calçado tamanco, a representar o corpo feminino. Trago a capa a seguir para fins de ilustração.



Figura 25. Capa da 21ª edição do jornal AJIndo.

Fonte: AJI.

Embora a referida edição realce o problema da violência contra as mulheres, apenas uma das reportagens enfatiza a questão, de fato.

Em meio a textos que abordam os direitos humanos, a falta de medicamentos nos postos de saúde da aldeia Jaguapiru e o deslocamento dos indígenas das aldeias para as cidades em busca de trabalho, Jaqueline Gonçalves escreve *O poder da covardia*, na página 5, comentando que ainda é bastante comum na sociedade global o imaginário de que os homens são superiores às mulheres e impõem suas vontades a elas. De acordo com a autora do texto, uma característica que é pouco percebida na atualidade é a valorização da agressividade e da dominação masculinas e da passividade, da delicadeza e da submissão femininas ao longo do processo de educação das crianças. A cristalização dessa ideia, na verdade, parece ser também retroalimentada pela sociedade abrangente, que ainda revela-se

majoritariamente machista, dificultando alguma transformação ideológica nesse sentido, ainda que o contato intercultural de indígenas e brancos seja intenso.

O foco da matéria centraliza três depoimentos de mulheres indígenas que sofreram ou sofriam, à época das entrevistas, agressões de seus respectivos cônjuges, em suas casas.

Na edição de número 22, Rosivânia Benites escreve *Conscientizar: a melhor solução*, texto no qual relaciona o uso de drogas aos comportamentos violentos de jovens e à pouca ou nenhuma conversa sobre o uso de drogas entre filhos e pais, que frequentemente deixam essa tarefa para a escola, exclusivamente.

Com um salto para o número 27 do AJIndo, de agosto e setembro de 2011, o texto intitulado *Trauma psicológico*, escrito por Jaqueline Gonçalves, dedica-se a detalhar alguns casos de assassinato que ocorreram ao longo do ano anterior na RID, e que se transformaram em números do relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil 2011*, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Esse relatório destacou que dos 60 casos de indígenas assassinados no Brasil, 34 ocorreram em Mato Grosso do Sul. Desse total, Dourados foi a cidade com o maior número de ocorrências nas aldeias da TI, somando dez casos. No referido texto, a autora coleta depoimentos de familiares que perderam seus entes assassinados, e faz uma leitura da sensação de perda e de como ela resulta em um trauma psicológico.

A mesma autora escreve o próximo texto acerca da questão da violência entre indígenas, cujo título é *Violência sem fim*, constante do número 29 do jornal, de janeiro e fevereiro de 2012. Essa edição tematiza a violência já em sua capa, com os dizeres *Pela paz e não pela violência*, em uma faixa segurada pelos indígenas locais durante uma passeata, como pode ser observado a seguir:



Figura 26. Capa do número 29 do jornal AJIndo, tematizando a violência.
Fonte: AJI.

No texto, a manifestação tem como motivo o balanço dos assassinatos registrados em 2011 e nos dois primeiros meses de 2012. Para fins de comparação, 11 ocorrências foram registradas em 2011, enquanto que apenas nos meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte, bimestre da publicação da edição do jornal, 10 mortes já haviam sido registradas na RID, das quais a maioria configurava assassinatos, seguidos de suicídios e acidentes. Entre as mortes, a brutalidade é uma característica marcante. O texto de Gonçalves traz dois casos que a ilustram: o primeiro, o esquartejamento de uma idosa Guarani com 69 anos de idade na aldeia Jaguapiru; o segundo, o de um jovem de 16 anos de idade, também Guarani, assassinado na aldeia Bororó, com quase 50 golpes de facão que desfiguraram seu rosto.

Já a edição de número 30 do AJIndo, abril e maio de 2012, traz duas referências à violência, que são as últimas localizadas no âmbito do jornal.

A primeira delas aparece em outro texto produzido por Jaqueline Gonçalves, cujo título é *Crianças indígenas e a violência silenciosa*. Esse artigo teve como motivação uma discussão promovida pela Câmara Municipal no dia 4 de abril do ano em questão sobre a violência física e sexual sofrida por crianças indígenas. Na ocasião do debate, houve o relato de casos de crianças de seis e de sete meses, de um ano, de três anos e de cinco anos de idade, que são vítimas de abuso sexual dentro de casa pelo pai, tio ou padrasto, bem como foram relatados casos de crianças com doenças sexualmente transmissíveis em estágio de desenvolvimento avançado. O material traz dados do relatório de 2011 do CIMI, ano em que foram registrados 17 casos de violência sexual no Brasil envolvendo 39 vítimas do sexo feminino, exclusivamente. Oito dessas ocorrências aconteceram em Mato Grosso do Sul. O depoimento de uma jovem indígena de 17 anos de idade, moradora de rua, que era abusada sexualmente pelo próprio pai desde os 8 anos, também pode ser acessado nesse texto.

A segunda referência à violência constante dessa edição vem de dois textos produzidos em sala de aula por dois alunos do 8º ano da Escola Municipal Francisco Meireles, na RID, que enviaram suas produções ao jornal. Nos dois trabalhos, a violência é caracterizada como o problema maior nas aldeias, e que mesmo com a vinda da Força Nacional no âmbito de seus limites, casos dessa natureza continuavam ocorrendo, ainda que em escala um pouco menor.

4.1.1.2. Galeria de Vídeos

Na galeria de vídeos disponível no *website* da AJI, quatro trabalhos discutem, à sua maneira, a perspectiva da violência na TI. O primeiro relato não é, de fato, um vídeo. Mesmo estando naquela seção, ao acessar a matéria de título *Brasil: mais indígenas mortos no Mato Grosso do Sul*, fui direcionado para outro endereço que inicia a reprodução de um áudio, sem imagens. O segundo trabalho é a produção em vídeo intitulada *Jovens, drogas e violência*. O terceiro é o vídeo com o nome *Ex-presidiárias indígenas*. O quarto, intitulado *De mão em mão*, consiste em um vídeo produzido em uma oficina de produção audiovisual mediada pela AJI.

De acordo com a primeira voz do arquivo de áudio, que apresenta a fala que a sucederá em seguida, Mato Grosso do Sul é o estado com o maior número de conflitos de terra no país. A locutora noticia que em agosto de 2015 fazendeiros tentaram expulsar

indígenas da etnia Guarani-Kaiowá que haviam ocupado terras na cidade de Antônio João, interior do estado. Esse conflito resultou na morte de um indígena e deixou outros feridos. Daniel, uma liderança indígena da área de retomada em Aral Moreira, também município interiorano, comenta a dificuldade das autodemarcações, sobretudo em virtude de Mato Grosso do Sul ser um estado autodeclarado como inimigo número um dos povos indígenas, uma vez que os políticos que deveriam trabalhar em prol dos direitos humanos os violam, ocasionando uma onda de racismo e preconceito.

Já o segundo trabalho na galeria de vídeos é a produção *Jovens, drogas e violência*, cuja duração é de pouco mais de 15 minutos. A ideia dos produtores foi a de entrevistar informantes que relatassem as experiências que vivenciaram com o pano de fundo da violência. Assim, as entrevistas a que farei referência no decorrer desta tese são estas disponíveis no site da AJI, e não entrevistas que tivessem sido realizadas por mim, com finalidade de pesquisa.

Para isso, oito indígenas com idades variadas expõem agressões que eles próprios ou colegas sofreram nos limites das aldeias. Em muitos desses depoimentos há menção a jovens e ao seu envolvimento com drogas, o que seria um fato motivador da prática de violência.

Além dos depoimentos de indígenas que relataram momentos de violência na comunidade, dois professores, uma liderança da aldeia Bororó, um funcionário do departamento técnico da FUNAI em Dourados e um promotor do Ministério Público Federal foram entrevistados e teceram seus comentários sobre o tema.

De acordo com os relatos, os atos de violência ocorrem com o uso de armas brancas. Entre as citadas, destacam-se porretes, facas, facões e foices, utilizadas, aparentemente, conforme mencionam os relatores, com intenção de matar. As brigas sobre as quais discorrem no vídeo ocorrem em festas ou bailes, sem aparente existência de um motivo. Também, membros de gangues rivais que atuam na RID se atacam entre si, tornando as ruelas escuras pelas quais muitos jovens transitam durante a noite ainda mais perigosas.

Um dos entrevistados, retratado na sequência na Figura 27, relata uma recente agressão em sua própria casa. Na ocasião, indivíduos invadiram-na em busca de algo que pudessem roubar, e desferiram duas facadas contra o morador. Uma delas acertou-o no braço, que ainda aparece enfaixado durante o vídeo, quando o mesmo defendeu-se contra o golpe que seria desferido em sua cabeça. No segundo ato, antes de saírem, os criminosos acertaram o morador novamente com uma facada na região do pescoço.



Figura 27. Morador que teve a casa invadida para roubo e que sofreu dois golpes de faca (trecho 2m 57s).
Fonte: AJI.

O professor de uma escola indígena, que aparece a seguir na Figura 28, revela que tem percebido aumento da quantidade de brigas que ocorrem no ambiente escolar. Em uma das situações, o professor pontua a necessidade de acionar as tropas da Força Nacional para que as ameaças proferidas em um caso específico de briga fossem controladas e os menores fossem conduzidos até suas casas, havendo também uma conversa com os pais. A situação é confirmada por outra professora, que acrescenta um episódio envolvendo duas alunas, uma delas munida de uma faca, em que a intervenção partiu do próprio corpo docente.



Figura 28. Professor relatando um caso de violência no pátio da escola onde atua (trecho 4m 57s).

Fonte: AJI.

Duas autoridades externas à comunidade foram entrevistadas.

A primeira, o então chefe da divisão técnica da FUNAI, comentou sobre a prioridade de desenvolvimento de políticas públicas e ações sociais juntamente com agências como o CRAS, o CREAS e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Social, por exemplo, no sentido de combater a violência existente na RID, a fim de que esse combate não ocorra, exclusivamente, por meio da segurança pública.

A segunda, um promotor do Ministério Público Federal, correntemente atuante, comenta sobre a dificuldade que encontrou nas tentativas de diálogo com a segurança pública, especialmente com os órgãos estaduais em 2008, com a finalidade de tornar a cobertura do atendimento equivalente à que é realizada na área não indígena. Naquela ocasião, policiais civis afirmavam que não tinham suficiente segurança para atuarem na RID, situação que era enfatizada pelo fato, então recente, de que três oficiais haviam sido vitimados em confrontos envolvendo indígenas.

O vídeo é encerrado com a perspectiva de articular novos projetos em conjunto com órgãos específicos e com a participação da comunidade jovem indígena como sendo a base para seu funcionamento.

Outro trabalho tocante à violência disponibilizado na galeria é o vídeo *Ex-presidiárias indígenas*. Em formato de documentário, o vídeo tem início com os dizeres “eternamente caladas”. Nos quase 17 minutos da produção, diversos relatos de mulheres que foram presas expõem os crimes que cometeram e detalham como foi o processo de encaminhamento até a delegacia.

Com a filmagem restrita aos olhos e bocas ou com rostos e corpos desfocados, uma das informantes (Figura 29) declara que desde o momento em que foi presa até chegar à delegacia, foi agredida e humilhada. Outra ex-presidiária (Figura 30) confirma que muitas pessoas que são presas chegam a confessar crimes que não cometeram para pararem de apanhar dos policiais, e descreve a humilhação por que passou no momento em que foi presa, quando policiais caçoavam da situação. Uma terceira (Figura 31) mulher, também ex-detenta, revela uma agressão física por que passou durante o mesmo trajeto à delegacia. Na ocasião, um dos policiais a agrediu com um garfo de bicicleta, de ferro, antes de outro servidor desferir um soco contra ela, na região do estômago, fazendo-a cair no chão, desmaiada.

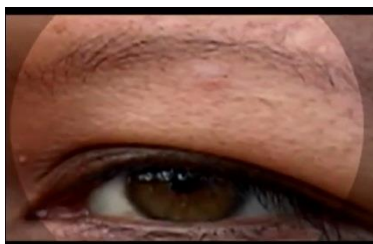


Figura 29. Momento de relato.
Fonte: AJI.



Figura 30. Momento de relato.
Fonte: AJI.



Figura 31. Momento de relato.
Fonte: AJI.

Na medida em que transcorrem os depoimentos, fica evidente, por parte das informantes, a usualidade de descaso com o caso da mulher indígena. Uma ex-detenta, por exemplo, menor de idade à época de sua prisão, confessa que ignoraram seu direito de acesso a um advogado simplesmente por ter menos de dezoito anos de idade, embora o delegado da Polícia Civil em Dourados, também entrevistado, aparece atestando que os direitos de que dispõem os cidadãos indígenas são os mesmos dispostos por qualquer cidadão.

Durante a prisão, outra informante descreve que ficou sem comida durante os três primeiros dias na cela, que dispunha de um jornal usado como forração do chão da parte utilizada para dormir, o qual era propositalmente molhado quando a indígena pedia comida aos carcereiros. A respeito dessas informações, consta no vídeo que os diretores das

penitenciárias foram procurados para apresentarem suas versões, mas não puderam se manifestar por motivos administrativos.

Antes do término desse vídeo, as integrantes da AJI Indianara, Diana, Ana Cláudia e Jaqueline, responsáveis pela produção desse material, comentam a experiência de ouvir os relatos, de conhecer situações que mesmo elas, sendo indígenas e tendo convivência com a comunidade, desconheciam, e revelam sua expectativa de fazer com que o vídeo promova reflexão.

Por fim, o vídeo intitulado *De mão em mão*, curta-metragem com 10m e 6s, dirigido pela AJI, é o resultado das oficinas de roteiro e produção audiovisual, coordenada por Elton Rivas, na qual os participantes aprenderam técnicas de atuação e artes cênicas. Esse curta foi apresentado na edição de 2009 do evento Vídeo Índio Brasil, realizado em Campo Grande/MS, e recebeu críticas positivas.

Na trama, um menino e seu pai dirigem-se a uma loja de ciclismo localizada no centro de Dourados, onde comprarão, para o menino, uma bicicleta nova. Em seu percurso para casa, já na aldeia, o menino passa a ser perseguido por um ladrão e seu cúmplice, que tomam a bicicleta dele e fogem.



Figura 32. O menino e seu pai saindo da loja, acompanhadas pelo vendedor da bicicleta (trecho 1m 11s).

Fonte: AJI.

Em sua casa, o ladrão telefona para um comprador, que rapidamente e interessado aparece no local, de motocicleta. Como não estava com o dinheiro para efetuar a compra, comprador e ladrão saem juntos para buscar a quantia.

Nesse intervalo de tempo, a irmã do ladrão chega a casa e, em seguida, sua mãe pede que vá comprar carne. Para isso, a menina utiliza a bicicleta que ali estava, estacionada. Ao chegar no estabelecimento, encontra com uma amiga que estava atrasada para fazer uma prova e pede emprestada a bicicleta para chegar mais rapidamente. Já na escola, a menina pede para um colega estudante devolver a bicicleta à amiga. No meio do caminho, o estudante se encontra com três amigas, que o convidam para ir a um açude, onde havia muita gente. Seguem os quatro.

Duas horas mais tarde, logo após deixar o açude, sua colega de escola o encontra, e esbraveja por não ter sido atendida e a bicicleta não ter sido devolvida à irmã do ladrão, decidindo ela própria devolvê-la. Quando se encontram, a irmã prontamente toma a bicicleta da colega e segue rapidamente para casa, onde se depara com o irmão, irritado por estar sem seu produto roubado.

Pouco depois, vai o ladrão, sozinho, até um campo de futebol, onde era realizada uma partida feminina, para encontrar com o comprador que lá estava assistindo ao jogo. O menino que havia ganhado a bicicleta de seu pai também aparece no mesmo campo de futebol e avista seu presente estacionado próximo a uma árvore. Ao reconhecer um adesivo que havia colado próximo ao garfo assim que saíra da loja com seu pai, teve certeza de que aquela era a sua bicicleta e foi em sua direção, pelas costas do ladrão, com cuidado para não ser visto e retoma-a, fugindo depressa.



Figura 33. O menino, no centro da imagem, recuperando sua bicicleta e fugindo em seguida, bem próximo ao ladrão, à esquerda (trecho 7m 55s).

Fonte: AJI.

O ladrão, quando percebe que o menino fugiu com a bicicleta que roubara, chama um amigo que logo aparece de motocicleta e dão início a uma nova perseguição, que culmina num acidente com os ladrões e no sucesso do menino em recuperar seu presente.

4.1.1.3. Publicações

A terceira e última seção consultada no sítio virtual da AJI foi a seção *Publicações*.

Registros de violência são encontrados em poucos arquivos desse espaço e não estão ligados diretamente ao contexto de vida da Terra Indígena de Dourados, haja vista que tal seção cumpre o papel de divulgar eventos ou casos que tocam aos povos indígenas de modo abrangente, global.

Sob a manchete *Livro sobre a ditadura e o genocídio dos Waimiri-Atroari foi lançado em Roraima*⁵¹, a AJI divulga o livro *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari*, organizado pela Comissão Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. O evento ocorreu em fevereiro de 2015, e a notícia disponibilizada no sítio dos jovens indígenas foi redirecionada do portal do CIMI, visto que o referido

⁵¹ A notícia está disponibilizada no endereço <http://www.jovensindigenas.org.br/publicacoes/aspectos-da-violencia-envolvendo-as-juventudes-indigenas-de-dourados-ms>. Nesse espaço, ao fim do texto, consta o endereço virtual do CIMI, onde a notícia foi originalmente publicada.

lançamento ocorreu como parte da programação da XXV Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Norte I), que teve lugar em Roraima.

Outra notícia em que se reflete sobre a violência foi compartilhada também a partir do sítio do CIMI, e intitula-se *Lideranças indígenas divulgam documento final de Aty Guassu realizada em Minas Gerais*⁵². O contexto de produção da notícia situa o 46º Festival de Inverno da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), realizado entre os dias 21 e 23 de julho de 2014, do qual participaram lideranças indígenas dos povos Terena (Mato Grosso do Sul), Tupinambá (Bahia), Guarani (Mato Grosso do Sul), Kaiowá (Mato Grosso do Sul), Mbya (São Paulo), Kaingang (Rio Grande do Sul), Pataxó (Minas Gerais), Maxakali (Minas Gerais), Guajajara (Maranhão), trazendo à tona a discussão sobre as terras tradicionais em litígio histórico no Brasil. O relato de uma das lideranças que não foi identificada na notícia em questão, resume-a com propriedade e, por isso, cito-o:

O que estamos querendo não é toda terra do Brasil, não. É um pequeno pedaço de terra aqui, outro acolá. Estamos pedindo por uma vida digna, viver na nossa terra em harmonia com a mãe natureza, preservar nossas tradições e que estas sejam respeitadas. Queremos que nossas crianças possam correr livres na comunidade e se banhar nos rios sem risco de contaminação, resguardando, assim, um futuro para aqueles que resistem. Líderes de diversas comunidades estão sendo ameaçados, perseguidos e aprisionados injustamente, de forma a desmobilizar a nossa luta. Chega de morte! Já não temos mais lágrimas para chorar tanta violência e abandono que estamos sofrendo.

Merece atenção, ainda, a afirmação seguinte que perfaz o documento publicado e diz respeito a um dos vídeos produzidos por indígenas e que foi exibido no evento supracitado:

Nos vídeos produzidos pelos indígenas, exibidos durante esta Aty Guasu, assistimos a um genocídio no século XXI, fomentado pela própria justiça do Brasil. Constatamos que a decisão da justiça federal estimula e permite a violência hedionda, as ameaças de morte das lideranças, os assassinatos de intelectuais, rezadores e, sobretudo, alimenta o genocídio contemporâneo.

A violência é aqui justificada diretamente pelo não reconhecimento de terras originárias por parte da justiça federal, o que resulta em movimentos de retomada e apropriação geralmente revidados pelos produtores rurais que possuem documentos comprobatórios legais de suas propriedades.

No que tange a assassinatos, a notícia cujo título é *Relatório aponta 53 assassinatos de índios em 2013* aparece disponibilizada no sítio da AJI. Organizado também pelo CIMI, esse relatório aponta para uma diminuição de 11,7% em relação ao total de assassinatos

⁵² O acesso à notícia se dá pelo endereço <http://www.jovensindigenas.org.br/publicacoes/liderancas-indigenas-divulgam-documento-final-de-aty-guassu-realizada-em-minas-gerais>. Ao fim do texto, consta o endereço-fonte da matéria, que é o sítio do CIMI.

ocorridos no país no ano anterior à sua publicação. Vale a nota de que, de acordo com o relatório, além dos 53 assassinatos registrados em 2013, registram-se 29 casos de tentativa de homicídio, dos quais 16 ocorreram em Mato Grosso do Sul.

O presidente do CIMI, Dom Erwin Kräutler, reitera que as mortes geradas por conflitos de terra são reflexo da demora do poder público nos processos de demarcação. Do total de 1047 terras reivindicadas pelos indígenas à época, 38% estavam regularizadas, e naquele ano de 2013 nenhum processo demarcatório havia sido concluído.

A notícia traz, também, um comparativo breve estabelecido pelo CIMI, a partir do qual se verifica que o governo Dilma Rousseff era responsável pela mais baixa média anual de homologação (demarcação reconhecida por decreto presidencial) desde os tempos da ditadura militar. Entre 2011 e 2013, teriam sido feitas, em média, 3,6 homologações por ano, contra dez no governo Lula (2003-2010) e 18 no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Também constante da seção Publicações, no sítio virtual da AJI, a notícia *Os jovens do Brasil – mapa da violência*⁵³, postada em 2014, disponibiliza o acesso ao material produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de estudos sobre violência da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). No trabalho de Waiselfisz, um panorama da evolução da violência contra jovens entre os anos de 1980 e 2012 é traçado, compondo uma análise temporal que compreende a identificação de locais e de determinantes de violência em curto, médio e longo prazo em estados, capitais e municípios brasileiros.

4.1.2. A problemática do contexto escolar nas aldeias

Questões que envolvem o contexto escolar dentro das aldeias da Terra Indígena de Dourados mostraram-se bastante presentes nas oficinas organizadas pela AJI, bem como em textos difundidos no jornal AJIndo e na galeria de vídeos, principalmente. Os assuntos envolvidos nessa questão vão desde questões estruturais do espaço físico, passando pela falta de manutenção adequada do mesmo, até a dificuldade em lidar com a interculturalidade e o bilinguismo/multilinguismo, e a inadequação do sistema educacional, que não atenderia satisfatoriamente os alunos.

⁵³ A notícia e o acesso ao Mapa da Violência de 2014 se dão pelo endereço eletrônico <http://www.jovensindigenas.org.br/publicacoes/2014-os-jovens-do-brasil-mapa-da-violencia>.

O cenário desenhado sob essa perspectiva educacional revela um grave problema que se mantém por conta da falta de políticas públicas voltadas à educação e, de acordo com algumas matérias que mencionarei na sequência, da questionável administração dos órgãos competentes, a incluir a FUNAI.

4.1.2.1. Jornal AJIndo

Mantendo a mesma ordem de exposição apresentada anteriormente, iniciarei descrevendo os textos constantes do sítio virtual da AJI a partir da edição de número 16 do jornal AJIndo, o primeiro disponibilizado no ambiente virtual, até alcançar a última edição publicada até então, de número 31.

Nilcimar Morales é autor da primeira matéria que envolve duas escolas aldeadas, que reclamam, no texto *Falta de cuidado*, constante da edição de número 17, da manutenção do espaço escolar.

No caso da Escola Municipal Indígena Lacui Roque Isnard, localizada na Aldeia Bororó, a reclamação vem no sentido de voltar a viabilizar as aulas de educação física em local apropriado. O campo de futebol estava, à época da reportagem, coberto pelo mato, de modo que os alunos precisavam se dirigir a outro espaço nos fundos da escola para jogar bola. Também a bola era improvisada a cada partida, pois não havia disponibilidade de bolas na escola. A equipe do jornal informou ter contatado a secretaria de educação do município, que alegou que melhorias para o campo de futebol da escola Lacui já estavam sendo providenciadas. É digno de menção, no entanto, o fato de que a prefeitura de Itaporã, cidade vizinha a Dourados, que estava com obras na rodovia, limpou o campo de futebol da escola, ainda que isso não fosse parte de suas atribuições. No âmbito do esporte, na mesma edição do jornal, outro texto, intitulado *Um exemplo, o futebol*, destaca novamente a importância do esporte para os jovens da TI local, e apresenta a escolinha de futebol da aldeia Jaguapiru que havia sido recentemente criada e já contava com a participação de cinquenta jovens.

Quanto à Escola Ramão Martins, na Aldeia Jaguapiru, que havia começado a funcionar naquele ano de 2009, ela possuía uma sala que fora preparada para receber computadores, e isso não ocorreu devido aos processos burocráticos de licitação, de acordo com a secretaria.

A violência nas escolas é um texto que já apresentei em seção anterior e que figura na mesma edição 17 do AJIndo, associando violência e escola.

A próxima referência ao contexto escolar no jornal aparece na edição 19, de janeiro de 2010, com o texto *Sala de aula: faltou*, de Emerson Cabreira, criativa e ironicamente ilustrado como se pode observar na Figura 34 que segue.



Figura 34. Primeira parte do referido texto multimodal.
Fonte: AJI

O texto retoma uma matéria realizada pelo AJIndo em 2008, que denunciava a falta de sala de aulas na Terra Indígena de Dourados, em especial na escola Tengatui Marangatu, localizada na Aldeia Jaguapiru. Em 2010 registrou-se o aumento do número de estudantes indígenas, um dado considerado positivo pela equipe do jornal, mas que acaba sendo prejudicado pela incapacidade física das escolas de atender essa demanda.

Josias Aêdo Marques, diretor da Tengatui Marangatu, comenta, na reportagem, que em 2007 os alunos tinham aulas em espaços improvisados, como a quadra de esportes da escola e igrejas. À época da última reportagem, um novo bloco havia sido construído, mas isso foi insuficiente, e a solução provisória foi tomar salas emprestadas de outras escolas. O diretor faz uma ponderação pertinente a respeito da situação: a escola Tengatui se tornou um polo escolar na TI e o aumento de sua estrutura, a fim de atender uma demanda crescente, tornaria necessária a manutenção mais acentuada, e que o ideal seria, portanto, a construção de novas escolas em outros pontos das aldeias. Essa ideia já vinha sendo sustentada por dois projetos de criação de novas escolas. Um deles seria financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para atender quilombolas e povos indígenas,

que previa, inclusive, a capacitação de professores e a aquisição de material didático, e outro pelo MEC (Ministério da Educação) que previa construir, entre 2010 e 2011, três novas escolas na região.

Na edição 20, de abril de 2010, Tânia Porto e Rosivânia Espíndola assinam o artigo *Ou não tem computador, ou não tem professor*. O texto em questão traz uma visita feita pela equipe do jornal AJIndo às escolas da RID para verificar como estavam as aulas de informática. Essa visita apontou que na Escola Municipal Ramão Martins, os computadores que equipariam a sala de informática, que deveriam ter sido entregues no início daquele ano, não o foram até o fechamento da matéria. Na Escola Municipal Tengatui Marangatu a situação seria outra: havia computadores e sala de informática, mas faltavam professores, impossibilitando as aulas de informática e o consequente acesso dos alunos aos equipamentos. Na Escola Municipal Araporã, existe uma sala de informática que precisou ser transformada em sala de aula regular devido à demanda crescente de alunos. Ainda que isso não tivesse ocorrido, a falta de professor de informática na escola tornaria impossível a realização das aulas. O Núcleo de Atividades Múltiplas (NAM) da Jaguapiru ofereceria aulas de informática diariamente no período vespertino, mas, o grande número de alunos interessados resultava na distribuição de três alunos para o mesmo computador, não conferindo a experiência esperada.

João Machado é autor do próximo texto que toca à educação, e escreve na edição 23 o artigo intitulado *Encontro de professores e lideranças*, em que comenta sobre o 16º Encontro de Professores e Lideranças Guarani e Kaiowá, com os temas Sustentabilidade, Educação e Saúde, ocorrido entre 10 e 14 de novembro de 2010, o município de Eldorado, em Mato Grosso do Sul. Conforme Machado, o evento contemplou debates sobre a melhoria na qualidade de vida a partir da educação escolar indígena, e foi espaço para professores locais exporem a falta de escolas municipais ou estaduais em diversas terras indígenas, bem como faltam professores indígenas capacitados e escolas tradicionais. Outros problemas foram levantados no evento e trazidos para o texto do AJIndo, são eles: a) falta de recursos para elaboração e publicação de materiais didáticos específicos na língua indígena; b) falta de formação profissionalizante para estudantes do Ensino Médio, haja vista que muitos abandonam os estudos nessa fase para trabalharem em usinas de álcool; c) distanciamento de alguns professores dos caciques rezadores, ñanderú e ñandesy para justificar a pouca ênfase no trabalho com a cultura na escola. Machado, que é professor na escola Tengatui Marangatu, na aldeia Jaguapiru, opina que o currículo da escola indígena precisa se

diferenciar daquele da escola não indígena, de modo a esclarecer questões sobre a terra, a territorialidade, sua autonomia, e envolver os jovens à cultura.

A próxima edição verificada, de número 24, de janeiro e fevereiro de 2011, traz como capa o título *De volta às aulas*, e possui três artigos relacionados à educação.

O primeiro, de autoria de Indianara Machado, intitula-se *Bullying* nas escolas indígenas, e inicia com uma ilustração (Figura 35) cuja autoria não é evidente, sendo impossível afirmar se é da própria autora do artigo ou de alunos que se puseram a representar o caso.



Figura 35. Ilustração relacionada ao *bullying*.

Fonte: AJI

No texto, Indianara caracteriza o *bullying* como problema mundial que está presente também nas escolas e que constitui uma forma de violência física e moral, suscetível de ocorrer em qualquer contexto interacional. Cleo Fante, à época doutoranda em ciências da educação pela Universidade de Ilhas Baleares, na Espanha, é apresentada no texto em questão como uma das pioneiras no estudo do *bullying*, e sua explicação é incorporada na matéria do jornal. Chamando a atenção para o aumento no número de denúncias sobre o fenômeno, Machado alerta que é hora de gestores, educadores e responsáveis pelos alunos elaborarem planos de ação no sentido de tornar constante a discussão de valores como respeito, amor, companheirismo e cidadania, a fim de minimizar as ocorrências.

Nilcimar Morales escreve, para a mesma edição, um artigo bastante útil para concluintes de cursos de graduação. Após entrevistar dois professores de ensino superior que orientam trabalhos de conclusão de curso, são apresentadas dicas, que não se restringem à comunidade indígena, que concernem ao tema a ser escolhido para o trabalho e à boa relação entre aluno e professor para ser exitoso nessa fase. O artigo é intitulado *O trabalho da conclusão*, e parece aludir não só ao trabalho acadêmico, mas às dificuldades que ele envolve.

O terceiro texto que aborda a temática da educação tem título idêntico ao da capa do folheto, *Volta às aulas*, e é escrito por Dhenelys Oliveira. Anunciando o início do ano letivo nas sete escolas que funcionam nas aldeias (seis municipais e uma estadual), a matéria jornalística mostra a ansiedade dos alunos para reencontrarem os colegas e professores, fazerem novas amizades e adquirirem conhecimento. Do outro lado, os pais se mostravam preocupados com a compra do material escolar para seus filhos. Na reportagem, o então coordenador da escola Tengatui Marangatu, Elias Moreira, revela que a instituição apoiará os professores a fim de que suas aulas sejam atrativas, dinâmicas, de modo que interesse aos alunos permanecer estudando e que a evasão escolar seja baixa.

Em contexto semelhante, saltamos para a edição 26, em que João Machado escreve *O papel dos professores indígenas* e relata que esses profissionais devem “fazer a diferença” nas escolas a partir de suas posturas e práticas aprimoradas na academia. Fazendo menção a alguns estudiosos da causa indígena, Machado chama a atenção para a necessidade de se fazer uso dos conhecimentos tradicionais para resolver problemas locais, ou seja, para que o ensino seja aquele de que a comunidade precisa para projetar a melhoria na qualidade de vida, não devendo haver qualquer hierarquia entre aquilo que se aprende conforme a tradição e o que se aprende na universidade. Esse texto será retomado mais adiante, na etapa de análise.

Ainda no que tange aos profissionais da educação, o mesmo número do AJIndo traz outro texto, este escrito por Izaque de Souza, intitulado *Profissionais da educação escolar indígena se organizam em uma associação*. O enfoque do artigo é divulgar a formalização da Associação de Profissionais da Educação Escolar Indígena de Dourados (APEEID), uma entidade jurídica a partir da qual se passou a vislumbrar a autonomia socioeducacional indígena em Dourados. Algumas metas são definidas pela Associação, que vão em direção à sistematização do ensino escolar indígena, tais como a elaboração de um Projeto Político-pedagógico que engloba a cultura indígena, a criação de um calendário escolar indígena, que

resultaria em maior organização para o alunado, e as discussões sobre a inserção de língua indígena materna nas escolas das aldeias e sobre o possível estatuto do servidor público indígena.

No âmbito do contexto universitário, a edição de número 27 traz dois textos relacionados ao IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade – Saberes Tradicionais e Formação Acadêmica, ocorrido em agosto de 2011, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande/MS.

Em virtude dessa ocasião, a primeira matéria que integra o volume não dispõe de autoria evidente, pois focaliza um trabalho acadêmico apresentado por Michelli Machado no evento referido, cujo título dado foi *Educação na Infância para a Sustentabilidade*, e sugere que a compreensão da noção de sustentabilidade no contexto indígena deve estar atrelada ao entendimento de seu modo de vida, e versa sobre a pesquisa desenvolvida pela autora, que engloba, em sua maioria, crianças da aldeia Bororó. O resumo do trabalho é trazido, na íntegra, nessa matéria.

O texto seguinte recebe como título o nome do evento, e é escrito por Indianara Machado, tem como foco informar a participação de acadêmicos indígenas das universidades locais. Como já abordado em outra ocasião, reafirma-se a importância de serem associados os conhecimentos tradicionais com aqueles desenvolvidos durante o período da graduação.

No número 28, por vez, Izaque de Souza escreve *Escolas indígenas e democracia*, único texto da edição. Em seu artigo, a conquista da nomeação de indígenas para a diretoria das escolas da comunidade é ressaltada. A tratativa de conquista é assim conferida porque até meados de outubro de 2011, a direção das escolas indígenas municipais ficava por conta da indicação da prefeitura, até que a resolução nº 254 de 20 de outubro daquele ano, publicada no Diário Oficial nº 3.089, brinda a comunidade com essa possibilidade, e, isso é visto com alegria, pois a realidade passaria a ser melhor compreendida e melhor se adequariam a ela as necessidades daquele contexto.

Já o número 29 traz uma *Reflexão para os pais*, um texto escrito por Egizele da Silva, então diretora adjunta da Escola Tengatú Marangatu. Em sua mensagem, é chamada a atenção para uma diferença relevante entre dois aspectos do que a autora entende por educação: o primeiro seria o momento contemplado pelos pais, que direcionaria os ensinamentos iniciais a seus filhos, enquanto o segundo seria o processo formal de escolarização dos indivíduos, por meio do qual aprimorariam seus conhecimentos. Essa

diferenciação que a autora sugere vai no sentido de destacar a responsabilidade de pais e membros da escola no processo de educação. Verifica-se, a partir da experiência da autora, que muitos alunos abandonam a escola por falta de condições econômicas, e optam por um emprego, bem como outros tantos que não recebem qualquer acompanhamento de seus responsáveis, participam apenas esporadicamente das aulas oferecidas e não concluem o ano letivo.

Fernando Junior escreve, para a mesma edição, o artigo Alunos e escolas em apuros, em que alerta sobre os problemas estruturais e de material que ressaltam a má qualidade da educação escolar indígena e que refletem diretamente na vida acadêmica daqueles alunos que seguem para o ensino superior, provenientes de uma base conteudística rasa. Junior traz relatos de professores de distintas escolas situadas na RID, que relatam, entre outras questões, a dificuldade enfrentada em virtude da baixa quantidade de salas de aula, e culpam não as escolas, mas o município e o estado de Mato Grosso do Sul, por elas responsáveis.

Por fim, a última edição do AJIndo disponibilizada no site dos jovens indígenas, de número 31, vem encerrar a temática voltada para a educação, observada ao longo das edições anteriores, como se pode acompanhar já em sua capa (Figura 36), a seguir.



Figura 36. Capa da edição de número 13 do AJIndo.
Fonte: AJI

Nesse último volume, as páginas 6 e 7 apresentam o texto cujo título é idêntico ao da capa, *De recuperação*, de autoria de Indianara Machado. Essa referência é justificada devido aos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgados pelo MEC em 2011.

Em seu texto, Machado reporta que em Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena do país, as escolas indígenas localizadas em Dourados apresentaram o pior desempenho entre as instituições de ensino público, com notas de 2,2 a 3,1, enquanto a média das demais escolas da região foi de 4,7. De acordo com o secretário de educação do município de Dourados, Walteir Luiz Betoni, o mau resultado deveu-se à questão linguística, tendo em vista que não há material didático direcionado aos indígenas, além de ter sido o primeiro ano em que as escolas aldeadas participaram da avaliação governamental. A autora desenvolve, ainda, uma crítica sobre o ser professor, quando defende que para atuar como professor indígena, só a língua não bastaria para sê-lo, bem como é reafirmada a crítica sobre a ausência escolar dos pais dos alunos.

4.1.2.2. Galeria de vídeos

O vídeo intitulado *Situação da escola na aldeia de Dourados* é o único material existente que tange à questão da educação nessa seção do sítio virtual da AJI, e corresponde a uma reportagem realizada no início do ano letivo de 2010, época de volta às aulas.

Nele, alunos, professores, diretores de escola e pais são questionados sobre as condições do sistema escolar dentro da RID, onde funcionam duas escolas municipais. No entanto, é dada ênfase à situação da Escola Municipal Ramão Martins e à falta de materiais que se alia com condições estruturais prejudicadas para os alunos.

Antecipo que este texto fará parte do recorte analisado, e, portanto, será retomado mais adiante.

4.1.2.3. Publicações

A temática da educação formal nessa seção do sítio virtual é contemplada somente em uma matéria, que não discute os problemas enfrentados na comunidade local, mas divulga a publicação de um livro desenvolvido a partir de uma dissertação de mestrado. A

obra divulgada pela matéria se refere a *Nos Caminhos da BR-364: Povo Huni Kui e a Terra Indígena Colônia 27*, lançado em 2015, por Francisco Apurinã, baseado em sua dissertação de mestrado que realizou vinculado à Universidade de Brasília.

Em seu estudo, de acordo com o texto, Francisco analisa o diálogo entre indígenas e governo estadual a partir das políticas de mitigação e compensação na Terra Indígena Colônia 27.

A publicação traz ainda uma breve biografia do indígena, apontando como exitoso seu percurso até o fim do curso de mestrado e a publicação de seu livro.

4.1.3. A questão da saúde

4.1.3.1. Jornal AJIndo

A primeira reportagem que figura nas publicações do AJIndo tocando à saúde aparece na edição número dezoito, e intitula-se *Ações em saúde mental pela FUNASA nas aldeias de Dourados*, produzida por Walter Benites Martins e Lucimar Resende, ambos do Programa de Saúde Mental da própria Fundação. O texto inicia relacionando o espaço insuficiente da Terra Indígena de Dourados para práticas culturais, plantio e moradia à entrada descontrolada de álcool e outras drogas nas aldeias, que levariam a transtornos diversos para a população local. Essas questões motivariam, segundo o texto, as ações realizadas pela FUNASA, em conjunto com outras instituições, voltadas à prevenção em educação e saúde, desenvolvidas com adolescentes estudantes e suas mães, e outras voltadas a casos específicos envolvendo abuso sexual e uso abusivo de drogas. Os profissionais responsáveis por essas ações seriam um psicólogo e uma assistente social.

Com um salto para o número vinte do jornal, publicado em abril de 2010, Kenedy Moraes assina a reportagem *Vacinação contra a H1N1 na Reserva Indígena de Dourados*, realizada a partir de entrevistas com profissionais da saúde que atuaram em uma campanha de vacinação promovida pelo Ministério da Saúde em março daquele ano. Não houve registros de casos confirmados de indígenas infectados pelo vírus até aquela data, tendo a campanha caráter preventivo, haja vista o grande número de infectados em todo o mundo no ano anterior, que totalizou, conforme dados da Organização Mundial da Saúde reportados à matéria do AJIndo, mais de doze mil casos.

Na edição de número 21, Ana Cláudia de Souza escreve *Moradores reclamam de falta de remédios e consultas*, em que expõe a dificuldade da população que depende de remédios oferecidos pelo Posto de Saúde Guateka, na aldeia Jaguapiru. Esse problema ocorria juntamente com a falta de médicos naquele posto. De acordo com entrevistados, o atendimento médico era realizado apenas duas vezes por semana, e não era incomum que pacientes não conseguissem os medicamentos receitados pelo profissional. O relato de uma enfermeira do Posto é trazido à matéria jornalística, alegando que o local passa por muitas dificuldades que fogem ao controle da FUNASA e dos funcionários. Zelik Trajber, médico coordenador da FUNASA na TI, informou a contratação de um novo médico e a difícil procura por mais um que se interessasse pelo trabalho nas aldeias e integrasse aquele corpo médico.

Importantíssima, a substituição da FUNASA pela SESAI foi aprovada pelo Senado Federal em 3 de agosto de 2010, e sancionada pelo então presidente Luís Inácio da Silva em 19 de outubro do mesmo ano, depois de anos de debates entre lideranças indígenas e o governo. Informações sobre o processo de transição e de como a criação da SESAI foi comemorada pelos indígenas encontram-se na página cinco da edição de número 22 do jornal AJIndo, cuja matéria é intitulada *Mudanças na Saúde Indígena*, sem autoria nominal declarada.

Na mesma edição, Ana Cláudia de Souza traz dados coletados ainda pela FUNASA a propósito dos indígenas brasileiros portadores de HIV. A reportagem aponta que, à época de sua publicação, outubro de 2010, registravam-se 1.237 casos de HIV na cidade de Dourados, dos quais 19 eram casos de indígenas moradores na TI, número considerado elevado quando se compara com o total de 39 casos de HIV registrados entre indígenas em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Em entrevista, o médico que coordenava as equipes multidisciplinares da FUNASA, Zelik Trajber, informou que existe atendimento cotidiano à população indígena, um trabalho nas escolas realizado por um psicólogo da etnia Kaiowá, e relembra que, alguns anos antes, em parceria com o governo estadual, foi elaborada uma cartilha informativa em guarani, trazendo métodos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, mas que sua distribuição foi breve, pois era considerada chocante. Tal choque justifica e motiva o título da reportagem, *Enfrentando o tabu*, que será discutido mais à frente, durante as análises.

Fernando Souza Junior escreve *Em processo de transição* para o número 25 do folheto. A transição à que o autor se refere diz respeito, novamente, à mudança

administrativa da saúde indígena, que passara a ser gerenciada pela SESAI. Nessa nova ocasião, o médico Zelik Trajber, atuante na RID e então coordenador das equipes multidisciplinares de saúde indígena do Polo de Dourados, evidencia as dificuldades enfrentadas durante esse período, especialmente aquelas que se referiam às reformas estruturais necessárias aos postos de saúde, aos materiais de consumo e ao seu armazenamento, haja vista que a estrutura que vinha sendo utilizada para esse fim era a mesma da FUNASA.

O número 27 do AJIno traz o texto *Saúde indígena em discussão*, por Jaqueline Gonçalves, evidencia a repercussão midiática sobre a problemática da administração do sistema de saúde dos povos indígenas com a transição da FUNASA para a SESAI, a partir da qual muitas melhorias eram esperadas tanto por usuários pacientes, como por trabalhadores da saúde, que ansiavam por melhores condições de trabalho, reforma nos postos de saúde, aumento salarial. O breve material é finalizado com votos de que o dinheiro destinado pela SAS (Secretaria de Atenção à Saúde) seja bem investido na parte material necessária à saúde indígena, de modo que a população receba os devidos cuidados com qualidade.

Também nessa edição, um relato pessoal de Zuleica Terena no texto *Rica experiência*. A jovem indígena concluiu a graduação em enfermagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados, e participou da organização da 11ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, que ocorreu entre os dias 5 e 12 de novembro de 2011, na cidade de Porto Nacional/TO, prestando assistência à saúde de, aproximadamente, 1300 indígenas de 38 etnias de todas as regiões brasileiras. No relato, Zuleica realça a importância da experiência ali obtida, por meio da qual pôde compartilhar diferenças culturais, tradicionais e linguísticas, e associar a medicina ocidental com a tradicional.

A matéria seguinte, que engloba o eixo temático da questão da saúde, figura no número 30 do jornal, com o texto *Os benefícios do aleitamento materno*, escrito por Indianara Ramires. Ali, a jovem indígena discorre sobre um projeto intitulado *Segurança Alimentar e Nutricional para crianças indígenas: os benefícios do aleitamento materno – aldeia Bororó/Dourados-MS*, realizado na casa cultural Oga Miximi, na própria Bororó, em uma iniciativa apoiada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O texto mostra que no evento, duas enfermeiras indígenas, Zuleica e a própria Indianara, e uma estudante do ensino médio, Rosivânia, promoveram uma atividade de educação em saúde, amparadas pela metodologia dialógica de Paulo Freire, que renega, segundo a autora,

a transmissão vertical de conteúdos, ou seja, do mestre detentor do conhecimento para o aluno receptor. Entre os temas trabalhados nos encontros desse evento, destacaram-se as alterações fisiológicas na gestação, parto, alimentação do recém-nascido, entre outros. Esse material é o último a compor o recorte para a análise, e será retomado na sequência.

Também na edição de número 30, Diana Davilã utiliza a página seis do jornal com o texto *Como preservar água limpa em caixas d'água*, para relatar a recorrência da falta de água nas ruas da RID, o que levou muitas famílias a terem um armazenamento extra, para uso emergencial. Esse contexto, no entanto, é complementado pelo desconhecimento de muitos moradores acerca de sua manutenção, sendo comum encontrar nas moradias caixas d'água destampadas ou entreabertas, permitindo o acúmulo de impurezas e tornando a água imprópria para uso ou consumo. Nessa matéria jornalística, o médico Zelik Trajber alerta para as doenças de veiculação hídrica, dentre as quais se destaca a diarreia, tão comum em crianças pequenas, principalmente, e reitera a necessidade de cuidados que o armazenamento de água exige. O texto traz, organizadas em tópicos, dicas necessárias sobre a questão.

O último texto tratando da saúde indígena no jornal AJIndo consta da edição de número 31, de outubro de 2012, na qual Walter Benites e Jaqueline Fioramonte discorrem sobre o *Projeto Marangatu*, promovido pela equipe da SESAI de Dourados, objetivando a orientação contra o consumo de bebida alcoólica e outras drogas. A reportagem focaliza a I Gincana Verde, evento interno ao referido projeto, do qual participaram todos os alunos escolares da aldeia Lagoa Rica, em Douradina/MS. A AJI foi a principal parceira do projeto.

4.1.3.2. Galeria de vídeos

Referente às produções audiovisuais disponibilizadas no sítio principal da AJI, somente um vídeo – *Vacinação H1N1 na aldeia de Dourados* – é encontrado naquela galeria, e mostra uma campanha do Ministério da Saúde, realizada pela então FUNASA, no ano de 2010, cujo foco era a vacinação da população indígena de Dourados contra o vírus Influenza A H1N1.

A coordenadora do projeto de vacinação, Liliane Silva, enfermeira da FUNASA, explica que anterior à vacinação, a equipe de saúde faz uma palestra explicando os objetivos da referida campanha.

A seguir, ilustro com um fotograma da produção videográfica (Figura 37).



Figura 37. Momento de vacinação na área indígena (trecho 0m. 37s.).
Fonte: AJI.

Ao longo do vídeo, quatro indígenas locais são brevemente entrevistados, e relatam a importância da prevenção contra doenças, a facilidade de acesso às vacinas, pois a campanha foi realizada nas aldeias da área indígena de Dourados, sem a necessidade de que essas populações precisassem se deslocar até outros hospitais, além de relatarem certa insegurança por estarem sendo vacinados sem que se conhecessem as possíveis reações à medicação, que, de fato, ainda não eram conhecidas pelos profissionais de saúde, por se tratar de um tipo novo de vírus, sem conhecimentos suficientes a respeito de sua estrutura e nocividade.

4.1.3.3. Publicações

Nenhuma produção relativa à questão da saúde indígena figura no espaço dedicado às *Publicações* no sítio da AJI. Algumas informações mais genéricas podem ser encontradas em outro espaço daquele ambiente virtual, na aba *Notícias*. No entanto, conforme apresentei mais ao início do texto, esse conteúdo não fora selecionado para análise, tendo em vista que

resulta de compartilhamento de notícias escritas e publicadas originalmente por outra fonte, não contemplando, assim, características necessárias ao recorte feito nos dados.

4.2. Análises a partir triangulação teórico-metodológica

As análises que serão apresentadas em seguida aparecem organizadas em dois itens que se filiam ao modelo tridimensional que Fairclough propõe em seu aparato teórico-metodológico.

Para cumprir essa proposta, foram selecionados seis textos da gama de produções da AJI descritas anteriormente, perfazendo um recorte que penso ser suficiente, dado seu aspecto largamente significativo, para atingir a compreensão almejada e atender aos objetivos definidos no início desta tese.

Teremos, portanto, a seguinte estrutura: ao item 4.2.1. *Uma leitura da dimensão textual*, caberá a análise, texto a texto, dos elementos identificados na dimensão dos textos produzidos pela AJI. Na sequência, o item 4.2.2. *Uma leitura das dimensões das práticas discursivas e sociais* se volta, também com viés analítico, para as dimensões mais abrangentes do evento comunicativo como práticas discursiva e social, neste caso sob considerações gerais a respeito de todos os textos. Com essa visão, espero alcançar uma leitura afinada com as características mais significativas da realidade da TI Francisco Horta Barbosa; por fim, o item 4.2.3. *Considerações gerais a partir das análises* contemplará algumas questões mais abrangentes, que merecem observação após a conclusão das análises.

A fim de evitar as repetições relativas ao título e à autoria de cada material, a referência a eles ao longo da análise será feita com base em siglas cujas iniciais apontam para o nome de cada temática, ou seja, V para *violência*, E para *educação* e S para *saúde*, diretamente seguidas pelos números 1 e 2, respectivamente, indicando a sequência dada a cada análise, perfazendo o seguinte:

V1, para *Sobre a violência*, no jornal AJIndo, de autoria de Rosivânia Espíndola;

V2, para *Desabafo*, no jornal AJIndo, de autoria de um aluno escolar não identificado;

E1, para *O papel dos professores indígenas*, no jornal AJIndo, de autoria de João Machado;

E2, para *Situação da escola na aldeia de Dourados*, na galeria de vídeos;

S1, para *Enfrentando o tabu*, no jornal AJIndo, de autoria de Ana Cláudia Souza; e

S2, para *Os benefícios do aleitamento materno*, no jornal AJIndo, de autoria de Indianara Ramires.

4.2.1. Uma leitura da dimensão textual

Como vimos previamente, a análise do evento comunicativo como texto a partir da ACD preocupa-se com a descrição de sua estrutura coesiva, do tema e da estrutura global que o engenha. Para fins de organização, precederei cada momento de análise com seu respectivo texto-base.

Início com o texto Sobre a violência (doravante V1), apresentado a seguir.

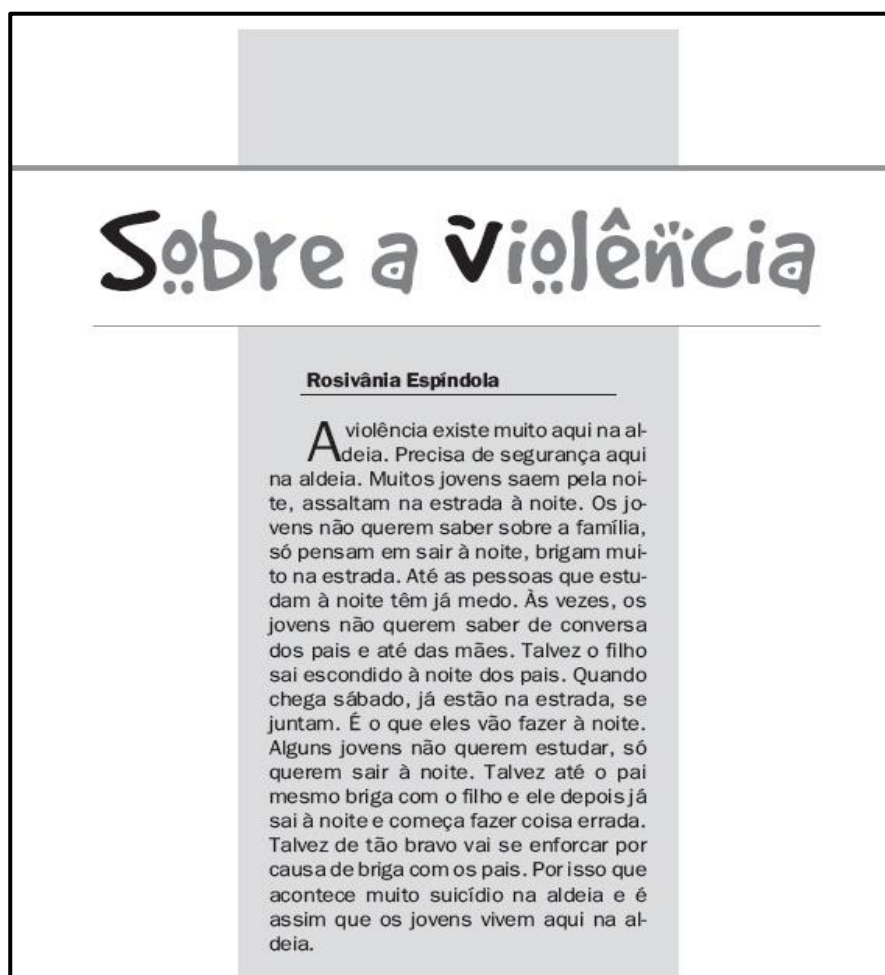


Figura 38. Relato sobre a violência constante da edição 16 do jornal AJIndo.
Fonte: AJI.

Em V1, é possível observar que o tema, que Meurer (2005, p. 99) entende como o ponto de partida de uma oração e, ao mesmo tempo consiste no “elemento textual central

que serve como centro ou pivô de progressão do texto”, é definido a partir do início das orações, que se apresentam por meio das expressões *a violência, os jovens, as pessoas, eles* (que substitui e significa *jovens*), *o filho, o pai, as mães e os pais*. Assim, a estrutura temática dá vistas a duas relações possíveis: aquela que se propõe entre a violência e os jovens, e outra entre os jovens, termo frequentemente retomado por *o filho*, e os pais, ora retomado por *o pai e as mães*.

As escolhas sobre a forma assumida pelos verbos nas orações possibilitam referências aos jovens, na estrutura temática utilizada pela autora de V1, como agentes, isto é, na maioria dos casos, são os jovens os responsáveis pela prática das ações. A única ocorrência que demonstra alguma passividade por estes se dá na oração *Talvez até o pai mesmo briga com o filho*, que é imediatamente sequenciada por *e ele depois já sai à noite e começa a fazer coisa errada*, retomando a agência dos jovens. O uso de *mesmo* marca a proximidade familiar em que a briga ocorre, como se não fosse sequer necessária uma desavença com alguém menos conhecido ou que, por exemplo, não morasse na mesma casa, isto é, tal palavra dá o indício de uma relação entre a proximidade familiar e a facilidade de se gerar uma briga que levará o filho a praticar ações consideradas erradas.

Também, faz-se uma referência breve sobre os demais indígenas que circulam pela aldeia no período noturno, em *Até as pessoas que estudam à noite têm já medo*, em que, embora a prática acional recaia sobre *as pessoas*, a informação contextual que se infere em relação ao medo está diretamente associada à saída noturna de alguns jovens que apresentam intenções violentas, ou seja, mesmo que oculto em segundo plano, o termo *os jovens* não se perde na atividade.

Tem realce, também no texto, a predominância de dois advérbios bastante específicos: *aqui*, que perfaz a expressão *aqui na aldeia*, e *à noite*, que varia também para *pela noite*, em uma ocorrência. A repetição desses termos faz com que o espaço e o tempo sejam bem definidos na estrutura temática e facilitem a percepção do leitor/consumidor do texto que a atenção à violência precisa estar direcionada, mais especificamente, para aquele espaço naquele período do dia.

Chama a atenção, ainda, a repetição do advérbio *até*, de valor inclusivo, que remete a questão tratada de forma a mostrar quão intensa ou preocupante ela se tornou: *até as pessoas que estudam à noite têm já medo* (ou seja, a violência praticada pelos jovens chega a atingir e amedrontar outros jovens, também) / *às vezes os jovens não querem saber de conversa dos pais e até das mães* (neste caso, parece que as mães seriam mais tolerantes, mas mesmo elas

passam a repreendê-los, fazendo com que eles evitem o diálogo) / *talvez até os pais mesmo brigam com os filhos* (a violência já se tornou tão intensa e comentada, que chegou aos ouvidos dos pais levando a discórdias em família).

Vale mencionar a constante alternância entre o sujeito das orações de mesmo contexto. Ao passo que estabelecem os jovens indígenas como responsáveis por ações violentas durante a noite, o sujeito é retomado ora por *ele* – o jovem, ora por *eles* – os jovens, influenciando a conjugação verbal das orações, que varia de maneira intercalada entre a terceira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural. A esse respeito, não se identificam desvios de concordância verbal em cada oração. No entanto, a clareza do texto fica prejudicada, podendo dificultar sua compreensão.

Na sequência, leiamos *Desabafo* (doravante V2).

Desabafo

Aluno da Reserva Indígena de Dourados descreve um dos problemas enfrentados por crianças e jovens

A violência na escola está muito feia. Nem os guardas, nem os coordenadores ligam de fazer alguma coisa. Tem menino que leva facão para a escola e outros tipos de armas para brigarem.

Esses dias atrás dois meninos brigaram e um saiu com uma facada na barriga e o outro fugiu. Em vez de darem umas três semanas de suspensão, deram só dois dias. Agora eles disseram que vai ter mais guarda e que nunca mais vai acontecer isso.

O que adianta? Eles revistam os alunos e assim mesmo os alunos levam facas e outras armas. E quando eles querem brigar ninguém segura.

As escolas não estão fazendo mais atividades como ali no NAM e daí não tem nada para fazer. Os meninos saem por aí, já começam a fumar e viciam. E quando tiver atividades não vão mais querer ir, por quê?

Se eles fumam cigarro ou outra coisa, eles não têm mais fôlego, daí eles falam que não valem mais para nada. Eles se afundam na bebida e daí vão para as drogas e então eles começam a roubar para comprar drogas.

Aí, rapaz, eles vendem até as roupas deles, se duvidar.

** o autor pediu para que seu nome não fosse divulgado*

Figura 39. Relato de estudante sobre um caso de violência em ambiente escolar, publicado na 18ª edição do AJIndo.

Fonte: AJI.

Esse segundo texto, V2, permite uma análise inicial na dimensão de sua estrutura textual global que se divide em dois momentos. O primeiro respeita o título e o *leading*, anunciados pela própria equipe do jornal AJIndo, que introduz um aluno da RID como sujeito agente, tendo em vista que ele descreverá um dos problemas enfrentados por crianças

e jovens. O segundo trata de conferir a materialidade textual ora produzida pelo aluno, de fato.

Quanto ao primeiro momento em V2, o verbo escolhido para mencionar a ação do aluno de *descrever* uma situação prediz a existência de detalhes em seu relato, que se fazem possíveis em virtude de seu convívio com crianças e jovens.

A referência ao sujeito agente como *aluno* predispõe sua condição de participação do meio escolar, e isso se confirma assim que seu relato inicia, e possibilita identificar efetivamente a estrutura temática do texto. Os termos *a violência*, *os guardas*, *os coordenadores*, *os alunos*, *menino(s)*, *eles* – ora, retomando *os coordenadores*, ora retomando *os alunos* –, e *as escolas* aparecem quase sempre no início das orações e constituem o sistema contextual que se intenciona estabelecer: no ambiente escolar, alunos se veem em meio a práticas de violência que, de alguma maneira, sofrem ou deveriam sofrer a interferência de coordenadores e guardas lá presentes.

Entretanto, a escolha lexical *nem* é responsável por tornar qualquer possível interferência inexistente, e destaca, quando associada com o verbo *ligam*, cujo sentido equivale a *importar-se*, um provável desinteresse ou inaptidão a essa interferência. As afirmações feitas pelo aluno em sua descrição são categóricas, sem eventual modalização. Meurer (2005, p. 99) reforça que “essa forma categórica de afirmar expressa uma relação interpessoal de certeza sobre o que é afirmado”.

Aliado a isso, a descrição feita pelo aluno acerca do episódio em que *dois meninos brigaram e um saiu com uma facada na barriga e o outro fugiu* enseja a representação da realidade de violência no contexto escolar, fato que tipifica a função ideacional que Fairclough (2016) propõe à análise da dimensão textual, na medida em que aponta em parte para a posição ativa dos jovens (*dois meninos brigaram*), em parte para sua posição passiva, ou seja, de receptores de ação e de violência, no caso (*um saiu com uma facada na barriga*).

Ao descrever um provável percurso que leva à prática de violência no espaço escolar, o aluno afirma que no passado as escolas desenvolviam atividades integradoras, que deixaram de existir. O item lexical *mais* transmite essa informação, criando uma ponte que acessa o passado e o presente, bem como dá margem à sequência dos fatos, que se inicia com a expressão adverbial *daí*, e se conecta com outras duas: *por aí* – significando a esmo, sem direção definida ou conhecida, e *já* – apontando para a facilidade ou a rapidez com que os jovens se viciam em certas drogas quando saem *por aí*.

Mais adiante, na escolha pela forma verbal *se afundam* (na bebida), o autor busca apontar para um agravamento progressivo do vício, iniciando-se com *cigarro ou outra coisa*, cuja referência é vaga, mas dá a entender o uso de algum tipo de droga mais leve, momento em que o jovem começa a sentir sua decadência pela falta de fôlego, que finda por gerar um ciclo de manutenção do vício, que chegará ao momento de *até* – utilizado pelo autor com a intenção de apontar para a extremidade das ações motivadas pelo vício – venderem suas roupas para garantir a compra dos entorpecentes, estágio representado como o ápice do vício, ou, derivando do verbo empregado na descrição, seu estágio mais profundo e difícil de retornar à superfície, à interação social padrão.

A categorização que se apresenta na dimensão textual reaparece em uma sequência de fatos sobre a qual se estabelece uma relação de interdependência que torna o discurso do aluno acerca da violência na escola coerente: *as escolas não estão fazendo mais atividades como ali no NAM / daí não tem nada para fazer / os meninos saem por aí / começam a fumar e viciam / quando tiver atividades não vão mais querer ir / eles não têm mais fôlego / eles falam que não valem mais pra nada / se afundam na bebida / vão para as drogas / começam a roubar pra comprar drogas*. Ainda que abarque uma lógica simplista para sequenciar os fatos, o aluno o faz de modo que se produza o sentido desejado a partir de sua tradução da realidade.

No âmbito da questão da violência, que pôde ser percebida como a mais intensa e presente desde o primeiro contato que tive com os textos da AJI, isolando os dois textos selecionados, é possível apontar algumas características relevantes:

- a) a forma com que a questão da agência é mais marcada no primeiro texto, em que o autor classifica as ações dos jovens de forma disfórica: eles saem à noite, assaltam, brigam. É apenas no final do texto que o mesmo jovem passa a figurar na oração em forma de paciente da ação: *o pai briga com o filho, talvez de tão bravo ele vai se enforcar*, ou seja, ele vai sofrer a ação de violência contra si próprio;
- b) a forma de contextualização em ambos os textos é diferente, já que no primeiro se dá mais vaga e genericamente (*aqui na aldeia, na estrada*), enquanto no segundo dá-se de forma mais estritamente contextualizada (*na escola*). Trata-se da escola da aldeia, plenamente identificável. É muito provável ser este o motivo por que o autor do segundo texto preferiu o anonimato;

c) a fluidez e domínio maior das estruturas frasais do autor de V2, com predomínio da hipotaxe, dão pistas de pertencimento a um nível escolar mais elevado em relação ao autor de V1, que produz períodos simples e curtos, com predomínio da parataxe.

Isso posto, na sequência figura o texto E1, referente à educação formal, cujo título é *O papel dos professores indígenas*. Leiamos.

O papel dos professores indígenas

*João Machado**

Os professores indígenas formados pelas academias públicas ou privadas devem fazer a diferença nas aldeias. A comunidade local espera melhoria por parte desses indivíduos nas suas posturas e ações adquiridas como acadêmico (a). Com essa nova experiência, os resultados e diagnósticos das pesquisas realizadas, devem retribuir e dar retorno em ações concretas para a comunidade de origem. As novas aprendizagens adquiridas servirão como ferramentas para propiciar alavancas para o contexto onde vivem.

Em sala de aula, os novos formados ou cursistas aprendizes devem mobilizar a mudança e prática de postura construindo uma nova práxis-pedagógica. Os povos indígenas necessitam dos jovens profissionais, não para substituir os anciões tradicionais, caciques, Nhanderu/Nhandesy, mas para utilizar dos conhecimentos universais científicos em co-participação com a sabe-

doria dos povos para a melhoria das comunidades. Entrar e sair das universidades, mas permanecer indígena preservando e mantendo o universo cultural étnico e a língua, raiz da essência de um povo.

Cito algumas palavras de estudiosos das causas indígenas com quem compartilho opiniões: "Os acadêmicos indígenas devem utilizar dos conhecimentos tradicionais para resolver problemas locais das aldeias" (Brand, UCDB, 11/05/2011). "Não é só o que se aprende nas universidades que tem valor, os conhecimentos tradicionais são imprescindíveis, temos muitos profissionais índios, porém, não são índios profissionais" (Reunião da Rede Saberes com universitários indígenas em 11/05/2011, UCDB, Campo Grande - MS).

Com essas análises, podemos refletir as posturas éticas dos profissionais indígenas nas aldeias. Na qualidade de professor indígena, opino que os docentes e as instituições de ensino devem replanejar, redirecionar suas práticas pedagógicas, perpassando pelo currículo, materiais didático-pedagógicos, calendários escolares, etc.

Que o ensino seja aquele de que a comunidade necessita para a melhoria da qualidade de vida coletiva, que compartilha, que vai em busca da autonomia.

** Índio Kaiowa, morador da Aldeia Bororó*



Figura 40. Texto constante da edição 26 do AJIndo.

Fonte: AJI

A propósito da problemática da educação, o texto E1 traz em seu título a intenção de explicar ou de definir o modo como devem os professores indígenas exercer a profissão.

Já nas primeiras orações, os itens *os professores indígenas, academias públicas e privadas e a comunidade* lançam mão da possível relação entre os saberes técnico-científicos obtidos nas universidades e os saberes indígenas tradicionais.

Com isso, define-se o tema da dimensão textual deste artigo, assim como se enfatiza o papel ativo de agentes comunitários que se espera dos indígenas ao retornarem a suas comunidades após os estudos acadêmicos.

Várias sequências verbais reforçam essa expectativa, como em *devem fazer a diferença na aldeia / a comunidade local espera melhorias por parte desses indivíduos / as novas habilidades adquiridas servirão como ferramentas para propiciar alavancas para o contexto*, e se encaminham para uma proposta de construção da identidade social desses professores.

Observa-se que a conjugação dos verbos utilizados, no presente do indicativo, contribui ora para a manutenção das expectativas sobre esses professores, ora para estabelecer como deve ser o seu trabalho na aldeia.

A fim de conferir autonomia e autoridade ao texto, o autor traz uma citação de Antonio Brand, influente pesquisador e indigenista, que se mostra inclinado à ideia de que os jovens profissionais indígenas não devem abdicar dos conhecimentos tradicionais e devem associá-los com os conhecimentos especializados para se dedicarem aos problemas de sua comunidade. Importa observar que a citação de Brand é composta pela mesma modalização de um *dever fazer* no imperativo afirmativo, semelhantemente às orações iniciais.

Os dois últimos parágrafos de E1 dedicam-se à opinião do autor, e reservam dois indícios que permitem inferir que os atuais professores da aldeia preconizam o conhecimento acadêmico em detrimento do tradicional. Os trechos *os docentes e as instituições de ensino devem replanejar, redirecionar suas práticas pedagógicas e que o ensino seja aquele que a comunidade necessita [...], que compartilha, que vai em busca da autonomia* dão a entender que o ensino não é da maneira como se descreve, caso contrário não seria necessário que docentes e instituições redirecionassem suas práticas pedagógicas. Esse entendimento propõe uma interligação com o início do texto, especificamente com a afirmação de que a comunidade local espera melhoria por parte desses indivíduos nas suas posturas, e que permite atribuir ao verbo *espera* tanto a ideia de expectativa quanto à profissão de professor, quanto a ideia da continuidade, do tempo que passa sem que os professores desenvolvam sua postura no sentido mais adequado à realidade local.

Ainda, podemos atentar para o jogo de palavras na oração *temos muitos profissionais índios, porém não são índios profissionais*, o que corrobora as sequências anteriormente destacadas no que se refere aos sentidos por meio de mecanismo de adjetivação, em que, na expressão *profissionais índios*, a etnicidade é mera característica dos profissionais, enquanto na segunda, *índios profissionais*, classifica os indígenas como profissionais, em vista de dedicar seu conhecimento especializado à comunidade após retornarem da universidade.

Já no que tange a E2, intitulado *Volta às aulas na Reserva Indígena* de Dourados, texto em formato de vídeo, sendo necessário, portanto, que o leitor acesse seu conteúdo na íntegra através de um link⁵⁴ da internet. Ilustrativamente, trago dois fotogramas, logo adiante, que demonstram as condições apresentadas na filmagem.



Figura 41. Sala de aula após um dia de chuva.
Fonte: A.JI.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kdgjHR81Y40>.



Figura 42. Vista externa de um bloco de uma escola municipal indígena.
Fonte: AJI.

O texto E2 é iniciado situando o leitor com relação ao retorno às aulas dos alunos indígenas de Dourados, após o fim das férias. As expressões *os alunos*, *sala de aula* e *fim das férias* se mostram suficientes para estabelecer o contexto temporal da reportagem em andamento, que caracteriza o início de um novo ano letivo.

Na introdução do vídeo, o repórter afirma: *Na Escola Municipal Ramão Martins, localizada na aldeia Jaguapiru, cerca de 390 alunos se viram como podem para aprender sem o mínimo de condições, já que faltam materiais escolares básicos e também professores.* A escolha lexical de *se viram* parece muito acertada para a ocasião, uma vez que o texto retrata, por meio da locução adverbial *já que*, a falta de uma série de materiais escolares necessários, e, ainda assim, os alunos encontram meios para o andamento escolar.

Algumas pessoas do meio escolar são entrevistadas.

A primeira é o diretor da escola, que começa sua fala mencionando a falta de lápis, caderno, borracha e sulfite, e utiliza duas vezes o advérbio *então* para denotar um valor situado entre a explicação e a conclusão no trecho [...] *então, muitas vezes a gente quer cobrar o professor, mas aí os professores cobram nós, né? Que não tem material. Então nós estamos numa situação difícil.* É razoável observar que a falta de materiais didáticos incide, inicialmente, sobre a cobrança mútua entre professores e diretoria, indicando a crença de que o outro (os professores, na visão da diretoria e a diretoria na visão dos professores) deve ser capaz de solucionar a situação a partir de ambas as partes.

Em seguida, duas alunas da escola são entrevistadas. Embora apenas uma delas se manifeste, ela começa dizendo: *a professora falou que não tem lápis, não*, e faz uso repetidas vezes a forma de gerúndio do verbo *faltar*, referindo-se a alguns materiais, dentre os quais, o *lanche*, que carrega um significado cultural bastante expressivo para muitos alunos pobres que fazem dele a principal refeição do dia e, por isso, elencado entre os *materiais* necessários. A última fala da aluna faz um corte brusco na sequência temática, quando ela afirma que a sala de aula está muito suja, demonstrando desvio focal, mas não deixando de apontar elementos disfóricos para aquela situação em questão.

Logo depois, prossegue-se para uma nova entrevista, agora com uma professora da escola, que enfatiza que *os próprios professores* estão sem materiais e que não foram recebidos os móveis para equipar as salas. A utilização do termo *próprios*, nesse caso, dá a ideia de que se chegou ao limite de sustentar a situação e reafirma uma posição elevada de hierarquia ocupada por esses agentes.

Mais adiante, um gestor de educação indígena expande para outras escolas da aldeia o problema que motivou a reportagem, e relaciona a ele, por exemplo, a dificuldade de comprar materiais devido a problemas de ordem administrativa. Chama a atenção, contudo, nessa dimensão da análise, o menor domínio da língua portuguesa por parte do gestor, que apresenta desvios constantes de concordância como *os processo / algumas escolas está com dificuldade / nós temo* e as *liderança*. Parece-me que esses elementos não vão apontar para um baixo nível de instrução formal, mesmo porque o cargo que ocupa exige formação de nível superior e o evento comunicativo se concretizou de maneira eficaz, sabendo que estruturas frasais se conectam entre si com clareza e que a mensagem pôde ser transmitida. Contudo, revela-se questionável o processo de educação formal pelo qual o agente passou em seus anos de estudos.

É adequado, ainda, relacionar esses desvios com o pouco contato com outros falantes de língua portuguesa ou com a naturalidade despreocupada de não comunicar-se em sua língua materna.

Outro professor opina sobre o panorama, afirmando a sequência *Eu acho que o prefeito, como órgão mantenedor, né, tem que dar uma solução pra gente, né, o que que eles vão fazer, tem que dar uma resposta pra gente*. Percebe-se, nesse trecho, uma conexão com outro aspecto que se fez presente também em uma das falas do diretor entrevistado, quando este comenta: *nós fizemos ofícios, né, encaminhamos, e aí a gente vai cobrar eles e eles falam pra nós que tem que esperar licitação, né, então estamos aguardando*. Existe uma

transferência da agência da sequência verbal para a prefeitura, passando a situar os indígenas como sujeitos pacientes. Merece atenção, ainda, o uso das palavras *solução* e *aguardando*, que, praticamente, se mesclam a partir de falas distintas a respeito do e caracterizando o mesmo caso.

Já se encaminhando para o fechamento da matéria jornalística, o repórter retoma, rapidamente, a questão da sujeira das salas e o problema do alagamento, de que a aluna antes entrevistada (aquela que incluiu o lanche no rol de materiais faltantes) lançara mão. Nesse ponto, a afirmação de que *Esse é apenas um exemplo do que ocorre na maioria das escolas das aldeias de Dourados* parece referir-se, especificamente, à questão das salas de aula que ficam alagadas em dias chuvosos. O uso de *apenas* diminui a aparente dimensão desse problema diante de um conjunto de outras situações que prejudicam o funcionamento da escola e devem ser solucionadas. A referência a tais problemas, seguida da expressão *na maioria*, guia nosso olhar a dois cuidados tidos pelo repórter: o primeiro, no sentido de não restringir os problemas apresentados na reportagem à escola que aparecia na filmagem, mas a outras localizadas nas aldeias da cidade; o segundo, no sentido de não ser categórico em afirmar que aquela situação é comum a todas as escolas indígenas da região: ainda que viesse a ser, o não uso de *na maioria* poderia fazer com que a informação fosse questionada, invalidada, podendo desvalorizar ou minimizar o problema de alagamento ali relatado e filmado.

Como prosseguimento, passo a dedicar-me ao primeiro texto, S1, relacionado à questão da saúde, cujo título é *Enfrentando o tabu*.



Enfrentando o tabu

De acordo com dados da Funasa, 39 indígenas são portadores do HIV, 19 deles só na Reserva Indígena de Dourados.

Ana Cláudia de Souza

O uso do preservativo para evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e a AIDS ainda é uma barreira tanto entre índios, quanto entre não-índios. Por isso, o trabalho das equipes de saúde é tão importante para promover a conscientização sobre essa prática tão simples, mas que pode evitar muitos problemas.

"O trabalho na Reserva de Dourados é feito com agentes de saúde e pelas equipes multidisciplinares no atendimento cotidiano de pré-natal, educação em saúde, e consultas individuais", explica o médico Zelik Trajber coordenador das equipes multidisciplinares da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na Reserva Indígena de Dourados.

Zelik explica ainda que nos últimos anos tem sido feito também um trabalho nas escolas, que é conduzido pelo psicólogo Kaiowá Valter Benites Martins.

Além disso, há alguns anos uma cartilha informativa feita em guarani foi elaborada em parceria com o Estado, mas a distribuição não durou muito tempo porque ela era considerada muito "chocante".

De acordo com dados do Programa de controle de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), em Dourados 1.237 pessoas são portadoras do HIV, o vírus da AIDS. Desses, 19 são indígenas moradores da Reserva de Dourados, onde o primeiro caso foi verificado em 2004.

A Reserva de Dourados é a que reúne o maior número de casos de AIDS no Estado. Ao todo, estão registrados na Funasa 39 casos entre indígenas de Mato Grosso do Sul, mas o número pode ser maior porque pode haver registro entre não-índios sem constar especificação étnica.

Segundo o médico Zelik Trajber, sete indígenas já morreram em função de complicações da AIDS. Ele explica que eram andariños que não seguiram o tratamento corretamente.

O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) atualmente abriga aproximadamente 67.574 indígenas de oito etnias (Guarani/Kaiowá, Terena, Kadowéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató) distribuídos em 75 aldeias que abrangem 29 municípios.

Figura 43. Texto constante da edição 22 do AJIndo.

Fonte: AJI

Referentemente à questão da saúde, em S1, a opção pelo verbo *enfrentando* (o tabu) permite visualizar, já no título do texto, a tentativa de mudança de perspectiva acerca de algo sobre o que não circula costumeiramente: o uso de preservativo em relações sexuais, significado que é alcançado previamente à discussão que a autora promove devido a termos em mãos um texto multimodal, isto é, verbal e imagético, cuja representatividade da imagem que aparece em posição de destaque, no início do texto, já me havia chamado a atenção mais cedo, quando descrevi tal produção.

A discussão nela proposta inicia com a afirmação de que *o uso de preservativo para evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e a AIDS ainda é*

uma barreira tanto entre índios quanto entre não-índios. O termo *ainda* reforça a ideia expressada no título da matéria, e classifica o uso de preservativo como um tema tabu. Essa característica, no entanto, não é exclusiva aos povos indígenas, pois está presente na sociedade envolvente, como pode ser verificado por meio da estrutura *tanto... quanto*.

No texto, prevalece o depoimento do coordenador das equipes multidisciplinares da FUNASA, estruturado em forma de respostas dadas durante uma entrevista, que aparentemente foi realizada pelos membros da AJI, embora não fique claro esse detalhamento. A fala do coordenador encaminha o texto para a apresentação de dados que colocam a TI de Dourados no topo do *ranking* de casos confirmados de indígenas portadores do vírus da AIDS.

De toda forma, o que chama a atenção na construção de uma fala do médico (destacada entre aspas no texto) e das falas da autora quando se reporta ao médico é a recorrência da marca paciente das ações ali mencionadas, como em *o trabalho na Reserva de Dourados é feito com agentes de saúde [...] / tem sido feito também um trabalho nas escolas, que é conduzido pelo psicólogo [...] / uma cartilha informativa feita em guarani foi elaborada*, enquanto a marca de agência na oração predomina somente quando se faz referência a dados quantitativos, como no excerto *sete indígenas já morreram em função de complicações da AIDS*. Essa organização textual dá a entender que os trabalhos desenvolvidos para o combate ao vírus autoimune estão em andamento no âmbito do que se espera dos profissionais envolvidos. Porém, a categorização desse trabalho que não pode ser quantitativamente mensurado, como ocorre com os dados, que já são estáveis, é comentada com menor asserção.

Merece atenção a adjetivação dada à cartilha distribuída na comunidade, em que se faz uso do termo *chocante*, destacado entre aspas, denotando certo grau de impacto negativo, ou mesmo de constrangimento. Contudo, há alguma incompletude no sentido intencionado por esse adjetivo, uma vez que não fica claro para quais grupos, exatamente, a cartilha foi impactante ao ponto de ter sua circulação interrompida.

Por fim, ao considerarmos a terceira das três ocorrências da forma verbal *explica*, em *Ele explica que eram andarilhos que não seguiram o tratamento corretamente*, importa observar que ela surge com a aparente tentativa de justificar as sete mortes decorridas da AIDS em Terra Indígena. A *explicação*, associada aos termos *andarilhos* e *não seguiram*, cumpre, a partir do texto, a função de inviabilizar possíveis culpabilização e

responsabilização de uma instituição específica e, sem qualquer relativização, destacando a não agência dos andarilhos e atribuindo-lhes, portanto, eventual culpa.

Com foco bastante distinto de S1, o texto Os benefícios do aleitamento materno (doravante S2) é o último material a ser tratado na dimensão textual, como segue.

os benefícios do aleitamento materno

Com apoio do PNUD, projeto de dois meses levou informações a mulheres indígenas da Reserva de Dourados

Indianara Machado

Nos meses de março e abril ocorreu na casa cultural Oga Miximi, localizado na Aldeia Bororó, o projeto intitulado "Segurança Alimentar e Nutricional para crianças indígenas: os benefícios do aleitamento materno - aldeia Bororó/Dourados-MS". Essa iniciativa foi apoiada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que é uma rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 177 países e territórios. Seu objetivo central é o combate à pobreza.

As organizadoras do projeto foram as enfermeiras Indianara Kaiowá e Zuleica Terena e a estudante de ensino médio Rosivânia Guarani. A ideia do projeto era que pudéssemos principalmente ouvi-las e depois tentar transmi-

tir conhecimentos adquiridos durante a graduação em enfermagem.

Tivemos como objetivo geral realizar atividades de educação em saúde com as mulheres Guarani-Kaiowá sobre os benefícios do aleitamento materno para as crianças, além de dialogar informações a respeito do assunto. Para nossas atividades, usamos a metodologia dialógica de Paulo Freire, que renega a transmissão vertical de conteúdos: do mestre, que detém o conhecimento, para o aluno, que deve absorvê-lo.

Alguns temas trabalhados com as mulheres foram: alterações fisiológicas na gestação, pré-natal, parto e puerpério, alimentação do recém-nascido e muita conversa que a Nhandesy Tereza Guarani compartilhava conosco. As atividades eram feitas aos sábados das 9h às 11h da manhã.

Segundo Rosy Guarani, uma das participantes, "foi importante, pois tirei algumas dúvidas sobre o puerpério". As atividades eram realizadas na Língua Guarani, o que facilitava nossas discussões. Nosso trabalho foi de "formiguinha", porém nos esforçamos para apreender e transmitir conhecimentos.



Figura 44. Texto constante da edição 30 do AJIndo.
Fonte: AJI

Em S2, duas características são marcantes.

A primeira consta já do título, em que o uso do substantivo *benefícios* implica a idealização do aleitamento materno, ou seja, uma prática que se define desde o início do texto como recomendada. A segunda tem a ver com a estrutura da matéria jornalística, que segue, quase na totalidade de sua dimensão, particularmente em seu *ethos*, algumas características próprias de um texto científico, tais quais as mencionadas a seguir.

A introdução é desenvolvida com objetividade, anunciando com clareza que o texto abordará um evento apoiado pelo PNUD, que, por sua vez tem como objetivo o combate à pobreza. Ainda que coerente, o elemento *pobreza* não é retomado posteriormente no texto, criando, de toda forma, vagueza. O público-alvo foi anunciado dentro dos objetivos gerais, que eram *realizar atividades de educação em saúde com as mulheres Guarani-Kaiowá e dialogar informações a respeito do assunto* (aleitamento materno). O nome de Paulo Freire é anunciado como a referência da *metodologia dialógica*. Anunciaram-se os temas das atividades e as informações de data e horário dos encontros.

As próprias expressões *objetivo*, *objetivo geral* e *metodologia*, aliadas com a organização textual, foram capazes de denotar a intenção de se referir ao projeto em questão como uma atividade especializada, que tinha como organizadoras *as enfermeiras e a estudante de ensino médio*.

Também, no mesmo jogo de ideias, a expressão *transmissão* de conteúdos, de conhecimento, ainda que não verticalizada – *do mestre, que detém o conhecimento, para o aluno, que deve absorvê-lo* – não deixou de conferir ao texto uma característica hierárquica quando se afirmou que *a ideia do projeto era que pudéssemos principalmente ouvi-las e depois tentar transmitir conhecimentos adquiridos durante a graduação em enfermagem*, sobretudo porque transmissão foi associada, em duas de suas três ocorrências, ao conhecimento das organizadoras do projeto, fazendo um contraponto com o turno de fala das participantes, como em muita conversa que a Nhandesy Tereza Guarani compartilhava conosco. O conhecimento das participantes foi mencionado apenas uma vez, indiretamente, quando a autora se situa como agente e paciente das ações em *nos esforçamos para apreender e transmitir conhecimentos*.

Tomando por base a estrutura do texto acadêmico, em lugar das conclusões, ganha espaço a breve opinião de uma das participantes realçando a importância dos encontros por terem sanado algumas de suas dúvidas a respeito do puerpério.

Fica claro, ainda, algum cuidado que a autora teve em fazer substituição de palavras a fim de evitar repetições, como em *essa iniciativa* (referindo-se ao projeto), *seu objetivo* (referindo-se ao PNUD) e *absorvê-lo* (referindo-se ao conhecimento). Contudo, uma situação de uso pareceu frustrada, quando, no segundo parágrafo, o pronome em *ouvi-las* não remete a alguém anteriormente anunciado, embora seja possível compreender sua referência às mulheres participantes do evento.

No último parágrafo, faz-se uso metafórico do trabalho de *formiguinha* que as organizadoras tiveram, possivelmente aludindo, ao mesmo tempo à pequenez e à complexidade do projeto diante daquela realidade. O uso deste recurso semântico eloquente, ainda que não haja outras informações que o especifique, funcionou quanto ao sentido transmitido.

4.2.2. Uma leitura das dimensões das práticas discursivas e sociais

Na dimensão das práticas discursivas, a proposta de Fairclough se volta para a produção, distribuição e consumo do texto, enfocando a coerência, força ilocucionária, marcas de intertextualidade e interdiscursividade nele manifestados. Por outra forma, importa para este estágio analítico realçar as circunstâncias de quem produz um texto para quem (MEURER, 2005).

Já a dimensão de análise do evento comunicativo como prática social o prevê como parte de um rol de práticas mais amplas, no qual se insere, e define que ele será representativo ao contribuir, com ou sem a intenção de fazê-lo, para a reprodução, manutenção ou mudança de determinadas práticas sociais. Nas palavras de Meurer (2005, p. 102), deve-se ser questionado: “Como o texto coopera com a reprodução e manutenção, ou com o desafio a ou mudanças de certas ‘realidades’?”

Como pudemos compreender até aqui, o enfoque crítico da ACD situa-se no entremeio de um estudo que não é exclusivamente sociológico, nem exclusivamente linguístico, tendo em vista que seu olhar aponta para a mudança discursiva e, conseqüentemente, social. Assim, buscarei contemplar essa perspectiva de maneira mais abrangente a partir deste ponto.

Assim, ao tomarmos um texto como V1, cujo gênero textual empregado situa-se entre o depoimento, o relato pessoal e a entrevista, ganha dimensão no sentido de que não se trata de um texto produzido pelos jovens jornalistas, mas por um membro não pertencente à ONG, que se propõe a levar o discurso que, possivelmente, circula na comunidade maior para o jornal e, conseqüentemente, para seus consumidores externos. Esse movimento de trazer a voz da comunidade para o jornal, além de compartilhar dos elementos ideológicos assumidos pelo AJIndo, garante o acesso à cidadania por parte dos indígenas locais.

As afirmações categóricas e repentinas, sem uma introdução ao assunto, por exemplo, como nos trechos *A violência existe muito aqui na aldeia* (em V1) e *A violência na escola está muito feia* (em V2), apontam para a possibilidade de que se trata de um assunto já abordado anteriormente nesse mesmo sítio eletrônico, ou, ainda, um assunto muito corriqueiro nas conversas cotidianas da aldeia.

Os dois textos apresentam marcas de intertextualidade entre si, em especial quando afirmam sobre o perigo que alguns jovens da aldeia oferecem para o restante da comunidade, de modo que a própria categoria jovem seja percebida quase como inimiga, que exerce um poder negativo sobre a segurança de todos.

Sob essa ótica, alicerçada em um contexto de práticas de violência frequentes, a coerência da temática se constitui no espaço em que o discurso tende a estabilizá-la, como em *é assim que os jovens vivem aqui na aldeia* (em V1), sem que haja indícios que remetam a uma transformação em andamento, e em *O que adianta? Eles revistam os alunos e assim mesmo os alunos levam facas e outras armas* (em V2), que dá indícios de orientações político-organizacionais faltosas. O texto, assim, aparentemente tende a confirmar certa ideologia já presente na aldeia, ou seja, aquela de que a violência predomina entre os jovens.

Na incursão na dimensão social, alcançamos a confirmação de que a violência é, essencialmente, uma prática comum a certos jovens indígenas e, mais especificamente, durante a noite, não havendo menção, em qualquer momento, a pessoas violentas não classificadas como jovens ou a práticas de violência que ocorrem durante o dia.

Parece claro – naturalizado – o discurso de que a estrutura familiar do indivíduo pode exercer influência no sentido de conferir aspecto retilíneo aos mais jovens, por meio do qual se evitarão desvios de conduta, sobretudo aqueles que levam a práticas violentas, como é o caso mais particular de que o texto trata. A essa luz, há indícios em V1 da habitualidade dos problemas familiares com os quais os jovens estão envolvidos, e isso é concebido no próprio texto com um revestimento disfórico, que preconiza a manutenção do discurso da importância da família nesse caso.

Por fim, a noite, como pano de fundo temporal para a ação identificada pela construção *sair à noite* (a esmo/sem especificidade), produz o sentido de perigo para aqueles que transitam pelas estradas vicinais das aldeias. Especificamente, aqueles que estudam (conforme mencionado em V1), se veem vulneráveis devido à escuridão e à maior probabilidade de serem violentados de algum modo, de forma que se estabelece a contraposição entre as identidades e as expectativas, isto é, na medida em que os transeuntes

noturnos são classificados em a) aqueles que estudam e b) aqueles que não estudam, constrói-se o sentido de que os estudantes esperam pela violência vulneravelmente, enquanto aqueles que não estudam esperam praticar a violência (ou, pelo menos, para começar *a fazer coisa errada*).

Posicionando-me a partir da perspectiva da AJI, o texto em questão revela, por outro lado, o potencial para a validação do trabalho por ela desempenhado, sobretudo com relação às oficinas práticas oferecidas nas aldeias da TI, que têm os jovens como público-alvo, isto é, diante da naturalização do jovem indígena propenso à violência, mostram-se favoráveis as ações que vão contra esse cenário, e contribuem para sua mudança.

Passemos para a problemática da educação.

O texto E1 comporta o pressuposto de que talvez circulem nas próprias escolas textos que não indiciam o comprometimento dos novos professores (daqueles que estudaram fora e retornam à aldeia). Há intertextualidade com *currículos, materiais pedagógicos, calendários*, que um não indígena, como o próprio pesquisador, desconhece, mas que deve ser de conhecimento de quem lê o artigo e é conhecedor da área, ou seja, esse texto ganha sentido (coerência) no diálogo que trava com outros textos que circulam na comunidade e que o autor abona, ou não.

Do ponto de vista da dimensão social, cabe mencionar a presença de uma característica hegemônica mantida pelos povos da TI de Dourados, e possivelmente por outros povos indígenas de outras regiões, no que concerne ao retorno daqueles que finalizaram um curso universitário à comunidade. No texto, o autor faz questão de definir o que se espera de um indígena que retornou à comunidade como professor, profissional da educação, ou seja, como ele precisa agir diante de seu contexto étnico-social.

Temos o contraste, nessa dimensão, principalmente entre as categorias *profissionais índios* e *índios profissionais* – estas expressões sugerem o embate entre duas ideologias vigentes na aldeia, sendo que o autor do texto trata de defender a segunda, contrapondo-se à prevalência dos conhecimentos acadêmicos sobre os tradicionais.

Para isso, o autor traz uma citação de Antônio Brand sobre a importância da manutenção dos saberes tradicionais pelos indígenas profissionais logo depois de, categoricamente, afirmar que *em sala de aula, os novos formados ou cursistas aprendizes devem mobilizar a mudança e prática de postura construindo uma nova práxis-pedagógica*. Em nenhum momento é afirmado o hábito de que indígenas profissionais substituem os conhecimentos tradicionais pelos saberes científicos. Contudo, a finalidade ou a

circunstância em que produz seus dizeres permite fazer tal inferência. Nesse sentido, o texto em questão se encaminha para o final quando o autor afirma a espera que o ensino dos novos professores atenda a expectativa pela melhoria da qualidade de vida coletiva nas aldeias, de modo que sua própria prática caracteriza certa intenção de mudança.

Já em E2, depois de estabelecidas as informações textuais que conduzem ao contexto da informação, interessou observar que as denúncias recaem sobre três questões principais. Na primeira, que se refere especificamente a uma das escolas, existe a alegação de que o prédio da instituição foi inaugurado sem que houvesse sequer o mobiliário necessário para o exercício profissional. A segunda se refere à falta de materiais básicos exigidos pela escola para os alunos, como lápis, caneta, caderno, borracha, entre outros. A terceira versa sobre as condições da estrutura das instituições, afetada por infiltrações e rachaduras, que tornam inviável a manutenção da limpeza.

Nesse texto, ficou evidente a abordagem de um problema administrativo de funcionamento da escola indígena como instituição social. Entre o trabalho dos professores e o da direção escolar produz-se uma tensão que, na instância social, é definida com verticalidade quando a responsabilidade pelos problemas ora enfrentados é direcionada à prefeitura.

A isso, soma-se a questão da produção e da distribuição do texto. Em forma de reportagem, a AJI foi até uma escola municipal indígena para conhecer, a partir dos próprios funcionários e alunos, a situação decadente de seu funcionamento. O vídeo foi produzido como uma atividade da oficina de telejornalismo oferecida pela própria ONG⁵⁵.

Na sequência, investindo na questão da saúde, ao evidenciar-se a dificuldade de conscientização para o uso de preservativo durante relações sexuais, pode-se conceber S1 como uma amostra discursiva de certa forma convencional, compartilhada pela sociedade envolvente, para a qual o uso de preservativo, entre outros assuntos afins à vida sexual, não deixa de ser considerado um tabu, que embora seja abordado na mídia em geral com alguma frequência, o é no sentido de conscientizar a população sobre sua importância.

Embora sejam textos objetivos e sóbrios, ao compararmos S1 e S2, fica evidente a organização mais formal do segundo, que possivelmente tem relação com o fato de que o evento foi organizado por uma estudante e duas enfermeiras indígenas, das quais uma menciona a intenção de transmitir os conhecimentos adquiridos durante a graduação em enfermagem.

⁵⁵ Esse dado aparece ao lado da janela de reprodução do vídeo, na Galeria de Vídeos da AJI.

O nível de instrução e o papel dos cursos universitários parecem, mais uma vez, garantir a manutenção do prestígio e a hegemonia do conhecimento científico, não necessariamente sobre os saberes indígenas a respeito da saúde, mas como instrumentos de nivelção do poder quando situam as enfermeiras na mediação de práticas de letramento, provocando efeitos ideológicos e políticos no discurso.

Isso posto, verifica-se o alto grau de intertextualidade em S2 com o texto acadêmico-científico, haja vista os indícios que permitem atestar o contato que a autora tem com o teor de textos desse gênero e apropria-se de seu *ethos*, traduzindo-o para o seu contexto.

O valor conferido ao meio científico, tanto no horizonte do evento organizado pela estudante e pelas enfermeiras indígenas, como naquele que alcança a partir da publicação no jornal e no sítio eletrônico, segue na direção de conceber o projeto das enfermeiras como uma prática de letramento em saúde, que não se dá, nesse caso, por meio da desvalorização dos conhecimentos tradicionais a esse respeito, mas, de certa forma, da agregação de conhecimento, visando à melhoria na qualidade de vida das participantes.

Tem sua manutenção garantida, também, a defesa aos benefícios do aleitamento materno, não por si só, porque na instância social, o evento não deve ser compreendido isoladamente, mas como parte de uma estrutura que o torna possível, passível de concretude, mas no sentido da conscientização da população. Desse fator, duas possibilidades devem ser consideradas: ou a) a população indígena local não é suficientemente consciente a respeito da questão tratada, ou b) é impossível confirmar ou não essa conscientização. Com essa visão, os indícios no texto parecem apontar mais para a segunda possibilidade, reconhecendo que em nenhum momento no texto fez-se inferência de valor disfórico sobre o modo como cotidianamente circula na comunidade a questão abordada.

4.2.3. Considerações gerais a partir das análises

Este último item do Capítulo 4 tem como propósito retornar ao campo de visão mais abrangente do leitor, contemplando, de modo mais generalizado, toda a cadeia conceitual e analítica à que esta tese se restringiu.

O Capítulo 1 – *Introdução* abrangeu as considerações iniciais que resultaram em meu particular interesse por questões envolvendo povos indígenas, especificamente os Guarani-Kaiowá, Guarani-Nhandeva e Terena residentes na Terra Indígena de Dourados, no Mato

Grosso do Sul, cidade onde cresci e estudei até a conclusão do curso de mestrado, e que fez muito de meu olhar sobre os contatos culturais interétnicos. Também é nesse capítulo que apresento as características maiores do trabalho de pesquisa, bem como delinco um contexto histórico-geográfico do processo de colonização e aldeamento locais, caracterizando o panorama que antecede os contatos contemporâneos.

No Capítulo 2 – *Pressupostos teóricos*, enfatizei as teorias que nortearam o trabalho. Com inscrição na Linguística Aplicada e, mais especificamente, nos Estudos do Letramento (STREET, 1984; BARTON, 1993, 1994; HEATH, 1983; KLEIMAN, 1995 e HAMILTON, 2002), busquei esclarecer como se desenvolveu o conceito de tradução através da defesa de distintos pontos de vista de estudiosos desse campo, a fim de adentrar, finalmente, no escopo teórico da Semiótica da Cultura (LOTMAN, 1996, 1998), que traz uma proposta bastante particular acerca do processo tradutório, e que dialoga adequadamente com meu olhar sobre o sítio eletrônico da AJI como um artefato cultural (BARTLETT, 2005, 2007) e sobre os contatos culturais como processos dinâmicos que ocorrem na semiosfera.

Trouxe Luke (1996) para as reflexões que promovi, tendo em vista que esse autor corrobora a ideia de que um texto é artefato do trabalho humano no processo de construção de significado, evidenciando situações de intersubjetividade entre escritores e leitores, todos atuantes no mesmo espaço, de modo que se faça necessária uma inter-relação e uma interferência entre os textos a fim de apreender os variados discursos e vozes que os integram.

Tal processo, desenvolvido coletivamente, é responsável pela estipulação de uma rede que, de acordo com Bartlett (2007), envolve os mundos material, social e simbólico, o que faz o tornar-se letrado contínuo e atemporal na vida humana, em que os indivíduos, uma vez que se manifestam em momentos de interação, reconstruem sua identidade continuamente.

Nessa esteira, também trouxe Bakhtin (2011[1979]), cujas contribuições interpelam meu percurso teórico-metodológico, quando afirma a necessidade do uso de variados gêneros discursivos para atender às práticas sociais, lançando mão, dessa forma, da concepção de esfera de atividade, na qual cada texto funciona em relação às atividades por ela esperadas e, em virtude disso, todos os participantes da situação de interação e contato cultural movimentam-se por entre as esferas.

Uma vez proposto um trabalho que se engendra em um espaço virtual de interação com as finalidades essenciais de preservação e manutenção cultural e de estabelecer contatos

interculturais, abriram-se margens para analisar uma série de aspectos a partir dos materiais armazenados no sítio da AJI. Reconhecendo a multiplicidade das temáticas ali abordadas, percebeu-se a inviabilidade de abranger por completo os discursos que circulam por aquele ambiente e, com essa visão, a intenção de buscar identificar os temas mais recorrentes fazendo-se uso do paradigma indiciário nesse momento foi concretizada.

O Capítulo 3 – *Enfoque metodológico e organização dos dados de pesquisa* explorou a abordagem qualitativa desta pesquisa, embasando-se na Análise Crítica de Discurso e o método tridimensional proposto por Fairclough (2016) e caracterizando as noções de texto, práticas discursivas e práticas sociais, que, aliadas ao paradigma indiciário de Ginzburg (1989), permitiriam uma análise reflexiva da circulação dos discursos mediados e intermediados pela AJI. Foi também nesse capítulo que optei por apresentar sucintamente o sítio eletrônico da AJI, meu *locus* virtual de pesquisa, antes de expor os dados dali extraídos.

Meurer (2005, p. 106) corrobora a importância de associar a ACD e os Estudos do Letramento quando afirma:

Incorporando princípios e métodos desenvolvidos na ACD, pesquisadores(as), professores(as) e alunos(as) terão bases bastante sólidas para ultrapassar preocupações com sequências e outros elementos linguístico-textuais que compõem determinado gênero textual, examinando-o também como prática discursiva e prática social.

Prossegue o autor, voltando-se para o contexto escolar de ensino e aprendizagem, com professores e alunos, no qual se fez possível inserir os eventos de letramento que ocorrem na Terra Indígena de Dourados que são mediados pela AJI e que assumem um contexto de escolarização, haja vista que se configuram como palestras e oficinas em que dois dos principais atores sociais presentes em uma escola regular também estão presentes professor e alunos.

A ACD permite aos(as) professores(as) encorajar seus(suas) alunos(as) a observar que tipos de texto precedem e seguem o uso de determinado gênero específico e como ‘põem em ação’ formas de ‘ver’ o mundo, identidades, relações, maneiras de construir e distribuir textos, refletindo ideologias e formas de poder (MEURER, 2005, p. 106).

Essa intersecção teórico-metodológica foi desenhada desde o Capítulo 2 deste trabalho, cujas linhas norteadoras levaram em consideração os Estudos do Letramento e a Análise Crítica de Discurso, assim como a relevância da teoria da semiosfera e do caráter tradutório em que está envolta.

Foi a partir do paradigma indiciário proposto por Ginzburg, que minha incursão no ambiente virtual dos jovens indígenas locais viabilizou, primeiramente, a identificação de três problemáticas mais recorrentemente discutidas, a saber, a violência nas aldeias douradenses, a questão escolar indígena e o caso do atendimento à saúde da população, cujas produções a elas concernentes foram descritas no Capítulo 4 – *Dados de pesquisa e análise*, de modo que ampliasse os limites contextuais para realizar, em seguida, a análise crítica organizada a partir do modelo tridimensional da ACD, sem abandonar a busca por indícios que pudessem se apresentar apontando para informações significativas.

A categorização temática foi capaz de revelar, mesmo antes da investida na etapa de análises, propriamente dita, uma gama de possibilidades atinentes aos problemas de ordem social existentes na aldeia.

Superficialmente, na medida em que a questão da violência foi estabelecida como a temática mais abrangente e recorrente nos textos da AJI, veio à mente que não se trata de um problema local, interno à Terra Indígena de Dourados, pois sua dimensão é praticamente global. No entanto, ao passo que aumentava minha convivência com os textos, encontrava elementos direcionados para a existência de inúmeros tipos de violência que os dados quantitativos, dos quais muitas vezes os autores lançavam mão para reforçar seus discursos, não poderiam computar.

É inevitável questionar por que a relação entre jovens, drogas e violência constantemente se reafirmava nos textos analisados.

No início da tese, quando apresentei a ONG AJI, mencionei alguma vulnerabilidade característica dos jovens por conta de sua instabilidade identitária, tendo em vista a pouca idade e, conseqüentemente, uma quantidade relativamente pequena de vivências, de práticas, ou seja, de outros textos que atuam na própria leitura que fazem do mundo.

Tal vulnerabilidade fora confirmada ao longo da familiarização com a produção textual da AJI, mais precisamente no escopo temático da violência, ao qual a categoria jovem foi constantemente associada, e quase sempre motivada ou intensificada pelo uso de drogas. Nesse prisma, foi fundamental observar as afirmações categóricas dos autores dos textos a esse respeito. Do mesmo modo, coube observar o próprio papel desempenhado pela AJI, como agência de letramentos e de tradução, quando se vale do domínio de conhecimentos múltiplos e de sua posição na aldeia, tendo em vista as relações de poder pelas quais se movimenta e que podem ser pensadas a partir, por exemplo, da influência que exerce sobre os jovens e da própria participação na sociedade.

É adequado mencionar que, embora a AJI demonstre domínios múltiplos, principalmente o da língua portuguesa, ela também propõe a participação coletiva em suas práticas, às quais indivíduos que não integram a ONG são convidados a produzir, como se pôde conferir no caso dos textos V1, V2 e E1, nos quais a participação direta de algum membro da ONG na produção textual em si sequer é indiciada. Nesses casos, sua participação é mais indireta no aspecto da textualidade, mas não menos relevante, pois permanece controlando a circulação desses materiais e, conseqüentemente, trabalhando sobre a formação/manutenção da ideologia, dos discursos e das identidades sociais da população indígena de Dourados.

Tangente à questão da educação, o insucesso escolar foi o que mais chamou a atenção, não por si mesmo, mas devido ao modo de funcionamento e à má administração pública do sistema escolar na aldeia. Valho-me desse entendimento por conta das críticas presentes nos textos analisados com relação à falta de professores indígenas para ministrar aulas para os alunos indígenas, e a pouca utilização dos conhecimentos tradicionais nos materiais didáticos ou de conteúdos afins aos indígenas douradenses. Nesse caso, o jornal parece preencher o papel de denúncia de uma realidade e de demanda por melhoria da situação da educação local.

Por último, a problemática da saúde indígena foi verificada como tema corriqueiro nos textos da AJI sob duas circunstâncias mais visíveis: a) o atendimento oferecido aos indígenas locais, que sofre com eventuais faltas de medicamentos e de médicos especializados; e b) com associação à sanidade básica. Habitualmente, essa temática é textualmente produzida por profissionais da saúde ou com a participação destes, de alguma maneira, conferindo um aspecto de autoridade para tratar a questão, diferentemente daquilo que ocorre no caso da violência, em que, ao menos um dos dois textos selecionados para análise, foi produzido por um indígena que optou por não ser identificado e que ainda é estudante do ensino fundamental.

Diante desse entendimento, possibilitado pelos textos descritos e aqueles analisados no escopo da ACD, bem como pelas microanálises que se desenvolveram naturalmente na medida em que o percurso teórico se consolidava, é possível confirmar um mecanismo interno de empoderamento, desenvolvido em conjunto com a comunidade indígena, haja vista que as práticas de letramento mediadas pela ONG concentram esse interesse; e um mecanismo externo, que prevê o desenvolvimento da característica de pertencimento, uma

vez que a vulnerabilidade social e as relações histórico-sociais que abrangem os povos indígenas dificultam seu reconhecimento como cidadãos que fazem parte da sociedade.

Atuando, portanto, como agência de letramento, de tradução e de legitimação de práticas, é congruente apontar, com base nos indícios detectados no decorrer das análises, que: 1) é na temática da Educação que se encontram textos que envolvem a denúncia de realidades aviltantes. Nesse caso, percebe-se com mais clareza o papel da ONG, por um lado, como agência de conscientização dos sujeitos da aldeia com relação a seus direitos, por outro, como voz de contestação voltada para fora da aldeia, ou seja, para os poderes públicos; 2) na temática da Violência, o que se detecta é a não legitimação de determinada prática, agudamente presente nos textos com tom de repúdio, sobre a qual percebe-se uma tentativa de padronização de alguns elementos característicos, como a faixa etária que possibilita a categoria *jovem* e o uso de drogas, por exemplo; e 3) na temática da Saúde, sente-se a voz do indígena que busca legitimação a partir do domínio do discurso da ciência, através de si próprios, como profissionais, ou através da voz de outros profissionais e conhecedores da saúde indígena.

Dessa forma, verificou-se que a AJI demonstra, sobretudo, preocupação com a questão da consciência – o primeiro mecanismo da tradução (LOTMAN, 1990) –, no sentido de compreender a mensagem de contexto para expressá-la e trabalhar sobre ela com e para a comunidade, especialmente os mais jovens e vulneráveis, assim confirmando uma situação dialógica. Com esse movimento, a AJI traduz realidades para distintas linguagens da cultura, de modo que seu elemento constitutivo maior – a informação – passe a integrar a memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perpassamos, ao longo desta tese, uma série de conceitos instaurados no processo de interação com viés intercultural, no sentido de fundamentar a compreensão acerca dos discursos que engendram os contatos culturais na Terra Indígena de Dourados/MS, mediados pela ONG Ação de Jovens Indígenas através de práticas discursivas e sociais, às quais se tem acesso em seu sítio eletrônico, que disponibiliza, entre outros arquivos, o jornal AJIndo, uma galeria de vídeos, e publicações de textos elaborados pelos próprios integrantes do grupo, materialidades para as quais a atenção esteve voltada durante o processo de pesquisa. Para isso, a caracterização inicial do sítio eletrônico como um artefato cultural foi imprescindível.

Veicular textos escritos, como é o caso de maior parte dos conteúdos difundidos pela AJI em seu sítio eletrônico, sejam aqueles produzidos pelos próprios indígenas ou aqueles que são compartilhados por eles, mobiliza discursos que, como lembram Sato, Magalhães e Batista Junior (2012) quando leem Gee (2000), não somente influenciam como controlam a linguagem utilizada por determinados grupos de pessoas em situações de interação, na determinação dos valores, no fazer acreditar e no fazer falar.

É nesse sentido que pode a AJI ser vista tanto como uma agência de letramento, quanto como uma agência de tradução, como já abordado anteriormente. No primeiro caso, porque claramente é responsável por levar informações de cunho educativo e social, ou seja, através de materiais (majoritariamente escritos), verifica-se uma mobilização discursiva de mão-dupla: de um lado, tem-se a tradução, ou a filtração de outros discursos, que são articulados à própria maneira em gêneros textuais com certo prestígio, como o texto jornalístico, o *hiperlink* e o texto audiovisual, bem como com suportes prestigiados, como o jornal, o blog, o ambiente de reprodução de vídeos (que possibilita o armazenamento virtual dos vídeos); de outro, tem-se a tradução ou a filtração dos discursos ali mobilizados por parte daqueles que são leitores ou receptores dessas informações.

Do mesmo modo, podem-se atestar tanto as práticas de letramento mobilizadas pelas oficinas e cursos em geral mediados pela AJI, como a veiculação de informações em ambiente virtual como práticas sociais, uma vez que se têm problemas ou obstáculos, como

denomina Fairclough (2012) bem definidos, e ações do grupo de jovens da comunidade na tentativa de superá-los.

Atores sociais ocupam posição social de prestígio em sua comunidade porque se localizam inseridos nas práticas sociais e envolvidos com a mobilização de discursos nos textos que produzem e justificam essas práticas.

Textos governamentais regem atividades. Textos publicitários influenciam comportamentos. Textos cotidianos operacionalizam dinâmicas. Práticas domésticas de letramento determinam o quanto esses outros textos adentram o lar e de que forma uma família está situada em diferentes contextos sociais. Os textos lidos em um ambiente familiar dizem sobre a posição social de seus leitores. Quem os produz demonstra a posição social que ocupa (SATO, MAGALHÃES e BATISTA JUNIOR, 2012, p.703).

Ganham foco, nesse panorama, certos gêneros discursivos com maior grau de prestígio em relação a outros e que, como destaca Street (2001), apresentam graus distintos de poder e ideologia que vão, por sua vez, influenciar um grupo de pessoas com mais prestígio do que outras. Assim,

as lutas pelas identidades são lutas pelo poder e pela posse de representações de prestígio. Nesse sentido, **o acesso aos letramentos pode ser visto como uma forma de aquisição dessas representações e dos modos de agir com a língua.** Por meio do acesso aos letramentos de prestígio, novos atores podem ser situados em práticas constituídas, bem como, por meio da exposição de atributos relacionados aos letramentos de prestígio pelos atores sociais, novas propostas de mudança podem ocorrer, via processos de identificação (SATO, MAGALHÃES e BATISTA JUNIOR, 2012, p.703, grifo meu).

Interessou observar, para o proposto momento de análise, que os discursos mais recorrentes da AJI, e não somente aqueles que foram identificados como sistemas maiores durante o desenvolvimento da tese, são considerados, a partir do esquema tridimensional de Fairclough, como práticas sociais, no sentido de que se constroem a partir de textos múltiplos, formulam-se, ou seja, são produzidos e consumidos discursivamente e, por fim, comportam diferentes ideologias aos demais membros da comunidade de origem e a outras comunidades em um embate hegemônico e contra-hegemônico, ou seja, na arena de combate em que certas ideologias comparecem de forma naturalizada, enquanto outras são questionadas. Note-se que é mais particularmente na esfera da dimensão discursiva que se visualizam os processos e procedimentos de filtragem e de tradução.

Conforme foi tratado no capítulo anterior da tese, a internet vem sendo há anos responsável por uma espécie de rompimento de fronteiras, não necessariamente geográficas, mas socioculturais. Hall (2011) argumenta a propósito da possibilidade de membros de uma

comunidade frequentarem espaços diferentes sem saírem de um *locus* familiar, e entendo que para que essa virtualidade se torne realidade, a internet consiste no mecanismo mais consistente. Nesse sentido, os povos da área indígena de Dourados não ficam excluídos desse cenário. Sua participação virtual se mostra intensa, letrada e reivindicadora.

Uma vez mobilizadas discursivamente em ambiente virtual, as reivindicações da AJI e suas práticas letradas em prol do combate à violência, da educação e da saúde trazem à tona elementos que são constitutivos da identidade dos membros da ONG, em um primeiro momento, e dos Guarani e os Terena da área indígena de Dourados, como um todo, pois as problemáticas tratadas são vivenciadas e compartilhadas por todos aqueles que vivem na comunidade.

Em trabalho realizado com os Guarani residentes em Aquidauana/MS, Jesus e Maldonado (2017, p. 6) discutem as TICs e as narrativas de professores Terena construídas em redes sociais e entendem que

[...] é no espaço virtual que os cibercidadãos adquirem o potencial de recriarem tanto o espaço real, como o espaço virtual que ocupam, justificando que é nele que surgem as possibilidades de produção e sustentação de narrativas identitárias, pontos de vista e articulações políticas.

Volto-me para a categorização de cibercidadãos, utilizada pelas autoras, pois reconheço que o prefixo *ciber-* empregado nessa expressão não configura, para os povos indígenas englobados neste trabalho, um mecanismo extra ou um novo meio de reconhecimento da cidadania, como parece ocorrer com os grupos socialmente majoritários. Nos processos históricos brasileiros em que são evidentes os meios de opressão e de silenciamento das minorias, parece-me que a importância de *ciber-*, nesse caso, aponta para uma possibilidade ou um recurso percebido pelos grupos socialmente minoritários, através do qual podem mostrar-se cidadãos para a sociedade envolvente. O espaço virtual, portanto, seria ofuscantemente mais democrático do que a realidade físico-interacional.

Embora o contexto de inserção e os dados de pesquisa sejam distintos dos meus, compartilho de Jesus e Maldonado (2017) a ideia de narrativas identitárias, e não posso deixar de considerá-la, ainda que a maior parcela dos textos que analiso não se enquadre no tipo textual narração. Isso se deve porque entendo os textos escritos e audiovisuais produzidos pela AJI como práticas sociais, e, assim sendo, dão margem a dois entendimentos muito caros: a) viabilizam a identificação de certas características socioculturais, e principalmente de como a questão do letramento funciona no interior da ONG, e b) caracterizados como práticas sociais, esses textos não devem ser pensados como

produtos, estanques, finalizados, mas como processos contínuos, detentores de uma memória cultural histórica e de consequências futuras. Sob essa perspectiva, as *produções* (expressão que reitera o caráter de processo ao invés de produto) textuais expressam pensamentos e compõem narrativas de vida que envolvem leitura de mundo e escrita no mundo por meio de elementos sociais, culturais e simbólicos (BARTLETT, 2007), e alimentam uma memória histórica e cultural (LOTMAN, 1996).

Esse aspecto ganha visibilidade quando observamos que o uso do espaço virtual pela AJI divide-se tanto em práticas que se voltam para a mobilização de discursos com viés informativo (o jornal AJIndo e as publicações disponíveis são o exemplo mais apropriado), quanto em práticas que se voltam para outras práticas (a exposição de fotos de oficinas e encontros com temáticas específicas e dos vídeos produzidos nesse âmbito).

Com essa visão, o tratamento dado pela AJI aos três grandes sistemas identificados com o auxílio do paradigma indiciário – a violência, a saúde e a educação – é revestido, fundamentalmente, pelos aspectos do pertencimento e do empoderamento.

Naquilo que concerne ao empoderamento, destaco que o trabalho da AJI atende a certas condições definidas por Sen (1997) para a atualização desse processo. Com trabalho expressivo acerca de mecanismos de desenvolvimento social, a pesquisadora entende o empoderamento como um estágio de aumento de poder sob dois vieses: tanto em relação ao controle dos recursos externos, o que apontaria para uma análise social sob a perspectiva da economia dos povos, quanto em relação ao aumento da autoestima e das capacidades dos membros de uma comunidade.

Nesse quesito, uma das relações de poder já compreendida em meu trabalho é aquela em que a AJI se coloca na mediação de práticas letradas, isto é, caracteriza-se por ser um grupo de indígenas multiletrados, que são capazes de se utilizar competentemente, entre outros elementos, da língua portuguesa escrita e oral e de certas tecnologias e mídias que se mostram indispensáveis para a difusão de conhecimentos específicos e diretamente relacionados à vida em sociedade e aos contatos interculturais, ou seja, na condição de agência de letramentos, a AJI comunga de condições prestigiadas que alimentam seu poder discursivo e social sobre os demais indígenas da TI de Dourados.

A relação de poder que permeia esse processo não corresponde a um jogo de soma zero, onde o ganho do poder de um indivíduo ou grupo significaria que outro o perdera. Uma interdependência não velada engendra o anseio pela melhoria das condições de vida na Terra Indígena no que especialmente tange à educação, à saúde e ao combate à violência.

Esse cenário vai ao encontro do que define Sen (1997, p. 3), quando propõe que “o empoderamento não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa. Mudanças na consciência e auto-percepção são próprias, e quando elas ocorrem podem ser explosivas e criativas”. Em face disso, os processos coletivos são fundamentais para o empoderamento, mas é igualmente essencial a transformação dos indivíduos. Assim, reitero que a mediação de práticas de letramento não resultaria em um produto final, mas serviriam de instrumentos para o processo permanente de transformação de cada membro da comunidade.

A característica de criatividade, utilizada por Sen para tipificar as mudanças descendentes do empoderamento, aproxima-se com veemência de um dos mecanismos de constituição das práticas discursivas difundidos por Fairclough (2016), aos quais aludi na seção 3.1.2. *A Análise Crítica de Discurso e o método tridimensional de análise proposto por Normal Fairclough* –, a saber, as práticas *criativas*, que contribuem diretamente para os processos transformativos na sociedade, distinguindo-se das práticas convencionais, que reproduzem a sociedade com suas identidades sociais e sistemas de conhecimento e crença a elas conectados.

Isso posto, a afirmação de que as práticas de letramento mediadas pela AJI consistem de práticas discursivas criativas toma forma, a julgar pela intencionalidade transformadora que vem abarcar tanto os indivíduos consumidores/receptores diretos de suas atividades, isto é, da informação primária, como também aqueles consumidores/receptores da informação secundária, isto é, a informação sobre a informação primária, à qual se tem acesso por meio do sítio eletrônico.

Sobre aquilo que compete às mudanças explosivas discutidas por Sen (1997), a propósito da consciência e da auto-percepção, é inevitável transpô-las para o interior dos sistemas culturais e, mais especificamente, para os espaços fronteiros da semiosfera pensada por Lotman.

Na fronteira de um dado sistema localizam-se os mecanismos de dinamicidade das práticas culturais, ao passo que quanto mais se aproximam do centro desse sistema, a estabilidade vai-se perfazendo de modo que ambos os mecanismos, apesar de caracterizados diferentemente, mantêm certo contato, pois guardam semelhanças entre si. Assim, é totalmente possível que as mudanças ocorram tanto no centro (estável) como na fronteira (dinâmica) de uma semiosfera. Para Henn (2010), o que muda nesse cenário é que os movimentos próximos ao espaço estático são lentos, graduais e quase imperceptíveis, e

aqueles que ocorrem no espaço periférico mais dinâmico são imprevisíveis e, portanto, de caráter explosivo.

A semiosfera, afinal, é heterogênea, e os choques entre os sistemas que nela habitam garantem a existência da informação de memória cultural e da informação nova. Sem que esses dois elementos coexistam, ou a informação nova será inexistente, ou a informação de memória cultural não se atualizará. As transformações são necessárias a cada um dos sistemas de uma semiosfera, caso contrário, eles desaparecerão.

Os sistemas que perfazem a margem da semiosfera, portanto mais dinâmicos, apresentam nível mais acentuado de contatos culturais, e conseqüentemente de tradução. E essa posição é justificada, mais uma vez, pelo fator da criatividade, ou seja, daquilo que Fairclough denomina práticas discursivas criativas.

Embora não apareça em destaque nos textos selecionados para análise, é um bom exemplo desta comunhão de práticas criativas, logo dinâmicas e explosivas, a criação da APEEID, anunciada no número 26 do AJIndo, a partir da qual os próprios professores da educação escolar indígena em Dourados passaram a se dedicar à possível autonomia no desenvolvimento de um calendário específico e de um Projeto Político-Pedagógico que contemplasse temáticas próprias do contexto indígena, bem como a língua e o material didático utilizado nas escolas das aldeias.

É pertinente o uso desse fato como um exemplo do que venho discutindo devido ao aspecto de mudança, que se apresenta em dois momentos. Temos como pano de fundo que o sistema escolar na TI de Dourados, tanto no que compete ao governo municipal como ao estadual, estava em funcionamento, conforme estabelecido para cada rede de ensino. No entanto, os índices elevados de evasão escolar, desinteresse do alunado e o baixíssimo resultado mensurado pelo IDEB de 2011, primeiro ano de participação das escolas indígenas locais, sugeriam uma transformação sistêmica, cuja probabilidade de ser exercida governamentalmente era mínima, haja vista que afetaria a sistematicidade de outras escolas municipais e estaduais não situadas em área indígena. Assim, verifica-se, primeiramente, o ingresso em um caminho contra-hegemônico, isto é, encontrado e iniciado pelos próprios profissionais locais, que conviviam com as dificuldades enfrentadas pelos alunos e demais membros da comunidade escolar. Ainda assim, não há registro da participação direta da AJI nesse percurso. Sua participação é indireta, pois, em um segundo momento, compartilha aquela política, enxergando-a como positiva, e a torna pública no momento em que a veicula em seu jornal. Embora indireta, a veiculação dessa política pela AJI questiona o sistema

educacional hegemônico e válida, para todos os consumidores do folhetim, em especial os indígenas locais, a nova política com características de uma contra-hegemonia, que não necessariamente é construída isoladamente por meio dessa notícia, mas pelo diálogo que ela estabelece com outras, também veiculadas pela AJI, que se localizam na mesma esfera da problemática da educação escolar.

Questionar a funcionalidade de uma dada política, e contestá-la, apontando para outra que parece mais adequada a um contexto, é uma característica predominantemente ideológica, e é nesse entrelace de ideias que se dão os processos tradutórios.

Considerando a tradução da informação realizada pela ONG e a tradução da informação realizada nesta tese, entendo que a contribuição desta pesquisa está na possibilidade de uma leitura intercultural e interdisciplinar das práticas de letramento sociais que envolvem os povos Guarani e Terena em Dourados, cujo caráter inovador se encontra na forma como os dados foram mobilizados e tratados, isto é, no *locus* eletrônico em que se deu minha inserção e no percurso teórico-metodológico que norteou a pesquisa.

Não é um pormenor vislumbrar que as conclusões aqui alcançadas possam eventualmente contribuir com aquilo que é de interesse maior da própria ACD – a mudança social, a partir de sua comunhão com outros estudos que conferem perspectivas diversificadas no que tange aos contatos culturais e à circulação dos discursos.

De todo modo, reitero que as problemáticas mais visíveis identificadas através do trabalho da AJI e descritas, analisadas e discutidas nesta tese compreendem uma gama bastante discreta entre todas as questões que exigem atenção na TI Francisco Horta Barbosa. O recorte dos textos que fiz na composição do corpus da pesquisa é apenas um prisma balizado por contextos mais amplos, dentre os quais se destacam a relação dos povos indígenas locais com a terra indígena como área de retomada (diretamente associada com a preocupação com a distribuição das terras em uma área não condizente com crescimento populacional e que impede a autonomia dos povos ali residentes) e a dificuldade de alcançar a validação integral dos direitos a eles reservados.

Compreender os sentidos atribuídos pela AJI sobre as três questões que percebi como constitutivas de suas práticas resultou de trabalhosa atividade de reflexão e imersão em um contexto geral que não é, originariamente, aquele a que pertencço. Dessa maneira, reconheço minha limitação como pesquisador diante da complexidade com que lidei no desenvolvimento da pesquisa, no tocante ao percurso teórico-metodológico adotado e ao olhar que lancei sobre os textos analisados, distanciando-me de encerrar as possíveis

interpretações, mas aproximando-me de uma proposta de valorização intercultural em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete Marques. et al. Consideração sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 25, jan./jun. 1995.

ALCÂNTARA, Maria Lourdes Beldi de. **Jovens indígenas e lugares de pertencimentos**. Análise dos jovens indígenas da Reserva de Dourados/MS, São Paulo, 2007.

ALMEIDA FILHO, José Paes de. **Linguística Aplicada, ensino de línguas e comunicação**. 2ªed. Campinas: Pontes editores e ArteLíngua, 2007.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fábio. Historia y territorio entre los guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil. In: **Revista de Índias**, 2004, vol. LXIV n. 230, p.55-66.

AUBERT, Francis Henrik. **As (in)fideliidades da tradução**: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ARROYO, Raquel Wohnrath. **Links e heterogeneidade discursiva: tecnologias digitais e práticas letradas acadêmicas de licenciandos em Letras**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) UNESP/São José do Rio Preto.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011[1979].

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014[1929].

_____. The Problem of Content, Material and Form in Verbal Art. In: HOLQUIST, Michael; LIAPUNOV, Vadim (eds.). **Art and Answerability**: early philosophical essays by M. M. Bakhtin. Austin: Texas Press University, 1990.

BARTON, David. Preface: **Literacy Events and Literacy Practices**. In: HAMILTON, Mary, BARTON, David & IVANIC, Roz (eds.). **Worlds of literacy**. Clevedon: Multilingual Matters, 1993.

BARTON, David. **Literacy** – an introduction to the ecology of written language. Cambridge/EUA: Brackwell, 1994.

_____; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. (orgs.). **Situated literacies**. Londres: Routledge, 2000.

BARTLETT Lesley. Identity work and cultural artifacts in literacy learning and use: a sociocultural analysis. **Language and education**, v. 15, n. 19, 2005.

_____. **To seem and to feel**: situated identities and literacy practices. Teachers College Record. Columbia University, v. 109, n. 1, jan 2007.

BAYNHAM, Mike. **Literacy practices**: investigating literacy in social contexts. Londres: Longman, 1995.

BECHIS, Marco. **Terra Vermelha**. Itália/Brasil: Paris Filmes, 2008. DVD 108min.

- BETTLEHEIM, Bruno. **Freud and Man's Soul**. New York: Knopf, 1983.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus, Campo Grande*, 3(4): 137-145. 2004.
- _____. Os Kaiowá e Guarani no MS: uma história de violência e atropelo da legislação indigenista. In: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **As violências contra os povos indígenas em mato grosso do sul e do Bem Viver por uma Terra Sem Males Dados: 2003–2010**. Dourados: CIMI - Regional Mato Grosso do Sul, 2011, p. 40-43.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRUMFIT, Christopher. Teacher Professionalism and Research. In: COOK, G; SEIDLHOFER, B. (eds.). **Principle and Practice in Applied Linguistics: Studies in honor of H.G. Widdowson**. Oxford: OUP, 1995. 27-41.
- CAMPESTRINI, Hidelbrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. 194 p.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CAPRISTANO, Cristiane Carneiro. Por uma concepção heterogênea da escrita que se produz e que se ensina na escola. **Cadernos de Educação (UFPEL)**, v. 1, p. 171-193, 2010.
- CARVALHO, Raquel Alves. **Os missionários metodistas na região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIMEP-Piracicaba.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, Sociedade e Cultura – a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, Marilda. A propósito da linguística aplicada. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 7, p.5-12, 1986.
- _____. Applied Linguistics - Brazilian perspectives. In: S. M. GASS e S. MAKONI (orgs.) **Aila Review**, n. 17, p. 23-30, 2004.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. (Org.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 2007[1995].
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Afinal, o que é Linguística Aplicada?. In: PASCHOAL, M. S. Z. de e M. A. A.CELANI (orgs.). **Linguística Aplicada: da Aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar**. São Paulo: Educ., 1992, p. 15-23.
- CHACON, L. Flutuação na segmentação de palavras: relações entre constituintes prosódicos e convenções ortográficas na escrita infantil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 15, p. 369-383, 2013.

CHAMORRO, Graciela. **Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser.** São Leopoldo: COMIM – Conselho de Missões entre os Índios, 1999.

CHOULIAKARI, L.; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity.** Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DE GRANDE, Paula Bacarat. **Processos de construção da identidade profissional de professores em formação continuada.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

DENZIN, Norman. K. e LINCOLN, Yvonna. S. (orgs). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens;** tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DUARTE, Cristiane. **Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário.** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1998.

DUARTE, Teresa. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **Cies e-working paper**, n. 60, p. 2-24, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2009. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. Acesso em: 05/12/2016.

DYSON, Anne Haas. **Writing superheroes: contemporary childhood, popular culture and classroom literacy.** New York: Teachers College, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [2001].

_____; MELO, Iran. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v.25, n.2, p.307-329, 2012.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999[1979].

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GEE, James Paul. **A situated sociocultural approach to literacy and technology.** 2000. Disponível em <<http://www.jamespaulgee.com/sites/default/files/pub/Approach%20to%20Literacy%20Paper.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. The New Literacy Studies: from socially situated to the work of the social. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary e IVANIC, Roz. (orgs.). **Situated literacies.** Reading and writing in context. Londres, Nova York: Routledge, 2000.

_____. **An introduction to discourse analysis: Theory and method.** New York, USA: Routledge, Taylor, and Francis Group, 2014[1999].

GENTZLER, Edwin. **Teorias contemporâneas da tradução.** Trad. Marcos Malvezzi. 2 ed. São Paulo: Madras, 2009.

- GEERTZ, Clifford. A. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GERALDI, José Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- GIMENEZ, Telma. A relevância social dos estudos da linguagem. In: CORREA, Djane Antonucci(org.). **A relevância social da linguística**: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 94-109.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.
- GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006, p. 450-460.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e Identificação** – ressonâncias no jornalismo. Cotia (SP): Ateliê, 2008.
- GRESSLER, Lori A. e SWENSSON, Lauro J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Dag, 1988.
- _____. e VASCONCELOS, Luiza M. **Mato Grosso do Sul**: aspectos Históricos e Geográficos. Dourados, 2005.
- _____. e SWENSSON, Lauro J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Dag, 1988.
- GRÜNBERG, Friedl Paz. **Reflexões sobre a situação dos guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**. Brasil 2002. Disponível em: < <http://guarani.roguata.com/content/text/reflexoes-sobre-situacao-dos-guarani-no-mato-grosso-do-sul-brasil>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.
- _____. **Da diáspora** – identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- HAMILTON, Mary. Sustainable literacies and the ecology of lifelong learning. In: HARRISON, R. R. F.; HANSON, A.; CLARKE, J. (orgs.). **Supporting lifelong learning**. v. 1. Londres: Routledge, 2002. p. 176-187.
- HEATH, Shirley Brice. **Ways with words**: language, life and work in communities and classrooms. Cambridge: CUP, 1983.
- HENN, Ronaldo. Memória e arte na semiosfera midiaticizada. **Conexão – Comunicação e Cultura**. ICC, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul/dez 2010, p. 103-115.
- HOLLAND, Dorothy; LACHICOTTE, William; SKINNER, Debra; CAIN, Carole. **Identity and agency in cultural worlds**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros 01.07.2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 12 out. 2017.

IZZO, João Artur. **Noosfera e midiosfera**: o imaginário humano e o engenho da mídia. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC. Rio de Janeiro: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-noosfera-joao.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JESUS, Naine Terena de; MALDONADO, Marilza. Ciberprofessores indígenas: narrativas através das tecnologias da informação e da comunicação In: **# Tear**: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.6, n.1, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LATOUR Bruno. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEETRA INDÍGENA. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012-.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. O índio guarani-kaiowá da reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil: Um olhar semiótico. In: **Revista Polifonia**, Cuiabá, n. 18, p. 169-184, 2009.

LOTMAN, Iuri. **Universe of the mind**: a semiotic theory of culture. Trad. Ann Shukman. Estados Unidos da América: Great Britan, 1990.

_____. **La Semiosfera I**. Trad. Desidério Navarro. Madri: Catedra, 1996.

_____. **La Semiosfera II**. Trad. Desidério Navarro. Madri: Catedra, 1998.

_____. Sobre o problema da tipologia da cultura. Tradução Lucy Seki. In: SCHNAIDERMAN, B.; SEKI, L. (Orgs.). **Semiótica russa**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 31-41

_____ e USPENSKIJ, Boris. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Trad. V. Navas e S. T. de Menezes. Lisboa: Horizonte, 1981.

LOZANO, Jorge. La semiosfera y la teoría de la cultura. **Revista de Occidente**, n. 145-146 de julio-agosto, 1995. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero8/lozano.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LUCIANO, Gersém dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre povos indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

LUKE, A. Text and discourse in education: an introduction to critical discourse analysis. **Review of Research in Education**, v. 21, 1996.

KAPLAN, R.B. **Applied Linguistics, the state of the art**: is there one? English Teaching Forum, 1985, p. 1-6.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986. 98 p.

KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

_____. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas: UNICAMP/MEC, 2005.

_____. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação – UFSC, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 375-400, jul./dez. 2010.

_____; ASSIS, Juliana A. (orgs.). **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

MACHADO, Irene. **Escola de semiótica**: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: FAPESP, 2003.

_____. Experiências do espaço semiótica. **Estudos da religião**, 2015, v. 29, n. 1, p. 13-34.

_____ (org.). **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

_____. A representação da oralidade na prosa da ficção brasileira: a diversidade dialógica dos espaços culturais. **Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões**. Universidade Estadual Santa Cruz, Ilhéus: Editus, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific**. New York: E.P. Dutton; Co. Inc, 1922.

MARCUSCHI, L. A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. **Veredas** – Revista de Estudos Linguísticos, vol. 6, n. 1, 2003, p. 43-62.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. Ethos, Gêneros e Questões Identitárias. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 2007, vol. 23, n. 1, p. 27-43.

_____. A apropriação da linguagem escrita como parte de eventos sociais complexos. In: MIOTELLO, V.; SIGNORI, M.; GATTOLIN, S. R. B. ; BRITO, M. I. **Década** - Dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. Os temas geradores e a educação indígena diferenciada à luz dos conceitos de cronotopo, de etnicidade e de semiosfera. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 30, p. 69-92, abr. 2012.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. **Saussure e o Curso de Linguística Geral**: valores, confrontos, desconstrução. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na crítica de Fairclough. In: _____; Bonini, A.; Motta-Roth, D. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Fotografias da Linguística Aplicada no campo de línguas estrangeiras no Brasil. In: **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, vol. 15, n. especial, 1999.

_____. **Oficina de Linguística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, vol. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história Indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. e GRUPIONI, L. D. (Org) **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-237.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2003.

OLIVEIRA, Benícia Couto de (org.). **Histórias que (re) contam História: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. 142 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra pra pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, A. L. e GRUPIONI, L. D. (Org). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 60-81.

_____. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. Projetos: uma prática de letramento no cotidiano do professor de língua materna. In: OLIVEIRA, Maria do Socorro; KLEIMAN, Angela. **Letramentos múltiplos**. Natal/RN: UDUFRN, 2008, p.93-118.

OSIMO, B. **Logos group: curso de Tradução**, Modena. 2008. Disponível em: <http://courses.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_1_28?lang=bp>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PALADIM Junior. Heitor Antônio. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xacriabá no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2010.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. Imbricação entre violência nas atuais reservas e a impossibilidade dos Kaiowá e Guarani seguirem praticando seu modelo de organização social. In: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **As violências contra os povos indígenas em mato grosso do sul e do Bem Viver por uma Terra Sem Males Dados: 2003–2010**. Cidade: CIMI - Regional Mato Grosso do Sul, 2011, p. 44-47.

_____. **Imagens Kaiowa do sistema social e do entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2004.

PEREIRA, Miguel Baptista. Alteridade, linguagem e globalização. **Revista Filosófica de Coimbra**, vol. 12, n. 23, 2003.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 12, 2009.

PLATAFORMA DHESCA. **Violações de direitos humanos dos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul**. Curitiba: L. F. Editora e Impressos, 2014.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

_____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

RODRIGUES, Rosângela. Hammes; CERUTTI-RIZATTI, Mary. Elisabeth. **Linguística Aplicada**: ensino de língua materna. Florianópolis: LLV-CCE-UFSC, 2011.

SANTOS, Hermes Talles dos. **O processo de apropriação do gênero seminário por estudantes recém-ingressos no contexto universitário**. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Carlos: UFSCar, 2012.

SASSEN, Saskia. **Cities in a World Economy**. England: Sage Publications, 1994.

SATO, Denise; MAGALHAES, Izabel; BATISTA JUNIOR, José. Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **Rev. bras. linguist. apl.**, vol. 12, n. 4, 2012.

SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Working paper series, n. 97.7. Background paper to the human development report, 1997.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres kaiowa e guarani**: de Aña à Kuña. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Dourados: UFGD, 2013.

SIGNORINI, Inês. Letramento e (in) flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **CD-ROM da 26ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu. Versão on-line disponível no site www.anped.org.br/26ra.htm. GT 10 - Alfabetização, leitura e escrita, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010.

STEFANELLO, Paulo Gerson Rodrigues. **O jovem indígena de Dourados e os contatos culturais: delineando a identidade a partir do jornal AJIndo**. Dissertação (Mestrado em Letras). Dourados: UFGD, 2014.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

_____. Literacy practices and literacy myths. In: SALJO, R (Ed.) **The written world**: studies in liter ate thought and action Springer-Verlag: Berlim/Nova Iorque, 1988.

_____. **Literacy and development**: ethnographic perspectives. Londres: Routledge, 2001.

_____. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**. Londres, 2003, vol. 5, n.2.

_____. At Last: Recent Applications of New Literacy Studies in Educational Contexts. *Research in the Teaching of English*. vol. 39, n. 4, 2005, p. 417-423.

_____; BAGNO, Marcos. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Brasil, n. 8, p. 465-488, ago. 2006.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008

TÁPIA, Marcelo; NÓBREGA, Thelma Médici (Orgs.). **Haroldo de Campos – Transcrição**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

TAVARES, Marilze; SANTOS, Ludoviko Carnaciali dos. Crenças e atitudes linguísticas de indígenas de Dourados - MS. **Cadernos do IL**. Porto Alegre, 2012, n. 44.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados: o avesso do Averso**. São Paulo: Cortez, 1988.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS, UFGD.

TUSTING, Karin; IVANIC, Roz e WILSON, Anita. New Literacy Studies at the interchange. In: D. Barton, M. Hamilton e R. Ivanic (eds) **Situated Literacies**. Londres: Routledge, 2000.

VENUTI, Lawrence (org.). **Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology**. London: Routledge, 1992.

_____. **The translator's invisibility: a history of translation**. London: Routledge, 1995.

VERNADSKI, Vladimir. **La biosphère**. Paris: Felix Alcan, 1929.

WENCESLAU, Marina Evaristo. **O índio Kayowá e a comunidade dos brancos**. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, SP, FFLCH/USP.